

# **ENGAJAMENTO EM FOCO: LÍNGUA, DISCURSOS HISTÓRICOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

**Daniele Gallindo Gonçalves  
Edmundo Narracci Gasparini  
Luiz Barros Montez  
Miriam de Paiva Vieira  
(Organizadores)**

**Engajamento em foco:  
língua, discursos históricos e  
representações sociais**



**Daniele Gallindo Gonçalves  
Edmundo Narracci Gasparini  
Luiz Barros Montez  
Miriam de Paiva Vieira  
(Organizadores)**

**Engajamento em foco:  
língua, discursos históricos e  
representações sociais**

**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Daniele Gallindo Gonçalves; Edmundo Narracci Gasparini; Luiz Barros Montez; Miriam de Paiva Vieira [Orgs.]**

**Engajamento em foco: língua, discursos históricos e representações sociais.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 271p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-5869-834-0 [Impresso]**

**978-65-5869-835-7 [Digital]**

1. Língua. 2. Discursos históricos. 3. Representações sociais. 4. Literatura. I. Título.

---

CDD – 410

**Capa:** Petricor Design

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Ricardo Giardina Leite

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2022

# Sumário

**Apresentação** 9

Daniele Gallindo Gonçalves  
Edmundo Narracci Gasparini  
Luiz Barros Montez  
Miriam de Paiva Vieira

## **Perspectivas historiográficas e sociológicas**

**Dimensões históricas e ideológicas do tema** 21

Luiz Barros Montez

**Nova Direita e Reacionarismo no Brasil  
Contemporâneo** 43

Flávio Henrique Calheiros Casimiro

**Ensaio sobre o Espanto** 65

Luís Edmundo de Souza Moraes

## **Linguagem, discurso, resistência**

**Tempo em Future-se: formas linguísticas e  
enunciação em vinheta** 89

Nádia Dolores Fernandes Biavati  
Luiz Francisco Dias

**Produzir e divulgar conhecimento: as inflexões da  
função-autor** 109

Mónica Graciela Zoppi Fontana

**Alguns reflexos do fundamentalismo posto em cena  
na contemporaneidade: violência, ódio e ataque às  
religiões de matriz africana** 127

Cláudio Márcio do Carmo

**Meditação e habilidades socioemocionais: os  
distintos lugares de fala** 151

Alex Mourão Terzi

### **Representações literárias**

**O engajamento político literário e a “Literatura de  
Exílio” à luz do romance Henri Quatre, de Heinrich  
Mann** 175

Elcio Loureiro Cornelsen

**Ficções Impuras. Literatura mexicana e História:  
uma relação indecida** 197

Víctor Lemus

### **Engajamento na instituição escolar**

**Bertoleza, Val e empregadas domésticas: o relato de  
uma experiência na aula de língua portuguesa** 223

Elke Beatriz Felix Pena

<b>Uma escola necessária — a literatura em uma escola pública</b>	<b>237</b>
José Adriano Alves	
<b>Engajamento na instituição escolar: aparelhos ideológicos de estado, discurso pedagógico, neoliberalismo, ruptura</b>	<b>249</b>
Edmundo Narracci Gasparini	
<b>Sobre as autoras e os autores</b>	<b>267</b>





# Apresentação

PROMEL/LIEDH

Há alguns anos o Brasil vive uma crise profunda de legitimidade de suas instituições políticas fundamentais.

Ao constatarmos isto, não fazemos referência às crises institucionais pontuais, previsíveis e comuns. Como todos sabem, a governança de qualquer país, exigindo tomadas de decisões que afetam diariamente milhões de pessoas, se dá numa dinâmica que tensiona constantemente – evidentemente que em graus diferenciados – as instituições nas quais o poder é exercido. Isso é ainda mais evidente em sociedades mais complexas, atravessadas por processos acelerados de mudanças econômicas ou culturais. Nestas sociedades, algumas dessas “crises” surgem como fenômenos quase naturais, que sinalizam para a necessidade de “ajustes” institucionais que não necessariamente implicam esgarçamentos políticos traumáticos.

Contudo, a crise na qual o Brasil atualmente se encontra precipita-nos até o limite da ruptura, que sobrepuja em muito a capacidade de autocontrole do sistema político através de ajustes institucionais. Seu principal sintoma é o profundo desgaste da credibilidade de instituições republicanas fundamentais que, até há alguns anos, eram consideradas relativamente estáveis. Em alguns casos, esse desgaste apresenta como corolário outra ameaça concreta: a do completo colapso sistêmico dessas instituições.

Não nos compete nesta apresentação reconhecer as causas mais profundas dessa crise – ainda que devamos desde já localizar algumas de suas raízes num passado longínquo da história brasileira. Na verdade, ao longo de sua formação secular a burguesia brasileira nunca pôde se orgulhar de ter constituído instituições sólidas, na própria dinâmica da “via dita ‘americana’”,

na qual o produtor independente torna-se ele próprio progressivamente comerciante e capitalista”<sup>1</sup>. A própria fundação da República não passou de (mais um) arranjo truculento das classes dominantes no Brasil, arranjo que (mais uma vez) reproduziu a cláusula pétrea que fundamenta a constituição do Estado brasileiro: a exclusão dos trabalhadores das decisões centrais. Num quadro histórico como este, marcado constantemente pelo arbítrio e por improvisações imediatistas, os poderes constituídos no Brasil dificilmente poderiam adquirir consistência e estabilidade de médio e longo prazo.

Contudo, aqui nos compete balizar alguns marcos dessa profunda crise. Seu momento mais agudo certamente foram as jornadas de junho de 2013. Nos meios acadêmicos, os diagnósticos das causas daquelas mobilizações são obviamente controversos. Seja como for, tendo sido determinadas ou não por uma “guerra híbrida” movida contra um governo progressista, conduzidas ou não por forças externas e orquestradas através de meios e *modi operandi* semelhantes a outras guerras conduzidas em diversas partes do planeta, as mobilizações de 2013 no Brasil arrastaram para as ruas multidões como nenhum outro movimento o havia feito em nossa história. *Smartphones*, redes sociais e outras mídias eletrônicas foram instrumentos decisivos naquelas mobilizações, e continuam sendo desde então os principais instrumentos de assujeitamento das consciências e de sua mobilização política.

Os marcos seguintes mais decisivos foram sucessivamente a fraude do impeachment, a disputa eleitoral de 2018, e, por fim, seu funesto desfecho. A hegemonia momentânea de ideologias profundamente reacionárias sobre a população brasileira vem desde então colocando na ordem do dia a necessidade da discussão acadêmica sobre o significado social dessas novas tecnologias de comunicação, bem como sobre as novas subjetividades constituídas por/através delas e as novas

---

<sup>1</sup> PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso*. 2ª. edição. Campinas: Ponte Editores, 2011, p. 80.

sociabilidades delas derivadas. Aqueles acontecimentos impuseram-nos a problematização do e a discussão sobre o lugar social dos intelectuais nessa conjuntura, a necessidade de definição mais precisa dos novos papéis que podemos desempenhar e das práticas possíveis de resistência aos inúmeros ataques contra os direitos econômicos e sociais, sistematicamente dirigidos desde então contra o povo brasileiro de maneira geral, e contra a universidade brasileira de modo particular.

Engajamentos constituem-se como atos políticos. No universo das ciências humanas, nas quais os autores da presente coletânea atuam, tais atos consubstanciam-se nas pesquisas como gestos de resistência. Pesquisas que põem em perspectiva social e histórica os indivíduos como sujeitos múltiplos, isto é, que os desconstroem como existências passivas, submissas e resignadas a forças “superiores” do destino. Além disso, tais pesquisas são atos de resistência porque lutam incessantemente contra a tentativa sistemática de esfacelamento de seu campo. E atos de resistência como atos de compreensão, pois buscam o entendimento de camadas mais profundas da vida social, particularmente através do exame de suas manifestações na/pela linguagem.

Em função disso, o evento realizado entre 29 e 31 de outubro de 2019, resultado da parceria entre o Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei (PROMEL/UFSJ) e o grupo de pesquisas Linguagem e Discursos da História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LIEDH/UFRJ), teve como mote “Engajamento em foco: língua, discursos históricos e representações sociais”. Durante uma semana pesquisadores qualificados de todo país debruçaram-se sobre o tema, e apresentaram suas pesquisas a partir de diferentes angulações e perspectivas: aquelas delineadas pelos estudos linguísticos, historiográficos, pedagógicos, literários, e pelo prisma da análise do discurso, da sociologia e das ciências políticas. As discussões orientaram-se pelo debate acerca das descontinuidades e deslocamentos advindos de tensões e conflitos, ora instaurados por meio de discurso(s) e

problematizados a partir deles, ora originados por tensões de outra natureza, bem como daqueles problematizados por meio de poéticas e narrativas que concebem e convocam a experiência dos sujeitos na vida social, cultural e política.

Com vistas a uma organização básica (ainda que não perfeita, haja vista a natureza teoricamente híbrida de algumas contribuições), organizamos os textos do presente volume em quatro grandes grupos: 1- Perspectivas historiográficas e sociológicas; 2- Linguagem, discurso, resistência; 3- Representações literárias e 4- Engajamento na instituição escolar.

A coletânea que aqui se apresenta é ela própria resultado do engajamento de seus autores, que atuam como pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, e que, portanto, apresentam leituras de mundo de acordo com critérios científicos de cada uma dessas disciplinas. Os organizadores do presente livro compreendem a troca de experiências e a socialização de seus resultados como um ato de engajamento, vale dizer, um ato que ultrapassa largamente a compreensão das práticas acadêmicas como simples exercício burocrático, efetuadas principalmente em função das exigências endógenas da vida universitária. Ao permitirmos o acesso do leitor às pesquisas e reflexões aqui apresentadas em forma de livro, procuramos de alguma forma requalificar o trabalho acadêmico, adaptando-o às exigências mais amplas da vida social no Brasil e de sua população.

No grupo **Perspectivas historiográficas e sociológicas**, contamos com o texto “Engajamento em foco. Dimensões históricas e ideológicas do tema”, de Luiz Barros Montez, que discute os atributos que qualificam o termo “engajamento” com vistas a torná-lo concretamente significativo e operativo. Procura identificar os modos como estes atributos são acionados criticamente quando se fala de “língua, discursos históricos e representações sociais” Trata-se de reflexões que buscam pensar o termo “engajamento” como prática social conseqüente e efetivamente transformadora da realidade social concreta. O texto articula-se em dois momentos distintos. Procura inicialmente estabelecer em perspectiva histórica

alguns contornos da relação entre vida social e suas representações discursivas. Em um segundo momento, o texto rebate a noção de “prática discursiva engajada” concebida exclusivamente no âmbito da economia de seus elementos simbólicos, como uma espécie de jogo puramente semiótico, isto é, sem a definição concreta da espessura política do discurso nas circunstâncias históricas específicas. O texto procura, enfim, qualificar o conceito de “engajamento” como designativo de práticas sociais, inclusive discursivas, que buscam a superação do capitalismo como modo de produção e organização da vida social.

O texto “Nova Direita e Reacionarismo no Brasil Contemporâneo”, de Flávio Henrique Calheiros Casimiro, busca analisar alguns dos elementos que contribuíram para a ascensão da extrema direita ao poder no Brasil em 2019. Nesse sentido, a proposta em tela é apontar e analisar criticamente algumas interpretações sobre o avanço desse movimento reacionário, bem como a constituição do que tem sido denominado por “nova direita”. Estabelecer as conexões entre os distintos elementos conjunturais e as iniciativas de segmentos conservadores brasileiros é um percurso necessário para tentar compreender a ascensão desse projeto de extrema direita e do próprio bolsonarismo no Brasil atual.

O texto “Ensaio sobre o Espanto”, de Luís Edmundo de Souza Moraes, tem a expectativa de reunir indícios e de fazer um exercício de construção de hipóteses sobre a presença da extrema-direita no espaço público brasileiro de nossos tempos. O texto se inicia com uma discussão sobre as conexões entre passado e presente e, nesse campo, sobre a quebra de expectativas representada pelo crescimento da visibilidade e da manifestação pública da extrema-direita no Brasil contemporâneo. A partir disso, o texto sugere que, mesmo sem desconsiderar variáveis eminentemente conjunturais, esse é um fenômeno que pode ser mais bem compreendido caso observemos a consolidação de um campo de valores e também um campo político que emergiram de modo lento e nem sempre visível no passado recente do país.

Abrindo o grupo **Linguagem, discurso, resistência**, o texto “Tempo em *Future-se*: formas linguísticas e enunciação em vinheta”, de Nádia Dolores Fernandes Biavati e Luiz Francisco Dias, apresenta uma discussão sobre a formação nominal (FN) que intitula um projeto do Ministério da Educação em 2019: FUTURE-SE, considerando suas implicações semânticas e discursivas. Tomou-se a noção de FN a partir da sua capacidade temática e seus efeitos de sentido, tratando-a como objeto temático na medida em que pode ocorrer como foco da fala ou da escrita de alguém. A abordagem incide sobre enunciados do vídeo/vinheta de lançamento do projeto, chamando atenção para a temporalização que sinaliza um referencial histórico de aposta no poder pela palavra e no discurso liberal exacerbado de pró-fortalecimento da iniciativa privada. Esse poder sustenta, em desdobramento, uma ordem do discurso em que há a (re)afirmação de uma “verdade”: a ideia de que o estado não deve investir em educação para o povo (isso é tarefa meritocrática, de cada um), traçando o esvaziamento desse investimento como um bem público.

Em “Produzir e divulgar conhecimento: as inflexões da função-autor”, Mónica Graciela Zoppi Fontana desenvolve uma reflexão sobre a prática de produção e divulgação de conhecimento, relacionando os processos de constituição da autoria científica com as diversas práticas de divulgação científica e popularização da ciência que estão sendo assumidas atualmente por quem produz conhecimento. Diversas modalidades de difusão de conhecimento por parte de pesquisadoras e pesquisadores, praticadas principalmente após o surgimento da web 2.0, se intensificaram em tempos de pandemia em 2020, por meio do uso de diversas plataformas tecnológicas e como resultado da iniciativa de associações científicas que nucleiam cientistas de diversas áreas, assim como de iniciativas individuais de profissionais que criaram seus próprios canais de comunicação com o público. A ampla publicização do fazer científico e de seus resultados e efeitos para o bem-estar da sociedade é crucial na construção de uma avaliação pública da ciência e da comunidade

científica e no combate ao negacionismo e ao obscurantismo que atravessa o debate público no Brasil desde 2018.

O texto “Alguns reflexos do fundamentalismo posto em cena na contemporaneidade: violência, ódio e ataque às religiões de matriz africana”, de Cláudio Márcio do Carmo, analisa o fundamentalismo em sua relação com o discurso de ódio que fomenta conflitos, tensões, violência e guerras. O foco recai sobre os reflexos do fundamentalismo religioso cristão quando êmbolo de violência, ódio e ataque às religiões de matriz africana. Discutiu-se o discurso e o comportamento de ódio como resultado da falência dos mecanismos de controle social, das formas de promoção da justiça social e de sustentação da laicidade de Estado, bem como da contenção da hipocrisia originária numa pseudodemocracia. Com base na Análise Crítica do Discurso, perscrutaram-se falas extraídas de três vídeos em que o discurso de ódio advindo de um fundamentalismo cristão é verificado de forma violenta contra religiões de matriz africana, confrontando-o com outro discurso que o desconstrói, num contraponto relevante para as considerações feitas e demonstração da incoerência que se sobreleva na relação fundamentalismo cristão e violência/ódio às religiões de matriz africana.

Alex Mourão Terzi tematiza em seu texto o termo *meditação*, que, em seu entendimento, carrega uma complexa e dispersa estrutura interdiscursiva. Em sua contribuição, intitulada “Meditação e habilidades socioemocionais: os distintos *lugares de fala*”, o autor indaga como pode ser concebida a prática de meditação tratada como proposta de desenvolvimento de habilidades socioemocionais no âmbito da educação. Tomando por base os aportes teóricos a respeito da noção de Formação Discursiva em Michel Foucault e em Michel Pêcheux, promove-se uma análise discursiva de dois enunciados. O autor aponta que o sentido de expressões como *meditação*, *mindfulness* e *habilidades/competências socioemocionais* não são dadas *a priori*, mas sim construídas no e pelo discurso, alterando-se de acordo com posições sustentadas por aqueles que as empregam, ou seja, os *lugares de fala* que ocupam. A



construção de sentido, tal como o próprio discurso, é pelo que se luta, sendo, portanto, local de conflito.

No grupo **Representações literárias**, contamos com a contribuição de Élcio Cornelsen no texto “O engajamento político literário e a ‘Literatura de Exílio’ à luz do romance *Henri Quatre*, de Heinrich Mann”, que visa à discussão sobre exílio, engajamento e resistência, enfocando o romance *Henri Quatre*, do escritor alemão Heinrich Mann, publicado em duas partes pela Querido Verlag, de Amsterdã: *Die Jugend des Königs Henri Quatre* (1935) e *Die Vollendung des Königs Henri Quatre* (1938). A necessidade de uma “politização da arte” (Walter Benjamin) frente ao avanço e aos desmandos do nazismo fez com que muitos intelectuais de língua alemã, dentre eles vários escritores, buscassem o caminho do engajamento político durante o período de exílio (1933-1945). O romance histórico de Mann é um exemplo da estética da resistência, fundada em estratégias discursivas que fazem reverberar, a partir do passado francês em torno da figura do rei Henrique IV (1553-1610) e do contexto da intolerância religiosa na França do século XVI, a intolerância política e racial presente no cotidiano da Alemanha nazista. Sem dúvida, *Henri Quatre* significa um apelo a uma atitude revolucionária que pudesse por fim aos desmandos políticos e ao terror de Estado sob jugo totalitário.

No texto “Ficções Impuras. Literatura mexicana e História: uma relação indecida”, Victor Lemus observa a proliferação de obras narrativas de ficção nas literaturas hispânicas que, abordando temas históricos, desafiam a pretensão de que a literatura possua uma forma e uma institucionalidade específicas. Porém, segundo o autor, o fenômeno não é novo. Por exemplo, na literatura mexicana, desde as origens da prosa narrativa de ficção, em 1816, a presença da historiografia é frequente. Durante o século XIX, “literatura”, no México, era o verbete em que cabiam saberes que posteriormente se tornariam diferenciados: História, Psicologia, Sociologia e Ciências Sociais em geral. Foi durante esse período que se depurou o conceito de “literatura”, tendo a ficção

como seu elemento privilegiado. No entanto, seu caráter público, e até de “missão”, a tornou arena para conhecimento, reflexão e debate de eventos históricos. Ao mesmo tempo, essa literatura sempre teve como característica a de problematizar os diversos modos em que os eventos históricos podem ser escritos, explorando os limites entre Literatura e História.

Abrindo o grupo **Engajamento na instituição escolar**, o texto “Bertoleza, Val e empregadas domésticas: o relato de uma experiência na aula de língua portuguesa”, de Elke Beatriz Felix Pena, relata uma experiência vivida no segundo ano do ensino médio em um instituto federal no estado de Minas Gerais. No contexto do estudo do Naturalismo, desenvolveu-se um trabalho a partir da obra “O cortiço” (1890), de Aluísio de Azevedo, em que foi realizado um estudo comparativo entre a personagem Bertoleza, desse romance, e a personagem Val, do filme “Que horas ela volta” (2015), de Anna Muylaert, o que caminhou para uma pesquisa a respeito da profissão de empregada doméstica no Brasil. O objetivo do texto é mostrar uma vivência de como, a partir de um conteúdo curricular, é possível avançar em discussões que envolvam os alunos e os façam refletir sobre questões sociais que os rodeiam e, com isso, os afetam de alguma forma, tornando-os protagonistas do processo de aprendizagem. Para tanto, discutiu-se a herança disciplinar da educação e mudanças de perspectivas que buscam modificar essa prática, trazendo para a discussão Foucault, Freire, bel hooks e Ferrarezi.

Em “Uma escola necessária — a literatura em uma escola pública”, José Adriano Alves versa sobre a experiência pedagógica de ministrar aulas de Literatura Brasileira numa escola técnica pública de ensino médio integrado do estado do Rio de Janeiro (Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch), bem como reflete sobre a experiência prática de dirigir esta mesma escola durante um período de cinco anos (2013 a 2017). Nesse breve relato, o autor reflete sobre o papel da aplicação de uma visão humanista na prática como diretor, para enfrentar e tentar resolver os problemas e entraves estruturais encontrados numa

escola pública, e sobre como tentar levar um ensino de qualidade para o setor público, tão carente de boas experiências nessa área. Por outro lado, busca relatar brevemente a prática pedagógica para ensinar literatura brasileira para estudantes de uma escola técnica e pública, assim como refletir sobre como isso pode ajudar na formação de profissionais críticos, dando ferramentas para que esses estudantes sejam sujeitos atuantes no tecido social e que possam ter maiores oportunidades para dar continuidade a seus estudos e leituras.

Encerrando a coletânea, Edmundo Narracci Gasparini busca delinear uma forma possível de engajamento na instituição escolar a partir da retomada das contribuições de diferentes autores sobre a escola e o discurso pedagógico (Louis Althusser, Eni Orlandi, Dany-Robert Dufour e Paula Sibilia). Em seu texto, intitulado “Engajamento na instituição escolar: aparelhos ideológicos de estado, discurso pedagógico, neoliberalismo, ruptura”, o autor propõe uma forma de engajamento que promova ruptura em relação ao caráter autoritário do discurso pedagógico, mas também em relação às injunções mercadológicas do neoliberalismo. O texto indica também que se trata de uma forma de engajamento a ser construída em cada situação, em cada caso, a partir das condições particulares de um contexto específico de ensino e aprendizagem.

Com a convicção de estarmos entregando ao público uma publicação à altura dos excelentes debates ocorridos na Jornada “Engajamento em foco: língua, discursos históricos e representações sociais”, realizada na Universidade Federal de São João del-Rei em outubro de 2019, desejamos aos leitores boas leituras e reflexões.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES).

Os organizadores.

## **Perspectivas historiográficas e sociológicas**



# Dimensões históricas e ideológicas do tema

Luiz Barros Montez<sup>1</sup>

## Considerações iniciais

O evento acadêmico que deu ensejo ao presente texto intitulou-se “Engajamento em foco: língua, discursos históricos e representações sociais”. O título do colóquio propôs, em fins de 2019, a reflexão sobre um tema cuja compreensão parece simples e clara, subsumida no conceito de “engajamento”. Ao abordá-lo num contexto de práticas acadêmicas específicas – o contexto acadêmico que tem como objetos centrais “língua” e “discurso”, mobilizados como práticas de representação em diferentes campos epistemológicos como nos estudos linguísticos, literários, historiográficos, pedagógicos etc. – a chamada para o colóquio estabeleceu de saída uma afirmação implícita, que, em meu entender, deveria ser tomada não como tese consensual, mas como uma suposição que serve como provocação intelectual: a suposição de que existiriam práticas ou fazeres “não engajados”.

Na verdade, tais práticas não existem. A própria natureza humana, nossa constituição ontogenética, que nos predispõe como seres dotados de linguagem e da capacidade de agir socialmente através de práticas simbólicas, elas próprias já qualificam estas últimas como atos de intervenção no mundo, como atos “engajados”. Agir simbolicamente, mobilizar a linguagem, tanto os recursos orgânicos como os suportes materiais de sua reprodução, é atuar axiologicamente, isto é, é intervir na realidade em termos políticos, seja para modificá-la, seja para conservá-la como está. Vistos sob certo ângulo, discursos

---

<sup>1</sup> LIEDH/UFRJ. E-mail: lmontez@letras.ufrj.br

que façam a exortação de práticas simbólicas “engajadas” sem que este conceito de “engajamento” seja qualificado de modo mais concreto podem ser, com certa razão, qualificados como mera retórica deontológica ou moralista.

Quais atributos, então, poderiam qualificar o termo “engajamento” de modo a torná-lo realmente significativo, operativo? Como estes atributos poderiam ser acionados criticamente quando falamos de “língua, discursos históricos e representações sociais”? As breves reflexões a seguir não buscam de forma imediata responder a essas questões. Buscam, isso sim, tornar um pouco mais sóbrio o entendimento do termo “engajamento”, pensando-o como prática social consequente, realmente transformadora. Com as presentes reflexões pretendo contribuir, ainda que indiretamente, para o reconhecimento das práticas discursivas “engajadas” em termos mais realistas, isto é, mais próximos da realidade social concreta. Penso que o conceito de “engajamento” pode ganhar contornos mais precisos e densidade política efetiva, e não funcionar como mero princípio moral.

O roteiro para essas reflexões que proponho ao leitor destas linhas tem dois momentos distintos.

Inicialmente, procuro estabelecer alguns contornos da relação entre vida social e suas representações discursivas em termos históricos. As forças conformadoras das sociedades de nossa época não podem ser analisadas fotograficamente, isto é, em termos estáticos, tal como as encontramos imediatamente. Nossas formações sociais são resultantes de um processo civilizatório que vem se desenvolvendo ao longo de um extenso fluxo de tempo. A relação com o meio ambiente e o necessário alargamento dos conhecimentos científicos e técnicos, com os quais as civilizações humanas têm exercido ao longo de milênios o domínio sobre os elementos naturais – inicialmente com vistas à autorreprodução da espécie, mas posteriormente mesclando-a a outros interesses – vêm ampliando ininterruptamente a divisão social do trabalho entre os homens, e, *pari passu*, vêm complexificando suas relações sociais, tornando-as cada vez mais mediadas e indiretas. O saber

se multiplicou, e com ele se multiplicaram as instituições sociais que o amparam e organizam. O mundo da política igualmente se complexificou, tornando as sociedades humanas cada vez mais opacas, pois nelas desdobram-se incessantemente os sujeitos e as instituições de onde emanam os poderes que vertebram e estruturam a vida social. Assim sendo, quaisquer teorias sociais que se queiram socialmente úteis e efetivas têm de considerar suas pesquisas com base nas dinâmicas históricas fundamentais que determinam concretamente que seus objetos se tornem acessíveis ao conhecimento científico, através da atividade do intelecto humano.

As práticas simbólicas e discursivas são partes necessárias e orgânicas desse processo civilizatório. Elas intermedeiam e tornam possível a organização da vida social desde os primórdios da espécie humana, que, como acabei de expor, se reproduz de forma metabólica com a natureza por meio de sucessivas estruturações sociais e políticas ao longo da história. Assim como as demais teorias sociais, as teorias sobre o discurso também só podem ser efetivas e úteis quando formuladas em perspectiva histórica.

Em vista disso, tento sublinhar na segunda parte destas reflexões que não se pode definir a noção de “prática discursiva engajada” levando-se em consideração tão somente a economia de seus elementos simbólicos, como uma espécie de jogo puramente semiótico, sem que se defina muito concretamente a espessura política do discurso em cada circunstância histórica específica. Tratar teórica ou metodologicamente qualquer construção discursiva em sua dimensão exclusivamente epistemológica – vale dizer: abandonando as determinações ontológicas que a engendram como prática social consciente ou inconsciente – equivale a tentar entender essa construção discursiva nos marcos de uma operação meramente lógica, apriorística, e, portanto, desvinculada dos entes sociais concretos que a agenciam. Entendo que os elementos que definem fundamentalmente uma atitude discursiva “engajada” são sempre e incontornavelmente engendrados por um contexto histórico singular, ou seja,



presentes numa realidade social, política, econômica e simbólica concreta, organicamente vinculados à reprodução material da vida social humana.

Mais uma vez: enquadrar o conceito de “engajamento” nos marcos exclusivos das práticas simbólicas, ou seja, problematizando-o em termos exclusivamente semióticos, seria um gesto analítico redutor. Pois há que se reconhecer que a atitude de “engajamento” ou de “não engajamento” de qualquer intelectual não é tão-somente determinada pela sua vontade subjetiva, cuja consciência discursiva supõe-se ser sempre homogênea, constante e autocontrolada. Há que se reconhecer a existência de processos que o interpelam e o mobilizam como sujeito social, e que esses processos se encontram numa esfera ontológica que este sujeito não controla, cuja cognição lhe pode ser até mesmo inacessível, a não ser que procure ativamente suas causas exteriores.

Para tanto, há que se localizar o cerne dessa esfera ontológica nas forças produtivas e no seu modo de (re)produção, aí incluídas as práticas simbólicas como uma de suas dimensões essenciais. Somente a partir desta perspectiva teórica e metodológica estaremos em condições de reconhecer com um mínimo de clareza que as práticas discursivas não são engendradas de modo anárquico, como produções puramente randômicas, por um lado, e, por outro, que estas práticas não são produtos exclusivamente determinados por vontades subjetivas e soberanas.

O mundo contemporâneo, pautado pela produção infinita e descontrolada de mercadorias e pelo consumo, assim o parece sugerir, com a sua miríade de formas fetichizadas e aparentemente autonomizadas. A sociedade aparece como produzida pelas mercadorias, e não o contrário. Particularmente em um país como o nosso, periférico, os segmentos burgueses hegemônicos lograram a constituição de um Estado que historicamente tem garantido há séculos a intensa *exploração* da força de trabalho através da *opressão* política, mas não somente através desta. As classes dominantes no Brasil também dedicaram historicamente especial atenção a outra forma de controle social, que, combinada aos mecanismos de

coerção, tem sido eficiente na manutenção de uma das mais brutais e injustas sociedades do planeta: o *controle ideológico* sistemático da população trabalhadora.

Ao lado da *exploração* e da *opressão*, também o *controle ideológico* é constitutivo de nossa formação social histórica. Alguns dos resultados mais deletérios deste controle, exercido pelas elites econômicas de forma totalitária e sistemática sobre a sociedade brasileira ao longo de séculos, manifestam-se contemporaneamente na vida intelectual de nosso país. A prática do debate e da discussão de ideias no interior das universidades – hoje praticamente o único lugar em que se estuda com profundidade e amplitude a realidade brasileira – parece subtrair-se rapidamente da esfera das preocupações ontológicas para ocupar-se quase exclusivamente com questões epistemológicas. Esta “perspectiva epistemologista” vem pouco a pouco se estabelecendo no campo dos estudos sociais, assumindo recentemente uma posição quase hegemônica nos estudos sobre linguagem e discurso. Nesses estudos esta perspectiva estabelece um princípio que baliza e determina de modo apriorístico as únicas escolhas teóricas e metodológicas possíveis: o mundo só existe na medida em que o conhecemos. As perspectivas voltadas para o estudo do ser social e de suas práticas discursivas em termos ontológicos são liminarmente descartadas. As práticas discursivas encerram-se numa esfera exclusivamente simbólica e independente da realidade material em que estão inseridas; quaisquer tentativas de estabelecê-las não somente como determinantes, mas também dialeticamente determinadas por forças econômicas e políticas “exógenas” à esfera verbal, são anatimizadas, pois a “verdade” não passaria de um conhecimento “metafísico”. Para os defensores cada vez mais numerosos dessa perspectiva epistemológica, o conhecimento dos fundamentos da vida social, econômica e política e, com eles, das forças determinantes da sociedade burguesa é uma impossibilidade.

Na ausência de um princípio teórico claramente fundamentado pelo reconhecimento do modo de produção capitalista e das formas concretas de sua reprodução histórica, em

cujo cerne está a mercadoria e o trabalho humano dispendido em sua produção, certas análises sobre as práticas discursivas seguem princípios teóricos invariavelmente arbitrários, engendrados por uma abstrata “vontade de poder”. Assim, desprendidas de seus nexos com a realidade concreta, essas práticas são analisadas de modo absolutamente inconsequente. Inconsequentes também em termos sociais, pois, marcadas pela arbitrariedade, são quase sempre socialmente ineficientes, ou, no melhor dos casos, possuem uma eficiência efêmera. Pensam-se como práticas “engajadas”, quando, na verdade, não o são.

Serão essas práticas equivocadas resultantes de deméritos individuais, e, como tais, deslizes subjetivos, ou correspondem a tendências mais contextuais, determinadas por causas históricas mais profundas?

## 1

Como afirmei atrás, as formas com as quais a burguesia brasileira tem exercido o domínio histórico sobre a imensa maioria da população tem-lhe garantido há séculos a intensa *exploração* da força de trabalho não exclusivamente através da *opressão* política, aberta ou dissimulada, mas também através do *controle ideológico* das classes subalternizadas. Esse controle exerce-se diretamente através da manipulação da informação, exercida de diversas maneiras. Na impossibilidade de tematizarem abertamente as verdadeiras causas da profunda desigualdade social no Brasil, os intelectuais orgânicos da burguesia tupiniquim apelam crescentemente para a ocultação e silenciamento dos fatos.

Silenciamentos ou apagamentos são acontecimentos inscritos numa práxis mais ampla que muitos, com algum equívoco, hoje denominam negativamente como “pós-moderna”. Na realidade, omissões e “esquecimentos” praticados no debate sobre a realidade da vida social e suas representações não são fenômenos exatamente novos. Quando examinamos o desenvolvimento do capitalismo desde os seus primórdios, podemos observar nesse aspecto

sucessivos impasses e crises teóricas entre as diversas gerações de pensadores, no transcurso dos quais estes não raramente viram-se diante do dilema entre ficarem calados ou negarem compulsoriamente seus pontos de vista. Entre os séculos XV e XVI, os dramas vividos por Giordano Bruno e Galileu Galilei ilustram muito bem o destino daqueles que se opunham à época aos dogmas religiosos cristãos, zelosamente guardados pelos “intérpretes de Cristo” em Roma. (Aqueles cristãos que passaram a “protestar” a partir do solo alemão e inglês não recorreram menos à intimidação e à violência quando o assunto era a defesa da “verdade”).

A transição para uma ordem epistemológica antropocêntrica a partir da época do Renascimento manifestava-se através da procura por um entendimento das determinações e funcionamento da vida social nos marcos da autonomia humana. Este modo de pensar a sociedade nunca perdeu de vista o problema da categorização da liberdade humana, considerada em sua relação dialética com as determinações que a constroem, fossem estas provindas da natureza ou da própria sociedade. Estes pensadores, filósofos ou teólogos, foram os precursores ancestrais dos atuais cientistas sociais (entre os quais incluo os analistas do discurso de hoje). Eles viram-se com frequência submetidos à coerção exercida pelas autoridades, frequentemente refratárias a suas ideias. Esta coerção, anteriormente exercida pela autoridade feudal, passou a ser exercida pelo moderno Estado burguês, estruturado precisamente para o exercício da força e de sua regulação por meio de instituições jurídicas.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> “Em modos de produção anteriores ao capitalismo, não há uma separação estrutural entre aqueles que dominam economicamente e aqueles que dominam politicamente: de modo geral, são as mesmas classes, grupos e indivíduos – os senhores de escravos ou os senhores feudais – que controlam tanto os setores econômicos quanto os políticos de suas sociedades. Se alguém chamar por Estado o domínio antigo, estará tratando do mando político direto das classes econômicas exploradoras. No capitalismo, no entanto, abre-se a separação entre o domínio econômico e o domínio político. O burguês não é necessariamente o agente estatal. As figuras aparecem, a princípio, como distintas. Na condensação do domínio

Observo aqui lateralmente – sem a mínima pretensão de desenvolver o assunto – que, precisamente no bojo do processo de constituição do Estado moderno, consolidou-se então aquele fenômeno ideológico que os recentes estudos pós-coloniais denominam de “eurocentrismo”, conceito que não é irrelevante para o que tratamos aqui. Este fenômeno cristalizou-se no exato momento em que as regiões “recém-descobertas” pelos viajantes portugueses no século XV passaram a constituir um “sistema-mundo”. Até 1492, data em que este “sistema-mundo” deslanchou, não havia uma “história mundial”. Antes desta data os impérios ou sistemas culturais simplesmente coexistiam entre si. No século XVI, a expansão que levou os portugueses até o Extremo Oriente, a descoberta da América Hispânica e a primeira viagem de circunavegação (1521) transformou todo o planeta em palco de uma só história mundial (DUSSEL, 2005, p. 46). Vale dizer: a partir de 1492 a Europa passou a constituir todas as outras culturas como “periferia”. Nesta construção ideológica, a ideia de uma universalidade abstrata foi substituída por uma mundialidade concreta, cujo centro hegemônico passou a ser a Europa. A “modernidade” tornou-se um novo paradigma da vida cotidiana e da compreensão da história. Entretanto, alguns séculos depois este paradigma sofreu uma importante mutação. A partir do século XVIII o avanço das ciências e a racionalidade da produção capitalista impulsionou a invisibilização de alguns dos valores eurocêntricos mais crassos, isto é, alguns de seus aspectos mais flagrantemente absurdos. Na realidade, esses valores nunca desapareceram. Antes manifestam-se atualmente de forma indireta, “ideológica” (no sentido da ocultação de suas verdadeiras causas) em circunstâncias sociais que, como mencionei anteriormente, engendram conceitos como “injustiça”, “resistência”, “intolerância”, e, no que se refere às atitudes sociais

---

político em uma figura distinta da do burguês, no capitalismo, identifica-se especificamente os contornos do fenômeno estatal” (MASCARO, 2013, p. 18).

assumidas em função desses conceitos, delineiam aquilo que definimos em cada época histórica como “engajamento”.

Mas, retornemos ao desenvolvimento da sociedade burguesa e os seus processos imanentes de “ocultação” e “apagamento”, são os que me interessam mais nesta parte destas reflexões.

Em finais do século XVIII, com o acelerado desenvolvimento do capitalismo industrial, duas classes antagônicas tornaram-se pouco a pouco o centro de gravidade, as forças políticas motrizes das sociedades que as geraram, e, *pari passu*, inseriram-se como categorias centrais nas reflexões sobre a dinâmica da vida social e do Estado. Ao longo do século XIX ampliou-se rapidamente a autoconsciência das duas classes, da condição de “classe em si” para a condição de “classe para si”. Em meados deste século reconheciam-se, de um lado, como a classe dos proprietários dos meios de produção, e do outro lado como a classe dos destituídos desses meios e que, ao venderem sua força de trabalho aos primeiros, percebia que a luta pela sua emancipação condicionava e era condicionada orgânica e dialeticamente pelo confronto com aquela classe, considerada antagônica. O choque entre essas duas classes manifestava-se cada vez mais frequentemente em sangrentas batalhas localizadas e espontâneas, cada vez mais sérias e cruentas.

De forma análoga, também o mundo ideológico das “ciências sociais” passou a ganhar paulatinamente seus contornos. Quando o conflito entre as duas classes fundamentais da sociedade burguesa eclodiu subitamente, de forma extremamente aguda e politizada nos acontecimentos revolucionários do início de 1848, os antagonismos de classe passaram abertamente a se manifestar também no plano teórico-ideológico entre os filósofos e pensadores da vida social. Rapidamente se consubstanciou o campo daqueles intelectuais que se tornaram defensores da ordem burguesa em crise (mesmo que ainda em disputa com os resquícios jurídicos e filosóficos próprios da ordem feudal anterior). Muitos tornaram-se apologetas do regime do capital. Para justificá-lo “racionalmente”, em vista das contradições fundamentais do capitalismo e de seus traços mais desumanos,

passaram a lançar mão de apagamentos e ocultações de suas contradições – ainda que nem sempre ditados pela má-fé, mas por fenômenos essencialmente ideológicos.<sup>3</sup> A ampliação da hegemonia das teorias sociais burguesas trouxe consigo uma miríade de teses irracionistas acerca da impossibilidade de conhecimento do mundo objetivo.<sup>4</sup>

Naturalmente, os próprios limites e insuficiências de suas teorias sobre a vida social eram também evidenciados pelo acelerado desenvolvimento das forças produtivas e da expansão dos mercados, que rapidamente se complexificavam, e modificavam a fisionomia das grandes cidades, com grande impacto sobre suas instituições acadêmicas. A superprodução de mercadorias e o crescente esgotamento do modelo de acumulação extensivo do capital, apoiado na exploração de uma mão de obra que rapidamente escasseava, tornava as crises econômicas cada vez mais frequentes. As alternativas imperialistas e coloniais em busca de mercados consumidores impulsionam uma “segunda revolução industrial” no final do século (cf. MORAES, pp. 125-150). Nas primeiras décadas do século XX alguns Estados nacionais assumiram o protagonismo econômico, estimulando e apoiando a fusão do capital bancário com o capital industrial. A hipertrofia do Estado e de suas forças repressivas, somada ao caráter extremamente agressivo de suas políticas coercitivas internas e externas, parece ter acelerado nos meios acadêmicos o

---

<sup>3</sup> “É claro que (...) essas representações são uma expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política. (...) Se a expressão consciente das relações efetivas desses indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a sua realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo limitado de atividade material e das suas relações sociais limitadas que daí derivam” (MARX e ENGELS, p. 93).

<sup>4</sup> “Desde Schopenhauer, e principalmente desde Nietzsche, assistimos a um processo no qual o pessimismo irracionista vai minando e destruindo a convicção de que existe um mundo exterior objetivo e de que o conhecimento imparcial e consciente desse mundo pode oferecer a solução a todos os problemas provocados pelo desespero” (LUKÁCS, 1968, p. 70, tradução minha, L.M.).

distanciamento dos intelectuais com relação às teorias sociais que então já propugnavam a ruptura política com o Estado burguês, pois também no seu interior as instituições universitárias tornavam-se crescentemente funcionais. Na maior potência europeia da época, a Alemanha, a intelectualidade vinha já se desenvolvendo num mundo universitário organicamente imbricado com as elites que a financiavam (cf. RINGER, p. 128-143).

Tal desenvolvimento certamente não foi um fenômeno exclusivamente europeu. Uma investigação sistemática e aprofundada sobre o desenvolvimento mais geral do mundo acadêmico europeu certamente propiciaria mais inteligibilidade sobre o processo de criação e desenvolvimento das universidades brasileiras, e particularmente das instituições que aqui mais de perto nos interessam – as faculdades, cursos e estruturas curriculares voltados aos estudos sobre linguagem e discurso. Seja qual for o seu transcurso, esse processo foi marcado no Brasil por descontinuidades e cesuras importantes (cujas causas escapam inteiramente aos propósitos deste texto). Importa aqui, especificamente, apenas evidenciar o quão tardio e limitado tem sido o processo de construção de um campo teórico e institucional voltado para a reflexão, fomento e divulgação de teorias *materialistas* de nossa cultura, quando comparado com o amplo processo de disseminação do mais crasso culturalismo entre os intelectuais brasileiros (cf. SOUZA, 2015).

As explicações “culturalistas” para o desenvolvimento da história social e política do Brasil certamente não podem ser creditadas à má-fé de muitos de seus formuladores.<sup>5</sup> Ao contrário, foram até certo ponto tentativas de superação de interpretações eurocêntricas da sociedade brasileira, e aportaram importantes reflexões acerca de aspectos culturais relevantes para nossos

---

<sup>5</sup> A crítica de Souza em seu livro, dirigida principalmente aos “culturalistas” Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, é extremamente dura, comparando-os a modismos acadêmicos, mas é amenizada em obras posteriores, como em *A elite do atraso* (2017).



esforços na construção de uma nação brasileira. Mas hoje, décadas e décadas após a publicação de alguns de seus livros fundadores, torna-se imperativo que nos debruçemos sobre suas limitações interpretativas. Os equívocos desse “culturalismo” e suas consequências práticas deletérias, claramente apontadas por Jessé de Souza, tornam necessário o resgate de uma tradição teórica “esquecida” ou “apagada” que clama pela ultrapassagem de teses sociológicas que não encontram nenhum respaldo na história social, econômica e política concreta do Brasil: a rica tradição – nacional e internacional – do materialismo histórico. As bases teóricas e metodológicas que formam essa tradição permitem-nos superar concreta e consistentemente o “culturalismo” como uma teoria interpretativa insustentável.

Há já algumas décadas alguns autores vêm aportando contribuições originais e fundamentais às reflexões sobre linguagem e discurso. Contudo, certamente por influência das “perspectivas epistemologistas” que se estabeleceram entre nós, muitos pesquisadores preferem se esquecer das polêmicas e dos debates acerca dos limites e/ou incorreções teóricas daquelas obras fundadoras. Embora claramente evidenciadas e criticadas em suas respectivas épocas, tais polêmicas merecem ser resgatadas do esquecimento, e podem e devem ser revistas em suas fontes primárias.

## 2

Como afirmei anteriormente, proliferam atualmente trabalhos acadêmicos que se orientam por um princípio radicalmente epistemológico: o mundo só existe na medida em que o conhecemos. Ao desconsiderarem as dimensões ontológicas da vida social como determinantes das práticas simbólicas, um sem-número de autores constroem em suas análises recentes um mundo simplificado no qual os discursos são produzidos como espécies de epifanias, ou são determinados exclusivamente pela vontade de sujeitos sociais – que só existem nas suas cabeças. Quero crer que o

descompromisso de muitos com certas obrigações metodológicas para a comprovação empírica dos fenômenos simbólicos que analisam não se deva à preguiça ou má-fé. É preciso descer um pouco mais fundo na raiz do problema.

Recuemos no tempo até a época em que novas angulações e metodologias voltadas para o estudo do discurso surgiram na Europa e nos EUA, as décadas de 1960 e 1970, quando se constituíram os momentos hoje denominados de “turns” ou “viradas”. Nelas surgiram teses divergentes, algumas contraditórias entre si, formando um nebuloso campo teórico que confrontava teorias e disciplinas as mais distintas. Enquanto alguns destes teóricos filiavam-se declaradamente ao materialismo-histórico, de extração marxista, outros rejeitavam-no liminarmente, reprovando-o como teoria “essencialista” e/ou “positivista”.

Nas décadas das “viradas”, o autor mais conspícuo foi certamente Michel Foucault. Algumas de suas teorizações problematizavam profundamente os “enunciados” da história, e desconstruíam algumas de suas noções tradicionais mais básicas como “continuidade histórica”, “recortes disciplinares”, “obra”, “autoria”, “origem” etc.<sup>6</sup> Para Foucault, as práticas historicistas de seu tempo passaram a tratar o documento não mais como “a matéria inerte, através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros”. Segundo ele a história passou então a definir “no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações”. Dessa forma, a história transforma os documentos em “monumentos”, e desdobra “uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, interrelacionados, colocados em conjuntos”. A história se volta para a arqueologia, “para a descrição intrínseca do monumento” (FOUCAULT, 2008, p. 7-8).

---

<sup>6</sup> Estas teorizações de Foucault encontraram sua síntese mais bem acabada no período em sua *Arqueologia do saber*, publicada originalmente em 1969 (cf. FOUCAULT, 2008).

Autores marxistas como Dominique Lecourt endossaram as teses revolucionárias de Foucault contidas em sua *Arqueologia* (1969), mas com ressalvas. Lecourt apontava uma indeterminação teórica de seu autor: a categoria de “prática discursiva”, proposta por Foucault, era o indício dessa inovação teórica, de caráter materialista, que consiste em não aceitar nenhum “discurso” fora do sistema de relações materiais que o estruturam e constituem. Mas, considera Lecourt, esta teoria em “última análise” nunca conseguia distinguir com clareza as “práticas discursivas” das “práticas não-discursivas” (LECOURT, 2008, p. 51-53).

Muito do que se discutiu então não precisa ser tratado aqui em detalhes. Limito-me a reproduzir as reflexões de Regine Robin, publicadas originalmente em 1973, a respeito das “duas práticas” dicotomizadas por Lecourt. Para Robin o discurso não estava no centro das preocupações de Foucault. Na *Arqueologia do Saber* (1969) o autor explica que seu interesse não estava na definição de “loucura”, tal como se dera em seus estudos iniciais. Não eram as coisas e seus referentes que constituíam seu campo de pesquisa. Foucault não buscava reconstituir os fenômenos objetivos antes de circunscrevê-los como elementos “vivididos”. Por outro lado, o pensador não procurava a constituição desses objetos em termos de sua estrutura formal. A unidade discursiva que procurava não era nem formal nem retórica. Ela não residiria nem nas coisas em si, nem nas palavras, na forma e na retórica. Ela não residiria tampouco no recorte do universo científico ou pseudocientífico das disciplinas, ou no tema ou no autor. O objeto não é constituído pelo discurso, mas pelas condições de possibilidade dos discursos, “o campo problemático que lhes assinala um certo modo de existência e que faz com que, em determinada época, em determinado lugar, não se diga, não se diga absolutamente qualquer coisa” (ROBIN, 1977, p. 92-93).

As condições de possibilidade dos discursos estão inscritas no próprio discurso, elas estão de algum jeito no *limite do discurso*, oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, “determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder tratá-los, nomeá-

los, analisá-los, classificá-los, explicá-los” (FOUCAULT apud ROBIN, 1977, p. 93). Este campo de configuração é o que Foucault chama de formações discursivas. Esta abordagem obriga o autor da *Arqueologia* a localizar o problema das práticas não-discursivas no próprio discurso. Seu método busca escapar da análise interna nos moldes das análises estruturais, com sua lei de funcionamento intradiscursiva. Foucault retira-se do discurso para poder dar conta dele. Postula a não autonomia das práticas discursivas. Sua contribuição, entretanto, é para Robin limitada, porque para ele a relação das práticas discursivas com as práticas não discursivas é pensada em termos de justaposição, sem qualquer dominância hierárquica, isto é, “sem que o nível discursivo jamais esteja relacionado ao conjunto articulado de uma formação social, a seu jogo complexo de instâncias e de dominâncias (ROBIN, 1977, p. 95).

Entende-se bem, portanto, a crítica de Lecourt quando este afirma que na *Arqueologia* o mais positivo seria tentar constituir sob o nome “formação discursiva” uma teoria materialista e histórica das relações ideológicas e da formação dos objetos ideológicos, mas que Foucault é, nesse sentido, levado a um fracasso relativo (LECOURT, 2008, p. 45).

Seja como for, nesta obra Foucault dá um grande passo no sentido da construção do aparato teórico e de dispositivos de análise do discurso. Nela a “língua” é definida como “sistema para enunciados possíveis – um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos”, distinguindo-a do “campo dos acontecimentos discursivos”, “conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas”. Ao fazê-lo, o autor aponta seu interesse central na investigação deste último, e não no plano do “número infinito de desempenhos” possíveis (FOUCAULT, 2008, p. 30).

Isso deixou em aberto uma lacuna teórica que até hoje ocupa os teóricos da análise do discurso. A formulação de Foucault deixou implícita a perspectiva de que esses desempenhos viessem a constituir um campo a ser tratado com aportes teórico-metodológicos próprios. Mas foi na França que esta perspectiva

gerou desdobramentos mais significativos. O caminho aberto por Foucault foi seguido por Louis Althusser e Michel Pêcheux, os mais conspícuos protagonistas da chamada “análise de discurso francesa”. Evidentemente, nesse processo não se tratou pura e simplesmente do prolongamento e desenvolvimento pacífico das formulações foucaultianas, e sim de sua reformulação profunda, na qual alguns de seus aspectos fundamentais foram claramente negados e superados.

A tarefa de desenvolver uma teoria que enfocasse o discurso enquanto problema linguístico não estava entre as preocupações centrais de Foucault. Uma teoria com esta finalidade teria então que pensar profundamente a articulação das práticas discursivas com as não discursivas, tal como apontada por Regine Robin, situando-as socialmente e estabelecendo-a sobre bases materialistas-históricas. Quem tomou para si esta tarefa foi Michel Pêcheux, que “desenvolve[u] uma crítica marxista da concepção foucaultiana do discurso, considerada do ponto de vista da contradição, e conclui[u] sobre a necessidade ‘de uma apropriação do que o trabalho de Foucault contém de materialista’” (BRANDÃO, 2004, p. 38).

Althusser dará concretude à teorização de Foucault referente à relação entre enunciado e sujeito. Em *Aparelhos ideológicos de Estado* (escrito entre 1969 e 1970) Althusser descreve o processo de “interpelação” ou “assujeitamento” do sujeito como sujeito ideológico, e mostra como o indivíduo, imaginando-se dono de sua vontade, é, na realidade, levado a ocupar um lugar em uma determinada formação social. Com isso, estabelecem-se para o sujeito posições políticas de solidariedade, antagonismo ou de dominação. Estes conjuntos de posições organizadas são as “formações ideológicas”. Estas formações são compostas por atitudes e representações que não são nem individuais nem universais; elas apenas intervêm relacionando as posições de classe umas às outras. Levando-se em conta que o discurso é a expressão material da ideologia, concluímos que todos os discursos são governados por formações ideológicas, que têm como componente uma ou eventualmente diversas formações discursivas. As

formações discursivas delimitam, assim, num contexto ideológico específico, o que pode e o que não pode, o que deve e o que não deve ser dito. De forma análoga, estas formações delimitam aquilo que podemos definir como “engajamento” ou “não engajamento”.

Toda a reflexão de Althusser no livro trata centralmente da questão da ideologia no contexto do capitalismo e de sua reprodução.<sup>7</sup> O autor se propõe a examinar a metáfora “clássica” do edifício, com a qual tradicionalmente são descritas as relações recíprocas entre a infraestrutura e a superestrutura da sociedade capitalista, do ponto de vista da reprodução do sistema.<sup>8</sup> Em sua teorização do estado e de sua dominação Althusser diferencia o “aparelho de estado” do “poder de estado”, e invoca a questão dos “aparelhos ideológicos do estado” como objeto de discussão, diferenciando-o, por sua vez, dos “aparelhos de repressão de estado”, embora considerando a atuação simultânea dos dois aparelhos sobre a sociedade.

O autor constata que Marx não teria desenvolvido uma teoria da ideologia, e propõe-se a fazê-lo esquematicamente (ALTHUSSER, s.d., p. 70). Em sua obra *A ideologia alemã*, Marx formula a ideologia como “pura ilusão, puro sonho, isto é, nada”, pois toda a sua realidade “está fora de si própria”. Althusser considera que a formulação de Marx surgiu num “contexto francamente positivista”, e sugere que as ideologias têm, sim, uma história própria determinada pela luta de classes. Mas Althusser distingue *as* ideologias que exprimem posições de classe, e que possuem história, da *ideologia em geral* que não tem história, é *omni-histórica*. Para definir esta última, compara-a com a formulação

---

<sup>7</sup> “[É] nas formas e sob as formas da sujeição ideológica que é assegurada a reprodução da qualificação da força de trabalho” (ALTHUSSER, s.d., p. 22-23).

<sup>8</sup> A reprodução da força de trabalho compõe com a reprodução das forças produtivas e a reprodução das relações de produção a tríade com a qual se perpetua o modo de produção capitalista. “Como Marx dizia, até uma criança sabe que se uma formação social não reproduz as condições da produção ao mesmo tempo que produz não conseguirá sobreviver um ano que seja” (MARX apud ALTHUSSER, s.d., p. 9).

freudiana do *inconsciente eterno*, onnipresente, trans-histórico, “imutável em sua forma ao longo da história” (idem, p. 75).

O filósofo propõe duas teses para explicar o funcionamento da ideologia. A primeira é a de que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência. São construções imaginárias que não correspondem à realidade, e podem ser examinadas “como um etnólogo examina os mitos de uma ‘sociedade primitiva’” (idem, p. 78). Embora deformando a visão das relações de produção realmente existentes, essa ideologia opera a relação (imaginária) dos indivíduos com o mundo, com as relações reais em que vivem. A segunda tese é a de que a ideologia tem uma existência material. Ela existe sempre num “aparelho”, numa instituição concreta, e na sua prática ou suas práticas. Não se trata da materialidade como “de uma pedra ou de uma espingarda”. O comportamento do sujeito que vive na ideologia é material, prático, pois este sujeito inscreve “nos atos de sua prática material as suas próprias ideias de sujeito livre” (idem, p. 87). O sujeito age enquanto é agido pela ideologia existente num aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais, reguladas por um ritual material. As práticas existem nos atos materiais de um sujeito que age segundo sua crença. Em função disso, Althusser faz duas inferências: (1) somente existe prática através e sob uma ideologia; (2) somente existe ideologia através do sujeito e para sujeitos (idem, p. 91).

Para que isso ocorra é preciso que a ideologia interpele os indivíduos como sujeitos. A categoria de sujeito é constitutiva a toda ideologia, mas isso somente na medida em que o indivíduo concreto é constituído como sujeito pela ideologia. O reconhecimento de que somos sujeitos é o efeito elementar da ideologia; esta condição surge como uma “evidência”. O reconhecimento de que somos sujeitos e de que funcionamos nos rituais práticos da vida nos dá a “consciência” da prática do reconhecimento ideológico, mas não o conhecimento científico do mecanismo deste reconhecimento. Um dos efeitos da ideologia é o de denegar na prática o caráter ideológico da ideologia. É preciso

estar fora da ideologia, é preciso estar no conhecimento científico para se poder dizer “estou na ideologia” (idem, 101). Todos os indivíduos são sempre-já sujeitos. Para estes, os indivíduos são sempre abstrações. Estes fenômenos de pré-designação ideológica, como por exemplo da criança antes mesmo de nascer, tem a ver com o que Freud chama de “inconsciente” (idem, p. 103).

Ao exemplificar estes fenômenos na ideologia religiosa cristã, Althusser formula que nela os indivíduos são interpelados como “sujeitos, mas que se submetem ao “Sujeito”. O reconhecimento dessa submissão perante o “Sujeito” e os demais “sujeitos” permite a cada sujeito singular se reconhecer entre estes e para si próprio (idem, p. 111). O indivíduo é interpelado como sujeito livre, para se submeter livremente à sua sujeição.

Somente existem sujeitos *para* e *pela* sua sujeição. A realidade deste mecanismo inconsciente é, em última análise, “a reprodução das relações de produção e das relações que delas derivam” (idem, p. 114).

Concluo estas reflexões destacando a reflexão de Althusser sobre o sujeito como efeito elementar da ideologia, da sua condição como “evidência”. Diante de qualquer objeto simbólico o ser humano é convocado a efetuar um ato interpretativo. Quando a interpretação ocorre, o sentido aparece como uma “evidência”, como se tivesse sempre estado ali. Essa interpretação é apagada, mas existe. Este apagamento é o que explica que a linguagem – e a própria história – pareçam não ter qualquer espessura. Elas aparecem naturalizadas, como dados imutáveis. Nisso consiste o trabalho da ideologia: produz evidências, e coloca o ser humano numa relação imaginária com suas condições materiais de existência.

## **Conclusão**

Com base em tudo o que foi dito, creio que a reflexão sobre “sujeitos e discursos engajados” pode assumir contornos mais concretos e socialmente localizados.



Uma teoria materialista do discurso deve trabalhar esses efeitos de evidência com os quais os sujeitos e os sentidos se constituem. A evidência do sentido “faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam como uma dominante” (ORLANDI, 2012, p. 46). As palavras investem-se de sentido porque o recebem de formações discursivas que se relacionam entre si. Já a evidência do sujeito é responsável pelo apagamento do fato de que o indivíduo é interpelado pela ideologia, e que precisamente por isso ele se transforma em sujeito. Essas duas evidências efetuam-se através de “esquecimentos”, de modo que “a subordinação-assujeitamento se realiza sob a forma da autonomia, como um interior sem exterior”, fazendo se esfumarem as determinações do mundo real. Vista sob o prisma desses fenômenos cognitivos, a ideologia não é ocultação, mas desempenha uma função necessária, mediante a linguagem e o mundo. “Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro” (idem, p. 47).

Em vista disso, o conceito de “engajamento” pode assumir sua máxima dimensão libertária e eficácia se corresponder à busca consciente da superação do “véu de Maia” formado por essas evidências flagradas como tais. “Engajada” é a atitude daquele que ajuda a suspender diante de seus próprios olhos o manto do “esquecimento”, superando a sua própria condição alienada, de modo a enxergar as verdadeiras determinações da vida social, sejam materiais, sejam simbólicas, e, com isso, pôr-se em condições de emancipar a si mesmo da condição de explorado, oprimido e alienado.

Em nossa quadra histórica, “engajado” é aquele que entende por que o capitalismo precisa ser superado, e transforma esta compreensão em ação social concreta – inclusive em práticas discursivas emancipadoras.

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Trad. de J. J. de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, s.d.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo, in: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 41-53.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª. Edição. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.
- LECOURT, Dominique. “A Arqueologia e o saber”, in: FOUCAULT et alii. *O homem e o discurso (A Arqueologia de Michel Foucault)*. 3ª. ed.. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008, p. 43-66.
- LUKÁCS, Georg. *El assalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. 2ª. edición. Trad. de W. Roces. Barcelona/México D.F.: Grijalbo, 1968.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. de R. Enderle, N. Schneider e L. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORAES, Luís Edmundo. *História contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2017.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. 10ª edição. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- RINGER, Fritz K. *The decline of the German mandarins. The German academic Community, 1890-1933*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1969.
- ROBIN, Regine. *História e Linguística*. Trad. de Adélia Bolle. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- SOUZA, Jessé de. *A tolice da inteligência brasileira. Ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.



# Nova Direita e Reacionarismo no Brasil Contemporâneo

Flávio Henrique Calheiros Casimiro<sup>1</sup>

## Introdução

O texto em tela, que parte do conturbado e contraditório processo de ascensão da extrema direita no Brasil, é fruto de pesquisas sobre dominação burguesa e as estruturas organizativas das direitas brasileiras na contemporaneidade. Representa, por sua vez, a sistematização da apresentação de uma conferência por ocasião da V Jornada de Debates do Programa de Mestrado em Letras (PROMEL/UFSJ), da Universidade Federal de São João Del-Rei, em parceria com o Grupo de Pesquisa Linguagens e Discursos da História (LIEDH/UFRJ), cujo tema foi: “Engajamento em foco: língua, discursos históricos e representações sociais”. Na ocasião tive a honra de compor a mesa de apresentação “O conservadorismo no passado e no presente” com os professores Euclides de Freitas Couto (UFSJ), Muniz Gonçalves Ferreira (UFRRJ) e Luís Edmundo de Souza Moraes (UFRRJ). Sendo assim, como se trata de uma apresentação de conferência, a proposta deste trabalho consiste meramente em levantar possibilidades e analisar alguns elementos e suas conexões, a fim de contribuir para um debate mais amplo sobre o processo histórico que estamos vivenciando.

A proposta deste capítulo – que parte de um recorte e atualização de uma pesquisa mais ampla sobre as estratégias de atuação da burguesia brasileira – é analisar o processo de estruturação desse movimento reacionário a partir da atuação

---

<sup>1</sup> (IFSULDEMINAS). E-mail: flavio.calheiros@ifsuldeminas.edu.br

articulada de seguimentos empresariais, dos quais definimos como “nova direita”. Dessa forma, torna-se necessário algumas considerações iniciais de caráter conceitual. Antes de avançarmos sobre a discussão quanto às estruturas organizativas da burguesia brasileira, é preciso uma breve definição acerca do que convencionamos a denominar por “nova direita”. Tem sido relativamente recorrente o uso do termo para explicar o atual movimento das direitas e o próprio cenário de ascensão do projeto bolsonarista ao poder, entretanto, existem diferentes concepções sobre tal processo histórico, principalmente no que tange ao seu suposto marco inicial. Nesse sentido, é possível afirmar a existência de uma “nova direita”? Se estamos diante da expressão de uma “nova direita”, o que a caracteriza? E como o projeto da extrema direita bolsonarista se enquadra nessa nova expressão das direitas brasileiras?

## **1. Delimitando o conceito de “nova direita”**

Como assinalado, diante do cenário obscuro de ascensão de um projeto de extrema direita ao poder, que tem deixado perplexos setores progressistas, com discursos autoritários e protofascistas, muitas análises e estudos têm sido produzidos na tentativa de trazer alguma explicação para esse movimento reacionário no Brasil. Por conseguinte, a atual conjuntura e o próprio uso do termo nova direita nos remete à necessidade de uma caracterização mais elaborada, no sentido de evitar abordagens reducionistas ou que desconsiderem a sua análise enquanto um processo histórico mais complexo. Diante de tal preocupação metodológica discutiremos algumas abordagens que tentam delimitar o termo, apontando algumas características importantes de serem consideradas, bem como algumas de suas fragilidades.

Por conseguinte, elencamos para melhor debater algumas abordagens mais recorrentes que buscam explicar essa espécie de “refluxo” conservador. A primeira tentativa de explicação da atual conjuntura, no sentido de estabelecer uma delimitação

conceitual para o termo “nova direita”, que destacamos, parte de um enfoque sobre o seu caráter discursivo. Nessa perspectiva, o característico discurso de ódio que vem ganhando proporção e reverberação nos últimos anos, seria uma marca de distinção desse novo movimento de caráter reacionário no Brasil, se comparado às direitas mais tradicionais.

É um fato inquestionável que acompanhamos o fortalecimento de um movimento reacionário extremamente truculento, caracterizado pelo discurso de ódio, racismo, intolerância, autoritarismo, LGBTQ fobia, e ataque sistemático à política e ao conhecimento científico. Discursos que até pouco tempo pareciam improváveis de serem proferidos e que causavam certo constrangimento até mesmo para conservadores, passaram a ser proferidos de forma desavergonhada, por pessoas de diferentes segmentos sociais e, principalmente, passaram a fazer parte de discursos de autoridades e lideranças políticas.

Entretanto, para nossa análise, a ampliação desse discurso de ódio não é suficiente para a caracterização de uma “nova direita”. O fato é que os discursos supracitados não representam uma novidade do ponto de visto teórico-político, sendo muito característicos de movimentos autoritários e de extrema direita precedentes. Isso se verifica tanto no que concerne aos chamados fascismos históricos – com o característico nacionalismo, seus discursos chauvinistas de exaltação de uma pátria gloriosa e abstrata a ser restaurada ou construída, com a necessidade de uma união diante de inimigos comuns (comunismo, a desagregação da família e da sociedade diante de valores liberais, etc) – quanto nos movimentos políticos e regimes ditatoriais da história do Brasil, onde as supostas ameaças à família e aos bons costumes, já motivaram discursos extremamente excludentes, violentos e discriminatórios, como é o exemplo do próprio movimento Integralista dentre outros. Nada mais emblemático que a “*Marcha da família com Deus pela Liberdade*”, realizada em 1964 por apoiadores do golpe civil-militar, que vem sendo reeditada nos últimos anos.

Para além desses poucos exemplos, a ideia aqui defendida é a de que a uma parte expressiva da sociedade brasileira sempre foi extremamente conservadora e que tais discursos de ódio sempre estiveram presentes no nosso cotidiano, mas que ganharam reverberação nos últimos anos diante da conjuntura e, principalmente, em função das novas tecnologias de comunicação, que passam uma certa sensação de proteção e invisibilidade permitindo e/ou estimulando a manifestação de determinados discursos sem maiores constrangimentos sociais e legais.

Outra forma de definição conceitual da “nova direita”, que carece de uma análise mais pormenorizada é aquela que define essa categoria a partir do surgimento de novas tecnologias, principalmente com as redes sociais (*Facebook, Twitter, Instagram*, dentre outros) e os aplicativos móveis de comunicação como o *WhatsApp* e similares. A transformação de toda vida social diante da criação dessas novas tecnologias é algo absolutamente inquestionável. Novos padrões de comportamentos, novas formas de interação e relações sociais do trabalho dentre tantas outras transformações, são resultantes dessas novas tecnologias que, por sua vez também se transformam constantemente em um processo dialético.

Nesse sentido, grande parte dessa construção de um projeto da extrema direita, a estratégia esteve centrada no esvaziamento do debate político de sua profundidade em função da reprodução automática e irrefletida de determinados discursos em uma espécie de “*memetização*” do espaço político. Movimento estratégico que reduz o espaço da defesa de ideias e propostas ao nível da superficialidade das mensagens curtas dos aplicativos móveis e das redes sociais. Nesse sentido, temos a explosão dos chamados *memes*, “viralizando” informações rasas, acintosamente descontextualizadas, bem como notícias falsas (*fake news*), em um vertiginoso e contínuo processo deliberado e muito bem estruturado de renovação. Não se trata, obviamente, de uma crítica às inovações tecnológicas no campo das comunicações e as inimagináveis possibilidades que tais avanços proporcionaram e

ainda podem proporcionar. Todavia, temos de refletir criticamente quanto aos usos políticos de tais recursos e suas consequências para a democracia, até mesmo como forma de defendê-la.

Essa nova estratégia de atuação política, que se mostrou efetiva e fundamental nos últimos processos eleitorais – não somente no Brasil, como também para a própria vitória de Donald Trump para a presidência dos EUA –, representou uma marca da campanha vitoriosa de Jair Bolsonaro e seus grupos aliados, em 2018. O importante é ter consciência de que, apesar dessa estratégia de ação política ser extremamente difusa, não pode ser compreendida como meramente espontânea e/ou aleatória. Se por um lado, existem uma imensa quantidade de materiais, *memes*, vídeos, frases de efeito, pequenos textos, notícias falsas, descontextualizações de episódios e etc, que são capilarmente reproduzidos, compartilhados e pulverizados por diferentes recursos tecnológicos utilizados por grande parte da sociedade brasileira; por outro, existem estruturas muito bem organizadas e financiadas para criar os mecanismos necessários para sua difusão, assim como aparelhos produtores de tais discursos e recursos variados de atuação política e ideológica.

Muitas dessas matérias convertidas em *memes* e *viralizadas* nas supracitadas redes sociais e aplicativos móveis, por sua vez, são conteúdos produzidos e/ou replicados por Blogs representantes de setores da direita, assim como, aparelhos de atuação política e ideológica mais complexos e diversificados em suas estratégias de ação. Essa atuação político-ideológica promovida por essas organizações atinge uma repercussão para além de qualquer controle e estimativa.

Tais discursos caracterizam-se tanto pela ação desestruturadora, desarticuladora e esvaziadora do significado dos movimentos sociais e trabalhistas, assim como outros grupos e minorias socialmente desfavorecidas e marginalizadas; pela crítica às políticas sociais como se essas fossem causadoras da crise (“*bolsa vagabundo*”); pelos discursos autoritários, truculentos, (“*bandido bom é bandido morto*”, “*Direitos Humanos é direitos dos*



*manos*”), outros muitas vezes carregados de posicionamentos marcadamente preconceituosos, camuflados por uma suposta e conveniente “irreverência” (“*Não sou racista ou não sou homofóbico, isso foi apenas uma brincadeira*”; “*esse mundo ficou chato, não se pode mais brincar*”). Como também pela estratégia simbólica de produção de significados em uma espécie de “única” alternativa “verdadeiramente anti sistêmica”, pautada na refutação da política “tradicional” e, obviamente, nas construções anti-petistas<sup>2</sup>. Portanto, mesmo assumindo proporções inimagináveis em sua difusão espontânea, existem centros formuladores e deliberadamente organizados para a elaboração e execução de tais mecanismos de ação política.

Feitas as devidas considerações a respeito da importância fundamental dessas novas tecnologias da comunicação para o avanço e ascensão ao poder da extrema direita no Brasil, é preciso compreender que tal processo não poderia caracterizar o que chamamos por “nova direita”. Como demonstrado acima, as novas tecnologias representam mecanismos estratégicos amplamente acionados pelas direitas, inclusive a mais reacionária ligada ao bolsonarismo, mas isso não define uma nova expressão da direita e, tampouco, do movimento reacionário. Como discutido pelo pesquisador João Elter Miranda (2020), se partirmos do pressuposto de que o que define e caracteriza esse movimento da chamada nova direita seria a revolução das tecnologias de comunicação, cairíamos em um problema de ordem metodológica, onde a cada inovação tecnológica pretérita ou futura, que revolucionou ou vier a revolucionar o campo político e ideológico, teríamos que considerar como uma nova expressão das direitas. Nesse raciocínio, por exemplo, a criação do rádio representaria a ascensão de uma nova direita brasileira; o

---

<sup>2</sup> Em sua Tese de Doutorado intitulada “A Nova Direita no Brasil (2011-2016): Uma análise da atuação política no Facebook”, a pesquisadora Isabel Grassioli, traz uma importante contribuição para a reflexão quanto a atuação da nova direita por meio das redes sociais, nos últimos anos.

advento da Televisão traria consigo novamente uma nova expressão da direita e assim por diante.

Em terceiro, temos abordagens que propõem um recorte político para a caracterização da atual conjuntura valendo-se da noção de “nova direita”. Tais concepções partem do entendimento de que essa ascensão das direitas, devem ser observadas como uma espécie de razão ou refluxo conservador diante dos governos de esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT). Com base nessa abordagem, as ditas “políticas de conciliação de classes” promovidas pelos governos petistas – principalmente nos mandatos de Lula e no primeiro mandato de Dilma Rousseff – teriam possibilitado a ascensão social de segmentos das classes subalternas, criando descontentamentos. Os programas de transferência de renda como o “Bolsa Família”, o “Minha Casa Minha Vida”, as cotas sociais e raciais nas universidades e serviços públicos, a ampliação de direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas dentre outras medidas, que, de fato, representaram um importante processo de melhoria de vida dos setores populares, seriam interpretados como um custo alto a ser pago pelas classes médias.

Entretanto, o programa de reformas estruturais com o qual o PT se amparou e obteve forte apoio popular fora abandonado (MIRANDA, 2020). Nesse sentido, a reforma política que poderia romper com as velhas estruturas oligárquicas, a reforma tributária com a taxação das grandes fortunas, tributação progressiva que desonerasse a classe trabalhadora e a tão sonhada reforma agrária, foram deixadas de lado. A conciliação de classes revelou-se na forma de políticas compensatórias, que, se por um lado, possibilitou a melhoria de vida para setores populares, também atendeu com muita generosidade a grande burguesia e os interesses do capital, principalmente do megacapital multinacional com a expressiva transferência de recursos, ativos e políticas que beneficiaram diretamente as chamadas “campeãs nacionais”. Por certo tempo os governos do PT obtiveram apoio e forte aprovação de importantes frações da burguesia brasileira,

tendo como símbolo dessa “boa” relação, o apoio público e midiático por parte do empresário Jorge Gerdau Johannpeter, do grupo Gerdau e dirigente de inúmeras organizações representativas do empresariado e da direita brasileira.

Observando as manifestações organizadas por setores das direitas a partir de 2014, é possível verificar que as supracitadas políticas mais populares desenvolvidas pelo PT, de fato incomodaram segmentos das classes médias e mobilizaram boa parte dos discursos pró-impeachment, assim como, o próprio programa antissocial da extrema direita bolsonarista. Mas, como dito, os governos do PT não representaram uma verdadeira ameaça aos interesses do capital, tampouco, podem explicar isoladamente a estruturação e expansão das direitas no Brasil contemporâneo.

As diferentes expressões das direitas brasileiras não podem ser compreendidas e reduzidas a meras reações ao próprio PT. Tal compreensão, por sua vez, negligencia as próprias iniciativas e a organização desses segmentos burgueses. Respeito, boa parte dos mesmos grupos que compunham a turba pró-impeachment nas ruas, durante uma década conviviam tranquilamente com essas políticas que passaram a criticar e até mesmo chegaram a apoiar os governos do PT. O esgotamento das políticas econômicas anticíclicas diante da crise prolongada e a incapacidade dos governos petistas em atender aos interesses da burguesia no que concerne ao aprofundamento das contrarreformas, na intensidade e velocidade que esses grupos almejavam, talvez explique melhor o descontentamento das classes médias com o governo do PT.

Ancorada nessa abordagem de que o avanço da direita seria uma reação aos governos de esquerda, outras análises relacionam essa expansão a uma suposta consequência das manifestações conhecidas como Jornadas de Junho de 2013. Sob essa ótica, os protestos de caráter progressista – que tinham como bandeira a questão do “passe livre”, como forma de reação aos aumentos das tarifas de ônibus em várias regiões do Brasil, mas que também contemplavam um debate mais amplo sobre a necessidade e qualidade de serviços públicos como forma de garantia de preceitos

constitucionais e dignidade da classe trabalhadora –, teriam, por sua vez, aberto um campo perigoso de ataque aos governos do PT.

Dessa forma, nesta concepção, esses novos discursos e arranjos das direitas teriam se constituído da apropriação e reconfiguração dessas mobilizações, onde paulatinamente a pauta progressista foi sendo substituída por movimentos “anti-corrupção”, “anti-política” dando mais força e projeção ao chamado Lava-jatismo e, enfim, criando o solo social para o impeachment da presidenta Dilma Roussef. A partir daí, essa escalada do movimento reacionário teria adquirido mais musculatura e apoio popular até culminar com a eleição da figura de Jair Messias Bolsonaro para Presidente da República do Brasil.

Tal concepção, apesar de apresentar certos aspectos conjunturais importantes que explicam bem este levante do povo nas ruas, com a reconfiguração de suas bandeiras, traz alguns problemas analíticos, assim como, desconsidera outras variáveis fundamentais para a caracterização de tal processo histórico. Por conseguinte, partimos do pressuposto de que esse movimento reacionário, que congrega diferentes matrizes do pensamento liberal e conservador – e que assumiu um significado muito próprio no Brasil, constitui-se como um processo histórico que precisa ser observado, pelo menos, a partir das últimas três décadas.

Apesar de estarmos diante de um fenômeno marcado por uma assustadora e aparentemente repentina ascensão de um movimento de extrema direita – que parece ter surgido “do nada” ou surgido como um suposto efeito colateral que se deu em função de uma fissura no bloco de poder com as manifestações de 2013 –, é preciso ter em vista que esse processo carrega marcas mais profundas. Desde a redemocratização do Brasil, no final dos anos de 1980, segmentos conservadores e reacionários da burguesia brasileira, insatisfeitos com os rumos da chamada “Nova República”, com as novas diretrizes estabelecidas nas disputas da constituinte, passam atualizar suas estratégias de atuação, principalmente através de organizações de atuação política e ideológica. Essa redefinição das bases de atuação das direitas pós redemocratização, entretanto,

também não dá conta de explicar sozinha a guinada recente para um projeto de extrema direita. Mais do que isso, também não dá conta de explicar o fato dessa alternativa mais autoritária ter conseguido agregar outros estratos de classe, obtendo sucesso e conquistado o poder do Estado.

Nosso pressuposto é o de que a definição de algo novo e transformador no conjunto das estratégias de atuação que caracterizam a chamada “nova direita” seria o seu novo *modus operandi*, em uma sociedade civil cada vez mais complexificada por estruturas organizativas das classes dominantes, ou, na letra do filósofo sardo Antônio Gramsci, ocidentalizada. Por conseguinte, como apresentado, partimos do entendimento de que não são os discursos, as novas tecnologias de comunicação, a suposta reação aos governos de esquerda, com uma abertura no bloco de poder com as manifestações iniciadas em 2013 ou os atores (tendo em vista que muitos dos personagens de destaque na ascensão desse novo movimento reacionário, estão em atuação na política brasileira a muitas décadas ou são pertencentes de famílias poderosas no conjunto das classes dominantes do país) que definem conceitualmente essa “nova direita”. Todos esses elementos elencados, por sua vez, compõem o repertório e as estratégias da ascensão das direitas no Brasil contemporâneo, entretanto, isoladamente não são suficientes para a sua caracterização.

Ressalta-se, por conseguinte, que a referida “nova direita” não se configura como um bloco homogêneo, tampouco se define pelo Bolsonarismo e o projeto de extrema direita que assumiu o poder no Brasil. Nesse sentido a utilização do termo “direitas”, no plural, é importante para demonstrar o caráter heterogêneo, contraditório e, mesmo, conflitivo do conjunto das frações burguesas. Tais distinções, tanto no plano dos valores, mas principalmente, no plano econômico-corporativo, abarca importantes conflitos interburgueses que, por sua vez, traduzem-se em diferentes projetos de hegemonia. Dessa forma, o projeto reacionário da extrema direita bolsonarista é uma expressão no conjunto heterogêneo das direitas no Brasil. Também é verdade

que, mesmo contemplando tais divergências e conflitos, muitas vezes inconciliáveis no plano teórico-político, essas distintas frações burguesas, em conjunturas específicas, deixam de lado certos particularismos e articulam-se em torno de um projeto comum como salvaguarda de seus interesses mais essenciais no plano da acumulação de capital.

## **2. Elementos para refletir sobre a ascensão reacionária no Brasil contemporâneo.**

A análise da atualização da hegemonia burguesa no Brasil tendo como nexos articuladores um projeto da extrema direita, precisa considerar a compatibilização histórica de uma complexa trama de elementos e condicionantes. Evidentemente não é nossa pretensão dar conta de todo esse processo neste pequeno ensaio com a devida profundidade que isso demandaria. Tal exercício exigiria análises mais aprofundadas que articulem diferentes aspectos importantes e definidores dessa conjuntura, tais como: a própria crise econômica enfrentada a partir de 2008; o esgotamento das políticas econômicas anticíclicas e as medidas compensatórias adotadas pelo PT, que, como já citado anteriormente, aliavam uma ampliação do escopo das políticas focalizadas no âmbito social com pesadas conversões de recursos para a grande burguesia, principalmente, para as chamadas “campeãs nacionais”; o avanço sistemático e deliberadamente propagado do sentimento antipolítico, anticorrupção e antipetismo; a estratégia fracassada da direita tradicional, encabeçada pelo PSDB, que alicerçada no lavajatismo, aliado à grande mídia, apostou na retirada antecipada do PT para assumir o poder, mas acabou derrubada, numa espécie de “fogo amigo”, com seus próprios escândalos de corrupção; o avanço significativo das religiões evangélicas pentecostais e neopentecostais que penetram com muita capilaridade em todas as regiões do país, principalmente nas grandes periferias, prestando serviços que o Estado negligencia, ocupando um espaço que, em certa medida, era ocupado por

movimentos sociais, estabelecendo sua ética pautada principalmente na teologia da prosperidade; o avanço e aparelhamento de grandes áreas periféricas urbanas, principalmente no Rio de Janeiro, controladas por milícias, fortemente organizadas e articuladas às forças policiais (principalmente civis e militares) e à institucionalidade estatal, inclusive compondo quadros da sociedade política; a estruturação de um arranjo de bancadas conservadoras, articulando os segmentos agroindustriais, militares belicistas, e religiosos, principalmente, evangélicos na chamada bancada “BBB” (Boi, Bala e Bíblia).

Todos esses elementos – além de outros não elencados nesse momento, como a própria escalada da violência e criminalidade, por exemplo – compõem um cenário importante, onde a extrema direita soube muito bem se aproveitar para ganhar espaço e avançar sobre o terreno social, inclusive, sobre o campo da própria direita tradicional, onde sua grande estratégia fora a **funcionalização do medo**. Esse mecanismo discursivo eficiente foi, sem dúvidas, massiva e sistematicamente acionada por esse segmento reacionário para sair de uma condição, praticamente, inexpressiva no próprio conjunto das direitas, para assumir o protagonismo na reta final da disputa eleitoral de 2018. Assim, a extrema direita constrói um discurso socialmente poderoso em torno do medo em diferentes aspectos da vida social, dentre estes destaca-se: o medo do desemprego diante da crise, supostamente gerada pelo PT; o medo da violência crescente, culpabilizando além dos governos petistas, os próprios Direitos Humanos; o medo de uma suposta degeneração e desagregação da “família tradicional” e dos “bons costumes” pautados na religiosidade cristã e, a partir daí, o medo da “*mamadeira de piroca*”, do “*Kit Gay*”, da “*ideologia de gênero*” etc; e pasmem, o medo do comunismo e do chamado “*marxismo cultural*” que, de acordo com esse discurso, dominaria toda produção cultural e intelectual do país.

Para o estudo em tela, a análise concentra-se na apresentação de determinadas estruturas organizativas do empresariado brasileiro que tiveram um importante papel na produção de

conteúdos e disseminação dos valores característicos dessa nova direita de modo mais amplo, mas que também serviram de base para sua expressão mais reacionária, com o projeto de extrema direita. Nessa conjuntura de redefinição da estratégia de atuação de amplos setores da burguesia brasileira, é que temos a constituição de inúmeros aparelhos de atuação política e ideológica dos diferentes segmentos da direita brasileira, complexificando as formas de relação com o poder de Estado, bem como, atuando sistematicamente para a produção de consenso em torno de pautas neoliberais na economia e ultraconservadoras no âmbito dos costumes.

A expansão progressiva de variadas estruturas organizativas da burguesia brasileira demonstra o significativo e tardio processo de complexificação ou de ocidentalização da sociedade civil brasileira, que se efetiva principalmente a partir da década de 1990 e se intensifica exponencialmente até a atualidade. Entre 1996 e 2002, o número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil cresceu de 105 mil para cerca de 276 mil entidades, sejam elas burguesas ou de contestação do modelo hegemônico. Trata-se de uma ampliação de quase 170 mil novas organizações, o que equivale a um crescimento de 157% no período (Fontes, 2010, p. 283).

Em 2010, de acordo com o estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, predominantemente voltadas à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). As Fasfil concentravam-se na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5%) (Ipea/IBGE, 2012).

Segundo estudo mais recente realizado pelo Ipea, o Brasil fechou o ano de 2017 com 820 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com Cadastros Nacionais de Empresas Jurídicas



(CNPJs) ativos no país. É importante destacar que, dessas 820 mil organizações, cerca de 709 mil (86%) representam associações civis sem fins lucrativos, outras 99 mil (12%) configuram organizações religiosas e 12 mil (2%) são fundações privadas. A região Sudeste detém cerca de 40% das organizações, seguida por Nordeste (25%), Sul (19%), Centro-Oeste (8%) e Norte (8%). (IPEA 2019). Analisando a série histórica de expansão da sociedade civil brasileira, partindo de 1996 até o ano de 2017, constata-se um aumento em torno de 715 mil novas instituições, o que representa um crescimento de aproximadamente 680%.

Evidentemente, os dados apresentam um universo muito variado de organizações, tanto no que se refere à natureza, como à finalidade dessas instituições da sociedade civil que expandiram-se no referido período. Sem deixar de destacar a importância do aumento substancial de instituições religiosas – principalmente evangélicas, que ajudam a explicar, pelo menos em parte, o avanço expressivo do movimento conservador no Brasil, nas últimas décadas – para este estudo, coube destacar a expansão das organizações de atuação política e ideológica das diferentes frações da burguesia brasileira.

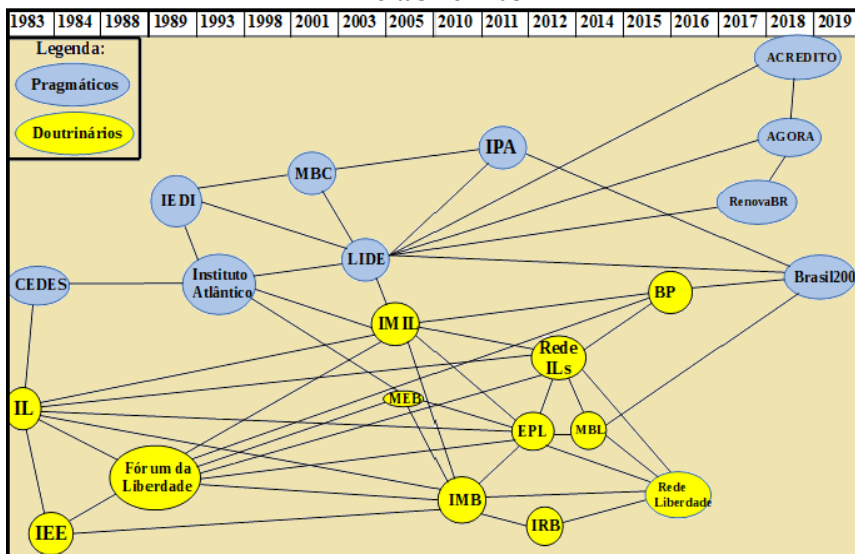
As referidas estruturas organizativas da burguesia brasileira são compostas por instituições formais de atuação política e ideológica com perfis, formatos e campos de atuação diversificados que, por sua vez, elaboram estratégias distintas e adaptadas aos seus públicos, todavia, complementam-se e articulam-se em uma espécie de rede. Nesse sentido, tais aparelhos desenvolvem formas sofisticadas de articulação e atuação conjunta, criando um bloco importante e consistente de estratégias variadas de difusão e ampliação de seus quadros de seguidores. Esse processo, que como já expressado, vem se desenvolvendo paulatinamente desde a redemocratização do país e ganhando corpo no conjunto da burguesia brasileira, se intensifica como forma pragmática de oposição aos governos do PT e, a partir de 2014, tais aparelhos assumem uma estratégia

política incisiva, assim como um discurso deliberadamente reacionário e violento.

Essa capilaridade articulada demonstra-se como um elemento fundamental para a naturalização de determinados discursos e a produção de espécies de “verdades socialmente aceitas”, em virtude da replicação desses conteúdos em diferentes meios. Essa articulação possibilitou tanto a atuação dessas organizações em projetos em comum; o compartilhamento entre elas de membros associados, que aqui chamamos de intelectuais orgânicos; a produção em massa de conteúdos compartilhados e replicados nos mais diferentes aparelhos, desdobrando-se na mídia de forma geral, em blogs e, mais recentemente, redes sociais e aplicativos móveis. Trata-se de uma forma sofisticada, extremamente complexa, difusa e eficiente de produção de consenso.

A imagem a seguir traz um fluxograma com o ano de criação e o conjunto de articulações de uma série de organizações de atuação política e ideológica que compõem a “nova direita” brasileira.

Fluxograma de Organizações Políticas e Ideológicas das  
Direitas no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

A imagem apresenta uma complexa trama de conexões estabelecidas entre um número expressivo de organizações de variadas naturezas, pertencentes a distintas frações da burguesia brasileira. Dentre as organizações definidas como de atuação pragmática elencamos: o Centro de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), o Instituto Atlântico, o Movimento Brasil Competitivo (MBC), o Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), o Instituto Pensar Agro (IPA), o Renova BR, o Agora, o Acredito e o Instituto Brasil 200. Já dentre os aparelhos de atuação doutrinária elencamos: o Instituto Liberal (IL); O Instituto de Estudos Empresariais (IEE), fundador e organizador do chamado Fórum da Liberdade; o Instituto Millenium (IMIL); o Movimento Endireita Brasil (MEB); o Instituto Von Mises Brasil (IMB); o Instituto Rothbard Brasil (IRB), o Estudantes pela Liberdade (EPL) que fundou o Movimento Brasil Livre (MBL) para atuar politicamente de forma mais pragmática; a Rede de Institutos Liberais; a Rede Liberdade; e a Plataforma Brasil Paralelo (BP)<sup>3</sup>.

Essas organizações estão separadas – ainda que arbitrariamente, para efeitos mais didáticos do que concretamente – em dois grupos diferentes, do ponto de vista de sua atuação, em aparelhos pragmáticos e doutrinários. Quando falamos em organizações de atuação política e ideológica ou, na conceituação gramsciana, em aparelhos privados de hegemonia, tais categorias de análise contemplam instituições de natureza muito variadas, principalmente na concepção de Gramsci, que envolve por exemplo, desde *Rotary Clubs* até jornais. Dessa forma, a segmentação

---

<sup>3</sup> Como se trata de um estudo mais enxuto, não é possível fazer uma discussão pormenorizada sobre cada uma dessas instituições. Informações mais específicas e aprofundadas sobre essas organizações, com a história de fundação, quadros dirigentes, assim como suas estratégias de atuação podem ser encontradas em trabalhos anteriores de maior fôlego como: *A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. e *A Tragédia e a Farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

em organizações de tipo pragmático e doutrinário consiste em uma tentativa de definir minimamente a forma de atuação dessas entidades, assim como sua natureza institucional. Mesmo possuindo uma determinada natureza (mais pragmática ou mais doutrinária) diante de sua finalidade institucional, essas organizações, em grande medida, acabam atuando direta ou indiretamente das duas formas, mais ainda sim estão segmentadas para evidenciar que possuem uma finalidade e uma razão de existência distinta que as caracterizam.

De forma bastante sintética e até mesmo incompleta, chamamos aqui de pragmáticas, as organizações cuja atuação é mais voltada aos interesses empresariais, que envolvem empreendimentos voltados à internacionalização da burguesia, com a abertura de frentes de negócios nacionais e internacionais. Além disso, envolve a representação de interesses específicos de determinadas frações da burguesia, com o desenvolvimento de projetos de poder e de reconfiguração do Estado, com a elaboração de programas de políticas públicas, com uma atuação que penetra na institucionalidade estatal. Também caracteriza uma atuação pragmática, as estruturas voltadas à projeção de quadros de intelectuais/empresários na sociedade política com organizações que atuam como verdadeiros partidos ampliados (como visto em Gramsci), estabelecendo diretrizes teórico-políticas, o projeto de governo, a formação/preparação dos candidatos, assim como o próprio financiamento de campanhas.

No mesmo sentido, de modo geral a definição de organizações doutrinárias baseia-se na atuação, principalmente, no sentido de produção de consenso, onde a finalidade institucional concentra-se em difundir e naturalizar determinada concepção de mundo, disseminando através de diversificadas estratégias os valores concernentes à exacerbação dessa noção de economia de mercado, individualismo, meritocracia dentre outros. Contempla também a difusão de valores característicos de uma agenda conservadora e reacionária no âmbito dos costumes e da cultura. Nesse sentido, essa atuação procura ampliar os quadros de intelectuais orgânicos

defensores dos postulados das direitas e transbordar a sua concepção de mundo para outros estratos de classe.

Como já mencionado, é evidente que ao atuar pragmaticamente, produzindo políticas públicas e projetando atores na sociedade política, uma organização também está atuando de forma doutrinária e ajudando na produção de consenso. Da mesma forma, disseminando uma determinada cultura do capital, um aparelho de atuação caracterizado como doutrinário também estará direta ou indiretamente, atuando de forma pragmática para o processo de reconfiguração da ossatura material do Estado. Além disso, essas organizações também atuam conjuntamente, elaborando estratégias e táticas em comum, compartilhando estudos e materiais, organizando eventos, assim como, possuem em seus quadros dirigentes intelectuais/empresários pertencentes a diversos desses aparelhos. Ou seja, essas entidades possuem muito mais características em comum que as articulam do que sua natureza institucional pode segregar. Além, é claro, do fato de compartilharem, essencialmente, dos mesmos interesses essenciais de reprodução ampliada do capital.

O fluxograma, por conseguinte, apresenta algumas das principais organizações de atuação política e ideológica, responsáveis pela produção e/ou reprodução/difusão de grande parte dos conteúdos utilizados e replicados de diferentes formas por blogs, páginas, redes sociais e grupos de *WhatsApp*, criando e/ou intensificando toda essa rede extremamente capilarizada de atuação ideológica dessa “nova direita”. Nesse sentido, chamamos a atenção para a evolução temporal da estruturação e articulação entre elas. Uma construção que se inicia ainda como reação da direita conservadora no processo de redemocratização e vai se resignificando, complexificando suas estratégias de atuação e articulação institucional. O fato é que trata-se de um processo paulatino e progressivo de organização e composição de um novo *modus operandi* das direitas no Brasil, onde todos esses aparelhos estão em plena atividade na atualidade e, mais do que isso, atuando de forma extremamente articulada.

Essa constituição de uma rede direta e indireta de aparatos de atuação política e ideológica de forma progressiva, passa a compor diferentes espaços da vida social, mobilizando arranjos políticos, funcionalizando projetos de poder e difundindo uma cultura voltada às determinações do capital e ao pensamento conservador/reacionário mais truculento. Para além de sua própria atuação e capilaridade, essas organizações instrumentalizam outras práticas e espaços de produção de consenso, fundamentais no processo de construção de hegemonia. Dessa forma, nutrem de conteúdo os mais diversos e difusos canais de comunicação, naturalizando seus discursos, validando e chancelando uns aos outros e, por conseguinte, produzindo espécies de “verdades” socialmente aceitas. Não obstante, essas estratégias devem ser compreendidas como uma parte do movimento maior e mais complexo de estruturação e articulação das classes dominantes no Brasil contemporâneo.

### **Considerações Finais**

Destaca-se, por conseguinte, a necessidade de se analisar a composição do movimento reacionário que ascendeu ao poder no Brasil contemporâneo, não como a própria definição de uma nova direita brasileira, mas como umas de suas expressões possíveis. Da mesma forma, também não podemos compreender essas estruturas organizativas da burguesia brasileira e seus intelectuais como se representassem um bloco totalmente coeso e homogêneo. Contemplam, todavia, distintas frações de classe burguesa que, por sua vez, defendem interesses específicos e imediatos, caracterizando conflitos interburgueses importantes. Por outro lado, esses diferentes estratos de classe, independente de seus interesses mais imediatos, também constroem relações articuladas, alinhando-se em determinadas condições histórico-sociais concretas, visando salvaguardar o essencial para a reprodução ampliada do capital.

Dessa forma, na atual conjuntura é possível perceber muitas dessas diferenças de ordem teórico-políticas, principalmente no campo dos valores e da cultura, serem suprimidas ou subjugadas pela ascensão do reacionarismo que aparece como alternativa pragmática para viabilizar as mudanças e interesses mais essenciais de ordem econômico/corporativos. Esse atual alinhamento entre distintas frações burguesas em torno de um projeto de extrema direita sinaliza para o processo de atualização da hegemonia burguesa em marcha Brasil. Dessa forma, em nome da manutenção de uma presença ativa nas relações de força e buscando garantir o essencial para a acumulação, essas distintas frações da direita brasileira alinham-se sob as diretrizes do projeto mais truculento e reacionário e aceitam, quando conveniente, os pressupostos que eventualmente atentam contra princípios democráticos que outrora, pelo menos para parte dessa burguesia, constituíam a base de seus discursos.

A estruturação do projeto político da extrema direita bolsonarista contempla um arranjo amplo, móvel, que inclui setores populares, da classe média e estratos da grande burguesia industrial, financeira e agroindustrial. Além disso, outros segmentos são fundamentais para a estruturação e legitimação desse projeto como é o caso do avanço expressivo de organizações religiosas com discurso fortemente moralizante e reacionário, assim como o papel das forças armadas, das polícias militares, e próprio setor privado de segurança que vê na lógica armamentista do programa de Bolsonaro, mais do que uma garantia de segurança pessoal, mas uma grande oportunidade de ampliar seus negócios. Esses dois grupos supracitados, cujos discursos se retroalimentam são essenciais para o bolsonarismo e sua estratégia de funcionalização do medo.

Diante de tais arranjos, o que se observa é que discurso ultraliberal na economia e conservador nos costumes, parece ter sido a junção conjuntural que melhor se apropriou e explorou as nuances do crescente sentimento de antipetismo na sociedade brasileira que transborda para o discurso “anticorrupção” e “antipolítica”. Discursos funcionalizados por diferentes elementos

conjunturais como a crise econômica, o alto índice de desemprego e violência. Além disso, tais discursos foram fortemente alimentados e reproduzidos pela própria direita considerada mais tradicional, principalmente através de seus canais midiáticos, mas que acabou atingindo os seus próprios partidos da ordem, como o notório exemplo do enfraquecimento do PSDB.

Por fim, destacamos que esse alinhamento da burguesia significou uma aposta em um projeto mais viável e pragmático para levar adiante o processo em curso de contrarreformas estruturais do Estado (principalmente trabalhista, previdenciária, tributária e administrativa) e, assim, garantir a manutenção e a ampliação dos mecanismos de expropriações sociais, assim como a abertura de novas fronteiras para a expansão do agronegócio.

## Referências

CASIMIRO, Flávio H. C. *A Tragédia e a Farsa: ascensão das direitas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

\_\_\_\_\_. *A Nova Direita: aparelhos de atuação política e ideológica no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

IPEA/IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010*. Estudos e Pesquisas – Informação Econômica n. 20, Rio de Janeiro, 2012.

IPEA. *Afinal, o que os dados mostram sobre a atuação das ONGs? Análise de transferências Federais e projetos executados pelas organizações da sociedade civil no Brasil*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

MIRANDA, João Elter. Existe uma “nova direita” no Brasil? In: <https://www.youtube.com/watch?v=Y1y8knPuaGY&t=209s>. Acesso em 15 de outubro de 2020.





# Ensaio sobre o Espanto

Luís Edmundo de Souza Moraes<sup>1</sup>

Este é um ensaio no sentido estrito do termo: uma busca de caminhos, uma tentativa. A expectativa é a de reunir indícios e de fazer um exercício de construção de hipóteses, arrolando elementos que permitam abrir canais de investigação sobre um tema que tem ocupado e preocupado muita gente: a extrema direita nos nossos tempos.

Esse exercício foi motivado por um evento organizado pelo PROMEL/UFSJ e pelo LIEDH/UFRJ, para o qual eu fui convidado pra falar sobre um tema difícil: o conservadorismo no passado e no presente. E a dificuldade não está somente na complexidade do tema *conservadorismo*, pois o fenômeno nem sempre é apreensível de modo claro e unívoco, mas, talvez, principalmente porque estabelecer uma conexão entre o *passado* e o *presente* não é uma das coisas mais simples.

## O Passado e o Presente

Há um velho hábito intelectual de procurar fazer conexões entre passado e presente na busca de antecipações que poderiam ser derivadas de “experiências” passadas. Uma vez conhecido o que se passou, dizem muitos, já saberíamos o que deu certo e o que deu errado. Saberíamos, assim, o que fazer e o que não fazer. É por isso que muitos imaginam que o passado ensine, que ele seja um mestre a nos dar lições.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> UFRRJ. Email: luismoraes@ufrj.br

<sup>2</sup> A ideia de que a História é uma “mestra para a vida” e os seus efeitos foram explorados, pensando em mudanças de valor atribuído à história, por Reinhard Koselleck em seu “Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos”.

O passado, acumulando todas as vivências e sabedorias da humanidade, teria nascido predestinado a nos *passar* a “sua” *experiência* para que não caíssemos em tentação, para que não pisássemos em falso, para que acertássemos sempre. E a nós caberia nada mais que abrir os olhos para ver os ensinamentos do passado.

Nessa forma de pensar, os historiadores, como guias nesse tipo curioso de turismo, seriam os intermediários de um encontro entre as experiências acumuladas e as pessoas ávidas por saber o que fazer. A história seria assim um repositório de experiências e os historiadores seriam aqueles profissionais que tomariam a humanidade pelas mãos e a conduziriam pelos corredores do passado para que ela, a humanidade, pudesse aprender com seus erros e seus acertos.

Mas, talvez para a decepção de alguns, é importante nunca perder de vista que a vã esperança iluminista de que o passado (considerado dessa forma: como *sujeito*) desempenhe funções pedagógicas no mundo é não somente ingênua, mas, acima de tudo, perigosa.

Isto porque o passado não *faz* nada e não *tem capacidade* para julgar. Ele por si só é preguiçoso demais para fazer alguma coisa se ele não for animado, se ele não for estimulado. E o tipo de estímulo que o passado reconhece e acolhe é um só: a pergunta.

Assim, por um lado, o passado não *se* comunica; ele não fala por si só. Mesmo se pessoas pudessem encontrá-lo, ele ficaria mudo. O passado só responde a perguntas e, até que consigamos formulá-las, o passado não nos diz nada, visto que ele só nos diz aquilo que perguntamos e na medida de nossa pergunta, ainda que ele, às vezes, nos surpreenda com respostas imprevistas.

Por outro lado, o passado não nos ensina nada. Nem o que é certo nem o que é errado. Simplesmente porque o passado não sabe o que é “o” certo e “o” errado, assim no singular, pensados como universais e a-históricos.

---

(Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006). Cf. cap.5: “Historia Magistra Vitae: Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento” p. 41-60.

Um único exemplo basta: o próprio fato de que algo como a tortura e os assassinatos praticados por agentes do Estado durante a nossa ditadura possam ser valorizados e considerados necessários por uns e serem, simultaneamente, combatidos e considerados aviltantes por outros já seria suficiente para mostrar que os eventos do passado não trazem em si mesmos valores (“bom” e “mal”, por exemplo) ou sentidos (a tortura sendo, por sua natureza, “um mal necessário” ou, ao contrário, uma “expressão do que há de vil no humano”).

Desde quando o passado ainda era presente (e todo o passado foi, algum dia, um presente!) as pessoas atribuíram sentidos distintos e deram valor distinto às mesmas coisas que aconteciam, desde os grandes eventos até os mais insignificantes.

Os sentidos e o valor do passado não estão nunca nos próprios eventos do passado e são absolutamente dependentes de quem os observa e os coloca em movimento. Mesmo que alguns desses sentidos sejam absolutamente inadequados ou mesmo avessos à profissão dos historiadores, o passado (como o presente) se deixa levar.

Isto é assim por duas razões: por um lado o passado não sabe o que ensinar e nem para que, e, por outro, sendo ele sujeito de algo, ele sempre foi sujeito passivo: nunca, em nenhum lugar, o passado jamais tomou (ou vai tomar) a iniciativa de cumprir funções pedagógicas.

O passado precisa ser empurrado e colocado em movimento para que ele possa servir a qualquer propósito, seja o de divertir, o de instruir, de formar, de educar, de preparar para a guerra ou de preparar para a paz..., funções que ele, talvez, nunca tenha aspirado desempenhar (nem imaginado que desempenharia) quando ainda era presente.

Assim, somos nós é que podemos mostrar, indicar e ensinar coisas por meio de acontecimentos, de feitos, de processos que se passaram e que foram *transformados em história*. O caminho que transforma o passado em história não é um caminho natural nem necessário, constitutivo e intrínseco ao passado. Nesse sentido, as

coisas que passam não nascem destinadas a se tornar história e nem a cumprir qualquer função pedagógica. Elas se tornam história pela ação humana e elas podem cumprir funções pedagógicas se forem acionadas, especificamente, para esse fim. Somos nós que ensinamos coisas e que vamos ao passado buscar coisas para que cumpram funções pedagógicas e nos ajudem a ensinar.

É por isso que se deve dar um passo além e dizer que esta expectativa de que o passado funcione como um mestre para a vida não é somente falsa. Ela é, acima de tudo, perigosa porque desresponsabiliza e desarma os verdadeiros sujeitos dos processos de ensino, os verdadeiros agentes dos processos pedagógicos: nós, as pessoas e grupos humanos.

Mas, além de o passado não nos ensinar nada sozinho, eu tenho a sensação firme de que nem sempre o passado é *usado* para que se possa viver o presente. Esta é uma segunda dimensão dessa relação entre passado e presente e é aquela que me interessa explorar.

## **O Susto e o Espanto**

Ao que parece, vivemos, não só no Brasil, mas também em muitos outros lugares, um tempo em que é constante a sensação de surpresa, de susto, de sobressalto.

Nosso presente nos traz, penso eu, surpresas de dois tipos. O primeiro desses tipos são os sustos que eu chamaria de efêmeros. Nessa categoria enquadro os sustos pitorescos como aquele provocado quando somos informados que, em meio a uma pandemia com consequências e efeitos humanos desastrosos, o presidente demite ministros da saúde que entendem da área e escolhe para substituí-los um militar da ativa que não entende nada de saúde! Um susto que é seguido de outro de mesmo tipo quando tomamos conhecimento de que, mesmo sendo um militar de alta patente, e supostamente detendo as mais altas qualificações para operações de logística, o ministério por ele conduzido demonstrou índices raros de incompetência na

previsão, na compra, no armazenamento e na distribuição de insumos e materiais para a área de saúde por todo o país.

Esse é um tipo de surpresa de vida curta; são sustos efêmeros. Quando sabemos que o militar foi escolhido para ministro da saúde muito possivelmente por conta de suas inegáveis qualidades de funcionário obediente e cuja qualificação profissional mais destacada (é difícil saber se a única) talvez seja, justamente, sua acomodação à hierarquia, as coisas fazem sentido. São coisas que, ainda que continuem a produzir indignação, em pouco tempo, deixam de nos causar sustos e sobressaltos. São surpresas que se parecem com fogos de artifício: nos assustam mas, de alguma forma, nós conseguimos explicar, dar sentido vendo e reconhecendo a incompetência, a má formação ou a má intenção de indivíduos que, se não eram conhecidas, pelo menos não são inimagináveis ou absolutamente inesperadas.

E a surpresa deixa de ser surpreendente. Sustos dessa natureza fazem, simplesmente, parte da vida desde o início dos tempos. É o inesperado que faz sentido ou que passa a fazer sentido e se acomoda.

Mas, os nossos tempos nos trazem surpresas e sustos de outro tipo. Esse segundo tipo de surpresa tem uma relação direta com a forma como nós lidamos com o passado, tanto como coisa que aconteceu ou como coisa racionalizada (a História).

Aqui falo de eventos que, mesmo acontecendo e se repetindo, nos causam incômodo e continuam a nos causar incômodo por muito tempo depois de terem acontecido. Em alguns casos, o espanto parece perene, causando incômodos em gerações.

O que me parece mais representativo desse segundo tipo de surpresa, que, pra fins práticos, vou chamar de “espanto”, é a sensação de muitos de que há alguma coisa muito errada com o mundo. Ou, dito de outra forma, a sensação de que, quanto mais olhamos para o passado, menos entendemos como esse presente passou a existir. É uma sensação de desconexão entre passado e presente que nos leva a pensar que, talvez, alguma coisa de muito

grave tenha acontecido justamente no presente para alterar tão profundamente o *curso natural das coisas*.

A sensação de que o presente traiu o passado ou de que este, ao contrário, não deu instrumentos necessários para que as pessoas vivessem e dessem sentido para a experiência do presente não é um fenômeno comum, mas há momentos em que expressões dessa natureza marcam (ou podem ter marcado) toda uma geração.

Dois casos paradigmáticos:

Em 1933, Walter Benjamim, falando do final da Grande Guerra de 1914-1918, nos remete a ruptura produzida pelo evento: “uma geração que ainda fora a escola num bonde puxado a cavalo viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens...”<sup>3</sup>

No mesmo sentido, anos mais tarde, recordando, em 1966, o momento em que escreveu o seu “Origens do Totalitarismo”, Hannah Arendt, dizia que aqueles anos imediatamente posteriores ao fim da II Guerra Mundial representaram “o primeiro momento em que se podia elaborar e articular as perguntas com as quais a minha geração havia sido obrigada a viver a maior parte da sua vida adulta: *O que havia acontecido? Por que havia acontecido? Como pôde ter acontecido?*”.

Perguntas que não eram facilmente respondidas exatamente por serem motivadas por coisas que não somente não tinham sido previstas, mas que não pareciam ser compreensíveis:

*É muito perturbador o fato de o regime totalitário, malgrado o seu caráter evidentemente criminoso, contar com o apoio das massas. Embora muitos especialistas neguem-se a aceitar essa situação, preferindo ver nela o resultado da força da máquina de propaganda e de lavagem cerebral, a publicação, em 1965, dos relatórios, originalmente sigilosos, das pesquisas de opinião pública alemã dos anos 1939-44, realizadas então pelos serviços secretos da SS (...) demonstra que a população alemã estava notavelmente bem informada sobre o que acontecia com os*

---

<sup>3</sup> Cf. Benjamin, Walter. “Experiencia e Pobreza”. In \_\_\_\_\_. Obras Escolhidas. Vol.1, pg 115.

*judeus ou sobre a preparação do ataque contra a Rússia, sem que com isso se reduzisse o apoio dado ao regime.*<sup>4</sup>

Aqui todos os verbos estão no presente, com exceção daqueles que tratam dos relatórios da SS...

O passado então imediato, aquele da Grande Guerra e de suas trincheiras e o do nazismo e de sua política de extermínio, parecia estar, por um fosso, separado de um passado mais longínquo, de um “passado anterior”. Esse passado próximo parecia ser vivido como um presente pois ainda se mantinha inconcluso, por que irresoluto.

Com cores menos fortes e ainda que experimentando rupturas talvez menos profundas, muitos de nós fomos, nesses últimos tempos, tomados pelo espanto, que tem nos acompanhado em diversas dimensões da vida.

Em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro parece ter feito com que o espanto tenha, definitivamente, se instalado entre nós. Ali ele ganhou corpo, densidade. Para muita gente foi inacreditável que, justamente no ano em que celebrávamos os 30 anos da chamada “Constituição Cidadã” de 1988, o candidato preferido no primeiro e no segundo turnos das eleições presidenciais, tendo conquistado o voto de quase 58 milhões de brasileiros, tenha sido aquele que sempre declarou publicamente ser um defensor veemente de ditaduras, da tortura, de milícias e da violência policial.

Além disso, Bolsonaro nunca se cansou de dizer de todas as formas que estavam ao seu alcance que ele gostava pouco da pluralidade e da diferença, existindo inúmeros registros de sua grosseria e destempero, de sua misoginia, de sua homofobia, de seu simplismo intelectual e de sua moralidade repugnante e várias outras coisas que eram consideradas como barreiras reais ao sucesso em eleições majoritárias no país.

---

<sup>4</sup> Cf. prefácio à terceira parte de seu *Origens do Totalitarismo*, Arendt, Hannah *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. Pg. 339-340.



Isto porque, graças àquilo que o passado nos teria *ensinado*, teríamos um ambiente social que repudiaria o autoritarismo, que valorizaria a salvaguarda a direitos humanos, a democracia etc... como uma segunda natureza do sistema que emerge da redemocratização.

Porém, em um número grande de cidades a votação de Bolsonaro ultrapassou os 80% dos votos válidos, em alguns casos, chegando a casa dos 90% dos votos válidos... 90% dos eleitores de algumas cidades, tanto pobres quanto ricas, não viram problemas em votar em um candidato que nunca escondeu ou demonstrou preocupação em esconder seus valores e seus projetos. E ninguém viu isso chegar...

Não há prognósticos conhecidos de 10, 5 ou 3 anos antes das eleições que tenham indicado que alguma coisa parecida com Bolsonaro estava no nosso caminho como se, na feliz expressão de Maurício Moura e Juliano Corbellini, a moeda tivesse caído em pé.<sup>5</sup>

E caiu de pé também quando, para o espanto geral, ilustres desconhecidos foram eleitos para cadeiras no legislativo ou para os executivos estaduais que, em comum com o presidente, tomavam a violação de direitos, o anti-republicanismo, o anti-humanismo como programa. Dar um “tiro na cabecinha” como política de segurança pública e rasgar uma placa em homenagem a Marielle Franco, a vereadora do Rio de Janeiro assassinada em 14 de março de 2018, foram símbolos de uma campanha na qual o que avilta se torna um troféu e que, para a surpresa ou escândalo generalizado, davam votos. Muitos votos!

Com tudo isso, os profissionais das avaliações e das previsões ficaram atônitos. “Os resultados da noite [de apuração dos votos no primeiro turno de 2018] deixaram os analistas de política sem adjetivos”, lembra Jairo Nicolau, cientista político atento não somente às “tempestades”, mas também àqueles que as preveem (ou que deveriam prevêê-las). “A visão dominante dos cientistas

---

<sup>5</sup> Moura, Maurício e Corbellini, Juliano. *A Eleição disruptiva: Por que Bolsonaro venceu*. Rio de Janeiro: Record. 2019. p.20-21.

políticos sobre as eleições de 2018 era a de que repetiria os padrões dos pleitos anteriores”.<sup>6</sup>

Nesse sentido, Bolsonaro representa, em alguma medida, uma surpresa de tipo particular, expressa por um *espanto* que não passa facilmente.

### **Dar sentido às coisas**

Olhando um pouco para trás, temos a sensação de que isso tudo é fruto de um tempo de sobressaltos. Entre 2013 e 2015, por exemplo, em um período de rara mobilização social, ideias que muita gente pensava que estavam restritas a alguns militares aposentados e nostálgicos da ditadura parecem ter deixado a estreiteza dos nichos reacionários. Seus porta-vozes ocuparam o espaço público mais amplo, transformando-as em ações concretas que, para o espanto de muitos, mobilizavam cada vez mais pessoas: partidos políticos foram escorraçados do espaço público, a defesa veemente da ruptura da ordem constitucional pelas forças armadas transformou-se em movimento social, o apreço por ditaduras, pelo autoritarismo e o desprezo pela ideia de direitos humanos passou a estar estampado em faixas e cartazes, cada vez mais numerosos em cantos diversos do país.

“Porque não mataram todos em 1964?” ecoou durante muito tempo nas ruas e encontrou gente atônita, sem saber localizá-los, sem conseguir dar sentido pra realidade, sentimento materializado com rara clareza nas palavras da colunista do *El País* Eliane Brum:

Não sei quem são os brasileiros que gritam nas ruas pedindo a volta da ditadura. Desconheço as pessoas que clamam por intervenção militar como se isso não fosse uma vergonha, uma indignidade, e sim a prerrogativa de “cidadãos de bem”. Acho que nunca tive tanto medo desse deformado discurso “do bem” quanto hoje, essa época em que todo o pudor foi perdido e a ignorância da História é ostentada como um troféu. Sei que são

---

<sup>6</sup> Jairo Nicolau. O Triunfo do Bolsonarismo: como os eleitores criaram o maior partido de extrema direita da história do país. *Revista Piauí*, nº 146, Novembro de 2018.

pessoas, porque só humanos são capazes de algo tão brutal. (...) Mas me reservo o direito de, por um momento, escolher a ingenuidade. Prefiro acreditar que vocês não sabem do que falam nem o que pedem. Não podem saber. Se soubessem, não ousariam.<sup>7</sup>

Não conhecê-los pode significar simplesmente que eles não eram esperados e, portanto, não eram reconhecidos como os habituais defensores do *indefensável*. Se era assim, era por ignorância: a ousadia não combina com outra coisa se não a falta que, se preenchida, os levaria a outro lugar.

Isto tudo porque eles eram inesperados e vinham de lugares inesperados: indivíduos e grupos que não se enquadravam no perfil dos conhecidos apologistas da ditadura.

Esse tipo de surpresa é aquela que quebra não somente nossas expectativas em relação ao presente, mas também os próprios padrões de inteligibilidade com os quais operávamos até então.

Muitos de nós fomos tomados por um incômodo profundo gerado pela percepção de que esses fenômenos não se encaixavam no mundo que muitos de nós, ou mesmo todos nós, imaginávamos existir, de que alguma coisa estava fora da ordem.

Porém, o que parece ser mais significativo é justamente o fato de que Bolsonaro, mesmo sendo um nome com alguma projeção nacional, não era, cinco ou dez anos antes dele chegar à presidência, alguém com quem nos importávamos. Ele está aí há muitos anos, circulando à luz do dia, mas parece que ficou durante muito tempo invisível. A possibilidade de termos candidatos eleitos justamente porque eram defensores do indefensável não estava no horizonte daquilo que era digno de ser avaliado, de ser levado a sério, de ser visto. A extrema direita no país parecia não ser considerada como eleitoralmente viável para um cargo executivo e, menos ainda, para o cargo de presidente.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Eliane Brum, El País, 08/12/2014.

<sup>8</sup> João Fábio Bertonha. “A Direita radical Brasileira no século XX: Do monarquismo e das ligas nacionalistas ao Fascismo e à Ditadura militar (1889-2011)”. *Studia historica: historia contemporânea*, 30, 2012, pp. 133-150. Aqui p.148.

Não foram poucos os que buscaram pensar e dar sentido para esse comportamento de um pouco menos de 60 milhões de pessoas, lançando mão de hipóteses diversas mas, certamente, as mais recorrentes, e que tinham mais credibilidade, tinham em sua linha de frente os temas da crise e da propaganda eleitoral, ambas variáveis imersas na conjuntura.

De fato, as crises simultâneas e sequenciais têm um papel inegável nessa conjuntura aberta pelas manifestações de 2013 e o seu peso não pode ser negligenciado, pois alimentam um ambiente social no qual se enraizou a ideia de que mudanças são necessárias.

Por outro lado, também é verdade que as novas formas de comunicação centrada nas redes sociais digitais (especificamente no *WhatsApp*) tampouco podem ser negligenciadas por sua potência mobilizadora, pela velocidade com a qual a comunicação se dá e por evidenciar novas formas de legitimidade na produção de conteúdos e no processo de transmissão de informações.

Nenhuma dessas explicações é, propriamente, uma novidade. Já há muito as crises são chamadas a desempenhar o papel de sujeito histórico a conduzir as pessoas para soluções políticas específicas e, por seu turno, a propaganda é trazida à tona como fator explicativo determinante para dar sentido a comportamentos sociais variados.

Contudo, o problema maior é que essas explicações, mesmo garantindo algum grau de inteligibilidade para aquilo que causou o *espanto*, parecem não resolver o problema e acabam por não ser plenamente tranquilizadoras.

A razão disso é que parece não ser possível evitarmos duas perguntas que são importantes para entender um fenômeno dessa natureza: 1) por que a solução da crise foi essa e não outra qualquer? e, 2) mesmo considerando que as novas tecnologias podem facilitar a disseminação de ideias e encorajar pessoas a vir a público e defendê-las, por que há pessoas que disseminam *essas* ideias e as defendem publicamente e outras que não fazem isso? Estes são os enigmas não plenamente resolvidos. Questões banais e recorrentes, mas que servem bem para mostrar os limites das explicações monocausais e de um certo determinismo que as acompanha.

Estas perguntas nos sugerem que crises políticas, econômicas e sociais têm um potencial enorme para mobilizar pessoas para que busquem alternativas. Crises são fatores de legitimação social da ideia de que mudanças são necessárias e criam ambientes que acolhem soluções inovadoras.

Crises desordenam e sugerem que um novo ordenamento deve estar na pauta, mas elas não trazem em si os caminhos a seguir, não sendo, portanto, *programas* de qualquer natureza. A busca de saídas de uma situação de crise pode, teoricamente, ser expressa em alternativas políticas distintas e, pensando em nosso caso particular, não leva necessariamente pessoas a abraçar valores e programas ou ideias de extrema direita, e o passado, caso olhemos para ele, pode mostrar isso com facilidade. Nesse sentido, as alternativas de extrema direita são, como todas as outras, construídas socialmente. É a sua operacionalização por indivíduos ou grupos e seu acolhimento social que estabelecem um caminho a seguir.

Assim, crises não são e não podem ser pensadas como “sujeitos históricos”. Crises são terrenos onde agentes sociais se enfrentam com a expectativa de fazer valer um ou outro projeto de futuro, de afirmar socialmente uma alternativa ao presente contra outra(s).

Ou seja: É gente que, em uma crise, estabelece o leque de alternativas legítimas (ou pensáveis) para o mundo que se quer abandonar. E é gente que, diante de diversas alternativas possíveis, abraça uma(s) e não outra(s).

Para entender por que determinadas pessoas abraçam uma alternativa e não outra, a propaganda sempre foi uma variável explicativa também muito potente por ser relativamente fácil e, pelo menos na aparência, empiricamente fundada. Observa-se a propaganda que circula; observa-se o comportamento político, social, moral de um grupo humano e não é difícil estabelecer uma conexão causal entre ambos. A operação é certamente mais fácil quando não estamos diante de propagandas concorrentes agindo sobre um mesmo espaço público ou privado. Mas, de todo modo, a propaganda (e seus sinônimos: comunicação, redes sociais, notícias falsas, grupos de *WhatsApp* etc..) se torna essa chave que

abre portas explicativas para um fenômeno altamente complexo que é o comportamento coletivo.

A delicadeza é que entre a propaganda e o comportamento final daquele que é exposto a ela há uma infinidade de variáveis que devem ser esquecidas ou desconsideradas para que a relação de causalidade possa ser estabelecida com conforto. São justamente essas variáveis que entram em jogo quando se pergunta: Por que a propaganda funciona para uma pessoa ou para um grupo e não para o seu vizinho ou para outro grupo?

Essas perguntas banais, sempre feitas e nunca esquecidas que, se trazidas para o centro do palco, exigem que novas peças sejam introduzidas no jogo. Isso significa que, mesmo que não possamos desconsiderar a crise e a propaganda como hipóteses de trabalho (e definitivamente não me parece ser possível ou desejável deixá-las de lado), pode ser produtivo direcionar o olhar para outros terrenos e buscar pensar se, e em que medida, existem variáveis que podem ser mais adequadas para dar conta dessa complexidade. Aqui, penso, há que ultrapassar a conjuntura limitada dos últimos oito ou dez anos.

A pergunta que me parece decisiva é a que se volta para o terreno em que a crise se instala. É ele que abre a possibilidade para que um tipo de projeto político seja apresentado pelos meios de comunicação novos em uma conjuntura de crise e que este projeto tenha sido mais eficaz que outros que são apresentados neste mesmo terreno e por esses mesmos meios. Penso que devemos nos perguntar em que condições um ambiente social se torna acolhedor para ideias e valores de extrema direita ou se torne indiferente a elas.

Com isso, invertendo um sentido comum da observação, nosso propósito primordial poderia ser o de buscar saber, não por que pessoas optaram pela extrema-direita (em um momento de crise ou em qualquer outro), mas porque não repudiaram soluções políticas de extrema direita optando por outras alternativas, tão ou mais radicais e que propunham soluções tão ou mais transformadoras.

Essa é uma pergunta desafiadora. Ela nos leva para um terreno que exige que ultrapassemos os limites estreitos das conjunturas e dos fenômenos eleitorais e nos voltemos exatamente para processos de longo prazo, que talvez não tenham produzido abalos visíveis no cotidiano ou, pelo menos, não foram considerados como relevantes para pensar na *política* de extrema-direita.

Penso que uma investigação dessa natureza não só não pode fugir do problema mais geral das condições pelas quais um ambiente social se torna acolhedor para programas de extrema direita mas, talvez mais importante, deve também se perguntar como a indiferença em relação a suas ideias e valores se constrói. Esse não é um estudo simples e certamente envolve o esforço de múltiplos pesquisadores, porque implica em observar diversas peças que compõem o nosso presente para ver como ele se tornou possível frente as muitas alternativas que não vingaram.

Nesse sentido, o presente é o resultado de *partes do passado* que “deram certo” frente a outras que foram ficando pelo caminho. Podendo ser pensado como um *mosaico*, o presente (e qualquer dos presentes já passados) é formado por diversas *peças* que, integradas e inter-relacionadas, formam um quadro, uma imagem global daquilo que vivemos. Essas mesmas peças podem ser, como se estivéssemos em um ambiente de laboratório, analiticamente destacadas pelo cientista social e pensadas separadamente.

A extrema direita é justamente uma dessas *peças* do presente brasileiro. E a extrema-direita pode ser pensada, como um *terreno*, um *campo*: um espaço social abstrato do qual fazem parte ideias, instituições, valores e pessoas (grupos ou indivíduos), algumas que lhe são exclusivas e outras que não. Isso significa que o campo da extrema direita, sendo relativamente perene, tem coisas que lhe são próprias mas que podem ser vistas (ou flagradas) circulando com maior ou menor desenvoltura em outros *terrenos* que não o da extrema direita.

Consideremos, por exemplo, a violência e o arbítrio policial. A ação arbitrária da polícia, que tem como alvo preferencial pobres e negros, é um componente importante e programático do

campo da extrema-direita no Brasil desses nossos tempos, ainda que pareça gozar de algum prestígio ou, pelo menos, de indiferença em muitas esferas de nossa sociedade.

Isto se torna visível exatamente por meio da forma como casos de arbítrio policial são socialmente recebidos. Lembrando de um caso que se tornou emblemático, Maria Eduarda Alves, de 13 anos, foi morta por tiros de fuzil durante uma aula em uma escola em Acari, no Rio de Janeiro. A particularidade é que, quase simultaneamente, dois policiais militares foram filmados executando, em frente a mesma escola, dois jovens que haviam trocado tiros com a polícia. *Traficantes* foi a forma como foram descritos. Ambos estavam feridos, caídos no chão, mas demonstrando sinais claros de vida. Foram executados de perto, depois de separados de suas armas e dominados.

Nos dois casos há elementos comuns: a morte de uma adolescente poderia ter sido evitada se a polícia não considerasse que suas ações admitem “efeitos colaterais” dessa natureza e a morte dos *traficantes* poderia ter sido evitada se a polícia se mantivesse no limite estrito da legalidade.

Algo de curioso e incômodo acompanhou a divulgação da morte de Maria Eduarda. Se, de um lado, pessoas manifestaram consternação, lamento e, em alguns casos, violenta indignação frente a ação da polícia, de outro, para o espanto de muitos, vezes se levantam para colocar em dúvida a autoria dos crimes ou para justificar e legitimar as ações dos policiais que mataram Maria Eduarda por sua suposta inevitabilidade ou, de forma mais radical, tentando associá-la ao *tráfico*. Em pouco tempo uma fotografia falsa circulou pelas redes sociais e em grupos de *WhatsApp* que mostrava uma jovem portando um fuzil. Uma prima reagiu com indignação: “a foto não tem nada a ver com a Duda. Por favor respeitem, todos nós da família estamos sofrendo”.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Cf a matéria do portal G1 de 03.04.17 <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/existe-uma-foto-da-maria-eduarda-portando-um-fuzil-ak-47-nao-e-verdade.ghhtml>.



Estes casos produziram indignação e foram vividos por muita gente com espanto: como pessoas poderiam ter a coragem de manchar a honra e a história de uma jovem morta com tiros disparados pela polícia? Que “tipo de gente” poderia fazer uma coisa dessas?

Mas, com o tempo, mesmo que o apoio aos policiais nunca tenha deixado de existir, o número de seus porta-vozes caiu de forma regular e progressiva acompanhando a apuração do caso quando ficou cada vez mais evidente que Maria Eduarda não tinha envolvimento com o crime e que tinha sido assassinada pela polícia.

Talvez isso tenha acontecido não por causa do caráter criminoso do trabalho policial, mas por causa do perfil da vítima. Enquanto a violenta indignação contra a morte da jovem se fez audível, a sensibilidade social para a execução dos criminosos foi baixíssima e pouco significativa. O caso desapareceu das páginas dos jornais, como se não merecesse ser noticiado e, talvez, investigado.

A percepção social parece ter sido de que uma morte era natural e aceitável, pois enraizada no fato de que o morto era “bandido”, e a da outra como uma violação ou como um efeito colateral indesejável, a ser lamentado etc.

Em um dos assassinatos, aquele que foi resultado da intenção direta do policial militar em cometê-lo, a morte parece ser aceitável porque o *bandido* como tipo social estaria fora do arco de proteção de direitos a serem garantidos pelo estado.

O silêncio talvez expressasse um valor que, de algum modo se afirmou para além do círculo de origem: “direitos humanos para humanos direitos”...

Esse silêncio frente ao assassinato cometido pela polícia de pessoas que deveriam ter sido presas, se transformou em comemoração pública, transmitida ao vivo no desfecho do sequestro de um ônibus no Rio em 2019, quando o sequestrador mentalmente perturbado e desarmado foi morto com um tiro de precisão. Os pulos de alegria do governador que autorizou o disparo encontraram eco nas redes sociais. Um disse no Twitter: “Tem que comemorar mesmo CADA cpf cancelado de bandido. Bandido bom é bandido MORTO! PARABÉNS ao policial que

acertou o pulha”.<sup>10</sup> E do arbítrio como prática regular, chega-se ao arbítrio como prática regularizada e imperceptível *como arbítrio*.

Mas, de onde vem isso? E aqui não me refiro à percepção da polícia de que eles podem ser arbitrários, coisa que pode ser pensada como estruturante de determinadas carreiras de estado e está entranhada em nossa história. Me refiro à distância entre a justa indignação frente a um dos casos e à indiferença naturalizada ou o apoio em relação ao outro. É como se a ação em um caso fosse abjeta e no outro legítima.

A estrutura que rege essas diferentes reações parece ser guiada por uma mesma percepção: a de que a dignidade de criminosos e de não-criminosos deve ser diferencialmente respeitadas pelo Estado e de que as funções de polícia devem ser alargadas para incluir, em medidas bem específicas, a função de justiça.

A falta absoluta de empatia e a indignação seletiva se soma a um princípio importante nesses casos: a percepção social de que seria desejável que a polícia militar pudesse agir sem amarras quando se trata de negros, pobres e periféricos, esses alvos tradicionais da estrutura excludente da sociedade brasileira.

A lei é vista como um obstáculo a boa prática da atividade policial: e se a lei é deixada de lado no cotidiano invisível das incursões policiais em áreas periféricas, em que pobres e negros são francamente majoritários, ela deveria ser também formalmente ultrapassada, valor tão bem expresso pela ideia de “excludente de ilicitude”.

Não nos esqueçamos de uma coisa: mesmo sendo um aspecto do trabalho cotidiano das corporações policiais (em especial as polícias militares estaduais), essas ideias sobre os direitos, sobre a legalidade e sobre o trabalho da polícia foram componentes decisivos do universo da política em nossos tempos. Elas ganharam dimensões até então imprevisíveis quando se tornaram

---

<sup>10</sup> A respeito da reação do governador, cf. [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/20/politica/1566323586\\_607069.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/20/politica/1566323586_607069.html).

programa de governo na campanha presidencial que deixou uma fatia significativa da população em estado de espanto.

### **Do espanto ao passado**

Mas, mesmo sabendo que Bolsonaro as empunhou como bandeira de campanha e as alardeou pelos muitos cantos desse país, é difícil saber ao certo quantas pessoas votaram no Bolsonaro *por causa* de sua defesa do arbítrio policial, quantas votaram *apesar* disso.

O que parece ser mais seguro é afirmar que, na medida em que conheciam suas posições sobre isso, os valores e os pontos de vista do então candidato à presidência não geraram repulsa.

As causas do espanto para muita gente não foram necessariamente suas posições, já há muito conhecidas e até, em certa medida, ridicularizadas. O que deixou muita gente espantada foi o acolhimento público a suas ideias e de seus valores.

Aqui estamos lidando com o fato de que ideias e valores de uma fatia significativa do eleitorado permitiu que programas políticos que os incorporavam não tivessem sido repudiados. E essas coisas que podem ser mais estáveis do que aquelas que mudam ao sabor das conjunturas, ainda que sejam exatamente as peripécias conjunturais que transformem essas *coisas estáveis* e, em muitos casos, imperceptíveis a olho nú, em ação social e política.

A pergunta que merece ser feita é mais ou menos a seguinte: como entender que nosso espaço público possa ter admitido que um valor social desta importância e nas dimensões em que foi disseminado possa ter tido esse enraizamento de tal forma silencioso que, quando veio à tona na forma de defesa de práticas aviltantes, gerou surpresa e espanto?

É pouco provável que consigamos dar conta de um processo dessa natureza nos ancorando somente em variáveis conjunturais. Como em outros casos, o mais provável é que estejamos lidando com um fenômeno que foi, silenciosamente, se afirmando até que tivessem vindo à tona em uma conjuntura específica como um fenômeno de massas. Isso nos força a não desconsiderar a

conjuntura da erupção, mas nos obriga a ultrapassá-la se o que queremos observar é a formação desse fenômeno que estava se processando sem que muitos se dessem conta.

Seguindo esse caminho, a hipótese é a de que isso foi possível graças a um conjunto de *práticas* e *instituições* socialmente enraizadas que, ao afirmarem, lentamente e sem serem assediadas, valores e ideias que legitimam a violação da dignidade humana e o arbítrio por parte da polícia, ajudaram a criar um ambiente social que acolhe o arbítrio policial e os programas políticos fundados em sua defesa.

Além disso, segue a hipótese, as práticas e instituições que produzem esses efeitos políticos que transformam, para o espanto de todos, candidatos improváveis em presidentes, não são necessariamente aquelas consideradas, vistas e reconhecidas de forma imediata como pertencendo ao *mundo da política*.

Nesse ponto precisamos alargar nosso olhar e considerar a possibilidade de tratar a política não como algo circunscrito a uma esfera específica, a assim chamada “esfera da política” ligada aos negócios do Estado e às disputas diretas por sua condução. A essa “esfera” pertencem fenômenos e instituições específicas (eleições, partidos, parlamentos, etc...) e é para ela que se olha quando se está a procura de “a política”. Mas pensar que tratar do poder de gerir e conduzir coletividades humanas envolve, centralmente, a afirmação social de projetos de sociedade contra outros concorrentes não se pode deixar de buscar, como parte do fenômeno da política, justamente os processos sociais pelos quais projetos de mundo se afirmam e seus porta-vozes se legitimam.

Nesse terreno são políticas as ações que buscam legitimar e impor formas de perceber e avaliar o mundo social que resultam em diagnósticos, mais ou menos claros e formalizados sobre o que são os problemas do mundo e o que se precisa fazer para resolvê-los. Programas e projetos de futuro, que resultam e orientações de como e para onde conduzir as sociedades, derivam desses diagnósticos e produzem ação social de natureza eminentemente política. Sendo assim, merecem ser considerados como políticos

os fenômenos e as ações ainda quando não busquem ocupar arenas tradicionalmente reservadas aos que disputam o poder de Estado mas que orientam pessoas a agir politicamente por meio da orientação de suas percepções sobre o mundo.

Essa perspectiva não implica em um abandono do estudo de fenômenos ligados à política formalizada em partidos ou instituições que disputam projetos globais para a sociedade em uma arena específica. Significa simplesmente tomá-la como uma das dimensões de análise dos fenômenos políticos, central certamente em muitos recortes, mas não exclusiva. Olhar por cima das fronteiras que definem os limites de uma “esfera social” resulta em incluir no horizonte daquilo que deve ser observado, quando se estudam fenômenos políticos, outros lugares do mundo social onde acontecem coisas que acabam por reverberar e, não raro, configurar as disposições de força e os arranjos justamente dessa “esfera”.

E isso nos leva para além do heroico dos grandes homens, ou das grandes massas, e do tempo das eleições. Isso nos obriga ultrapassar os grandes tremores de terra e buscar a política também lá onde ela não se deixa reconhecer: no banal e no cotidiano. É lá, talvez, que tenhamos condições de ver coisas que, de modo *lento e silencioso*, consolidam e sedimentam valores que ganham corpo e se tornam visíveis em movimentos políticos organizados.

Aqui vale perguntar, voltado ao caso observado, de onde vem e como se afirmou a ideia de que o policial pode decidir sobre a vida e a morte o tempo todo. Como se estabelece a ideia de que o Estado não deve salvaguardar o direito de pessoas enquadradas como *bandidos*? Onde e como se consolida a ideia de que a tortura é um método aceitável para o trabalho policial? E diversas outras ideias desse campo complexo que é a extrema direita.

A história da emergência desses valores e dessas ideias, que também transitam de forma assistemática e não articulada em outros campos que não aquele da extrema-direita, pode nos oferecer a chave de seu sucesso em nosso mundo de hoje.

E não podemos nos esquecer da contribuição dada por uma certa imprensa que ataca a dignidade humana pelas mãos de

jornalistas famosos como José Luiz Datena e Wagner Montes e de outros menos famosos espalhados pelo país inteiro. Da mesma forma, para uma história da emergência, disseminação e legitimação social desses valores até eles terem se tornado bandeiras políticas não se pode perder de vista programas como o *Patrulha da Cidade*, da Rádio Tupi no Rio de Janeiro que existe há cerca de 60 anos, sendo talvez o programa mais longevo da rádio brasileira. O programa é muito popular. Ele não só traz notícias policiais, mas faz algo mais importante que isso: ele faz reconstruções ficcionais de cenas de banditismo e da ação da polícia. Esses são ingredientes que fazem com que esse programa seja particularmente saboroso e líder absoluto de audiência no horário do meio dia no Rio de Janeiro há décadas.

Mesmo que, no Brasil, apologia ao crime seja crime, esse programa, sem ser importunado por ninguém da sociedade civil ou do Estado, nos ensina, cotidianamente, há quase 60 anos, que os ladrões não têm direito a um tratamento digno ou legal e, não raramente, que o arbítrio é parte da boa prática policial.

Estes sinais parecem não ter chamado a atenção de ninguém ou de quase ninguém, talvez porque nunca se imaginou que programas de rádio poderiam estar fazendo política, formando pessoas para defender valores e programas políticos que um dia seriam sistematizados por personalidades de nossa extrema direita.

Qual é o efeito disso nas percepções e nos valores das pessoas? Nós não sabemos e não temos como saber sem pesquisa social específica. Mas, mesmo que não saibamos a resposta, nós não podemos é deixar de fazer a pergunta justamente porque é a pergunta que ilumina o que merece ser observado.

Este é só um caso, relativo a somente uma das muitas peças do mosaico que é o nosso presente. São peças que, reitero, são plantadas e solidificadas diariamente e só são percebidas quando explodem em uma defesa em massa de práticas degradantes ou no apoio a candidatos que as verbalizam.

Assim, existem muitas outras camadas que merecem atenção se o objetivo é explicar o crescimento de alternativas de extrema-

direita em nosso momento: o racismo, a homofobia, a misoginia e o anti-feminismo, a recusa da ideia de Direitos Humanos, e a noção de que a Ditadura instalada em 1964 não foi uma Ditadura e um regime criminoso, mas sim um *Governo Militar* que instaurou regime de ordem que salvou o Brasil do comunismo estão certamente entre as mais importantes.

Há aqui, visivelmente, dois caminhos, necessários e complementares a seguir: o primeiro é o de pensar no explícito, no intencional, naquilo que atende à motivação de produzir um resultado e que acaba por produzi-lo. O outro é o de seguir aquilo que, mesmo que exposto à luz do dia, tornou-se recôndito e escondido justamente por um vício no olhar de quem observa. Como não nos propusemos a procurar lá, no detalhe banal, no que se repete sem gerar grades abalos sísmicos, eles acabaram por ser deixados de lado, inobservados, sem ser contrariados.

Há que fazer uma história propriamente social dessas práticas, dessas ideias e desses valores. Porque elas são, em geral, espantosas exatamente por causa da forma como nós lidamos com os fenômenos que atravessam nosso cotidiano. Pela forma como lidamos com o nosso passado quando ele ainda era presente e pela forma como lidamos com nosso passado hoje, como história.

Ao contrário do que nos diz a ilusão iluminista, não é do nosso passado que devemos esperar ensinamentos, mas é no presente que devemos buscar os traços daquilo que precisamos procurar no passado. Isso, é claro, caso o propósito seja o de, mesmo indignados, acabarmos com o espanto. E, como bônus, esse trabalho também terá o mérito de nos instruir pra onde olhar e de como ver as coisas no nosso presente para que elas não nos *espantem* no futuro.

**Linguagem, discurso, resistênci**





# Tempo em *Future-se*: formas linguísticas e enunciação em vinheta

Nádia Dolores Fernandes Biavati<sup>1</sup>

Luiz Francisco Dias<sup>2</sup>

## Introdução

O presente texto discute o modo de funcionamento de um projeto governamental divulgado/enunciado a partir de uma formação nominal<sup>3</sup> que intitula esse projeto: FUTURE-SE. No desenvolvimento do trabalho, analisam-se as temporalidades e as temporalizações que constituem a enunciação dessa formação nominal. A nossa abordagem incide sobre enunciados do vídeo/vinheta de lançamento de um projeto do Ministério da Educação brasileiro em 2019, cujo texto abriga a formação nominal.

Concebemos (DIAS, 2018) a formação nominal (FN) como uma construção linguística nucleada por um nome (substantivo, pronome ou oração substantiva). Nas abordagens formais dos estudos linguísticos, a FN corresponde ao sintagma nominal. No entanto, a concepção de sintagma privilegia os aspectos da estruturação formal da unidade nominal. Do ponto de vista semântico, aquelas abordagens restringem o papel da unidade nominal à representação de entidades extralinguísticas, constituindo-se o sintagma nominal como centro da referência às entidades no âmbito das línguas.

Em Dias (2018, p. 119), a FN é concebida a partir da sua capacidade temática. Isso significa que uma FN funciona como

---

<sup>1</sup> UFSJ. E-mail: nadiabiavati@ufsj.edu.br

<sup>2</sup> UFMG. E-mail: luiz.francisco@uol.com.br

<sup>3</sup> Conforme Dias (2018). Adiante, vamos apresentar o conceito de ‘formação nominal’.

objeto temático na medida em que pode ocorrer como foco da fala ou da escrita de alguém. Os enunciados da rede de construções linguísticas a seguir demonstram essa capacidade temática que recai sobre as expressões em destaque.

Quadro – Rede enunciativa: FN em foco

Carla falou sobre <i>a sorte de Maria</i>
Pedro falou do <i>andar de Jorge</i>
Cristina escreveu sobre <i>ele</i>
Carlos escreveu sobre <i>as folhas que caem no outono</i>
Fátima discorreu sobre <i>o cessar-fogo proposto pelo general</i>
João falou do <i>habite-se a ser assinado pela prefeitura</i>
Eliana escreveu sobre <i>o future-se</i>

Fonte: os autores.

Podemos observar que as expressões em itálico funcionam como temas da fala ou da escrita de alguém. Na primeira FN, temos um substantivo (*sorte*) como unidade nucleadora; na segunda, temos um verbo substantivado (*andar*) como nucleador, na terceira, a FN é constituída pelo pronome (*ele*). No quarto enunciado, o substantivo (*folhas*) agrega uma oração integrante para a FN. No quinto, uma palavra composta (*cessar-fogo*) adquire o papel de nucleador. Por fim, no sexto e no sétimo enunciados, um verbo no imperativo (*habitar*) e um substantivo (*futuro*), com funcionamento verbal hipotético (“futurizar”), também no imperativo, cumprem o papel de denominativos: “habite-se” como denominativo de uma autorização dos órgãos governamentais atestando que um imóvel está apto a ser habitado, e “future-se” como denominativo do programa governamental em análise no presente estudo. Nesses casos, a condição de denominativos recobre o funcionamento verbal, proporcionando capacidade temática, própria das FN.

Nessa direção, conceber a nominalidade como formação nominal nos permite explicar a dinâmica da temporalidade latente na FN, advinda, tanto do nome ‘futuro’, quanto da forma verbal no

imperativo, afinal o modo imperativo afirmativo funciona determinando algo a ser cumprido após o seu proferimento.

Na nossa concepção, a percepção sobre tempo atua de duas maneiras na língua: como temporalidade e como temporalização. A primeira forma de perceber o tempo é acionada pela visão linear na sucessão dos eventos, aquela que nos dá a capacidade para enumerar datas, nomear dias da semana e localizar eventos no tempo: são as temporalidades. A segunda forma de ver o tempo, esta que tratamos preferencialmente no presente texto, projeta sentidos na medida em que burla a organização sequencial das pontuações de tempo, enquanto lida com o enunciável constituído no plano morfossintático, o que chamamos de temporalizações.

São essas temporalizações que ressignificam os elementos linearmente localizados no tempo em sucessão, não trazendo uma especificidade para um fato marcado no tempo, mas definindo em muito a percepção sobre ele. Esses dados sobre/no tempo nos chamam a atenção porque produzem sentidos sobre essa forma de enunciar para além dos marcos cronológicos, trazendo, por exemplo, uma visão própria de olhar o futuro como discurso de solução passível ou condição almejada na divulgação e na nomeação de um projeto governamental de financiamento das universidades. É pelo viés da Semântica da Enunciação que observamos a visão sobre tempo no texto de anúncio ao FUTURE-SE, o qual reelabora os sentidos que tomamos para fazer, situar, colocar-nos enunciativamente diante do tempo, o que nos enunciados traz o efeito de incidência do nosso posicionamento.

A temporalização a que a FN “future-se” está ancorada se instaura como acontecimento enunciativo, alcançando sentidos reorientados a partir do nome ‘futuro’ transformado em forma verbal. Por isso, FUTURE-SE nomeia não só um projeto, mas também um conjunto de recomendações do governo para que, ao seu olhar, a própria universidade construa o próprio futuro permitindo e ampliando ali a inserção de verbas de origem privada para a execução de suas ações.

Desse modo, questionamos: que efeitos de sentido perpassam as temporalidades e as temporalizações que marcam o governo Bolsonaro, no que se refere especialmente à descrição do Projeto FUTURE-SE em seu lançamento? Nesse sentido, no primeiro momento, nos detemos em observar os elementos e as ações que remetem ao político e à polícia, ao tomar a Semântica da Enunciação como base de nossa discussão sobre o assunto, marcada pelo acontecimento enunciativo que nomeia o referido programa. No segundo momento, descrevemos noções sobre poder e governança em relação ao modo como o político e a polícia podem se relacionar e se diferenciar. Por fim, destacamos a temporalização FUTURE-SE escolhida como a formação nominal que sustenta os dizeres sobre o que pretendemos mostrar e os aspectos relativos aos dizeres sobre o projeto descritos no lançamento do projeto em questão em vídeo, vinheta hospedada no Youtube.

## **1. A Política em ação e a ação política pelo Logos**

Alicerçada na Semântica da Enunciação, nossa visão se apoia em observar a noção de Política, que aqui tomamos em inicial maiúscula, para vislumbrar a Palavra (do grego *Logos*), como base para essa forma de entender política, princípio fundamental no funcionamento do modelo de sociedade ocidental que criamos. Alicerçada na palavra, a política é tomada também como a ação que se desdobra em práticas cotidianas para reivindicar e garantir que a sociedade funcione adequadamente aos povos e reserve a todos a participação do sensível. Entendemos que a relação com o tempo e com a palavra se desenrola como a ação política de se manifestar sobre o bem comum e/ou suas implicações.

O modo de lidar com o tempo mostra que faceta política atravessa a sociedade e se torna efetiva quando é reservado a alguns o direito à palavra. Tomar a palavra com que se nomeiam perspectivas sobre o tempo, e com que se tematizam as temporalidades e as temporalizações, acaba por marcar posicionamentos. Por isso, acreditamos que as determinações

temporais se constituem enunciativa e discursivamente. Não significa somente observar a organização dos sujeitos no ontem, no hoje e no amanhã, mas pode ser constituída também na organização das relações historicizadas. Lidar com o político e a Política como uma das ações advindas do poder governamental nos provoca a observar a palavra que norteia os sujeitos em sociedade, governados a partir do comum e da justiça. Portanto, o ir e vir dos sujeitos se norteando no tempo e no espaço nos convoca a observar o político como condição inerente ao ser humano, pois política e político são alicerçados no Logos. E os dizeres produzem discurso em enunciados cujas marcas incidem na enunciação.

O político, para nós, não se ancora em partidarismos, mas marca posicionamentos em discursos. Seguimos Rancière (1996), ao explicar a política no funcionamento da *pólis* e no modo como ela se dá em sua manifestação fundamental para seu próprio funcionamento. A política, na visão rancieriana, se opõe à polícia. A concepção de polícia é sustentada pela regulação, pela normatividade e permanência de um *status* no qual os indivíduos se acomodam com o já 'estar-aí'. Por sua vez, a manifestação política se reinventa e reinventa a *pólis* com a atividade do argumentar. Em muito, as ações governamentais se tornam polícia e se estabelecem como o local dos regramentos, que nem sempre admitem a pertinência do Logos; desse modo, a palavra pelo olhar da polícia vem orientada para o dizer que não é para todos.

Para o autor, pelo Logos (palavra) somente alguns sujeitos se posicionam, pois na sociedade são instauradas as ações dos desiguais, pela palavra se revelam igualdades e, principalmente, desigualdades.

Uma condição para o político atuar em sua totalidade na *pólis* é o manifestar-se, assumindo o Logos, uma vez que o lugar do dizer não é pacífico, e a palavra é o lugar para tratar da justiça no instituído. A sociedade que possui direito à palavra (que não é destinada a todos) funciona com o aparelho da justiça, que decidirá a partir de posições sobre o bem e o mal, o lugar do dizer e de quem diz o saber. Sabe-se, portanto, que assumir a palavra não é para todos, pois a sociedade fragmenta os modos de justiça

e de ações que cabem, infelizmente, a poucos. Mas é necessário reverter isso, democratizar o *Logos*, ainda que seja difícil. Para isso, seria necessário o político superar a polícia como ação social.

Para Rancière (1996), há o desentendimento gerado não somente pela palavra, mas também pela situação de quem pode assumi-la, já que a racionalidade política se baseia no modelo de *demos*, em que nem todos partilham o sensível. A Política se revela, portanto, frágil, pois norteia as mudanças e carrega os limites da democracia, que nem sempre é acessível a todos. Infelizmente, a ação do dizer nem sempre é voltada para o bem. Seria ilusão creditar o bem como comum a todos, pois presumimos que as ações alçadas no dizer se efetivam na fragilidade do modo como se pensa a sociedade e o político, não alcançado por todos, mas traduz o poder que está sempre nas mãos de alguns que conduzem as direções.

No presente caso, além de atuar como polícia, situação em que assume os regramentos para estabelecer a universidade ideal, o governo, em seu papel estatal, assume o *Logos* e discorda do modo como as instituições de ensino superior funcionam até então, estabelecendo caminhos que pretendem alterar as bases que tornam viáveis essas instituições, instituindo o capital privado como uma iniciativa para alterar esse funcionamento atuando na implantação do projeto nomeado como imperativo de futuro – FUTURE-SE.

Ainda que o governo se estabeleça por princípios democráticos como a eleição, as reflexões rancierianas esclarecem que a democracia decorre do exercício do *Logos* na ação política e carrega suas falhas, pois ambas atingem parcialmente o todo, não se fazem pela igualdade. Seria ideal para o tratamento justo da comunidade se a política fosse voltada para a totalidade. A natureza política acaba por ser limitada nessas condições, por isso pressupõe a partilha do sensível que nem sempre é reservada ao todo. Por essa lógica, a articulação do governo nem sempre se destaca pelas decisões voltadas para o justo. Nesse ponto, mais uma vez, a ideia do autor que sustenta o quanto a política é

propícia à descontinuidade e ao confronto, pois ela se dá como engajamento e, ao mesmo tempo, como conflito de vozes.

Para o momento, interessa-nos realçar que o desentendimento se dá na disputa pela racionalidade da palavra voltada para o imperativo que impõe certo direcionamento para as universidades. A base dessa racionalidade, para o momento, carrega a crítica ao modelo de funcionamento das instituições públicas de ensino. Acreditamos, desse modo, que o dizer que governa é aquele que se ajusta a um normativo vigente e pode adaptá-lo ao seu modo; assim, se ajusta a um real decidido por desiguais. Por isso, cabe refletir sobre o que Guimarães observa sobre o político. Para ele, o político se estabelece como conflito entre uma visão normativa e uma redivisão do real, que passa pelos desiguais (GUIMARÃES, 2005).

Quanto ao povo, Rancière (1996) lembra que há corpos fadados ao anonimato, ao trabalho e à reprodução. Segundo o autor, o povo é a massa que não é a oligarquia, sustentada pelas posses, nem é a aristocracia, que se sustenta pelo *status*. Desse modo, as ações sociais não são governadas pela totalidade, o que gera o litígio. A ação litigiosa é própria do inconformismo e segue a atitude positiva governada pelo político, que não é perfeito, mas é fundamental para o funcionamento da sociedade.

Portanto, na ótica rancieriana, não há desentendimento pelo desconhecimento ou pela imprecisão pelas palavras. Mas há uma divisão do real que se situa pelos desentendimentos. Portanto, à política, não interessam os vínculos dos indivíduos, mas a divisão entre as partes, que se sustenta pela riqueza de poucos e pela virtude dos considerados “melhores”. Aos pobres resta a “liberdade” de votar.

Um ponto interessante do pensamento de Rancière se deve à visão de justiça enquanto virtude que tenta estabelecer o equilíbrio, pois há o inevitável conflito no funcionamento político da sociedade, fazendo prevalecer a polícia como forma de atuação dos agentes, o que significa fundamentar-se na manifestação do poder pelos regramentos. Nesse ponto, mostra-se o desafio da ação de alicerçar-se no poder de alguns, calcado no instituído, na ação dos desiguais.



Entendemos que o conflito explicitado por Rancière pode chegar a tal ponto que, mediante o biopoder, há o exercício do controle de quem (**e o quê**) deve viver ou morrer, estabelecendo uma forma de necropolítica, à qual interessa não o bem comum, mas a definição do que se quer e do que se defende pelo poder. Entende-se que há uma espécie de necropolítica descrita por Mbembe (2016), que apresenta o desejo dos valores e as práticas que devem “morrer”. Percebe-se que o desejo de morte à instituição universitária pública, conforme seus moldes estabelecidos até então, é uma forma de manifestação dessa necropolítica, trazendo o desejo de novos caminhos pelo programa e/anunciado.

## **2. Discurso, política e poder: o caso de FUTURE-SE**

Para destacar a efetividade do poder difuso que sustenta a sociedade atual e seus mecanismos de governabilidade, precisamos descrever essa forma de poder. Entendemos o poder como difuso, aos moldes foucaultianos, e traçamos a prática política interpelada por esse poder, que se dá no exercício da ação. O poder se mostra não somente com o exercício da dominação dos corpos, mas também com o esvaziamento de mecanismos democráticos, de discussão sobre a (in)viabilidade de projetos políticos e a implantação de ações e críticas a outras práticas que governam/fundamentam as instituições. Assim, a governança se dá pelo confronto que se estabelece na palavra. E o poder se exercita nas marcas dos dizeres e a partir da posição dos sujeitos que enunciam, operando em condições histórico-enunciativas.

Quando observamos a formação nominal FUTURE-SE, não basta observá-la somente como a nomeação de um programa criado pelo agente político governo federal: a ideia é que não há devir possível para as universidades que não aderirem às práticas e aos discursos para gerar sua própria renda e sua manutenção, conforme a dinâmica enunciada do projeto. Nessa circunstância, tomam forças as ações que associam as instituições de ensino à

iniciativa privada, o que viabilizaria a captação de recursos para a manutenção das instituições de ensino que aderirem à iniciativa, em troca de parcerias de produção, de serviços e da possível divisão de patentes, etc.

Tomamos o FUTURE-SE como um programa por meio do qual as universidades e os institutos federais ora são convidados, ora convocados a aderir às práticas requeridas pelo agente governamental. E entendemos que essa forma linguística manifesta o acontecimento enunciativo que projeta posições que resvalam nos discursos e estes (re)presentam as vantagens da adesão ao projeto, se considerarmos o referencial histórico advindo da conjuntura ora posta pelo Ministério da Educação.

Relacionamos o *Logos* de Rancière ao modo de compreender o discurso sob o olhar foucaultiano: para Foucault (2012, p. 10), “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos”. Esse poder, entendemos, é atribuído ao *Logos*.

Tomamos o governo como sujeito da enunciação ao criar e divulgar o programa *Future-se*. No espaço de enunciação, entendemos que o governo bolsonarista desempenha direcionamentos no espaço de enunciação governamental concebido pelo Ministério da Educação em uma conjuntura de implantação do projeto, cujo referencial histórico se apoia nas crenças liberais da iniciativa privada, no apelo ao crescimento individual, no investimento em forças empresariais.

O espaço de enunciação possibilita a particularização pela “cena enunciativa”, no “[...] espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 23). Pelo olhar semântico enunciativo, lugares sociais e lugares do dizer se expõem no espaço de “[...] sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (GUIMARÃES, 2005, p. 22). Esse espaço se dá com a atuação dos sujeitos políticos, instados a pensar e reagir, aos moldes

previstos ainda em Bally (1965), quando esse autor descreve o pensar como o reagir a uma representação.

Entendemos, portanto, que a existência do poder se projeta a partir do político no plano enunciativo. As temporalidades e as temporalizações são modos efetivos de funcionamento do *Logos* no discurso, afetando os sujeitos políticos, projetando os modos de compreensão do mundo, bem como as representações dos agentes públicos/governamentais sobre o que pensam a respeito da universidade e se projetam no dizer.

Para entender a noção de tempo que perpassa o enunciado FUTURE-SE, tomamos a forma imperativa que se constrói por meio da formação nominal, de previsão e de anúncio de adequação da educação enunciada às condições pautadas pelo enunciador governamental. Há uma ótica na qual o devir anunciado que, na perspectiva aristotélica explicada por Abraçado (2020, p. 16), marca um “depois”, “o desejo”. Segundo a autora, não há um consenso que defina a caracterização temporal ligada à condição linear ou cíclica.

Interessa-nos a ideia de o Projeto FUTURE-SE apoiar-se em um ponto de referência que lida com o recorte temporal, no caso do nosso estudo, ligado ao que Abraçado (2020, p. 24) define como a natureza dêitica do tempo, com referenciais que, no presente texto, fazem com que voltemos nosso olhar para as formações nominais. Tradicionalmente, as construções verbais de presente, passado e futuro ancoram as noções de tempo representadas nos textos. Para o nosso estudo, a ideia de tempo supera a natureza verbal, para se tornar uma forma que nomeia uma perspectiva vislumbrada, conforme os idealizadores do projeto. Nessa perspectiva, vislumbra-se uma nova condição de financiamento da educação. Por isso, a noção de desejo que marca o FUTURE-SE, o devir que é previsto para as universidades após sua adesão ao projeto. Nesse ponto, a temporalização, constituída no enunciar, atinge o público por meio de enunciados de impacto para provocar a adesão dos sujeitos ao projeto anunciado.

### 3. Tempo e poder em enunciados e enunciação

Em *A ordem do discurso*, Foucault (2012) apresenta formas de controle efetivo que se dão pelo discurso. Aqui nos interessam duas: a separação e a rejeição. Por meio desses procedimentos, o governo acaba por lançar iniciativas como o Programa FUTURE-SE, buscando adequar as universidades federais aos princípios do liberalismo cultivados no Ministério. Chama atenção a imagem de lançamento do programa, reproduzida abaixo, que foi veiculada na grande mídia, em um encontro realizado no dia 17 jul. 2019, em lançamento do FUTURE-SE, que se vincula aos dizeres assim descritos no site *Politize-se* “O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, apresentam o programa FUTURE-SE”. A imagem padrão do lançamento, abaixo, amplamente divulgada, e visível em várias fontes públicas quando buscamos “Lançamento do Future-se”, é acompanhada por dizeres que estão em uma vinheta com o mesmo *design* da ilustração a seguir, ao fundo.

Figura – O anúncio do FUTURE-SE



Disponível em: <https://muz.ifsuldeminas.edu.br/noticias/242-if/2329-future-se>. Data de acesso: 02/09/20

As universidades são enunciadas pelos seus epítetos: “institutos e universidades **empreendedoras e inovadoras**” (grifos nossos). Configurado enunciativamente como enunciador/locutor, o então ministro da educação Abraham Weintraub, economista, se estabelece como figura representativa do governo federal e se manifesta como oposição historicamente construída ao modelo de funcionamento das universidades até então estabelecido, financiado primariamente por recurso e capital público.

No exercício do poder pelo discurso, há procedimentos que se estabelecem como limites do dizer conforme as ideias foucaultianas. O discurso, ao ser controlado na sociedade, evoca a separação e a rejeição como atitudes na rede de valores e práticas das instituições sociais por meio das quais o governo institui a defesa ao FUTURE-SE. Nessa ordem discursiva, o destaque se dá pela defesa e pelo conjunto de saídas possíveis, enfatizando uma série de vantagens na divulgação do programa.

Para o alocutário, vale destacar que o ministro se representa como agente público do Ministério responsável pela criação e execução do projeto ora anunciado. Vale destacar que a identidade do ministro acaba sendo construída no discurso midiático, relacionada a uma gestão do então ministro enfatizando seu posicionamento contra o modelo de financiamento e funcionamento das instituições federais de ensino até então totalmente viabilizado por recursos públicos. A ideia do economista é a de que o ensino na rede federal financiado pelo governo contrariaria uma lógica em que os cidadãos e as empresas também precisariam financiar os gastos de tais instituições. Nessa ordem de destaque ao privado, enfatiza-se a divulgada representação do ministro, marcada por frases polêmicas disseminadas em pronunciamentos e postagens em redes sociais durante e no final da sua permanência no cargo. São dizeres a partir de polêmicas retratadas em veículos midiáticos, como: “Weintraub acusou as universidades de promoverem ‘balbúrdia’ nos *campi*. E, sem provas, afirmou que as instituições possuem “laboratórios de drogas” e “plantação de maconha” (DUNDER, 2020, *online*).

Esse modo de separação bem demarcado pelo ministro estabelece uma relação “nós”, gestão do MEC e “eles”, as universidades e os institutos federais, configurando-se uma rejeição às universidades em seu modelo atual, e deflagrando um conjunto de opiniões em que o “nós” se dá como o governo que captará recursos de financiamento na iniciativa privada para a universidades e “eles”, as universidades, como “lugar de balbúrdia”.

Conforme Foucault (2012), a ideia de separação estabelece opiniões, concepções e informações, indicando, de um lado, elementos construídos como “verdadeiros” e, de outro, o que já estava ali, ‘falso’, pouco aceito. O ‘verdadeiro’ traduz o desejo, atribuído ao financiamento privado apoiado pelo MEC na figura de Weintraub; e o outro é concebido como o ‘falso’, o funcionamento e o financiamento governamental às universidades e aos institutos federais.

A separação provoca a rejeição, pois, por esse olhar, vê-se que as ideias de Weintraub estão calcadas em valores disseminados pelas instituições que se dão em linhas distintas: de um lado, as instituições que aderirem ao projeto e, de outro, as que não aderirem, indicando que a adesão ao projeto é importante, ao se destacar/divulgar que o FUTURE-SE “segue o modelo das maiores universidades do mundo”, um dos enunciados utilizados no lançamento do projeto. Por essa razão, aos que não seguirem os valores do projeto, resta o procedimento da rejeição, se considerarmos a ordem do discurso dos estudos foucaultianos (FOUCAULT, 2012). Nessa direção, destacamos ainda procedimentos de tentativa de controle do discurso, ao se discutir a apresentação do Projeto FUTURE-SE:

- Esse procedimento diz respeito ao comentário que, conforme as ideias foucaultianas, indicam a reparaçãõ daquilo que se comenta (FOUCAULT, 2012). Esse procedimento é percebido como um mecanismo de lançamento do FUTURE-SE, em que há a vinheta de apresentação do projeto e, depois, o ministro emite comentários, traçando os benefícios do projeto. A

apresentação do projeto sempre é cercada das explicações e comentários estruturados pelos agentes governamentais.

• Divulgar o projeto significa introduzir ao alocutário uma verdade. No que se refere a esse procedimento, é enfatizada a difusão dessa verdade, criada e demarcada de forma a incentivar e estabelecer os valores a serem difundidos. A “verdade”, nesse sentido, segue um conjunto de valores e concepções que significam para o locutor “adaptar universidades e institutos federais ao modelo das maiores do mundo”. Esses saberes institucionais valorizam o “empreendedorismo” incluído e aplicado no conjunto de práticas aceitáveis, “valorizadas”, “distribuídas”, “repartidas” e de certo modo atribuídas à sociedade (FOUCAULT, 2012). Os dizeres relativos a essa verdade fundamentam um sistema de exclusão, pois a “vontade de verdade é reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas” (FOUCAULT, 2012, p. 17)

A seguir, apresentamos a análise em que abordamos o enunciado(s), o(s) discurso(s) e a enunciação.

#### **4. Abordagem do lançamento da vinheta de apresentação do FUTURE-SE**

No vídeo de lançamento divulgado no Youtube, circulam os dizeres que escolhemos para análise, por trazerem aspectos relacionados às temporalidades e às temporalizações.

Transcrevemos alguns trechos dessa vinheta de lançamento, que chamam atenção no presente trabalho:

Muitas das maiores empresas do mundo nasceram em universidades. Essa é a nossa inspiração [Nome de países no plano de fundo]. Esse é o futuro: E o Brasil não vai ficar fora dele. É tempo de inovar. Conhecimento e capital humano nós temos. Mais empreendedorismo. Mais intercâmbio de conhecimento. Responsabilidade com o futuro [...] [Aceleração de imagens e aparecimento de um cronômetro que, em números digitais, aceleram e apresentam a visualização de dizeres dos anos entre 2019 e 2030].

Se considerarmos a Semântica da Enunciação para explicar o FUTURE-SE nesse ponto, entendemos que o locutor-agente governamental, representado pelo ministro e pela vinheta de lançamento, percebemos o conjunto de enunciados que, na enunciação, apresenta escolhas políticas e enunciados em temporalidades e temporalizações, que perpassam toda a vinheta, produzindo efeitos de sentidos sobre o *Logos* divulgado para o grande público, alocutário que será apresentado ao projeto. As relações se dão no discurso, em que o político e a história carregam marcas das forças que ali atuam, advindas da atuação da ultradireita.

No lançamento transmitido pelo canal do Youtube, o ministro apresenta em um anfiteatro a vinheta de lançamento que ora analisamos e, em seguida, se dispõe a responder dúvidas das pessoas que ali estão. A vinheta e a presença de Abraham Weintraub instauram-se em conjunto, representando a governabilidade e a identidade do ministro que remetem a um referencial histórico construído para ser diferente do que está até então implantado nos institutos e nas universidades federais. E naquele evento, dissemina-se um conjunto de crenças defendidas não só pelo ministro, mas também pelo grupo que assiste ao lançamento e representa a enunciação em FUTURE-SE: a ideia de que o futuro depende de o Brasil acompanhar a tendência de outros países, em que empresas nascem em universidades:

Muitas das maiores empresas do mundo nasceram em universidades.  
Essa é a nossa inspiração. [Nome de países no plano de fundo]  
Esse é o futuro: E o Brasil não vai ficar fora dele.  
Conhecimento e capital humano nós temos.  
Mais empreendedorismo  
Mais intercâmbio de conhecimento  
Responsabilidade com o futuro [...]

Chama atenção o enunciado que descreve a busca por intensificar o “intercâmbio de conhecimento” como uma alternativa para inovar o futuro. A temporalização “futuro”, acima, representa um tempo não cronometrável, mas uma época



responsável por mudanças, na busca dos elementos desejáveis para esse futuro, enfatizando a troca de conhecimentos e a coordenação de iniciativas com busca de melhorias. Essa busca é destacada pelo marcador argumentativo adverbial “mais”, a intensificação necessária que referencia o apelo à busca de possibilidades, como conhecimentos passíveis de troca, citando “capital humano” como uma ferramenta para tornar possível o “futuro” das universidades e dos institutos federais. Esse futuro não significa somente o algo por vir, mas o devir repleto de possibilidades positivas, naturalizadas pela vinheta do projeto do Ministério da Educação.

Na vinheta, apresentam-se ainda, ao final, em *flashes* de imagens, os anos entre 2019 (de lançamento do projeto) e 2030, visualizados como temporalidades que nos dão pistas sobre as realizações das possibilidades, representadas em números digitais aceleradamente, como se cronometrassem os anos rumo ao “futuro” enunciado por meio da efetivação do projeto. Os anos apresentados aceleradamente na vinheta representam a temporalidade da passagem do tempo, que possivelmente acompanhará o “futuro”, representado por meio da adesão ao projeto.

A ideia de “futuro”, destacada por meio de “responsabilidade com o futuro”, pressupõe a formação nominal “futuro responsável” que, no funcionamento atual, indica os efeitos de sentido de que os institutos federais e as universidades não apresentam características adequadas. A forma “futuro” não basta para indicar o tempo desejado, pois há necessidade de destacar o futuro marcado “com responsabilidade”, pressupondo que o projeto ora divulgado se justifica por se apresentar como se apresenta, pois não basta se tornar-se futuro; há necessidade de se ligar à responsabilidade, conforme a vinheta. As temporalizações promovem, por fim, a divulgação, a idealização e a naturalização do projeto que promove a adesão ao financiamento privado e a um conjunto de metas que promove um modelo adverso do modelo de funcionamento das instituições federais de ensino que são alvo do Projeto FUTURE-SE.

Na vinheta em análise, vislumbra-se mormente o dizer pelos regramentos, que em olhar da política, resvalam aspectos da polícia descritos pelos estudos rancierianos. Acreditamos que o poder difuso é uma forte marca que acompanha os discursos que, por meio de uma verdade instaurada, naturalizam um sistema de conhecimentos introduzidos por meio de representações do que sejam universidades e institutos desejáveis diante do projeto: com “empreendedorismo” e “inovação”, aos olhos da governabilidade. Para isso, a necessidade de “desenhar”, construir sentidos sobre um tempo e um futuro desejáveis nessas condições defendidas.

### **Considerações finais**

O *slogan* “Institutos e universidades empreendedoras e inovadoras” integra a vinheta de lançamento do Projeto FUTURE-se que analisamos, compondo formações nominais significativas que manifestam o desejo e o empreendimento do Ministério da Educação de Abraham Weintraub, de 2019, distanciando as instituições do financiamento público para incentivar seu funcionamento pelo capital privado e torná-las parte de um projeto de governança liberal.

A vinheta analisada marca a representação de um projeto que, na nomeação, já temporaliza metas a partir de um futuro não definido cronologicamente para definir um projeto político que aponta um futuro viável somente com as mudanças ora colocadas no projeto. A vinheta ora analisada representa o futuro temporalizado como uma proposta política cercada de regramentos a partir do investimento no que se enuncia como “tempo de inovar” e “responsabilidade com o futuro”, trazendo-nos pistas por meio de uma sucessão de anos em temporalidades representados que só se tornam o tempo “desejado” com a implantação do projeto e a adesão das universidades, pois se indica que, nos dizeres do locutor/MEC do então ministro Abraham Weintraub “Esse é o futuro: E o Brasil não vai ficar fora dele”.

O viés enunciativo nos ajuda a perceber os efeitos de sentido que fundamentam o mecanismo da governança ora representado

pelo Ministério da Educação, destacando formações nominais como “inovação” e “empreendedorismo”. Nessa esteira, mobiliza formas de expressão desse tempo, o que torna, para os semanticistas, dizeres passíveis de descrição e interpretação. Entende-se, portanto, que não há exatidão cronológica que especifique sentidos como “tempo de inovar” e “responsabilidade com o futuro” e “FUTURE-SE”. E esse é um trunfo para divulgar e fortalecer algo em que não se define quando e como o funcionamento orientado pela entrada do capital privado pode trazer benefícios para o projeto enunciado.

Essa construção de sentidos sinaliza um referencial histórico em que se aposta no poder pela palavra, no investimento no discurso liberal exacerbado de pró-fortalecimento da iniciativa privada. Esse poder sustenta, em desdobramento, uma ordem do discurso em que há a (re)afirmação de uma “verdade”: a ideia de que o estado não deve investir em educação para o povo (isso é tarefa meritocrática, de cada um), traçando o esvaziamento desse investimento como um bem público. Acredita-se, enfim, em uma aposta de necropolítica em desconstrução de modelos voltados para o todo, o que pode acarretar o enfraquecimento em muito do poder de autonomia da universidade e dos institutos federais. Ao mesmo tempo, em outra frente, fortalece a crença e o incentivo da iniciativa privada como solução para os processos sociais, enfatizando-a em um tempo definido como “futuro”, no caso, vislumbrando uma visão de educação a ser desconstruída e reconstruída no modelo de sociedade ora defendido.

## Referências

- ABRAÇADO, J. *O tempo, o tempo linguístico e o tempo verbal: propriedades e relações*. São Paulo: Contexto, 2020.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. 4. ed. Berne: Éditions A. Francke. 1965.
- DIAS, L. F. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: Pontes, 2018.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.

MBEMBE, A. NECROPOLÍTICA\*: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso: 02 set. 2020.

ORLANDI, E. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. O estado, a gramática, a autoria - língua e conhecimento linguístico. *Revista Línguas e instrumentos linguísticos*. História das ideias linguísticas. n. 4/5. São Paulo: Pontes, p. 19-34, dez. 1999/jun. 2000.

RANCIÈRE, J. O desentendimento: política e filosofia. Tradução: Angela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

## **Reportagem**

DUNDER, K. Abraham Weintraub: gestão marcada por frases polêmicas. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/abraham-weintraub-gestao-marcada-por-frases-polemicas-18062020>. Acesso em: 10 set. 2020.

TENENTE, L. *Entenda o que se sabe sobre o FUTURE-SE e o que ainda falta esclarecer*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/08/03/entenda-o-que-ja-se-sabe-sobre-o-future>. Acesso em: 03 ago. 2019.

## **Vinheta**

Lançamento do programa “Future-se” pelo Ministério da Educação em 17 jun. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6g2IQWRthoU>.

## **Ilustração**

Lançamento do Future-se. Disponível em: <https://muz.ifsulde Minas.edu.br/noticias/242-if/2329-future-se>. Data de acesso: 02/09/20.

# **Produzir e divulgar conhecimento: as inflexões da função-autor**

Mônica G. Zoppi Fontana<sup>1</sup>

Nesse texto<sup>2</sup> desenvolvemos uma reflexão sobre a prática de produção e divulgação de conhecimento, relacionando os processos de constituição da autoria científica com as diversas práticas de divulgação científica e popularização da ciência que estão sendo assumidas atualmente por quem produz conhecimento. Essa questão está no centro das discussões sobre financiamento à pesquisa e às universidades públicas e envolve uma avaliação pública do fazer da comunidade científica em sua função de formadora de recursos humanos e produtora de conhecimento relevante para a sociedade.

Diversas modalidades de divulgação científica e popularização da ciência por parte de pesquisadoras e pesquisadores já vinham sendo praticadas, principalmente após o surgimento da web 2.0, mas se intensificaram em tempos de pandemia em 2020, por meio do uso de diversas plataformas tecnológicas e como resultado da iniciativa de associações científicas que nucleiam cientistas de diversas áreas, assim como de iniciativas individuais de profissionais que criaram seus próprios canais de comunicação com o público.

Como profissionais do campo de produção de conhecimento sofremos já faz alguns anos com a redução do orçamento dedicado à educação e à ciência e tecnologia. Uma série de medidas tomadas por diversas instâncias do governo nos últimos

---

<sup>1</sup> Unicamp. E-mail: monzoppi@unicamp.br

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, processo 307842/2017-7.

anos tem afetado o financiamento ao ensino e à pesquisa, como por exemplo: o teto de gastos estabelecido para os próximos 20 anos no governo Temer, a redução de bolsas de estudo e auxílios à pesquisa e o corte de recursos repassados às universidades públicas e aos programas de pós-graduação ocorridos mais recentemente no governo Bolsonaro. Mas a situação se agravou porque é no atual governo que enfrentamos um movimento de desqualificação dos centros de produção científica, com ataques explícitos à liberdade de cátedra, à reflexão crítica, à legitimidade da ciência como bem comum da sociedade, à validade do conhecimento científico, à existência das universidades públicas e aos impactos positivos e necessários da prática científica e da pesquisa básica no bem-estar da população e na condução da coisa pública. No campo das ciências humanas somos alvos prediletos desses ataques, que caminham na direção da contestação do valor do conhecimento científico para a sociedade.

Nessa conjuntura, a prática da autoria no campo de produção de conhecimentos sofreu novas inflexões. No meu trabalho, tenho me ocupado em diversas ocasiões sobre essa questão: primeiro analisando criticamente o *discurso da produtividade científica* e seus impactos nos processos de subjetivação das autoras e autores de ciência, ao produzir a sobredeterminação da constituição de um *nome de autor* sobre as práticas específicas que configuram uma *função autor* para cada campo de conhecimento, principalmente para o campo das ciências humanas<sup>3</sup>. Depois analisei o impacto da circulação do conhecimento no discurso digital e a determinação do funcionamento próprio das tecnologias digitais sobre as práticas de autoria, quando diferenciei duas modalidades de autoria: uma *autoria-fetice* e uma *autoria-experimentação*<sup>4</sup>. Mais recentemente tenho me dedicado a pensar o desdobramento que se produz na *função-autor* pela determinação das condições de produção atuais, que projetam sobre a/o cientista (ou seja, sobre a

---

<sup>3</sup> Cf. Zoppi Fontana (2013a e 2013b).

<sup>4</sup> Cf. Zoppi Fontana (2017).

posição-sujeito cientista) a injunção a ocupar simultaneamente a *posição de divulgador/a do conhecimento produzido*. É sobre esse aspecto do fazer científico que vou me deter nesse trabalho.

## 1. A comunicação da ciência pelas(os) cientistas

Para começar vou mencionar um dossiê organizado pela revista *ComCiência* (editada pelo Laboratório de Jornalismo/Unicamp), que foi publicado em abril de 2018, ou seja, ainda no governo Temer, quando a universidade sofria com cortes orçamentários, mas não era ainda atacada abertamente por um discurso virulento de deslegitimação face à sociedade. Nesse dossiê, diversos artigos apontavam como diagnóstico o que ficou nomeado como *um abismo de comunicação* entre a universidade e a sociedade. A partir desse diagnóstico se colocava como conclusão óbvia a necessidade das(os) cientistas desenvolverem *novas habilidades de comunicação*. Para descrever esse funcionamento, trago um recorte que reúne diversas sequências discursivas de textos reunidos nesse dossiê (os grifos são meus):

SD1- A crise orçamentária que foi imposta à ciência brasileira nos últimos anos escancarou o **abismo de comunicação** que existe entre a comunidade científica-acadêmica e a sociedade da qual ela faz parte e à qual ela deveria servir. **Um abismo que sempre existiu**, mas nunca incomodou, porque nenhum dos lados fazia muita questão de conversar com o outro. [...] Agora, a conversa é outra. O dinheiro secou e **os cientistas se viram obrigados a fazer algo que nunca precisaram fazer antes**: convencer as pessoas de que a ciência é importante e merece (precisa!) ser financiada pelo poder público, para o bem de todos. (Herton Escobar. Divulgação científica. Faça agora ou cale-se para sempre. *Revista ComCiência*. Dossiê 197 “Divulgação Científica”, abril 2018).

SD2- **A comunidade científica precisa acordar para a realidade, sair da sua torre de marfim acadêmica**, e começar a dialogar direta e diariamente com a sociedade[...] Para fazer uma informação chegar à sociedade, o cientista precisava de um interlocutor: o jornalista. Agora, não. Graças à internet e às redes sociais, **qualquer cientista pode se comunicar hoje diretamente com a sociedade**, sem necessidade de intermediário, por meio de sites, blogs, vídeos, podcasts e outras plataformas diversas. (Herton



Escobar. Divulgação científica. Faça agora ou cale-se para sempre.) *Revista ComCiência*. Dossiê 197 “Divulgação Científica”, abril 2018).

Incluo também um recorte de uma declaração assinada por 45 reitores de universidades do mundo reunidos em Hamburgo, Alemanha, em junho de 2019.

SD3- We will more effectively practice intense and open ongoing communication and engagement, internally within our own deliberations and externally with all elements of society. For efficient dialogue, we will use multiple methods to interact with specific audiences. (*The Hamburg Declaration “Rebuilding the University–Society Relationship*; Global University Leaders Council Hamburg, junho 2019. Disponível em: <https://www.guc-hamburg.de/en/press/news/20190607-hamburg-declaration.html> )

*tr: Praticaremos de maneira mais eficaz a comunicação e o engajamento intensos e abertos, internamente dentro de nossas próprias deliberações e externamente com todos os elementos da sociedade. Para um diálogo eficiente, usaremos vários métodos para interagir com públicos específicos.*

Em todas as sequências discursivas de nosso recorte encontramos sentidos que se repetem e que se sustentam em um *discurso transverso* (Pêcheux, 1988[1975])<sup>5</sup>, que perpassa os diagnósticos expressos pelos autores e que sustenta a formulação de possíveis soluções para superar a dificuldade apontada. Esse discurso transverso se materializa na forma de metáforas, por meio das quais é nomeado o resultado do diagnóstico feito sobre o papel da universidade na atual conjuntura adversa: *abismo de comunicação; torre de marfim; encastelamento*.

---

<sup>5</sup> Pêcheux (1988[1975]) define o *discurso transverso* como o funcionamento discursivo que incide como evocação lateral sempre já lá e articula elementos no fio do discurso. A articulação de elementos no dizer de um sujeito provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso-transverso no eixo do *intradiscurso*. “O funcionamento do “discurso-transverso” remete àquilo que, classicamente, é designado por *metonímia*, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc” (Pêcheux, 1988[1975]: 166).

*ABISMO* (a universidade está separada da sociedade por uma fenda/hiato intransponível)

*TORRE DE MARFIM* (a universidade está isolada em uma posição alta e inatingível)

*CASTELO* (a universidade está encastelada, é um claustro intramuros)

Desenvolvendo o argumento contido na expressão dessas metáforas, encontramos o seguinte encadeamento:

*Se é necessário que a universidade aprenda a se comunicar com a sociedade é porque a universidade está separada da sociedade, é um corpo estranho nela, não faz parte dela.*

Eis o enunciado do discurso transversal que sustenta a argumentação. Ou dito de outro modo, *não há laço social nem político entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa.*

O processo de metaforização naturaliza o discurso transversal: a separação profunda entre a universidade e a sociedade é colocada nos textos que compõem nosso corpus como uma evidência inquestionável. Por outro lado, esse processo de metaforização permite silenciar as causas reais que dão lugar às imagens de abismo e encastelamento, a saber: a profunda desigualdade social existente no país e a divisão de classes que afeta o acesso a e a permanência no ensino superior.

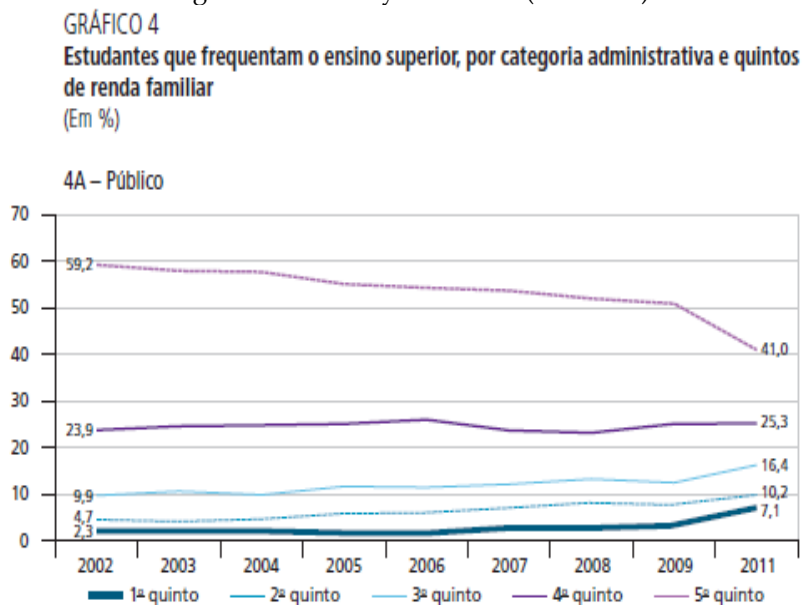
Dados estatísticos produzidos pelo IBGE no último censo universitário descrevem a atual composição do ensino superior no Brasil. Conforme um estudo publicado pelo IPEA, que fez um levantamento até o ano 2012, o percentual de alunos em cursos de graduação no país, comparado com o total da população na faixa etária condizente com esse nível de ensino, é ainda muito pequeno: de 14,9% das pessoas na faixa etária de 18-24 anos.

O crescimento das matrículas é evidente e notável no ensino superior brasileiro, no entanto, revela-se insuficiente quando confrontado à dimensão e às expectativas da população brasileira e em que pese o enorme aumento dos investimentos público e privado nesse nível de ensino. A persistência de enormes desigualdades sociais no tocante ao acesso e à permanência no nível de ensino superior segue sendo um desafio urgente a ser enfrentado. A taxa

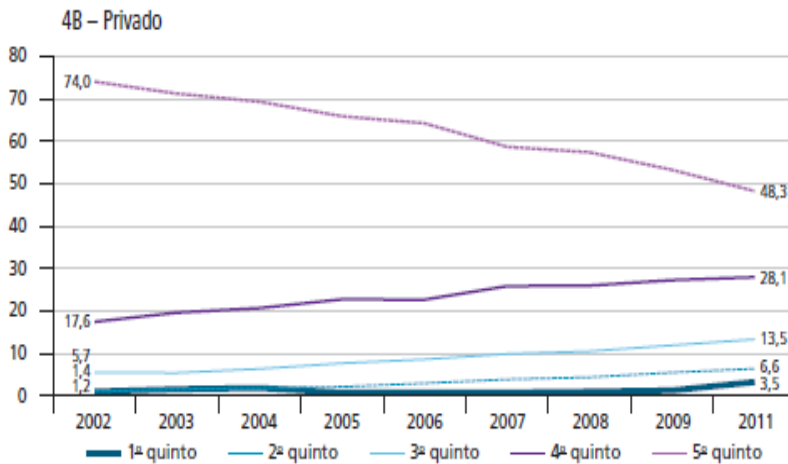
líquida de matrícula no ensino superior no Brasil de apenas 14,9% da faixa etária de jovens entre 18 e 24 anos, e a bruta de 28,12%, revelam uma situação crítica mesmo para os padrões da América Latina (In: *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira* / organizadores: Tom Dwyer ... [et al.]. – Brasília : Ipea; Pequim : SSAP, 2016)<sup>6</sup>.

Reproduzo, ainda, um gráfico apresentado por esse mesmo estudo, que mostra a composição das matrículas por faixa de ingressos econômicos da família das/os estudantes: o gráfico mostra que mesmo tendo acontecido um aumento no número de matrículas de estudantes de baixa renda, a diferença em termos percentuais com as/os de renda média e alta ainda é considerável.

Figura 1 – In: Dwyer. T. et al. (2016: 111)



<sup>6</sup> Esse relatório está disponível no portal do IPEA: [https://www.ipea.gov.br/porta1/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28162](https://www.ipea.gov.br/porta1/index.php?option=com_content&view=article&id=28162)



Fonte: Pnad/IBGE (2011).

Essa divisão social do ingresso a e da permanência no ensino superior aparece metaforizada no recorte que trouxemos para análise. É sustentado nessa metaforização da desigualdade, que intervém como discurso transversal na formulação dos enunciados, que o diagnóstico apresentado se mostra como pura e simples constatação de um fato da realidade, interpretado e nomeado como *um problema de comunicação*. O que permite encadear esse diagnóstico com a solução também apresentada como óbvia: *é necessário desenvolver novas habilidades de comunicação*, o que implica, dadas as condições de produção atuais, na utilização eficaz das *novas mídias digitais*.

Ou seja, no contexto de uma profunda crise de financiamento provocada por um projeto deliberado de sucateamento do ensino superior, principalmente o público, e de uma campanha explícita de ataque ideológico às instituições universitárias, cuja finalidade é deslegitimá-las como enunciadores reconhecidos de discursos válidos para a sociedade, o enunciado que percorre o discurso social, tanto na imprensa, quanto na própria comunidade científica é:

*A universidade sabe produzir conhecimento, mas não sabe divulgar esse conhecimento para fora do ambiente acadêmico.*

Com a descrição do funcionamento metafórico do discurso transversal que afirma a separação da universidade em relação à sociedade não queremos negar a pertinência do enunciado-diagnóstico sobre um “problema de comunicação”, mas queremos apontar para *suas condições de aparição e circulação como evidência no discurso social*. Se é relevante e oportuno pensarmos, no momento atual, em modos de circulação do conhecimento mais abrangentes e eficazes, não me parece desejável reduzir a avaliação da atual conjuntura a uma deficiência interna do próprio meio acadêmico em relação a suas habilidades de divulgação científica. Ao contrário, é necessário pensar nas relações estruturais que organizam a prática científica e seus sujeitos na sociedade brasileira.

Prosseguindo com a análise, considero o enunciado-diagnóstico como um objeto discursivo opaco e paradoxal (Pêcheux, 2011[1983a]), que estabelece relações parafrásticas com diversas outras formulações que circulam na sociedade. Assim, podemos nos interrogar: ao que se refere a designação “*universidade*” no enunciado que afirma que “a universidade sabe produzir conhecimento, mas não sabe divulgar esse conhecimento para fora do ambiente acadêmico”? Com fins heurísticos, podemos construir uma série parafrástica que faça visível as substituições dispersas no arquivo:

ciência brasileira = comunidade científica = comunidade científica/acadêmica = qualquer cientista = nós

E ao que se refere “fora do ambiente acadêmico” nesse enunciado?

a sociedade = o bem de todos = todos os elementos da sociedade = públicos específicos

Para refletirmos sobre os efeitos de sentido produzidos pela opacidade desse enunciado mobilizamos duas noções caras à Análise de Discurso e com forte impacto analítico: a de *autoria* e a

de *circulação*, noções que estão presentes também na definição e descrição do funcionamento do *discurso de divulgação científica*.

Observemos outro recorte do dossiê da *Revista Comciência*, no qual se apresenta a visão de um jornalista sobre o momento atual de embate entre a ciência, a política e a sociedade (os grifos são meus):

Para fazer uma informação chegar à sociedade, **o cientista precisava de um interlocutor: o jornalista. Agora, não.** Graças à internet e às redes sociais, **qualquer cientista pode se comunicar hoje diretamente com a sociedade, sem necessidade de intermediário**, por meio de sites, blogs, vídeos, podcasts e outras plataformas diversas. (In: Escobar, H. Divulgação científica: faça agora ou cale-se para sempre. *Revista ComCiência*, n° 197 *Divulgação Científica*, abril 2018)

Nessa sequência discursiva aparece explicitado o que é compreendido como um ponto de inflexão ou mutação no funcionamento do discurso de divulgação científica: hoje é a(o) própria(o) cientista que deve promover a comunicação social de seu trabalho.

Assim, o discurso da divulgação científica passa de ser interpretado como um *discurso de entremeio* (Orlandi, 2011), que supunha uma mediação profissional (do jornalista especializado) e um processo de tradução/transformação de sentidos entre duas posições-sujeito, duas instâncias enunciativas, duas instituições discursivas e, portanto, duas discursividades, a *ser considerado como uma nova função-autor ocupada pela(o) própria(o) cientista, no espaço de sua atividade acadêmica e de sua instituição de ensino/pesquisa*. A autoria de divulgação científica acaba sendo assim ressignificada como um desdobramento desejável e necessário da autoria científico-acadêmica. Esse ponto de inflexão afeta a função-autor ocupada por docentes e estudantes no processo de produção de conhecimento desenvolvido na universidade e nos centros de pesquisa.

## 2. Comunique ou morra

Em trabalhos anteriores me debrucei sobre o discurso da produtividade científica e o modo como ele afeta a escrita acadêmica e o funcionamento da autoria, que se desdobra entre um *nome de autor fetichizado* pela quantidade de publicações e pelos índices de impacto das mesmas, e uma *função-autor* afetada pela normatização das disciplinas e a institucionalização dos campos de conhecimento<sup>7</sup>. Nas condições atuais de exercício da prática de produção de conhecimento, a autoria acadêmico-científica ganha uma nova inflexão. Considero que a *função-autor* hoje se divide e se dobra sobre si mesma, endereçada a interlocutores diferentes: por um lado, os pares que legitimam a fetichização do nome de autor no circuito da produtividade científica (práticas de comunicação e disseminação científica); por outro lado, a sociedade externa, que alheia às condições de produção do conhecimento científico, anseia respostas que dialoguem com as condições reais e concretas de sua existência corriqueira (práticas de divulgação científica e popularização da ciência).

O imperativo “publique ou morra” (*publish ou perish*), que assombra as vidas acadêmicas fortemente pressionadas pelo discurso da produtividade científica, perdeu terreno (mas não vigência) para outro imperativo, cuja urgência política se mostra como inquestionável e conjuntural: “comunique ou morra”.

Temos, então, a aparição de uma nova figura autoral no espaço da prática científica: *a(o) cientista ou a acadêmica(o) comunicador(a)*. Figura esta que responde aos mesmos princípios mercantilistas do discurso da produtividade científica: primeiro é necessário produzir o conhecimento em ritmo de linha de montagem, depois precisa escoar essa produção em nichos diversificados. Ou dito de outra maneira:

- *multiplicar os peixes e vender o próprio peixe* são na atualidade as duas “missões” da prática de escrita acadêmica e é em relação a

---

<sup>7</sup> Cf. Zoppi Fontana (2013b).

essa função-autor, assim desdobrada, que a(o) cientista/acadêmica(o) se constitui hoje enquanto autor(a).

Nesse quadro mais amplo das condições de produção da prática científica, as políticas atuais do governo federal em ciência e tecnologia e em educação, que promovem um verdadeiro desmantelamento material e simbólico dos centros de pesquisa e das universidades públicas, têm impactado fortemente o modo de circulação dos enunciados científicos na sociedade e, principalmente, a validade de suas instâncias legítimas de enunciação, a saber: as pessoas envolvidas na produção do conhecimento e na pesquisa nas mais diversas áreas, principalmente as humanas.

Para analisar essa dimensão do atual processo de desqualificação da ciência analisamos o *modo de circulação atual dos enunciados científicos na sociedade*, ou seja, o estado atual do processo de divulgação científica. Como sabemos, para a Análise de Discurso a circulação é um movimento constitutivo dos efeitos de sentido nos processos discursivos (Orlandi, 2001). A circulação é fortemente afetada por:

- a relação com as condições históricas de produção do texto,
- as diversas práticas de textualização (afetadas pelo funcionamento material das novas tecnologias de linguagem),
- as normalizações impostas pela disciplinarização do conhecimento.

Assim, ao desdobramento produzido sobre a função-autor que configura as práticas de textualização da posição cientista-acadêmica(o), se somam as inflexões das novas formas de circulação do discurso de divulgação científica, que não comporta mais, necessariamente, um espaço de mediação enunciativa (a instância do jornalismo científico). A divulgação científica se faz, diretamente, no trabalho corpo a corpo da(o) cientista com o público geral e essa nova configuração na circulação do conhecimento produzido projeta nas práticas institucionais uma *divisão do trabalho de divulgação da produção de conhecimento*:



1- Por um lado, uma *gestão institucional da divulgação científica*, por meio de portais, páginas *Facebook*, contas no *Twitter*, no *Instagram*, canais *Youtube*, entre outras plataformas e mídias digitais, administradas por especialistas da área do jornalismo e da comunicação institucional, que respondem a uma estratégia de divulgação planejada pela instituição a partir de sua administração central.

2- Por outro lado, uma *gestão individualizada da divulgação científica*, centrada na figura da(o) autor(a)-cientista-comunicador(a), que se utiliza das mesmas mídias, porém de forma particular e singularizada, produzindo o *efeito de uma enunciação direta do produtor ao consumidor*, simulando uma relação simétrica de interlocução e apagando as condições institucionais que possibilitam a produção material do conhecimento. Em outros trabalhos me referi a esse funcionamento como um processo de *fetichização do nome de autor*, pois aparece fortemente sustentado na figura e personalidade das(os) cientistas, que disputam na web 2.0 o estatuto de celebridade.

A partir desta reflexão sobre a autoria no processo de produção e circulação social do conhecimento, comentamos alguns fatos recentes, que se mostram como respostas criativas, organizadas institucionalmente e inéditas no seu modo de textualização e circulação, realizadas pelo campo científico na sua luta contra a conjuntura adversa que vivemos.

1. A Marcha Virtual pela Ciência, promovida pela SBPC, em 7-5-2020, que incentivou diversas modalidades de participação: o envio de depoimentos em vídeo ou texto, a replicação dos tuitos que foram realizados no dia, a participação nos painéis e *lives on-line*, a criação de eventos paralelos realizados de forma remota.
2. O ciclo de conferências, mesas redondas e simpósios *on-line*, promovidos pela ABRALIN AO VIVO.
3. As inúmeras *lives* organizadas por programas de pós-graduação, centros e grupos de pesquisa.

O que todas essas iniciativas têm em comum é a exploração intensa das mídias digitais e a adequação da textualização a seu modo de circulação *on-line, ao vivo e em condições pandêmicas, ou seja, do interior do espaço privado habitado pela(o)s cientistas*. Todas elas ficam também disponibilizadas para acesso aberto na internet, constituindo assim um imenso arquivo digital de nomes, vozes e corpos de autoras(es) que comunicam seu fazer científico. Outro aspecto compartilhado é a ancoragem em instâncias enunciativas institucionais enquanto lugares de convocação e organização dessas práticas de divulgação. Finalmente, importa apontar o aspecto massivo da participação de cientistas em resposta a essas convocações.

No caso da *Marcha Virtual pela Ciência*<sup>8</sup>, foram reunidos 1353 vídeos, compartilhados na playlist do canal Youtube da SBPC<sup>9</sup>. No ciclo da *ABRALIN AO VIVO*<sup>10</sup>, as atividades foram e continuam sendo diárias e realizadas em vários períodos do mesmo dia.

Nessas duas iniciativas o fator da *quantidade de manifestações científicas* realizadas produz grande impacto, dado que demonstra a força coletiva das instituições científicas e seu poder de convocação. Por outro lado, essas iniciativas se caracterizam por reunirem profissionais da ciência e apresentá-los como os responsáveis pela sua divulgação: cientistas que inundam a rede com suas falas sobre os mais diversos temas. A estas grandes iniciativas devem ser acrescidas as inúmeras outras promovidas por programas de pós-graduação, grupos e laboratórios de pesquisa e por indivíduos. Tomadas no seu conjunto, todas essas iniciativas têm produzido um *acúmulo de práticas diferenciadas de divulgação científica* com maior ou menor poder de penetração e circulação na sociedade.

O excesso produz efeito ideológico, como já o sabemos em Análise de Discurso<sup>11</sup>. *A repetição estabiliza sentidos, naturaliza*

---

<sup>8</sup> Cf. <http://portal.sbpcnet.org.br/marcha-virtual-pela-ciencia/>

<sup>9</sup> Cf. [https://www.youtube.com/playlist?list=PLVigrCJ\\_g6LdNU5jTSLniXSaFPNIyNKRL](https://www.youtube.com/playlist?list=PLVigrCJ_g6LdNU5jTSLniXSaFPNIyNKRL)

<sup>10</sup> Cf. <https://aovivo.abralin.org/>

<sup>11</sup> Orlandi (2011).

*interpretações, legitima lugares de enunciação. Nos últimos anos as fake-news e a pós-verdade, promovidas por figuras políticas e financiadas por grupos econômicos interessados em manter sua hegemonia no mercado, abusaram fartamente do excesso de circulação e repetição de enunciados no discurso social, numa estratégia para impor interpretações fundamentalistas e enunciadores antidemocráticos. Como diria Pêcheux (1990[1983b]), estamos imersos numa luta de deslocamentos ideológicos, disputando as coisas a saber que configuram a agenda da opinião pública.*

### **Considerações finais**

Acredito que as novas configurações da divulgação científica (principalmente promovidas durante a pandemia de COVID-19 em 2020) trazem uma nova frente de luta contra as investidas atuais de setores do governo e de outros atores sociais para deslegitimar a prática científica, frente que não pode ser menosprezada e na qual podemos, nós, cientistas, nos envolver ativamente.

Em primeiro lugar, trata-se de um modo coletivo de ocupar a posição-sujeito cientista, no *desdobramento da função-autor entre produtor(a) e divulgador(a) do conhecimento*. Sem restar importância a canais individuais ou iniciativas singulares, o modo de circulação promovido por essas iniciativas se caracteriza por ganhar força na medida em que reúne as enunciações individuais de cada participante em um movimento coletivo em que cada voz ecoa a outra, produzindo entre todas ressonâncias que legitimam, em conjunto, o *lugar de enunciação da ciência* (e não só do autor particular). Por outro lado, se visibilizam as condições materiais de produção da ciência: se nomeiam as associações científicas, as instituições de ensino e pesquisa, os centros e grupos em que se produz a prática de conhecimento. Finalmente, os enunciados científicos são postos em ampla circulação, disponibilizados em rede aberta, falados (o que os tira do espaço restrito das publicações científicas) e *corporificados*. As novas tecnologias *dão corpo e voz à prática científica* e colocam amplamente em circulação essas imagens.

Esse modo de dizer a ciência produz um *processo de individualização da posição-sujeito cientista*, que traz *singularidade* à pretendida universalização do conhecimento, *corporifica* a diversidade e *presentifica* a contradição que atravessa as práticas de produção de conhecimento.

Dessa maneira se abre uma brecha para que se ressignifique a *posição-sujeito cientista-comunicador(a)*, o que nos coloca face ao desafio da contradição que habita essa posição tensionando-a entre:

- uma *autoria-fetice* que promove o individualismo do produtivismo científico e da monetização da divulgação de conhecimento, inflacionando o *nome de autor* em práticas de culto à personalidade;

- uma *autoria-experimentação*, afetada por uma prática científica que assume a responsabilidade ética de epistemologias que considerem as condições materiais de produção do conhecimento, o que leva a compreender a *enunciação científica como um posicionamento que intervém no campo social*.

Trata-se da tensão entre um ideal de objetividade e universalidade da ciência e uma tomada de posição epistemológica que reconhece os impactos do ponto de vista (em termos de posição-sujeito) adotado para a produção de conhecimento.

Para as ciências humanas e sociais, é crucial reconhecer e fazer trabalhar essa tensão. Precisamos enfrentar decididamente os discursos do poder que proclamam com cinismo que é ideológica toda e qualquer outra enunciação que não a própria, ou seja, que há ideologia na palavra do outro sempre e quando ela não seja um espelho das próprias posições autoritárias e falaciosas.

Não é a negação da ideologia que vai nos proteger desses ataques, mas o esclarecimento do caráter político e ideológico de todo projeto de educação e de produção em ciência e tecnologia, seja ele explicitado ou apagado nas declarações retumbantes do poder público.

Entre a universalidade da ciência e suas reais condições de existência e de prática na formação social brasileira, afetada por políticas neoliberais que visam a restrição dos espaços públicos e

dos direitos dos cidadãos, é importante que fiquemos atentos a essas novas inflexões da autoria científica, e a sua divulgação e circulação na sociedade.

Sejamos cientistas-divulgadoras(es) que assumam sua tomada de posição por uma ciência plural, diversa, comprometida com o bem-estar dos mais excluídos da sociedade e que advogue pela liberdade de pensamento e de cátedra em nossas universidades.

## Referências

DWYER, Tom et al. (orgs.) *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: Ipea/Pequim: SSAP, 2016.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto. Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. E. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988[1975].

PÊCHEUX, Michel. *Discurso. Estrutura ou acontecimento*. Trad. E. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990[1983b].

PÊCHEUX, Michel. Ideologia - Aprisionamento ou campo paradoxal? In: *Análise de Discurso. Michel Pêcheux*. Textos escolhidos por E. Orlandi. Campinas: Pontes, 2011[1983a], p.107-119

*Revista ComCiência*. Dossiê Divulgação Científica. Campinas, n° 197, abril 2018. Disponível em: [https://www.comciencia.br/category/\\_dossie-197/](https://www.comciencia.br/category/_dossie-197/)

ZOPPI FONTANA, Mónica G. Objetos culturais, startups, autoria. Autoria-fetice versus autoria-experimentação. In: FLORES, G.; S. GALLO; N. NECKEL; C. PFEIFFER; M. ZOPPI FONTANA. (Org.). *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. v. 3. Campinas: Pontes, 2017, p. 235-250.

ZOPPI FONTANA, M.G. *Slow Science: a temporalidade da ciência em ritmo de impacto*. *Leitura (UFAL)*. Maceió, v. 50, p. 223-257, 2013a.

ZOPPI FONTANA, M.G. *Deadline*. A função-autor e os efeitos do discurso de produtividade na ciência. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *Cidade, linguagem e tecnologia. 20 anos de história*. 1ed. CAMPINAS: Labeurb-NUDECRI, 2013b, p.109-136.



# **Alguns reflexos do fundamentalismo posto em cena na contemporaneidade: violência, ódio e ataque às religiões de matriz africana**

Cláudio Márcio do Carmo<sup>1</sup>

O presente texto pretende se debruçar sobre um tema complexo, mas ainda carente de atenção por estar presente historicamente no interior de várias sociedades como causa de grandes problemas nos níveis interpessoal, interétnico, inter-religioso, interinstitucional e internacional que é o fundamentalismo ligado ao discurso de ódio, o qual tem fomentado conflitos, tensões, violência e, por vezes, guerras há tempos.

Trataremos dos reflexos do fundamentalismo religioso quando êmbolo de violência, ódio e ataque às religiões de matriz africana. Contudo, não pretendemos generalizar críticas de maneira leviana, endereçando-as a qualquer segmento religioso sem as devidas ressalvas. Estamos falando particularmente de grupos extremistas e incoerentes com o que de fato é (ou deveria ser) apregoado e seguido em termos religiosos. Focalizamos o fundamentalismo cristão de raiz neopentecostal já apontado por Fernandes et al. (1998) como o segmento mais combativo às religiões afro-brasileiras.

Partimos do que parece ser o eco de problemas antigos, ligados à constituição brasileira conforme proposto por Keil (2005):

O Brasil desde sua fundação, com o genocídio dos índios, passando pela colonização, com a escravatura, depois com o capitalismo industrial e a exploração da formação de trabalho e, finalmente, o capitalismo pós-

---

<sup>1</sup> Promel/DELAC/UFSJ/CNPq. E-mail: claudius@ufsj.edu.br



industrial com todas as suas implicações, teve uma história tramada pelo fio da violência (p. 27).

Nesse sentido, propomo-nos a discutir o discurso e o comportamento de ódio, a partir dos ataques às religiões de matriz africana, como resultado da falência dos mecanismos de controle sociais (das instituições e da contenção moral), de formas de promoção da justiça social e de sustentação da laicidade de Estado, bem como da contenção da hipocrisia que surge da e se sustenta numa pseudodemocracia.

Recentemente, tivemos o caso de uma mãe de Araçatuba (SP) que perdeu a guarda da filha de 12 anos após esta passar por um ritual de iniciação no candomblé, que envolve raspar a cabeça dos novos adeptos. Isso ocorreu depois de denúncia anônima ao Conselho Tutelar em que houve acusação de maus tratos, lesão corporal e abuso sexual. Exames foram feitos e nada fora comprovado, pois a única “diferença” encontrada foi a raspagem da cabeça, comum a iniciados que se tornam iaôs (iniciados) e “fazem o orixá”.

A denúncia que mais foi considerada e teve repercussão foi feita pela avó da menina que é evangélica. Interessante é que os títulos de algumas reportagens são bastante sugestivos do embate, pois, em veículo massivo – *Uol notícias* –, o foco recai na perda da guarda (*Mãe perde guarda da filha após jovem participar de ritual do candomblé*)<sup>2</sup>, enquanto um veículo de orientação evangélica – *Folha Gospel* – coloca o foco na vitória obtida pela avó (*Avó evangélica ganha guarda da neta que participou de ritual do candomblé*)<sup>3</sup>, embora o conteúdo seja praticamente o mesmo.

Nesse cenário, destacamos a incoerência teológica que parece caminhar para o que Chauí (2006, p. 128) chama de “retorno do reprimido”, pois nele “o fundamentalismo religioso opera como

---

<sup>2</sup> <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/07/mae-perde-guarda-da-filha-apos-jovem-participar-de-ritual-do-candomble.htm>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

<sup>3</sup> <https://folhagospel.com/avo-evangelica-ganha-guarda-da-neta-que-participou-de-ritual-do-candomble/>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

uma espécie de retorno do reprimido, uma repetição do recalcado pela cultura porque esta, não tendo sabido lidar com ele, não fez mais do que preparar sua repetição”.

Toda uma história de perseguição se repete, só que agora por parte de fundamentalistas cristãos contra religiões de matriz africana e, de forma particular, por parte de criminosos que se intitulam evangélicos, trazendo mais um aspecto a ser considerado numa conjuntura complexa e ainda sem contornos nítidos devido às constantes transformações sociais.

## **1. Fundamentalismo e violência: algumas implicações**

O termo *fundamentalismo* tem perpassado a reflexão de distintos pensadores nas últimas décadas. Sua utilização tem servido para justificar atitudes religiosas fanáticas, o retorno à sociedade pré-moderna ou mesmo práticas violentas no domínio interpessoal, interinstitucional, interétnico, inter-religioso e internacional, como uma “ofensiva contemporânea antidemocrática” (cf. LIONÇO, 2017, p. 210).

Nesse sentido, seria interessante que esse termo fosse usado no plural, porque existem diferentes fundamentalismos. Sua origem histórica encontra-se no universo religioso, porém, sua abrangência ultrapassa esse universo e ocupa o espaço da política e da economia, carregando um traço claramente ideológico (PANASIEWICZ, 2008), a exemplo do que vemos na atual bancada evangélica brasileira que é crescente.

Assim, assumimos a visão abrangente de Lionço (2017) para quem

O fundamentalismo religioso é uma ofensiva contemporânea a preceitos da modernidade. Recusa princípios democráticos seculares em uma era de instabilidade e dispersão das representações, reivindicando o retorno de tradições como preceitos basilares da vida social. O fundamentalismo religioso é uma reação às novas contingências históricas e políticas que preveem o reconhecimento da diversidade moral, cultural e das possibilidades diversas de subjetivação da humanidade (p. 209).

Ignorar as transformações sociais, as novas demandas e contingências que buscam reparar, de alguma forma, direitos alijados, pensamentos sufocados, crenças e religiões subalternizadas e formas de ser marginalizadas tem sido talvez o grande propulsor da violência que, contrariamente ao Estado Democrático de Direito e sua (pres)suposta laicidade, mantém todo um passado que repulsa a diversidade constitutiva da malha humana na sociedade brasileira, e não apenas nesta. Conforme explica Michaud (1990, p. 37),

Há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Pensar a violência sob essa égide nos leva a perceber a dimensão política das relações humanas *lato sensu* e a dimensão simbólica das culturas que se atravessam numa sociedade plural como a brasileira. Essas dimensões, entretanto, ficam ameaçadas quando existe algum tipo de fundamentalismo. Um caso peculiar tem ocorrido na relação entre alguns segmentos evangélicos e as religiões de matriz africana. Contrariamente aos princípios do Cristianismo — especialmente os mandamentos de Cristo — também ao passado de perseguição sofrido por cristãos (cf. DEIST, 2000; SILVA, 2000), em diferentes graus que vão da discriminação às violências simbólica e física, alguns grupos evangélicos têm atacado as religiões de matriz africana e seus adeptos (cf. FERNANDES al. 1998; SILVA, 2012). E de maneira bem mais complexa, criminosos que se dizem evangélicos têm depredado os templos e expulsado babalorixás (pais de santo) e ialorixás (mães de santo) de seus locais de culto e, por vezes, da própria comunidade onde vivem (ver, por exemplo, CARMO, 2017).

Tais atitudes nos trazem novamente a percepção do “retorno do recalçado” e a incoerência de se tentar instituir outro tipo de evangélico: o evangélico criminoso. Tanto num caso quanto no outro,

o êmbolo é o mesmo: o fundamentalismo religioso como causa de barbárie e de ódio. Como nos lembra Chauí (2006, p. 131), “[...] podemos compreender que a barbárie contemporânea provoque o retorno do recalcado ou do reprimido, isto é, o ressurgimento do fundamentalismo religioso não apenas como experiência pessoal, mas também como interpretação da ação política”.

Sustêm-se numa dimensão ideológica e política do uso dos recursos simbólicos produtores de sentidos sociais, dentre os quais destacamos a linguagem em sua face multissemiótica de construção de mundo e de realidades sociais que ora se irmanam ora se combatem. Como proposto por Carmo (2015), política pode também ser compreendida como negociação de sentidos via linguagem, uma negociação que pode tanto opacizar como buscar aclarar formas de pensamento e crença que nos constituem como seres dum mundo diverso e em constantes transformações envoltas em relações de poder e em busca de hegemonia.

Como se antevê em Lionço (2017), uma das principais implicações do fundamentalismo está ligada à Laicidade de Estado como sendo um princípio fundamental para a garantia da ética democrática, por buscar promover o reconhecimento e proteção da diversidade social, moral, cultural e religiosa de uma sociedade. Para a autora, as liberdades individuais são direitos modernos relativos à dissociação entre poder estatal e dogma religioso, de modo a garantir liberdade de consciência e de expressão, fundamentais à dignidade humana.

No pensar de Boff (2002), o fundamentalismo não seria uma doutrina e deveria ser compreendido como uma forma de interpretar e viver a doutrina, o que pode esclarecer certos aspectos da incoerência entre a doutrina em si e o comportamento de certos grupos pertencentes a algum segmento religioso. O autor chama a atenção para o fato de devermos assumir a doutrina, assumindo junto a inserção individual no processo cambiante da história, porque este nos obriga a contínuas interpretações e atualizações.

Quando Boff (2002, p. 27) afirma que o fundamentalismo representa a atitude de quem confere caráter absoluto ao seu ponto de vista, ele nos fornece elementos para encontrarmos uma das maiores ligações entre fundamentalismo e discurso de ódio. Como explica Glucksmann (2007, p. 35), “[q]uem tem ódio’ só reconhece em si e a seu redor o contágio moral que ele mesmo propaga como uma lei única e universal”.

Nesse conflito, percebemos o quão danosos os fundamentalismos são para a manutenção dos princípios democráticos, para promoção da dignidade humana e para a sustentação da laicidade de Estado e promoção da justiça social, ao fomentarem o ódio. Por outro lado, esse ódio ganha, na violência física e simbólica, uma força destrutiva das relações humanas *lato sensu*, ao destruir as bases de uma sociedade harmoniosa, solidária, respeitosa e empática. Ele acaba sendo uma arma ideológica usada como argumento para alijar direitos, como no exemplo dado acima em que ocorreu a perda da guarda de uma criança por ela participar de um ritual de Candomblé. E demonstra os tentáculos do fundamentalismo em instâncias e instituições decisórias da sociedade.

Praticamente ninguém se incomoda com os batismos cristãos (católicos e evangélicos, por exemplo), contudo, em uma religião de matriz africana, é tratado como crime ou algo correlato ou digno de sansão. Assim como nesse caso que ganhou notoriedade e repercussão na mídia, poderíamos nos perguntar: quantas vezes as instâncias de poder não tomaram esse mesmo parâmetro para decidir sobre a vida de inúmeros outros cidadãos em casos semelhantes, guardas, direitos de visita, manutenção e proteção de comunidades e espaços culturais e religiosos do povo do santo, bem como de seus adeptos?

Quando vemos a existência de uma bancada religiosa na política, a exemplo do caso brasileiro em que apenas uma visão é contemplada, estamos diante de algo extremamente perigoso e complicado de lidarmos. Conforme explica Chauí (2006, p. 128),

Mais profundamente, o fundamentalismo religioso e a busca da autoridade decisionista na política são os casos que melhor ilustram o mergulho na contingência bruta e a construção de um imaginário que não a enfrenta nem a compreende, mas simplesmente se esforça por contorná-la apelando para duas formas inseparáveis de transcendência: a divina (à qual apela ao fundamentalismo religioso) e a do governante (à qual apela ao elogio da autoridade política forte).

Tudo parece caminhar para uma leitura de mundo diferente quando provém de religiões cristãs ou quando provém de outras religiões estigmatizadas, porque o próprio Estado, várias instituições representadas por órgãos legitimados (como Varas e Conselhos) e a própria sociedade em geral traz como um de seus pilares o *racismo estrutural*, ou seja, o que ocorre como manifestação latente na economia e em outras esferas da vida cotidiana, conforme nos explica Almeida (2019). Podemos notar isso pela forma como foi tratado o caso da menina de 12 anos que só pôde ser revertido mediante levante popular, divulgação midiática e luta organizada<sup>4</sup>. Isso mostra um grau considerável de comprometimento e suspeição da forma de agir e de pensar, ao demonstrar certas influências nas instâncias decisórias e na sociedade em geral, refletindo-se contundentemente na forma de violência, preconceito, discriminação e racismo. E, no caso em tela, no racismo religioso sofrido pelos adeptos das religiões de matriz africana.

São perceptíveis os vestígios de discursos antigos que ainda circulam e se fazem presente ao estilo do pensamento evolucionista de Tylor ([1871]2009), a partir do qual o africano e sua cultura foram desconsiderados ou considerados inferiores e selvagens, já que o padrão adotado foi o europeu. Aqui nasce a forma de pensamento que deu origem ao eurocentrismo que ainda se verifica, assim como a própria raiz do pensamento colonial como propulsores e mantenedores do que se tem trabalhado sob a perspectiva da intolerância que se constata em

---

<sup>4</sup> <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-08-15/menina-retirada-da-mae-por-iniciacao-no-candomble-tem-guarda-devolvida.html>. Acesso em 09 de setembro de 2020.

relação às religiões de matriz africana (cf. FERNANDES, 1972; CARMO, 2017, 2018; FERNANDES, 2017).

Esse problema tem gerado muitos estudos, sob variados pontos de vista como o interdisciplinar para uma abordagem bibliográfica do tema (SANTOS, 2018), histórico e antropológico (SILVA, 2012; MOTA, 2018), administrativo, religioso e sociológico (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2018), do Direito (OLIVEIRA, 2018; AHUILL; ABREU, 2019), da geração de Políticas Públicas (SILVA, 2020), dentre outros, que se mostram atrelados à tentativa de uma compreensão abrangente desse e de outros fenômenos adjacentes e na esteira das formas de enfrentamento e resistência ao problema.

Apesar da luta e resistência principalmente do povo de santo ou dos povos de terreiro e da geração de políticas públicas para o enfrentamento do racismo religioso e temas circundantes, o fundamentalismo tem se mostrado extremamente forte e talvez uma das mais importantes causas do problema e do discurso de ódio que ecoa através do desrespeito, da desconsideração, da violência, do preconceito, da discriminação e do ataque às religiões de matriz africana.

No entanto, é importante destacar o empenho de algumas comunidades de terreiro, do movimento negro, bem como de intelectuais negro(a)s, que de forma organizada demonstram o outro lado quando a luta e a resistência partem tanto daqueles que sofrem a perseguição, quanto de quem se coloca na luta conjunta em favor da laicidade de Estado e do respeito para com o direito do povo de santo e do povo negro em geral.

Quando Guimarães (2018) analisa as exigências e as intervenções estatais nos terreiros de povos tradicionais de matriz africana e evidencia a arbitrariedade do Estado ao desconsiderar as especificidades desses povos, também gera a necessidade de busca e criação de mecanismos para salvaguardá-los nas disposições normativas de âmbito nacional e internacional. A autora deixa claro também o teor interventivo de seu estudo, tendo em vista o histórico de perseguição que essas práticas

religiosas sofreram ao longo da história requerendo políticas de inclusão e proteção a exemplo do que consta da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual reconheceu as religiões afro-brasileiras como povos tradicionais de matriz africana.

Ahuall e Abreu (2019) focalizam os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro, bem como sua luta pelo reconhecimento de sua identidade, pela preservação e proteção de suas tradições em um país escravocrata. Colocam em debate ferramentas de segurança jurídica que os reafirmam como sujeitos plenos de direito e, por isso, oferecem importante insumo sobre formas de resistência aos inúmeros ataques que sofrem, às formas de opressão e às desigualdades sociais como um elemento constitutivo desse cenário, enfatizando o surgimento de organizações dentro dos terreiros.

Retornando de maneira específica à questão central a qual nos propomos discutir, como bem observa Armstrong (2009, p. 18), “[o]s fundamentalismos acreditam que estão combatendo forças que ameaçam seus valores mais sagrados”, o que explicaria a gênese, o pensamento, o discurso e o comportamento de ódio entre várias religiões e segmentos religiosos. Em termos de ação, para o autor, os fundamentalismos se consolidam no século XX como uma “forma de reconduzir Deus ao campo da política, do qual fora banido” (ARMSTRONG, 2009, p. 491) e, diante do que tem ocorrido, não deixa de ser preocupante quando se tem uma bancada evangélica e não se tem a mesma representatividade das outras possibilidades religiosas.

## **2. Procedimentos metodológicos e material de análise**

Na tentativa de trazer uma contribuição para esse intrincado processo de luta por poder e hegemonia no campo religioso, faremos a breve análise de algumas passagens de três vídeos que estão intimamente relacionados com o discurso de ódio, sustentados pelo fundamentalismo cristão neopentecostal. Para



tanto, utilizamos a metodologia proposta por Silva (2014), embora não de forma esmiuçada. Sendo assim, usaremos de forma geral e abrangente dois passos por ela propostos:

1) **uma análise microtextual ou lexical**, que diz respeito à estruturação das proposições (palavras e frases: as opções de nomeação/identificação, a predicação ou os atributos usados para representar os atores sociais, a pressuposição ou as asserções implícitas imersas no significado explícito do texto, entre outras possíveis categorias);

2) **uma análise macrotextual**, relacionada com a combinação das proposições, que examina os recursos retóricos usados.

O material de análise será constituído de passagens de 3 vídeos postados no YouTube cujo ponto central é a questão do ódio seja pelo que é dito, sugerido, feito seja pelo resultado da ação de outrem contra religiosos e/ou templos, sendo: vídeo (1) *Traficante autodeclarado evangélico destrói terreiros de umbanda na Baixada*; vídeo (2) *Desmanchando Um Centro De Macumba* e vídeo (3) *Traficantes do Rio obrigam Mãe de santo a quebrar seu terreiro*.

Deles recortaremos enunciados representativos dos discursos que fomentam e distribuem o ódio às religiões de matriz africana, focalizando especialmente os títulos. Logo após, faremos a contraposição com o vídeo (4) em que, diferentemente, o comportamento evangélico da pastora e fiéis de sua igreja é oposto, tentando fomentar paz e ajudar a reerguer um templo destruído, vídeo este intitulado *Evangélicos ajudam a reerguer terreiro de candomblé queimado*.

### 3. Uma análise situacional

Para iniciarmos, partiremos do título dos vídeos utilizando o passo 1 proposto por Silva (2014), especialmente quanto às palavras, isto é, quanto à seleção lexical.

O título do vídeo (1) - *Traficante autodeclarado evangélico destrói terreiros de umbanda na Baixada* - chama atenção pela escolha lexical para o ator do processo *destrói* que é construído pela nomeação

*traficante* que se coloca sob a qualificação de *evangélico* a partir de seu próprio ponto de vista, o que ocorre por ele ter se *autodeclarado*. Por esse sintagma designativo do sujeito ator, as incoerências começam a ser traçadas, pois a qualidade de evangélico não é dada por ninguém a não ser por ele mesmo, sendo que a primeira palavra de designação é *traficante*, algo contrário aos mandamentos cristãos que consubstanciaríamos qualquer atitude de quem quisesse se intitular evangélico, independentemente da denominação. Como elemento passivo e meta da destruição, temos *terreiros de umbanda na Baixada*.

No vídeo, encontramos outros enunciados próximos, cuja interpretação também deixa clara a incoerência percebida entre o comportamento do traficante e os preceitos evangélicos cristãos (*Traficante que se diz religioso fecha terreiros*) ao que é seguido de uma esquiva na modalização vinda do uso do futuro do pretérito em *Criminoso teria coordenado ação contra centros de umbanda*. Essa esquiva é um recurso comum por se tratar de uma matéria jornalística que foi ao ar pelo SBT Rio, o que é reforçado pela reprodução do depoimento de um adepto que procura demonstrar o horror sofrido e o absurdo a que estão submetidos babalorixás e ialorixás que estão sendo expulsos inclusive de suas casas, conforme demonstra o trecho abaixo transcrito a partir da fala do depoente:

**Depoente do vídeo 1:** E esses babalorixás estão sendo expulsos não só da sua casa de santo. É da sua casa mesmo, do seu lar. Mãe Solange de Ogum tem mais ou menos 50 anos moradora daquele local. E hoje em dia chega um camarada com fuzil na mão, os meninos de 17 anos, fuzil na mão, “aí, minha tia, mete pé”. Não tem respeito por ninguém, não tem respeito por nada, não tem respeito por nada. Simplesmente manda. E a gente tem que acatar. Por que acatar? Ou acata ou a gente morre.

O segundo vídeo tem como título *Desmanchando Um Centro De Macumba* e foi postado por uma denominação evangélica neopentecostal cujo nome não revelaremos por dois motivos principais: (a) para preservação de sua imagem e (2) porque a voz ou ponto de vista de um pode não representar o pensamento de todos.

Entretanto, o que mais chama atenção está na ambiguidade da palavra *desmanchar* nesse contexto que pode evocar: (1) o uso desse item no interior das religiões de matriz africana quando estas se desfazem dos males que afligem quem as procura e (2) o ato de pastores evangélicos supostamente poderem desfazer todo e qualquer tipo de ritual dessas religiões “em nome de Jesus” ou “em o nome de Cristo”. Essa palavra foi, portanto, incorporada ao vocabulário especialmente de neopentecostais para o que indistintamente eles chamam de (obras de) macumbaria, feitiçaria, magia negra, pressupondo tudo que venha das religiões de matriz africana.

Por outro lado, pelo vídeo, fica claro o uso de *desmanchar* como desmontar um centro/terreiro se desfazendo de seus objetos sagrados, o que é feito sob a narração do próprio pastor com atributos pejorativos, a exemplo da designação *macumba* no título do vídeo como sinônimo das religiões de matriz africana e a forma depreciativa e incisiva como trata o sagrado do outro como *nada* na passagem abaixo.

**Pastor:** Isso aqui é para vocês verem uma coisa: di:::zem por aí, né?, que esse daqui [com a imagem de Oxalá nas mãos] é o nosso Jesus, porém, não é, não é nosso Jesus porque vê que isso daqui é um pedaço de gesso, né?, isso aqui é um pedaço, o meu Deus, o meu Deus não é esse, aqui oh, aqui, vê que até a mão quebra. Como é que um Deus tão poderoso criador dos céus e da terra, Ele pode ser comparado com isso aqui, né?, isso não existe. É isso que nós queremos mostrar pra vocês, a gente não é contra religião alguma. A gente é contra aquilo que Deus é contra que fala lá em deuteronomio e outros (...) da bíblia. A gente é contra adoração de imagens. Isso aqui não é nada, não é nada, não é nada.

As repetições, a citação bíblica, a simplificação do sagrado do outro representado pela imagem de Oxalá, sincretizado com Jesus Cristo, soam apenas como forma de legitimar o desrespeito e fomentar atitudes violentas simbólicas e físicas que só promovem repulsa e ódio. Chama atenção também o desconhecimento que a questão não é apenas a imagem em si, mas o sincretismo o qual é um fenômeno bem mais complexo que deixa claro que Jesus e Oxalá foram associados, mas não constituem o mesmo, pois este

foi um recurso de manutenção do sagrado negro em tempos de escravidão (cf. CARMO, 2018). Inclusive a percepção de que uma religião não cristã não é obrigada a seguir preceitos bíblicos que estabeleçam normas contra a idolatria ou uso de imagens, tendo sua própria cosmovisão.

Na tentativa de minimizar o ato, este pastor usa um enunciado explicativo que procura justificar seu desprezo e sua posição frente à maneira como alguns adeptos de religiões de matriz africana constroem o seu sagrado a partir de objetos (...*a gente não é contra religião alguma. A gente é contra aquilo que Deus é contra que fala lá em deuteronomio e outros (...) da bíblia. A gente é contra adoração de imagens*):

**Pastor:** só quero deixar claro a todos que, essa "limpeza" que fiz foi a pedido da proprietária do local, no caso a ex-mãe de santo, pois ela se converteu a Jesus e buscou nossa ajuda para se desfazer do seu passado.

Ao afirmar não ser contra uma religião, desrespeitando-a em seus procedimentos e valor simbólico, o pastor é contrassensual, pressupondo a afirmação de sua posição contrária. Ou seja, ele é contra ela sim ao não aceitar sua forma de construir o seu sagrado. Conforme está no enunciado acima, desmanchar o terreiro se desfazendo do que tem nele é, para o pastor, uma *limpeza* (item colocado entre aspas), o que pressupõe o sagrado do outro como sujo. E poderia explicar sua esquivia ao considerar que o desmonte do templo é apenas pelo fato de a proprietária ter se convertido e buscado a *ajuda dele para se desfazer do seu passado*. No entanto, nada fará com que toda uma trajetória e memória sejam apagadas; logo, uma ação física não faria com que a ex-mãe de santo se desfizesse de seu passado.

O título do vídeo (3) – *Traficantes do Rio obrigam Mãe de santo a quebrar seu terreiro* – aproxima-se do primeiro caso, mantendo a nomeação *Traficante*, com o local de origem especificado (*do Rio*). Contudo, traz uma seleção lexical mais contundente quanto à violência cometida pelo traficante e sofrida tanto pela ialorixá de um templo quanto pelo babalorixá de outro, ao terem que

destruir, com as suas próprias mãos, sob ameaça armada, seu terreiro e tudo de sagrado que cada objeto significa. Há violência tanto simbólica quanto física, fruto de um discurso de ódio que se propaga rapidamente não apenas quanto às religiões de matriz africana, mas com relação a muitas outras minorias e grupos vulneráveis (cf. CARMO, 2016).

Os trechos abaixo, tirados do vídeo e constante de uma primeira análise em Carmo (2017), expõe a situação vivida por vários babalorixás e ialorixás em várias partes do Brasil, mas com muita especificidade no Rio de Janeiro, onde atualmente há o temor de que isso volte a acontecer com frequência<sup>5</sup>.

**Criminoso falando com a ialorixá:** Olha aqui ... meus amigos ... o capeta chefe tá aqui ó ... taca fogo em tudo ... quebra tudo ... quebra tudo .. paga a vela porque o sangue de Jesus tem poder ... rebenta as guias toda ... todo mal tem que ser desfeito ... todo mal ... quebra tudo porque é a senhora que é a patrocinadora dessa cachorrada... quebra tudo ... aquele de lá ó ... a outra no fundo lá ... lá no canto [...] desvenda esse mistério que tá aí embaixo dessa saia ... quebra ele também ... quebra ... quebra ...

**Criminoso falando com o babalorixá:** Vai levar todo mal contigo... todo mal... pode levar todo mal ... filma legal ... e é só um diálogo ... é só um diálogo que eu tô tendo com vocês ... da próxima vez eu mato... safadeza ... pilantragem ... que bandeira branca é essa? ... bandeira do Beuzebê ... porra ... é Jesus Cristo ... primeiramente é Jesus, porra [...] você não sabe desde o começo que o mano não quer macumba aqui? Tá peitando o cara por quê? Por que a gente tirou a boca dali? ... tu é safado, porra [...] rebenta tudo ... você não é o capeta chefe?

Como estratégias linguístico-discursivas, vemos um misto de aspectos pertencentes aos dois passos analíticos propostos por Silva (2014). Assim, temos a interpelação (*Olha aqui... Meus amigos... O capeta tá aqui*); modalidade retórica injuntiva (com modalidade alta – em tom mandatário) e função conativa, objetivando intimidar,

---

<sup>5</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/11/pais-e-maes-de-santo-expulsos-de-duque-de-caxias-temem-novos-ataques-de-trafficantes-e-milicianos.ghml>. Acesso em 09 de setembro de 2020.

amedrontar, forçar a fazer algo que não se quer, terminando em ameaça (*Quebra tudo ... Queima tudo ... Paga a vela. É só um diálogo que eu to tendo com vocês agora ... Da próxima vez eu mato*).

Com relação à audiência, ocorre a indicação de intimidade com o interlocutor do vídeo (uso do vocativo “*meus amigos*”); uso de modalidade deôntica, partindo do princípio do poder que o capacita a agir, mandar, executar e ser lei (mesmo paralela ao Estado) em nome de Jesus (*Todo mal tem que ser desfeito... Vai levar todo mal... Pode levar todo mal... Desvende esse mistério que tá aí debaixo dessa saia...*).

Chama atenção também as repetições de estratégias retóricas e linguístico-discursivas, para interpelação, intimidação, pressão e medo (*Você não sabe desde o começo que o mano não quer macumba aqui? Rebenta tudo... Você não é o capeta chefe?*), sendo que as escolhas lexicais demonizam o sagrado do outro (*safadeza ... pilantragem ... que bandeira branca é essa? ... bandeira do Beuzebê*).

E tudo isso somado à ação violenta, ao uso de armas de fogo e difusão do ódio, tornando um exemplo evidente de racismo religioso, fruto não apenas do racismo estrutural (cf. ALMEIDA, 2019), mas também de uma violência estrutural às religiões de matriz africana. Como explica Minayo (1994, p. 8),

[a violência estrutural é] aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte.

Um contraponto que se mostrou isolado, mas importante, demonstra que esse discurso de ódio não é praticado por todos. No vídeo da BBC Brasil intitulado *Evangélicos ajudam a reerguer terreiro de candomblé queimado*, o status do que tem acontecido fica claro no uso da palavra *Crimes* e na qualificação dos discursos e atributos ligados aos atos praticados como pertencentes não apenas a *neopentecostais*, mas *neopentecostais extremistas*. Embora

tenham fechado em apenas uma religião que é o Candomblé, na verdade, isso ocorre com todas as religiões pertencentes à matriz africana, irmanadas, sobretudo, na centralidade da figura dos orixás como essenciais em sua cosmovisão.

Isso se deve também ao desconhecimento que leva as muitas religiões de matriz africana a serem pejorativamente tidas sob a designação de *macumba*, bem como ao fato de o Candomblé ser mais conhecido, assim como a Umbanda (esta última com a ressalva de que nem toda umbanda mantém os aspectos africanos aparentes ou mesmo existentes em seu interior). A diferença de discurso provém do fato de que se trata de uma forma de pensar vinda de luteranos, ressaltando que, da mesma maneira que não generalizamos com relação a neopentecostais, não podemos atribuir a todos os luteranos o pensamento exposto pela pastora. O vídeo traz, como diferencial, um enunciado explicativo que põe em relevo o extremismo de certos neopentecostais:

**Enunciado no vídeo:** os crimes aconteceram em meio ao aumento de discursos de neopentecostais extremistas contra o candomblé.

Contudo, tem seu auge na fala da pastora que desconstrói o que temos visto como sendo a raiz do discurso em que se fundamentam o extremismo e o ódio de alguns:

**Pastora:** Logo que a gente ouviu sobre a destruição do terreiro da Conceição de L'Issá, eu pensei: "se em nome de Cristo eles destroem, em nome de Cristo nós vamos reconstruir".

O que se percebe de forma geral é a dificuldade em lidar com a diversidade religiosa e com as diferenças inerentes a uma sociedade plural que se quer democrática num Estado laico. Os crimes que lesaram (e lesam) física, social, simbólica, cultural, religiosa, emocional e psicologicamente integrantes de religiões de matriz africana mostram o adoecimento do senso de moralidade, civiltude e respeito de algumas pessoas que querem usar a referência e falar em nome de Jesus Cristo. Certamente, isso não é

pactuado por todos, especialmente quando a conduta é social e religiosamente inadequada e digna de sanção por aquilo em que se diz acreditar. Como mostra Rocha (2014), há a perversão dos ideais no fundamentalismo religioso, isto é, existem alguns processos e componentes psíquicos de natureza perversa, que estão na base dos ideais dos fundamentalistas religiosos de forma geral.

Essa perversão pode ser revelada, sobretudo, quando se toma como base informações sobre a *prática discursiva* de quem profere uma forma de pensamento na sociedade, ou seja, sobre o processo de produção, distribuição e consumo de certos textos e discursos (cf. FAIRCLOUGH, 2001). Em outras palavras, olhar para a produção, compartilhamento e reação de consumo, oferecida logo abaixo dos vídeos na plataforma do YouTube<sup>6</sup>, demonstra aspectos importantes da sociedade brasileira, pois enfatiza, para além do fundamentalismo, do ódio disseminado e da violência cometida, o como as pessoas se posicionam, se mantêm indiferentes ou demonstram sua contrariedade frente ao conteúdo exposto.

O vídeo *Traficante autodeclarado evangélico destrói terreiros de umbanda na Baixada*, em 28 de maio de 2019, tinha 8.365 visualizações e tinha um número maior de curtidas (196) que não curtidas (20), sendo que impressiona a quantidade de pessoas que assistiram ao vídeo e se mantiveram sem reação. O vídeo *Desmanchando Um Centro De Macumba*, em nove de maio de 2017, tinha sido visualizado 28.323 vezes, tendo sido curtido 432 vezes e com 262 não curtidas. O número de pessoas que não reagiram também é bem alto. No caso do vídeo *Traficantes do Rio obrigam Mãe de santo a quebrar seu terreiro*, temos, em setembro de 2017, 1.594.278 visualizações, com 21 mil curtidas e 3,4 mil não curtidas. Temos um número alto de curtidas em relação às não curtidas com alto índice de reação alguma. De qualquer forma, o adoecimento social fica apontado nos números.

O vídeo que contrasta, *Evangélicos ajudam a reerguer terreiro de candomblé queimado*, teve 11.309 visualizações, em 3 de maio de

---

<sup>6</sup> Informações retiradas a partir da última atualização fornecida na plataforma.



2018, com 756 curtidas e 61 não curtidas. As reações a ações danosas recebem sempre mais curtidas, sendo que o que é mais visível é que a comparação entre o número de pessoas que visualizam o vídeo e mantêm-se sem reação é muito superior.

Beyer (1997) e Carmo (2006, 2017) chamam a atenção para um código de moral, calcado na dicotomia Deus e Diabo (Satanás, Capeta, Demônio, dentre várias denominações). A partir desse código, houve uma mudança na personificação do demônio, que, devido ao embate com religiões que acreditam na manifestação ou possessão (de espíritos, Orixás, Inkices, voduns, encantados etc.), deixou de ser totalmente transcendental e passou a ser visto como passível de identificação e caracterização humanas e religiosas com certa especificidade para as de matriz africana.

Muitas vezes, essa especificidade é direcionada por alguns que estão à frente de igrejas cristãs ou se colocam nessa posição, em nome delas ou, por vezes, em nome do próprio Cristo, criando um circuito de pensamento fundamentalista pernicioso, violento e propagador de ódio.

O que parece sustentar o pensamento extremista evangélico neopentecostal é sua tentativa de forçar que todos tenham a lógica judaico-cristã como parâmetro, numa posição de quem teria, supostamente, a posse de Deus e da figura de Jesus Cristo e detivesse, de alguma maneira, esse poder. Porém, de modo algum esse pensamento acamparia a cosmovisão das religiões de matriz africana cuja lógica em muito se difere desta, pois, como exemplo, já poderíamos citar a inexistência da figura do Diabo que sequer aparece quando se toma a matriz africana como referência.

Às escolhas individuais, legítimas e protegidas nas sociedades democráticas, devemos o respeito proporcional aos direitos constitucionais que são garantidos a qualquer cidadão num Estado laico. Religiões cristãs gozam de um prestígio histórico-hegemônico visto em sua extensão pelo mundo. Entretanto, outras possibilidades não podem ser descartadas ou aviltadas em seus direitos. Nesse sentido, o que tem acontecido demonstra o grau alcançado pelo discurso de ódio como uma

exacerbação de uma ideologia religiosa – sustentada no fundamentalismo – na forma de violência e de problemas extremamente conhecidos, que são a discriminação, o preconceito, a ignorância, o desconhecimento e o racismo.

Hofbauer (2003), inclusive, chama atenção para o fato de que o racismo não é apenas discriminação e humilhação, mas um fenômeno social complexo e um discurso sobre os processos de inclusão e exclusão. Mas esses processos de inclusão e exclusão têm se configurado na forma de discurso de ódio não apenas no Brasil (cf. CARMO, 2016). No entanto, é preciso refletir sobre o fato de que “‘raças’ e/ou ‘cores’ não têm uma existência própria, não têm um significado que independa do ‘mundo dos valores’ e dos ‘ideais culturais’” (HOFBAUER, 2003, p. 66).

De forma específica ao problema tratado, o que percebemos na arena social é uma contraposição advinda da vivência individual intragrupal, gerando a violência estrutural na contramão de uma vivência social ou coletiva, sendo que a primeira deve ser superada pela segunda, a fim de que haja uma convivência em sociedade o mais respeitosa, sadia e harmoniosa possível.

### **Algumas considerações**

Conforme buscamos expor, o que se vislumbra, por fim, é a dimensão de si em conflito com a dimensão do outro, como causa do desrespeito e da falta de empatia, que caracterizam os fundamentalismos e o discurso de ódio como geradores de toda sorte de violência.

Toda e qualquer forma de fundamentalismo gera exclusão e se mostra como um ataque aos direitos constitucionais que, perante a lei, supostamente nos colocariam como iguais. O crescimento evangélico não é a questão ou o problema em si, mas o fundamentalismo e o desrespeito ao outro, especialmente o que incita e promove tensão, dissenso e ataque a outras formas de pensamento, crença e vivência religiosa, a exemplo do extremo aqui tratado que precisa ser combatido maciçamente, pois tende a

se enveredar por todos os campos da sociedade cujo olhar diferente lhe cause incômodo, medo e rejeição. Sendo assim, é um trabalho de todos em busca de uma sociedade mais justa para todos e que promova o bem estar social como princípio básico de sua própria existência e manutenção.

Enquanto a violência se assenta no obscurecimento das características plurais da sociedade cuja essência está na diversidade que a constitui; muitos acabam por esquecer os traços que nos unem e irmanam e nos constituem como humanidade. O foco na diferença acentua não apenas as diferenciações em si, como também os conflitos advindos dela no seio da sociedade. Olhar para um princípio de igualdade livre de ideologias, por sua vez, constitui-se em utopia, então, que reconheçamos as diferenças e possamos olhar para ela com respeito.

Focalizar no que nos torna iguais, por outro lado, aponta para o inevitável, negado pelo desconhecimento, pela exclusão, pela competição, pelo medo e pela ignorância, pois todos somos humanos que requerem respeito e todos somos dotados da capacidade de fazer escolhas as quais, desde que não firam a dignidade humana, cabem apenas a cada um de nós.

## Referências

AHUIILL, P. M.; ABREU, N. O Reinventar dos Movimentos de Terreiro: o ontem, o hoje e o amanhã. **Revista Calundu**, v. 3, n. 1, p. 17, 20 jun. 20-36. 2019.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARMSTRONG, K. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

BEYER, P. **Religion and globalization**. London, Thousand Oaks, and New Delhi: Sage Publications, 1997.

BOFF, L. **Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

CARMO, C. M. Aspectos da inserção da Igreja Universal do Reino de Deus na mídia televisiva: tecnologias do discurso a serviço da prática hegemônica. **Vértices**, Campos dos Goitacazes, v. 8, p. 137-151, 2006.

CARMO, C. M. Política como negociação de sentidos via linguagem. In: ASSUNÇÃO, A. L.; TOLENTINO, E. C.; BRAGANÇA, G. M.; FIGUEIREDO, I. V. (Org.). **As letras da política**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 257-272.

CARMO, C. M. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, p. 201-223, ago. 2016.

CARMO, C. M. Sobre (multi)letramento: para uma leitura crítica de mundo contra o ódio e a discriminação. In: SOUSA, R. E. (Org.). **Linguagem como instrumento para (re)(d)(escre)(ver) o mundo**: gêneros textuais/discursivos e processos semióticos multimodais. Rio de Janeiro: Mares Editores, 2017. p. 278-304.

CARMO, C. M. **Uma análise crítica dos discursos sobre o sincretismo em mídia impressa**: um diálogo com as Ciências Sociais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

CHAUÍ, M. **Fundamentalismo religioso**: a questão do poder teológico-político. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolconbr/Chaui.pdf>. Acesso em 20 jul. 2019.

DEIST, F. E. (Ed.). **The material culture of the Bible**: an introduction. Sheffield: Sheffield Academic Press, 2000.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FERNANDES, N. V. E. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. **Revista Calundu**, vol. 1, n.1, jan.-jun, p. 117-136. 2017.

FERNANDES, R. C. et al. **Novo nascimento**: os evangélicos em casa, na igreja e na política. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

GLUCKSMANN, A. **O discurso do ódio**. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

GUIMARÃES, A. L. C. Os Terreiros como espaço da diferença: análise sobre as intervenções do estado nas Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. **Revista Calundu**, v. 2, n. 1, 30 jun. 99-125. 2018.

HOFBAUER, A. Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”. In: BARBOSA, L. M. A. *et al.* (Org.). **De preto a afro-descendente**: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2003. p.51-68.

KEIL, I. M. Descrença política e violência urbana. Existe uma relação? In: HARTMANN, F.; ROSA JR., N. C. F. (Org.). **Violência e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005. p. 27-38.

LIONÇO, T. Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão** (Online), v. 37, p. 208-223. 2017.

MICHAUD, Y. **Violence et politique**. Paris: Gallimard, 1990.

MINAYO, M. C. S. A Violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 07-18, 1994.

MOTA, E. G. Diálogos sobre Religiões de Matrizes Africanas: racismo religioso e História. **Revista Calundu**, v. 2, n. 1, 30 jun., p. 23-48. 2018.

NOGUEIRA, N. S.; NOGUEIRA, G. D. A Questão da laicidade do Estado Brasileiro e as Religiões Afro-brasileiras. **Revista Calundu**, v. 2, n. 1, 30 jun. p. 49-69. 2018.

OLIVEIRA, A. M. Um panorama das violações e discriminações às Religiões Afro-brasileiras como expressão do racismo religioso. **Revista Calundu**, v. 2, n. 1, 30 jun., p. 70-98. 2018.

PANASIEWICZ, R. Fundamentalismo Religioso: história e presença no cristianismo. In: **X Simpósio da Associação Brasileira da História das Religiões**: Migrações e Imigrações das Religiões, Assis. p. 1-11. 2008.

ROCHA, Z. A perversão dos ideais no fundamentalismo religioso. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, 17 (3-Suppl.), set., p. 761-774, 2014.

SANTOS, W. P. História, cultura e intolerância acerca das Religiões de Matrizes Africanas no Brasil. **Revista Calundu**, v. 2, n. 1, 30 jun., p. 5-22. 2018.

SILVA, C. I. **Políticas públicas para o enfrentamento do racismo religioso (2003-2006)**. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

SILVA, C. M. D. (Org.). **Metodologia de exegese bíblica**. São Paulo: Paulinas, 2000.

SILVA, M. Jornalismo musical: estratégias enunciativas e retóricas – contributos para uma análise discursiva. **Revista Comunicação Midiática**, v.9, nº 1, jan.-abr., p. 12-35. 2014.

SILVA, V. G. Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica. In: PEREIRA, J. B. B. (Org.). **Religiosidade no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012. p. 219-256.

TYLOR, E. A ciência da cultura. In: CASTRO, C. (Org.). **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Fraser**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. p. 67-99.

### **Material de análise**

Traficante autodeclarado evangélico destrói terreiros de umbanda na Baixada. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gTsABiS9bR4&t=111s> Acesso em 23 ago 2019.

Desmanchando Um Centro De Macumba. <https://www.youtube.com/watch?v=eJomQu-UZpE&t=88s>. Acesso em 23 ago 2019.

Traficantes do Rio obrigam Mãe de santo a quebrar seu terreiro. <https://www.youtube.com/watch?v=FVzn6YxM-Lw&t=7s> Acesso em 23 ago 2019.

Evangélicos ajudam a reerguer terreiro de candomblé queimado. <https://www.youtube.com/watch?v=c4wpcfKuz8yc> Acesso em 23 ago 2019



# **Meditação e habilidades socioemocionais: os distintos *lugares de fala***

Alex Mourão Terzi<sup>1</sup>

## **Considerações iniciais**

A formação discursiva em que se localiza a noção de *meditação* guarda em si mesma uma complexa e dispersa estrutura interdiscursiva. Uma cadeia semântica é multivocalmente erigida a partir diversificados extratos sociais. É possível afirmar que a *meditação* abarca vozes emanadas do discurso religioso, do discurso do senso comum, do discurso da saúde e, também, do discurso capitalista.

Uma pergunta que norteará a discussão a que esse texto se propõe é a seguinte: o que pode ser a prática de meditação tratada como proposta de desenvolvimento de habilidades socioemocionais?

No interior da tentativa de responder a essa provocação nos encontramos numa arena de tensão, de conflito acerca da construção semântica do que vem a ser *meditação* e também do que pode ser considerado *habilidade/competência socioemocional*, uma vez que o sentido se orienta de acordo com um *lugar de fala*, numa dada formação discursiva a que aquele que emprega os referidos termos se filia.

Metodologicamente, ao final do trabalho, promovo uma análise discursiva de dois enunciados: o primeiro relativo a um excerto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que trata de uma pretensa *competência socioemocional*; e o outro referente a uma fala, dirigida a mim, por ocasião de um convite para desenvolvimento de um projeto de meditação destinado a alunos

---

<sup>1</sup> IF Sudeste MG. E-mail: alex.terzi@ifsudestemg.edu.br



de numa determinada escola. Tanto o nome da instituição quanto do enunciador proponente serão omitidos, por questões éticas, a fim de preservar suas identidades.

O escopo principal deste texto é, lançando mão de recursos do gênero ensaístico, discutir os referenciais relativos à meditação, sobre os quais me ancoro. Destaco que, nessa direção, para além das minhas relações, enquanto instrutor e colaborador voluntário de algumas instituições envolvidas com a temática da meditação, neste trabalho, não descreverei nenhum projeto/programa de forma específica – muito embora seja atravessado por diversos discursos dessas experiências formativas das quais participei. Minha tentativa é a de refletir sobre como a meditação pode ser concebida e praticada, de modo especial, mas não exclusivo, no âmbito educacional.

## **1. Um aporte teórico sobre o *sentido***

Ao questionar-se sobre as condições históricas e discursivas em que se configuram os sistemas de saber, Foucault (2010, p. 43) concebe a ideia de formação discursiva (FD), a qual é constituída de *regras de formação* para o conjunto particular de enunciados a ela pertencentes e, mais especificamente, de regras de formação de: objetos; modalidades enunciativas; conceitos e estratégias. Ele afirma que aludidas regras são “condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva.”

Foucault (2010, p. 45) aponta que a unidade de um objeto conceitual (utilizando como exemplo a *psicopatologia*) não nos permite individualizar um conjunto de enunciados, estabelecendo entre eles uma relação descritível e constante. Ao se promover a análise do discurso, deve-se, antes, descrever os “sistemas de dispersão” dos enunciados que o compõem através das mencionadas regras de formação.

Se esses enunciados apontam para um sistema de dispersão semelhante, podendo-se definir uma regularidade nas suas “formas de repartição”, é possível afirmar que pertencem a uma mesma FD.

Ainda no que tange à noção de FD, Pêcheux (1988) também a concebe em termos de regularidades, entretanto, sob a perspectiva da luta de classes, em que as condições materiais de vida determinam a linguagem e as ações humanas.

Discutindo a construção de *sentido*, Pêcheux (1988, p. 160) vai dizer que:

(...) o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não ‘existe em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Nessa direção, o sentido de termos como *meditação* e *habilidades/competências socioemocionais* não é dado *a priori*, mas será construído no e pelo discurso, e irá mudar de acordo com posições sustentadas por aqueles que os empregam – ou com o que podemos chamar de *lugares de fala* – como se verá adiante.

Foucault (2003, p. 10) sinaliza que

por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder (...) o discurso (...) não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo é, também, aquilo que é o objeto do desejo” (...) “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

A construção de sentido, tal como o próprio discurso, também é pelo que se luta, sendo, portanto, local de conflito.

## 2. Meditação e seus *lugares de fala*

Bhikkhu Bodhi (2018, p. 18), monge e erudito budista, discorre acerca do cerne da proposta do Budismo, qual seja, a de

trazer um método de prática para a cessação do sofrimento humano. Importante delimitar que essa tradição carrega consigo uma estrutura refinada de práticas, as quais foram se delineando, historicamente, de diferentes maneiras, fazendo parte de uma minuciosa e plural rede metodológica. No entanto, sem pretensão de descrever esse construto de forma pormenorizada, entendo que, talvez, possa haver um ponto de convergência entre o pensamento canônico budista sobre a prática contemplativa e o lugar de fala com o qual me identifico ao me voltar ao sentido da meditação: a vivência meditativa pode tocar o sofrimento humano em diversos aspectos e pode suscitar a possibilidade de sua diminuição. Procurarei fundamentar essa proposição ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Na epistemologia budista, encontramos o termo *mindfulness* (o qual por sua vez, embasa a minha posição discursiva acerca da noção de *meditação*, como se verá). O vocábulo inglês *mindfulness* foi utilizado para traduzir a palavra *sati* (da língua páli). No *Satipatthana Sutta*, ensinamento atribuído ao Buda, são descritos os Fundamentos (ou Estabelecimentos) da chamada *Atenção Plena*. Assim, *Atenção Plena* é uma tradução de *mindfulness* utilizada na língua portuguesa, bem como *Consciência Plena*. Segundo Thich Nhat Hanh (2001, p. 79, 80), a *Atenção Plena* “está sempre no âmago de todos os ensinamentos de Buda” e também carrega o significado de *lembrar-se*, consistindo em “lembrar-se constantemente de voltar ao momento presente.” Bhikkhu Bodhi (2018, p. 79) aponta, ainda, que *sati* é um estado de “presença mental”.

O processo da prática da meditação de *Consciência Plena* se dá em quatro etapas.

A primeira é a eleição de uma *âncora* meditativa, ou seja, o foco em que se busca conservar a consciência em cada prática. Pode se tratar de levar, deliberadamente, a atenção às partes do corpo, como, por exemplo, na prática denominada *escaneamento corporal*; pode ser a consciência da respiração; das sensações oriundas dos sentidos, como estar consciente de sons, do alimento, da temperatura, do contato corporal com o ambiente, do

olhar qualquer objeto externo; ou, ainda, o repouso da consciência que apenas observa pensamentos e emoções, à medida que emergem, sem, nesse caso, segui-los.

A etapa seguinte é aquela em que ocorrerão distrações – o que é absolutamente natural. O praticante seguirá pensamentos ou sentimentos e iniciará diálogos internos, comentários, julgamentos, debates imaginados.

Todavia, toma lugar a terceira etapa, que é o dar-se conta de que se distraiu, que se identificou com algum pensamento. Essa presença da consciência é valorizada na prática meditativa, pois acredita-se que ela pode ser cultivada e ampliada, mediante a prática regular de meditação.

Já a quarta e última etapa trata da ação de trazer a mente de volta à âncora meditativa eleita no início, no momento em que a distração é percebida. Em uma meditação, as segunda, terceira e quarta etapas ocorrem por diversas vezes. Esse é o processo.

Esse cultivo de permanecer, conscientemente, no presente, vai desenvolvendo, no praticante: a) o entrar em contato com pensamentos e com emoções, e b) a capacidade de *soltá-los*, isto é, de não se identificar, de forma imediata, com eles, o que pode ser denominado de *desidentificação*, a qual será retomada posteriormente.

É necessário enfatizar que essa proposta de meditação é laica. Isso quer dizer que é aberto um espaço a pessoas com quaisquer crenças – ou sem nenhuma. Por outro lado, segundo meu ponto de vista, não se deve promover um apagamento da origem budista de *mindfulness*, mesmo porque os referenciais conceituais, os valores e as práticas descritas e realizadas nos programas de Consciência Plena bebem na fonte dessa tradição, apesar de terem incorporado postulados discursivos de outros extratos sociais, como será explicitado abaixo.

Quando se trata da meditação no contexto secular, sem vinculação religiosa, Jon Kabat-Zinn é uma figura central, no cenário ocidental. Como praticante de um determinado ramo do Budismo e de Ioga, percebendo em sua experiência pessoal que as práticas faziam bem à saúde, e como professor da Faculdade de

Medicina de Massachusetts, nos Estados Unidos, ele cria, em 1979, um programa de Consciência Plena para redução de estresse (*Mindfulness-Based Stress Reduction Program – MBSR*), inicialmente, para pacientes que sofriam de dor crônica e de ansiedade. Autor de várias obras sobre o tema, propõe que *mindfulness* é uma “forma prática de estarmos mais em contato com a totalidade de nosso ser através de um processo sistemático de autoobservação, autointerrogação e ação consciente” (KABAT-ZINN, 2000, p. 28).

Identificando-me nessa direção, a perspectiva a que me filio propõe a meditação como um processo de *tomada de consciência* dos pensamentos, das emoções e das relações humanas e, notadamente, de como promover uma ação consciente no mundo.

Esse processo se ocupa do cultivo de duas dimensões interdependentes: i) a *interna* e ii) a *social*.

Com referência à **DIMENSÃO INTERNA**, a pessoa, gradativamente, por meio das práticas de meditação, vai entrando em contato com o corpo, com a mente e com as emoções, por meio do processo meditativo acima descrito, o qual fundamenta a Consciência Plena.

Nessa seara, lança-se mão, em certa medida – deixando claro que não se trata de uma transposição –, de interlocuções entre as práticas meditativas e a área de saúde, já que a noção de autocuidado ganha relevo nessa dimensão interna.

Rick Hanson, psicólogo, e Richard Mendius, psiquiatra, ao buscarem descrever os processos mentais, fazem alusão a uma metáfora do alimento: “da mesma maneira que o corpo é constituído pelo que comemos, a mente é composta pelas experiências que vivemos”. A chamada *memória implícita* inclui “padrões de relacionamentos, tendências emocionais, perspectivas gerais” e isso define a “configuração interna da mente”, “com base nos vestígios lentamente acumulados durante a vivência”. Sendo assim, os autores propõem que é preciso preservar e reforçar memórias implícitas *positivas* (e é claro que entramos, aqui, no escopo de subjetividade, isto é, o que é

considerado positivo é absolutamente individual) e reduzir as prejudiciais (HANSON, MENDIUS, 2012, p. 83).

O que parece explicar essa lógica é que “quanto mais tempo algo é retido na consciência e quanto mais estimulante emocionalmente isso for (...), maior é o rastro na memória” (HANSON, MENDIUS, 2012, p. 85).

Ocorre que, no nosso processo evolutivo, por questões de sobrevivência, criamos mecanismos de proteção, que deveriam nos preparar para a luta ou para a fuga, quando nos sentíamos ameaçados. Devido a isso, nosso cérebro “busca, registra, armazena, recorda e reage preferencialmente às experiências desagradáveis” (HANSON, MENDIUS, 2012, p. 84). Mesmo não havendo nenhuma questão relativa à sobrevivência, o cérebro cria *simulações*, ou seja, experiências simuladas que se configuram como narrativas internas. Isso pode emergir após uma discussão com alguém. Ficamos *ruminando* o fato, trazendo à mente o que deveríamos ter dito, perguntando a nós mesmos por que a pessoa foi tão grosseira; às vezes voltando a discutir mentalmente, o que, por sua vez, traz novos pensamentos e novos sentimentos, podendo gerar angústia, medo, mais raiva e ansiedade.

Aqui vale a pena repisar a noção de meditação: tornar-se consciente; familiarizar-se. É, de fato, *práxis*, e passa pela experiência pessoal. Aquele que pratica se dará conta de que alguns assuntos demandam, claro, *ruminação*; outros, não. *Ruminamos* reflexões importantes sobre a vida, os afetos, as relações humanas; porém, igualmente, *ruminamos* ressentimentos, dores e até vinganças. O que a vivência meditativa preconiza, por meio do cultivo da dimensão interna, é que a pessoa pode perceber aquilo que se tornou uma carga pesada demais, possibilitando-lhe a prática do *soltar*, a que me referi acima como *desidentificação*.

Professora Associada de Enfermagem da Universidade Emory, em Atlanta, nos Estados Unidos, Susan Bauer-Wu mantém um programa de pesquisa focada nos efeitos do estresse crônico e nos benefícios das práticas de *mindfulness* para pessoas com condições clínicas. Ela advoga pela existência de uma interação dinâmica

entre pensamentos, emoções e sensações corporais (BAUER-WU, 2014, p. 73). De modo simples: o que pensamos alimenta nossas emoções e vice-versa; e isso repercute no corpo.

A fim de tentar explicar como a desidentificação de simulações ou de rumações negativas pode ser um importante exercício, a autora aponta pesquisas em que a meditação contribuiu para a função imune de pacientes com câncer, doenças cardíacas e diabetes (BAUER-WU, 2014, p. 44, 45).

Nessa seara, mesmo sem a presença de nenhuma condição clínica, o manejo do estresse e a autorregulação emocional podem ser mecanismos relevantes. Não se trata de um *controle* emocional, baseado em imperativos externos e dados *a priori*. Na medida em que pratica, a pessoa vai se conscientizando daquilo que, segundo seu ponto de vista, desnecessariamente, aumenta sua resposta à dor e ao sofrimento, tendo condições de lidar com esse panorama de forma mais lúcida. Ora agindo, ora não. Evidentemente não há uma lista predeterminada do que deve ou não ser feito – muito embora, a meu ver, os referenciais da *autocompaixão* e da *compaixão* sejam a base da prática meditativa, como se verá mais à frente. Nessa direção, a meditação pretende pôr em evidência o fato de que temos pouco contato com nosso *espaço mental*, e busca lançar luzes sobre possíveis automatismos e estados mentais ruminativos, que causam aflição e perturbação e, por corolário, fazem-nos sofrer.

No que tange às emoções, evidentemente que não se trata de nos tonarmos amorfos, sem emoções. A questão é que, invariavelmente, somos arrebatados por processos emocionais que nos causam dor e insatisfação. Para citar apenas uma das possibilidades de contemplação trazida pelo processo meditativo, às vezes, instauramos *expectativas* pouco realistas com relação aos outros. Nós nos apegamos às projeções de como esperamos que os outros devam agir – ou devam ser –, o que raramente é satisfeito de maneira exata, uma vez que pessoas não se *encaixam* às nossas projeções. Esse desejo de controlar o outro é irreal e causa insatisfação.

Um referencial abordado em práticas de meditação é o da chamada *impermanência*. Isso remonta ao budismo canônico.

Atribui-se ao Buda a fala de que “todas as coisas condicionadas (formas criadas) são impermanentes”, transcrita no *Dhammapada* ou *Caminho da lei* (SILVA, 2006, p. 46). Incerteza, imprevisibilidade e transformação constante são aspectos que tentam defini-la. Investiga-se – por meio de um tipo de meditação analítica – que não existe nada que seja fixo ou estável em si mesmo. Isso se aplica ao corpo, que perece e morre; mas amplia-se a qualquer fenômeno, natural, mental e emocional. Por um cultivo sistemático da compreensão dessa dinâmica da mutabilidade, procura-se perceber essa falta de controle com relação à tentativa de fazer coincidir as imagens e as projeções que temos das outras pessoas com o que elas são ou de como se portarão.

Há, também, eventos imprevisíveis dos quais temos pouco controle, a despeito de termos a vontade, muitas vezes legítima, de que sejam de acordo com o que pretendemos. Como cada discurso é filho de seu tempo e de sua historicidade, vale a pena registrar o momento em que esse discurso-texto está sendo produzido. Está em curso uma pandemia provocada por um vírus (*Coronavírus*), gerando a necessidade de isolamento social compulsório. Isso escancara vários aspectos referentes à impermanência: as pesquisas ainda não dão conta de afirmar, com precisão, quando será, de fato, seguro encerrar o isolamento e, muito menos, quando os efeitos provocados pelo vírus estarão sob controle. O cenário é de sofrimento, de incerteza, de imprevisibilidade.

Em se tratando da seara das relações humanas, a familiarização com a meditação busca, também, dar conta, de modo sistemático, de como o praticante responderá aos seus pensamentos e às suas emoções, quando no contato com o outro. Não raro, em nossos diálogos, não estamos presentes. Enquanto escutamos o outro, perdemo-nos em planos, falas internas, preocupações, e, não raro, reagimos, automaticamente, às vezes, de forma arrogante, autoritária, agressiva, desrespeitando a dignidade da outra pessoa. O processo de meditação procura, como já mencionado, permitir a familiarização, gradativa, com o estado de presença mental, gerando um *espaço* entre o que pensamos e como respondemos a



pensamentos e a emoções, por meio de nossas ações. Passamos a ter uma escolha mais ou menos consciente do que queremos ou não nos identificar, e, por conseguinte, o que queremos cultivar internamente. Essa metáfora do *cultivo* explicita bem um certo caráter ético da meditação. O que quero oferecer para minhas relações? A presença mental pode ser importante para essa resposta, sob a perspectiva da prática meditativa.

Já no que concerne à **DIMENSÃO SOCIAL** do processo de meditação ao qual me filio, volto-me à análise da construção da realidade, da problematização das diversas facetas da opressão e do sofrimento humano, permitindo a reflexão sobre possibilidades ativas de emancipação desse sofrimento, numa proposta crítica, que investigue **demandas levantadas pelos próprios participantes de grupos de meditação**, a partir de um processo dialógico. Não se trata da mera aplicação de uma técnica. Novamente, o que é colocado em jogo é a noção da meditação como tomada de consciência.

Já fiz alusão, acima, de como os referenciais da *autocompaixão* e da *compaixão* estão imbricados quando pensamos em meditação. Semanticamente, a *compaixão* parte da premissa de que, assim como *eu* experimento dor, insatisfação e sofrimento – num movimento de percepção da autocompaixão –, o *outro*, também, tem experiências semelhantes nesse sentido – o que pode provocar a compaixão pelos demais. Há meditações analíticas que buscam levar o praticante a se familiarizar com esse construto. Dores, como aquelas provocadas pela doença, pela morte, pela violência são vivenciadas por todos os indivíduos. Quando se volta o olhar para essa instância, abrem-se espaços de acolhimento, de ternura, de carinho e de afeição ao outro.

A meditação não é uma prática de valorização de um autocentramento hedonista. Se, por um lado, na dimensão interna, vão se delineando ambientes de florescimento individual, em que se entra em contato com formas capazes de ajudar a compreender e a soltar estados aflitivos e perturbadores; por

outro, há a percepção de que o sofrimento e a opressão são também erigidos por causas e condições de caráter social.

Há um discurso do senso comum, cujo domínio semântico demarca a ideia de que o praticante de meditação é alguém alienado da sociedade, apático e imóvel diante de conflitos ou de adversidades. Entretanto, há praticantes que, notadamente, engajam-se em questões sociais, a fim de promover mudanças no tecido da realidade.

Um dos mais conhecidos professores de meditação no Ocidente é o já citado monge vietnamita Thich Nhat Hanh, o qual já recebeu a alcunha de *The father of Mindfulness*, pelo Irish Times (NHAT HANH, 2016) e foi indicado, em 1967, por Martin Luther King, Jr. para o prêmio Nobel da Paz (PLUM VILLAGE, 2020), por sua luta a favor da não violência e pela promoção do diálogo inter-religioso. Vale nesse momento trazer seu relato, à época da Guerra do Vietnã:

Quando eu vivia no Vietnã, muitos dos nossos vilarejos estavam sendo bombardeados. Com os meus irmãos e irmãs monásticos, eu tive que decidir o que fazer. Deveríamos continuar a praticar em nossos mosteiros ou deveríamos deixar as salas de meditação para ajudar as pessoas que estavam sofrendo sob as bombas? Após cautelosas reflexões, decidimos fazer as duas coisas – sair para ajudar as pessoas e fazer isso com atenção plena. Denominamos isso de budismo engajado. **Atenção plena deve ser engajada.** Devemos estar conscientes dos verdadeiros problemas do mundo. Então, conscientemente atentos, saberemos o que fazer e que deixar de fazer para ajudar (NHAT HANH, 2019, p. 109, grifo nosso).

Ainda no universo budista, uma figura se destaca quando pensamos numa prática meditativa que se interesse pelas questões sociais: o Lama Rod Owens. Negro, *queer*, ele propõe que *mindfulness* deve ser para todos:

Moving Beyond the Barriers of Race, Gender, Age, and Class, a groundbreaking conference to explore ways to make mindfulness practice available to everyone, regardless of race, ethnicity, age, gender, sexual identity/preference, income, or social class (LAMA ROD OWENS, 2020).

Seu trabalho abarca a vida das pessoas que sobrevivem a sistemas de violência racial, tal como ele menciona em matéria sobre o seu livro *Love and Rage*:

My identity as being Black means that I am always on the side of those of us who are targeted by systematic violence—including but not limited to racism, queerphobia, transphobia, misogyny, ableism and ageism—translating into a personal slogan of mine, which is that if you are marginalized, you are Black (NALANDA INSTITUTE, 2020).

No âmbito da prática meditativa cristã, o movimento denominado *Oração de Centramento* (ou *Oração Centrante*) foi amplamente desenvolvido pelo Padre Thomas Keating. Na obra *Convite ao amor – O caminho da contemplação cristã*, especificamente no capítulo *A contemplação na ação*, ele cita Dom Hélder Câmara, expondo que, no trabalho das *Comunidades de Base*, ensina-se as “pessoas a assumir responsabilidade como indivíduos e como comunidade, por sua resposta ao Evangelho”, podendo isso significar “adotar posturas políticas, visto que os planos de ação em determinados governos são manifestamente injustos” (KEATING, 2005, p. 183).

De modo mais pontual, em se tratando do panorama do *mindfulness* brasileiro, cujo caráter é notadamente secular, cabe descrever atividades de meditação que se coadunam com essa proposta engajada, a qual nomeamos dimensão social – as quais, todavia, não pretendem desmerecer a discutida dimensão interna.

Em Belo Horizonte (Minas Gerais), no NUMI – Núcleo de Mindfulness – são desenvolvidas atividades como a formação de *grupos de autocuidado feminino*, que buscam levar as práticas e conceitos de *mindfulness*, compaixão e autocompaixão para o universo feminino, com o fim de tomada de consciência e diminuição do sofrimento advindo da desigualdade entre gêneros. Tomando por base a discussão proposta por Melo e Castilho (2009), a psicóloga e instrutora de *mindfulness* Cristina Gandra compreende que a sociedade capitalista, patriarcal e

racista, na qual vivemos, gera sofrimentos específicos aos mais pobres, às mulheres, aos negros e aos indígenas.

No caso das mulheres, um exemplo é a divisão social do trabalho entre os sexos, que faz com que elas executem a maior parte do trabalho reprodutivo, ou seja, o trabalho das tarefas domésticas relativas aos cuidados com a família. Esse tipo de trabalho, além de não ser reconhecido, não gera renda e reforça a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na sociedade. *Mindfulness*, nesse caso, pode apoiar as mulheres no cultivo da pausa, do descanso e da contemplação, retirando-as de um modo fazer automático e frenético, além de levar ao reconhecimento de alguns sintomas advindos desta realidade como: noções distorcidas de responsabilidade e a falta de definição de limites claros.

A compaixão as ajuda a se conectarem com outras mulheres e reconhecerem as dores comuns, levando ao apoio mútuo, a diminuição do isolamento e ao sentimento de pertencimento. E a autocompaixão favorece o cuidado consigo mesma, retomando o contato com o corpo, acolhendo as emoções e voltando a atender às suas próprias necessidades; um trabalho que se move pelo propósito de que as transformações individuais e sociais são interdependentes e necessárias.

Mírian Rocha, da instituição *Oceano Mindfulness*, ministrou, em 2019, um programa de *mindfulness*, com duração de 8 semanas, oferecido ao Tribunal de Justiça de São Paulo, em São José do Rio Preto, como atividade à Justiça Restaurativa. O público foi constituído por adolescentes em situação de vulnerabilidade social, os quais vivenciavam a violação de seus direitos, encontrando-se, assim, afastados da convivência familiar, como medida de proteção. A faixa etária variava entre 13 a 17 anos.

Considerando as necessidades dos participantes, em se tratando de seu estado de ânimo, as práticas eram adaptadas: despendia-se um tempo maior no diálogo entre os adolescentes e a facilitadora do programa; em outros encontros reafirmavam-se práticas corporais em movimento, buscando um maior engajamento dos jovens. Foi inserido um exercício de arteterapia e, em outro momento, realizou-

se uma prática contemplativa envolvendo o som de tigelas e de sinos como foco (âncora meditativa).

A perspectiva pretendida era a de buscar reduzir padrões negativos de pensamentos e de autocrítica, melhorar a capacidade de lidar com situações estressantes, bem como, gerar um estado de confiança em suas potencialidades.

O grau de interesse é uma chave importante no trabalho desenvolvido com adolescentes. Dos seis participantes regulares, apenas um desistiu dos encontros. E mais três jovens frequentavam sessões esporádicas, por convite feito pelos próprios participantes regulares. Isso assegurou a continuidade do projeto.

Retomando a impermanência, se por um lado, não podemos ter controle se as pessoas atenderão às nossas expectativas emocionais, por outro, no âmbito comunitário, podemos e devemos problematizar as situações de opressão. A transitoriedade também guarda em si a noção de que tudo está em movimento, o que aponta para a real possibilidade de mudança das mais diversas situações de sofrimento humano em contextos específicos, tais como aqueles cujas demandas lançamos luzes acima. Não há respostas prontas e certezas inquestionáveis. Há um olhar atento e presente para o outro naquilo que lhe dói – reconhecimento que pode ser catalisado pela meditação –, para que, a partir disso, nasçam possibilidades de ação.

Talvez a meditação possa contribuir para a construção de uma visão educacional que não considera a resignação como resposta para as demandas sociais. Resignar-se é acreditar que nada há a ser feito; é o conformismo, a passividade. Lemos em Paulo Freire (1996, p. 85) que “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível”, pois “o mundo não é. O mundo está sendo.” Nessa perspectiva, a educação é vista como ação transformadora do mundo. Deve-se questionar quais demandas de opressão e de sofrimento se apresentam tanto no âmbito pessoal (na interface com a dimensão interna), quanto no âmbito coletivo (a partir dos diálogos com os praticantes de um grupo de meditação), a fim de que, por meio dessa tomada de consciência, possam nascer ações transformadoras.

### 3. Análise dos enunciados

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada 11 de maio de 2018, pelo Ministério da Educação (MEC), é um “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018)

Primeiramente, sob meu ponto de vista, a BNCC trata de forma bem genérica o que pode vir a ser chamado de *competência socioemocional*. Tampouco apresenta uma proposta de como isso pode ser estruturado de forma dialogada com a comunidade escolar.

A seguir, transcrevo o primeiro enunciado a ser analisado, concernente ao que o documento nomeia *competência 9*:

9. Exercitar a empatia, o **diálogo**, a resolução de conflitos e a **cooperação**, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, grifos nossos).

Ocorre que será conveniente analisar essa proposição em articulação com o segundo enunciado selecionado para a discussão, que trata de excerto de um convite realizado a mim, proposto por um representante da direção de uma escola, com o intuito de que fosse executado um projeto de meditação a um grupo de alunos, senão vejamos:

O projeto da Meditação vai ser muito bom para as crianças, porque elas estão muito agitadas, indisciplinadas.”

Vale dizer que o pano de fundo dessa enunciação era, justamente, a questão do desenvolvimento das chamadas *competências socioemocionais* no âmbito escolar.

O representante da direção se coloca como sujeito a partir de um lugar de fala que concebe como positiva a existência de uma logicidade entre a realização do projeto de meditação e o

disciplinamento de alunos cujas ações causam desagrado e não se enquadram ao comportamento esperado. Ainda há uma sequência semântica que entrelaça *agitação* à *indisciplina*: o efeito de sentido é de que ser *agitado* é ser *indisciplinado*.

Tomando por base essa construção semântica, deve-se perguntar o que poderia ser concebido discursivamente como *diálogo* e como *cooperação*, enquanto competências socioemocionais na educação propostas na BNCC.

De acordo com as pistas enunciativas marcadas no enunciado do membro da direção da escola, o diálogo se reflete naquilo que Freire chama de concepção *bancária* da educação, como cultura de silêncio, segundo a qual “o educador é o que diz a palavra; os educandos os que a escutam docilmente”; “o educador é o que disciplina, os educandos os disciplinados” (FREIRE, 2014, p. 82). Na identificação com essa concepção bancária, as pessoas são vistas como “seres da adaptação, do ajustamento”, já que, assim, “menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria sua inserção no mundo, como transformadores dele” (FREIRE, 2014, p. 83). Considerando o lugar de fala ao qual o enunciado do membro da direção se vincula, é possível perceber o sentido de *cooperação* atrelado a essa postura acrítica e passiva. Cooperar é não ser agitado, pois isso traduz ser indisciplinado.

Num movimento de desfiliação desse lugar de fala, poder-se-ia, por outro lado, pensar numa “educação dialógica e ativa, voltada para a responsabilidade social e política”, que “se caracteriza pela profundidade na **interpretação dos problemas**. Pela **substituição de explicações mágicas por princípios causais**”, e, ainda, “por procurar testar os ‘achados’ e se dispor sempre a revisões” (FREIRE, 1980, p. 61, grifos nossos).

Outro referencial discutido e praticado por meio de meditações analíticas é o que diz respeito à *interdependência* de todos os fenômenos. A partir dele, volta-se o olhar para a compreensão da dinâmica, segundo a qual, nossas ações, inevitavelmente, causam resultados. Esse aspecto de causalidade igualmente é objeto de contemplação no arcabouço budista, podendo, ser entendido, tão

somente, numa proposta laica, como uma *inter-relação humana*, no sentido de conscientização de que as ações individuais gerarão efeitos na vida da própria pessoa e na dos outros.

Nesse diapasão, problematizar *agitação* e *indisciplina* não pode prescindir da participação coletiva de educadores e de educandos. Quero dizer que, na contramão de um diálogo vertical (ou, conforme Freire (1980, p. 108), o “antidiálogo”) –, próprio da concepção bancária de educação, por meio do qual o educador, unilateralmente, determina como deve ser o comportamento do educando, ao qual não resta senão a passividade –, deve emergir a premissa de um diálogo horizontal, em que não seja usurpado o direito de fala do educando, conferindo-lhe, ativa e criticamente, a sua participação.

Pensar que o projeto de meditação em si, e por si só, levará alunos a se tornarem menos agitados e mais disciplinados é se identificar com um discurso capitalista, focalizando, prioritariamente, uma visão mercadológica de *mindfulness*, considerado como um mero produto, cuja aquisição viria a garantir uma satisfação imediata do desejo do consumidor/escola. Essa visão reducionista pode chegar a transferir para o educando a responsabilidade exclusiva por um pretenso sucesso do processo de aprendizagem. Como se desse discurso surgisse a fala: “Você não aprendeu porque não se comportou!”

Pensando em possibilidades de vivências meditativas que articulem as dimensões interna e social acima explicitadas, por que não, a partir do surgimento, da percepção e do relato de emoções como raiva, isolamento, tristeza, não se promover a interpretação e a problematização de situações que podem ter causado essas emoções ao educando? Tratando da ideia de autonomia de alunos e de professores, José Pacheco (2009, p. 141) reflete que “ninguém dá aquilo que não possui”, de onde também podemos ler: só damos aquilo que temos internamente. Se um educando, após uma prática de meditação, traz num diálogo situação de violência pela qual passou, seja em casa ou no ambiente escolar, demonstrando seu sentimento de opressão, por que não buscar vias de ação para que esse sofrimento seja minorado?



Por que não, após a realização de prática meditativa, ao emergir o relato de educador sobre sua sobrecarga de trabalho, seu cansaço excessivo e sua condição precária de remuneração, não ser interpretada e problematizada a questão social em torno da desvalorização docente e não serem pensadas reflexões sobre como se mobilizar politicamente para possíveis transformações?

O processo meditativo permite ao indivíduo um olhar profundo para suas próprias realidades, seja a do seu mundo interno, conscientizando-se de seus pensamentos e de suas emoções; seja a do espaço social, sempre passível de mudanças. E é, nesse sentido, que percebo a possibilidade de a meditação conversar com a noção do que pode ser chamado de habilidade socioemocional.

### **Considerações finais**

Com um caráter que se volta para a análise discursiva e também que guarda um aspecto ensaístico e, ainda, sem a pretensão de esgotar a discussão crítica acerca das chamadas *competências socioemocionais*, este texto procurou lançar luzes sobre aspectos do arcabouço relativo à meditação, a fim de que possa ser iniciado um diálogo a respeito da possibilidade de essa prática, considerando as suas dimensões interna e social, ser apresentada e cultivada no espaço educacional.

Para isso, voltei-me, ainda que de maneira sucinta, ao universo discursivo da tradição budista, trazendo à tona alguns referenciais – como impermanência, interdependência, autocompaixão e compaixão –, os quais podem servir como fundamento à proposição da meditação como uma forma de cultivar habilidades com nuances socioemocionais, muito embora enfatize-se que a prática de meditação em ambientes escolares deva ser tratada de forma laica.

Conforme discutido, os termos *meditação* e *habilidades/competências socioemocionais* podem encerrar vários sentidos. Sentidos esses que são construídos socialmente e dependem,

notadamente, dos lugares de fala aos quais aqueles que os enunciam irão se filiar.

Entendo poder existir um posicionamento discursivo da expressão *competência socioemocional* sendo utilizado a serviço da lógica do mercado, como mera oferta de um produto a ser consumido, e, ainda, como instrumento de docilização e de disciplinamento de educandos.

Entretanto, numa direção de desfiliação desse lugar de fala, é possível conceber a proposta de construção semântica do que vem a ser *meditação* como tomada de consciência de processos mentais, emocionais, relacionais – esfera em que a dimensão interna pode ser compreendida como um movimento de autocuidado e de aprendizado daquilo que se queira cultivar no âmbito pessoal –, e, de modo interdependente, de ação crítica e engajada no mundo, cuja dimensão social se foca na promoção de reflexões sobre demandas que nasçam dos diálogos encetados pelos próprios atores participantes dos grupos de meditação, de forma comprometida com a emancipação das diversas formas de sofrimento experimentado por esses indivíduos.

## Referências

- BAUER-WU, Susan. *As folhas caem suavemente*. São Paulo: Palas Athena, 2014.
- BODHI, B. *O nobre Caminho Óctuplo*. Belo Horizonte: Edições Nalanda, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/Consed/Undime, [2018]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 15 set. 2019.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HANSON, Rick; MENDIUS, Richard. *O cérebro de Buda: Neurociência para a felicidade*. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

KABAT-ZINN, Jon. *Aonde quer que eu vá*. 1. ed. Sinais de Fogo Publicações: Lisboa, 2000.

KEATING, Thomas. *Convite ao amor: O caminho da contemplação cristã*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

Letter from Dr. Martin Luther King, Jr. nominating Thich Nhat Hanh for Nobel Peace Prize in 1967. Plum Village, 2020. Disponível em: <https://plumvillage.org/letter-from-dr-martin-luther-king-jr-nominating-thich-nhat-hanh-for-the-nobel-peace-prize-in-1967/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

Love and Rage: Lama Rod Owen's recente book. Nalanda Institute, 2020. Disponível em: <https://nalandainstitute.org/2020/06/25/love-and-rage-lama-rod-owens-recent-book/#more-5901> Acesso em: 30 ago. 2020.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, Apr. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482009000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482009000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482009000100006>.

Mindfulness for all. Lama Rod Owens, 2020. Disponível em: <https://www.lamarod.com/blog/2019/3/30/mindfulness-for-all> Acesso em: 30 ago. 2020.

NHAT HANH, Thich. *A essência dos ensinamentos de Buda: como transformar o sofrimento em paz, alegria e libertação*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

NHAT HANH, Thich. *How to relax*. Londo, United Kingdom: Ebury Publishing, 2016.

NHAT HANH, Thich. *Paz é cada passo: o caminho da atenção plena*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

PACHECO, José. *Pequeno dicionário das utopias da educação*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

SILVA, Georges da. *Dhammapada – o Caminho da Lei; Atthaka – o Livro das Oitavas*. São Paulo: Pensamento, 2006.



# **Representações literárias**



# O engajamento político literário e a “Literatura de Exílio” à luz do romance *Henri Quatre*, de Heinrich Mann

Elcio Loureiro Cornelsen<sup>1</sup>

## Introdução – engajamento político literário em tempos sombrios

Neste breve estudo, refletiremos sobre uma série de aspectos que dizem respeito ao engajamento político literário de uma geração de escritores que, na condição de exilados, não mediram esforços para, mesmo distantes de seu público leitor, colocar sua literatura a serviço da crítica aos desmandos políticos que grassavam na Alemanha durante o período nazista.

Foram inúmeros os esforços de escritores que, desde 1933, tanto no exílio como na própria Alemanha e, posteriormente, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 01 de setembro de 1939, nos territórios ocupados por tropas nazistas, tentaram desenvolver uma “estética de resistência” contra o nacional-socialismo e o chamado “Terceiro Reich”.

A “politização da arte”, como bem define Walter Benjamin no célebre ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (1936), pode ser apontada como traço de uma vertente literária significativa que, embora tenha surgido com grande força antes mesmo da ascensão do nazismo ao poder, irá se impor justamente como forma de resistência e alerta contra os males da política hitlerista. No afã de combaterem, de maneira consequente, um sistema inumano e criminoso como o nazista, muitos deixaram de lado suas diferenças e convicções ideológicas, para juntos

---

<sup>1</sup> UFMG. E-mail: cornelsen@letras.ufmg.br



trilharem o caminho da resistência – mesmo que esta tenha se revelado desorganizada e marcadamente individualizada.

A necessidade de uma literatura politicamente engajada e orientada fez com que surgisse uma tendência cujas características principais eram, de um lado, a renúncia a intenções experimentais e, portanto, vanguardistas, e, de outro, a adoção de formas literárias tradicionais, na crença de se criar, esteticamente, uma mensagem mais direta, franca e eficaz no combate ao nazismo. Não é por acaso que os maiores êxitos literários no exílio foram alcançados por obras em prosa.

A transposição da situação presente para outras épocas históricas foi uma estratégia empregada por aqueles autores que interpretavam as crises políticas e sociais como crises da cultura e da arte. Sendo assim, a crítica a determinado evento do passado deveria reverberar uma crítica ao presente. Aqui, aliás, poderíamos nos valer da máxima benjaminiana de que “[a]rticular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”.<sup>2</sup> Tratar-se-ia, pois de lançar mão de eventos passados para, ficcionalmente, iluminar as vicissitudes de um presente opressor e extremamente letal.

Muitas vezes, a capacidade de produção literária no exílio acaba por criar a falsa impressão de que as dificuldades geradas com a expulsão da arte progressista da Alemanha eram mínimas, quando, na verdade, muitos intelectuais se sentiam desorientados, vivendo em diversos centros que os acolheram, dentre eles, Zurique, Praga, Moscou, Amsterdã e Paris e, mais tarde, nas Américas. As dificuldades materiais, a luta cotidiana pela existência, as dificuldades com as línguas estrangeiras e a incerteza frente à burocracia dos países que os acolhiam são apenas alguns dos aspectos que levaram alguns expoentes da literatura alemã, num ato de desespero, ao suicídio,

---

<sup>2</sup> BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras Escolhidas, vol. I, trad. Sergio Paulo Rouanet, 7a. ed, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232, aqui p. 224.

como é o caso de Kurt Tucholsky (1890-1935), Walter Benjamin (1872-1940), Ernst Toller (1893-1939) e Stefan Zweig (1881-1942).

Quem não quis se render à ditadura nacional-socialista, teve necessidade de refletir sobre formas de resistência de modo a tornar sua palavra eficaz no combate ao nazismo. Os representantes das diversas tendências artísticas e literárias foram impelidos a repensar seus programas. Antigas querelas foram deixadas de lado. Talvez o maior exemplo prático desse sentimento de solidariedade entre os escritores exilados tenha sido a aproximação de Brecht a Thomas Mann em 1933, quando ambos se encontravam na Suíça. Antes da ascensão do nazismo ao poder, a relação entre ambos sempre fora marcada por muita polêmica. As diferentes concepções ideológicas de arte não permitiam outra coisa senão a discussão acirrada. E ambos, Brecht e Mann se tornaram os principais nomes do exílio: Brecht escreveu peças memoráveis, como *Leben des Galilei* (1938; A vida de Galileu Galilei), *Furcht und Elend des Dritten Reiches* (1938; Terror e miséria do Terceiro Reich) e *Mutter Courage und ihre Kinder* (1941; Mãe Coragem e seus filhos), e Thomas Mann, além de escrever a tetralogia *Joseph in Ägypten* (1938; José no Egito), engajou-se na transmissão de gravações da BBC para a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, numa coluna intitulada "Deutsche Hörer!" (Ouvintes Alemães!).

A estética de resistência promovida por representantes do exílio teve de ser erigida a partir de um fato fundamental que a diferenciava da estética de resistência de seus compatriotas que haviam permanecido na Alemanha: ela foi concebida como uma prática artística que se encontrava afastada de seu público endereçado, e que não podia reagir imediatamente para provocar mudanças no campo de relação estabelecido entre autor e leitor. A relação entre produção literária e consumo, técnica literária e recepção individual se estabeleceu apenas de forma mediada, uma vez que estava proibida pela censura a circulação de suas obras. Não obstante tal fato, a função de ataque desse tipo de estética adotada por escritores exilados consistia em romper a mentalidade daqueles que se deixavam influenciar pelo nazismo. Pensada para um

público, de certo modo, fictício, essa arte literária deveria ser criada no intuito de poder romper o discurso ideológico e demagógico do nacional-socialismo. O seu ponto central se situaria na reunião de duas vertentes específicas: a tradição literária e o realismo.

No entanto, o planejamento de uma cooperação, desejada por escritores como Brecht, Thomas e Heinrich Mann, em geral, não se concretizou no âmbito do trabalho artístico, não obstante os inúmeros esforços empreendidos, sobretudo durante os primeiros anos de exílio. Pois o grau de organização da luta de resistência política não pôde ser simplesmente projetado mecanicamente sobre a esfera da produção artística. A organização de congressos para promover o encontro de escritores exilados, a criação de clubes e organizações literárias e culturais em diversos centros, como em Paris, Praga, Londres e Nova Iorque, na prática, pôde ter apenas resultados limitados no combate ao nazismo e, sobretudo, na luta por exigir um isolamento político mais incisivo da Alemanha por parte dos países que lhes ofereciam exílio.

Para que a literatura de língua alemã pudesse sobreviver no exílio, criou-se uma base existencial a partir da fundação ou mesmo transferência de editoras proibidas na Alemanha, como a “Malik-Verlag”, em Praga, e a “Bermann-Fischer-Verlag”, em Estocolmo. As editoras e a imprensa alemã no exílio viam a palavra como arma no combate ao nazismo e, ao mesmo tempo, como possibilidade de expressão de uma “outra” Alemanha, humanista e decididamente antifascista, como um legado que seria, futuramente, restituído ao país após a derrocada do nazismo.

A arte no exílio era permanentemente dependente das condições de produção artísticas e das relações políticas do país em que o escritor exilado se encontrava. Isto fez com que surgissem algumas especificidades na produção de uma estética de resistência em cada centro de exílio. A maioria dos exilados optou por permanecer em países vizinhos da Alemanha. As estações preferidas eram, sem dúvida, a França, a Dinamarca, a Suíça, a Áustria e a antiga Tchecoslováquia. No início, não se cogitava deixar a Europa. Muitos acreditavam que a derrocada do nazismo seria marcada por

um colapso econômico. Ao lado da França, a Suíça tornou-se um importante centro de autores exilados, pois as tendências da arte vanguardista e do realismo crítico se faziam intensamente presentes.

Mas havia também países em que os autores exilados se encontravam em total isolamento. Este é o caso, sobretudo, dos países escandinavos e dos Estados Unidos. Em certo sentido, os artistas tinham apenas a alternativa entre uma arte que deveria ser pensada para um período posterior, em que a Alemanha já tivesse sido libertada do jugo nazista, ou uma arte que se ajustasse às condições e às peculiaridades estéticas do país que os acolhia momentaneamente. Um exemplo disso é a atividade criativa de Brecht e Kurt Weill no exílio norte-americano. Durante o período em que esteve nos Estados Unidos, Brecht escreveu, sem dúvida, a maior parte de suas obras para uma futura apresentação na Alemanha. Resumindo: tudo não passava de trabalhos que acabavam “engavetados”. E Brecht não representava nenhuma exceção. Em contraponto, Kurt Weill, que, como muitos, havia deixado a Alemanha em março de 1933, procurou adequar suas criações artísticas às condições de produção e ao caráter estético difundido nos Estados Unidos. É de Brecht, aliás, um dos principais documentos literários do exílio, no qual o escritor representa de maneira paradigmática o estado de ânimo na condição de exilado: o poema “Über die Bezeichnung Emigranten” (1937; Sobre a designação ‘Emigranten’), escrito durante sua permanência na Dinamarca e publicado em 1940:

Sempre considereei errado o nome que nos deram: *Emigranten*.  
Isso, entretanto, significa emigrantes. Mas nós  
Não emigramos, por decisão própria,  
Escolhendo um outro país. Também não emigramos  
Para um país, com a intenção de lá permanecer, se possível, para sempre.  
Ao contrário, nós fugimos. Desterrados somos nós, banidos.  
O país que nos acolheu deve ser um exílio e não um lar.  
Intranquilos, permanecemos nós, o mais próximo possível das fronteiras,  
Aguardando o dia do regresso, observando, por menor que seja,  
Toda mudança do outro lado da fronteira, indagando, solícitos,  
Todo recém-chegado, não esquecendo nada e não renunciando a nada,

E também não perdoando nada do que aconteceu, não perdoando nada.  
Ah, o silêncio dos estreitos na costa não nos engana! Ouvimos os gritos  
Que chegam até aqui de suas prisões. Nós mesmos já somos  
Quase que boatos de crimes, que de lá escaparam  
Através das fronteiras. Cada um de nós,  
Que circula com sapatos surrados através da multidão,  
Testemunha a vergonha que, agora, mancha nosso país.  
Mas nenhum de nós  
Permanecerá aqui. A última palavra  
Ainda não foi dada.<sup>3</sup> (tradução própria)

Como muitos intelectuais, Brecht deixara Berlim no dia seguinte ao do incêndio criminoso do *Reichstag*, ocorrido em 27 de fevereiro de 1933. Suas duas estações mais longas no exílio foram Svenborg, na Dinamarca, e Santa Mônica, nos Estados Unidos, de onde regressou à Europa em 1948. A irritação que lhe causara a designação “Emigranten” (“emigrante”), termo latinizado da palavra alemã *Auswanderer* (“emigrante”), parece advir do fato de

---

<sup>3</sup> BRECHT, Bertolt. Über die Bezeichnung Emigranten (1937). In: BRECHT, Bertolt. *Gesammelte Werke*. v. 8: Svenborger Gedichte. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1967, p. 718:

Immer fand ich den Namen falsch, den man uns gab: Emigranten.  
Das heißt doch Auswanderer. Aber wir  
Wanderten doch nicht aus, nach freiem Entschluß  
Wählend ein anderes Land, dort zu bleiben, womöglich für immer.  
Sondern wir flohen. Vertriebene sind wir, Verbannte.  
Und kein Heim, ein Exil soll das Land sein, das uns da aufnahm.  
Unruhig sitzen wir so, möglichst nahe den Grenzen  
Wartend des Tags der Rückkehr, jede kleinste Veränderung  
Jenseits der Grenze beobachtend, jeden Ankömmling  
Eifrig befragend, nichts vergessend und nichts aufgebend  
Und auch verzeihend nichts, was geschah, nichts verzeihend.  
Ach, die Stille der Sunde täuscht uns nicht! Wir hören die Schreie  
Aus ihren Lagern bis hierher. Sind wird doch selber  
Fast wie Gerüchte von Untaten, die da entkamen  
Über die Grenzen. Jeder von uns  
Der mit zerrissenen Schuhn durch die Menge geht  
Zeugt von der Schande, die jetzt unser Land befleckt.  
Aber keiner von uns  
Wird hier bleiben. Das letzte Wort  
Ist noch nicht gesprochen.

que esse termo esteve associado a uma outra vertente literária na década de 1930, presente não no exílio, mas sim na própria Alemanha durante o período nazista: a chamada “Innere Emigration” (“emigração interior”). Escritores que permaneceram na Alemanha após a ascensão do nazismo ao poder e as primeiras ondas de terror alegaram que não apoiariam o regime, mas que realizariam, para isso, uma espécie de “emigração” introspectiva, resguardando para si valores que se diferenciavam diametralmente daqueles apregoados pela propaganda nazista. Brecht se revoltava com essa visão de que os exilados teriam “emigrado” por opção, como o fizeram os representantes da “Emigração Interior” ao optarem pela permanência no “Terceiro Reich” e por todas as implicações que isso significava, como, por exemplo, o credenciamento obrigatório à “Câmara de Cultura do Reich”, a censura e o cerceamento da liberdade de expressão. Para os exilados, deixar a Alemanha em 1933 se tratava de uma questão de vida ou morte. O poema traz dois termos que designariam, de modo mais preciso, seu sentimento: “Vertriebene” (“desterrados”) e “Verbannte” (“banidos”). Portanto, o que estava em jogo era mais do que um rigor terminológico; estava em jogo uma questão de justiça para com aqueles aos quais não restou outra escolha que não a fuga rumo ao exílio.

### **Heinrich Mann e o romance histórico**

Em termos de produção, a ampla literatura de língua alemã que surgiu entre 1933 e 1945 fora da Alemanha e, a partir de março de 1938, fora da Áustria, foi fruto de representantes de quase todos os gêneros e tendências estilísticas. Obras que, num primeiro momento, poderiam ser consideradas desvinculadas dos acontecimentos atuais, revelam-se como bandeiras humanistas levantadas na batalha contra o nazismo, como é o caso da peça *Mutter Courage und ihre Kinder* (1939; Mãe Coragem e seus Filhos), de Brecht, da tetralogia *Amazonas* (1937/38-1948), de Alfred Döblin, e também do romance *Henri Quatre* (Henrique IV), de

Heinrich Mann, publicado em duas partes: *Die Jugend des Königs Henri Quatre* (1935; A juventude do rei Henrique IV) e *Die Vollendung des Königs Henri Quatre* (1938; A perfeição do rei Henrique IV). Diferindo de seu irmão mais jovem, Heinrich Mann engajou-se politicamente décadas antes de deixar a Alemanha, próximo da socialdemocracia e, após a Primeira Guerra Mundial, do “Aktivismus”, movimento de caráter socialista e pacifista que conglomerava artistas e escritores expressionistas. De uma longa lista de obras publicadas a partir de 1891, os romances *Professor Unrat oder Das Ende eines Tyrannen* (1905; Professor Unrat ou O fim de um tirano), que, mais tarde, ficaria famoso também por sua adaptação fílmica, *Der blaue Engel* (1930; O anjo azul), dirigido por Josef von Sternberg, *Zwischen den Rassen* (1907; Entre as raças), e *Der Untertan* (1918; O súdito).

No início de 1933, Heinrich Mann (1871-1955) desligou-se da *Preußische Akademie der Künste* (Academia Prussiana das Artes), da qual era presidente desde 1930, e se exilou, primeiramente, na Tchecoslováquia, onde recebeu a cidadania em 1936, seguindo, posteriormente, para a França. Com a invasão da França em junho de 1940, assim como vários escritores exilados, Heinrich Mann seguiu para os Estados Unidos, fixando-se na Califórnia. Nunca mais veria sua pátria. Em 1950, o escritor faleceu pouco antes de dar início à planejada viagem de regresso à Alemanha. Onze anos mais tarde sua urna seria trasladada para a então Berlim Oriental, onde seus restos mortais estão sepultados, no *Dorotheen-Friedhof*, a poucos metros das sepulturas de Brecht, de Hegel e de Fichte.

Sem dúvida, sua obra-prima do período de exílio foi o romance histórico em torno da figura do rei Henrique IV (1553-1610). A ideia de escrever uma obra sobre o rei da França já havia surgido em meados dos anos 1920, quando Heinrich Mann visitou Pau, a cidade natal do rei, coroado em 1589. Mas foi a urgência do momento que o levou a aproximar, pela ficção, duas épocas distantes temporalmente, mas tão próximas quando o assunto é violência: a intolerância religiosa na França do século XVI e a intolerância política e racial presente no cotidiano da Alemanha nazista. Aqui, se

evidencia o procedimento empreendido pelo escritor no sentido de, a partir de um evento ocorrido quatro séculos antes, iluminar, criticamente, os eventos políticos no presente.

A primeira parte – *Die Jugend des Königs Henri Quatre* (1935; A juventude do rei Henrique IV) –, publicada em 1935, tem por contexto o conflito religioso entre católicos e huguenotes – protestantes que, em sua maioria, seguiam a doutrina calvinista. O casamento de Henrique, protestante, então rei de Navarra, com Marguerite de Valois, irmã do rei francês Carlos IX, católico, em 18 de agosto de 1572 deveria contribuir, simbolicamente, para uma aproximação entre católicos e protestantes, de modo que as desavenças do passado, que culminaram com guerras contra os huguenotes, se dissipassem. Todavia, ao contrário do que se esperava, o enlace foi ensejo para muita violência, culminando com mais de 70.000 assassinatos e entrando para a história como *Bluthochzeit* (“matrimônio de sangue”). A escalada da violência atingiu seu ápice com o massacre cometido por católicos contra protestantes na “Noite de São Bartolomeu”, na passagem de 23 para 24 de agosto de 1572, deflagrado após uma tentativa fracassada de assassinato do almirante Gaspard de Coligny, líder huguenote, por ordem da rainha-mãe, Catarina de Médici (1519-1589), no dia anterior. Quando os huguenotes se reuniram para vingar-se do atentado contra seu líder, Catarina e seu filho Carlos IX, juntamente com a Liga Católica, decidiram pelo massacre de todos os huguenotes reunidos em Paris, dentre eles, o próprio Coligny, que havia celebrado, no passado, a chamada Paz de Saint-Germain-en-Laye, que garantia a liberdade religiosa na França.

Para efeito de análise, selecionamos um segmento do capítulo 6 do romance – “Die Blässe des Gedankens” (“A palidez do pensamento”) –, intitulado “Was ist das: Haß” (“O que significa: ódio?”). Nessa passagem do romance, Henrique IV é prisioneiro da própria corte, impotente diante da violência crescente devido à radicalização da Liga Católica, e reconhece no fanatismo religioso o mal que impede a pacificação da França. Para estabelecer uma ponte entre a violência na França sob o reinado de Carlos IX e a



violência na Alemanha nazista, Heinrich Mann utiliza uma série de recursos discursivos, como demonstra o exemplo abaixo:

[...] Esse era um orador de outra espécie. Ele espumava já na primeira palavra, e sua voz bruta converteu-se numa gritaria efeminada. Ele pregava o ódio contra os moderados. Não apenas os protestantes deveriam ser odiados até o extermínio. Numa noite das longas facas e de cabeças rolando, Boucher queria, sobretudo, acertar as contas com os tolerantes, mesmo que eles se denominassem católicos. Para ele, os piores de todos, em ambas as religiões, eram os condescendentes, que já estavam prontos para celebrar a conciliação e desejavam a paz para o país. Uma paz dessas o país não deveria ter – e Boucher afirmava vociferando: o país não a suportaria, pois seria contra a sua própria honra. O tratado imposto, celebrado com hereges, resultante de uma paz ultrajante, seria com isso rasgado. Clamavam alto o solo e o sangue por violência, violência, violência, por uma depuração rigorosa de tudo o que fosse estranho, de uma civilização deteriorada, de uma liberdade degradante.<sup>4</sup> (tradução própria)

Salta aos olhos como esse fragmento está construído com uma série de termos que remetem ao cotidiano do “Terceiro Reich”, a começar pela construção discursiva da figura do orador, o teólogo Jean Boucher, figura histórica que é um retrato nada caricato do demagogo Joseph Goebbels (1897-1945), Ministro da Propaganda e da Instrução do Povo desde 1933, nas suas “eloquentes” – para não falar “históricas” – aparições, como aquela da *Bücherverbrennung*

---

<sup>4</sup> MANN, Heinrich. *Die Jugend des Königs Henri Quatre*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1985, p. 253:

[...] Dies war ein Redner von neuer Art. Er schäumte beim ersten Wort, und seine rohe Stimme überschlug sich zum weibischen Gekreisch. Er predigte den Haß gegen die Gemäßigten. Nicht nur die Protestanten sollten verabscheut werden bis zur Vernichtung. In einer Nacht der langen Messer und der rollenden Köpfe wollte Boucher besonders abrechnen mit den Duldsamen, auch wenn sie sich katholisch nannten. Die Schlimmsten waren ihm in beiden Religionen die Nachgiebigen, die sich bereitfanden zur Verständigung und dem Lande den Frieden wünschten. Den sollte das Land nicht haben, und Boucher behauptete tobend, daß es ihn gar nicht aushalten würde, weil er gegen seine Ehre wäre. Der Schmachfriede und aufgezwungene Vertrag mit den Ketzern würde hiermit zerrissen. Laut schrien der Boden und das Blut nach Gewalt, Gewalt, Gewalt, nach einer kraftvollen Reinigung von allem, was ihnen fremd wäre, von einer faulen Gesittung, einer zersetzenden Freiheit.

(“Queima de Livros”), em 10 de maio de 1933, ou aquela do anúncio da “Totaler Krieg” (“Guerra Total”), em 18 de fevereiro de 1943. Tal postura da personagem pode ser associada ao próprio ditador, que, do mesmo modo que seu ministro, era conhecido por seus arroubos de eloquência e histeria em seus discursos, principalmente naqueles proferidos nas convenções do partido nazista, as chamadas *Reichsparteitage*, na cidade de Nürnberg, mas também em seus pronunciamentos através do rádio.

Além disso, a terminologia presente no discurso da personagem Boucher foi escolhida de modo acurado por Heinrich Mann para estabelecer uma relação homológica entre o fanático líder da Liga Católica, no século XVI, e o discurso nazista. Nele, nos deparamos, por exemplo, com a palavra *Vernichtung* (“aniquilação”, “extermínio”), isso já em 1935, quando esse termo fazia parte do repertório racista e antisemita, dentro do discurso nazista, termo, aliás, que alguns poucos anos mais tarde se cristalizaria no termo *Vernichtungslager* (“campo de extermínio”). Além disso, Boucher fala de “eine[-] Nacht der langen Messer und der rollenden Köpfe” (“uma noite das longas facas e de cabeças rolando”). Tal expressão nada mais é do que uma alusão a um fato histórico ocorrido um ano antes de a primeira parte de *Henri Quatre* ser publicada: a guerra interna das organizações nazistas, que culminou com o assassinato de vários membros, entre eles Ernst Röhm (1887-1934), líder da SA, organização paramilitar fundada pelo partido nazista em 1921. O ano de 1934 pode ser apontado como o ano de consolidação da política interna nazista. Uma vez que o possível foco de oposição ao regime havia sido aniquilado com as prisões em massa e os assassinatos de políticos dos diversos partidos desde fevereiro de 1933, além da fuga de milhares de intelectuais rumo ao exterior, uma possível oposição interna só poderia, pois, surgir das próprias fileiras do NSDAP. Ernst Röhm, então chefe do Estado-Maior da SA, tencionou exigir a fusão da *Reichswehr*, o exército, à “Divisão de Assalto” (*Sturm-Abteilung*), que deveria se tornar a milícia regular. Tanto Hitler como o corpo de oficiais da *Reichswehr* eram contra, sobretudo

porque tal intento criaria uma competição interna pelo poder. Alegando ter descoberto um suposto golpe planejado por Röhm, Hitler ordenou o assassinato do chefe e de diversos líderes da SA em 30 de junho de 1934. A noite em que isto ocorreu passou para a “História nazista” como a “Nacht der langen Dolchen” (“Noite dos longos punhais”). Com isso, a SA tornou-se uma milícia subjugada ao comando da SS – *Schutzstaffel* (“Corpo de Guarda”) –, sob a chefia de Heinrich Himmler (1900-1945).<sup>5</sup> Em termos ficcionais, Heinrich Mann produz em seu texto uma associação homológica entre os dois períodos históricos, ao aludir à “noite dos longos punhais” através da “noite das longas facas e de cabeças rolando”.

Tal estratégia discursiva perpassa o texto de *Henri Quatre*. No mesmo fragmento citado anteriormente, nos deparamos com a expressão [*d]er Schmachfriede und aufgezwungene Vertrag* (“[o] tratado imposto [...], resultante de uma paz ultrajante”), uma alusão à crítica geral dos partidos políticos alemães ao *Versailler Friedensvertrag* (“Tratado de Paz de Versalhes”), designado pela direita, pejorativamente, de *Versailler Schanddiktat* (“Ditado da Vergonha de Versalhes”), sobretudo pelo partido nazista. O sentido negativo do tratado de paz enquanto “ditado” resultou do fato de que a sua aceitação foi imposta pelos vencedores aos vencidos, sobretudo pela pressão da França nas questões de reparação e de culpabilidade dos alemães pela deflagração da guerra, sem que estes últimos tivessem poder de decisão ou mesmo de influência sobre o texto e as cláusulas que o compuseram, uma vez que não foram autorizados a enviar delegados para as reuniões de negociação.<sup>6</sup> No discurso político

---

<sup>5</sup> Cf. KAMMER, Hilde; BARTSCH, Elisabet. *Nationalsozialismus. Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft 1933-1945*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1992, p. 124 e p. 183-184; cf. também SELIG, Wolfram: Röhmputsch. In: BENZ, Wolfgang (org.). *Legenden, Lügen, Vorurteile. Ein Wörterbuch zur Zeitgeschichte*. 6a. ed., München: dtv, 1994, p. 179-182.

<sup>6</sup> Cf. SALEWSKI, Michael. Das Trauma von Versailles. In: WINKLER, Heinrich August; CAMMANN, Alexander (orgs.). *Weimar. Ein Lesebuch zur deutschen Geschichte 1918-1933*. München: Beck, 1997, p. 88-94, aqui p. 88.

da direita, o sentido de “Schanddiktat” tornou-se palavra de ordem não apenas como uma crítica à imposição do tratado de paz e das exigências de reparação, além da limitação do contingente do exército alemão a 100.000 homens, mas também como palavra de ordem contra a Social-Democracia, pois o Tratado de Versalhes fora assinado em 28 de junho de 1919, durante o Governo do chanceler Friedrich Ebert (1871-1925), e o partido social-democrata defendeu majoritariamente a sua assinatura.<sup>7</sup>

Outra expressão a se destacar no fragmento é “der Boden und das Blut” (“o solo e o sangue”), numa alusão à chamada *Blut-und-Boden-Ideologie* (“ideologia sangue-e-solo”), partilhada pela direita política alemã e explorada, sobretudo, pelo nazismo como palavra de ordem dentro do discurso racista: “o sangue seria portador das propriedades raciais”, e “um Estado sadio precisa ter seu ponto principal no próprio povo (sangue) e no próprio solo”.<sup>8</sup> Associada a essa expressão aparece a “eloquente” conclamação de Boucher ao emprego de “Gewalt, Gewalt, Gewalt” (“violência, violência, violência”), que espelha, indiretamente, todo o caráter antiliberal e repressor do Estado nazista, um Estado totalitário que tinha por um de seus traços principais o terror gerado pelo emprego da violência. Cabe ressaltar, ainda, que o pensamento “sangue e solo” foi veiculado nos anos 1920 também por obras de literatura, como os romances *Volk ohne Raum* (1926; Povo sem espaço), de Hans Grimm, *Heimat wider Heimat* (1929; Terra natal contra terra natal), de Gustav Schröer, e *Das Wunschkind* (1930; A criança desejada), de Ina Seidel, que se tornaram *bestseller* no período nazista (Cf. SCHNEIDER, 2004, p. 80).<sup>9</sup>

Sem dúvida, embora breve, o fragmento acima citado é extremamente denso em matéria de emprego da estratégia

---

<sup>7</sup> Cf. SALEWSKI, Michael. Das Trauma von Versailles, p. 92.

<sup>8</sup>KAMMER; BARTSCH, *Nationalsozialismus. Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft 1933-1945*, p. 40-41, aqui p. 40.

<sup>9</sup> Cf. SCHNEIDER, Tobias. Bestseller im Dritten Reich. Ermittlung und Analyse der meistverkauften Romane in Deutschland 1933-1944. *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*. Ano 52, n. 1, p. 77-97, 2004, aqui p. 80.

discursiva que une ficcionalmente o momento de intolerância religiosa na França do século XVI e a repressão e o terror nazista na década de 1930 do século XX. Como havíamos apontado anteriormente, o termo “Vernichtung” (“extermínio”, “aniquilação”) alude ao discurso racial e antisemita propagado pelo nazismo. A ele se associam outros termos do fragmento, como “Reinigung” (“depuração”), “fremd” (“estranho”, “estrangeiro”), “faul” (“deteriorado”, “podre”) e “zersetzend” (“degradante”, “corruptora”), mesmo que estes dois últimos adjetivos pareçam se referir a algo outro nas expressões “von einer faulen Gesittung” (“de uma civilização deteriorada”) e “einer zersetzenden Freiheit” (“de uma liberdade degradante”).

Noutro fragmento do Capítulo 6 da primeira parte de *Henri Quatre*, constata-se também a associação entre as duas épocas a partir da apresentação do “Salvador” da Liga Católica:

Boucher tornou-lhes (i.e., aos presentes na igreja) claro que, embora todo o sistema do Estado fosse criminoso, Deus lhes teria enviado um líder! Lá está ele! Todos, então, se ajoelharam, especialmente aqueles que estavam sob suspeita de pertencerem aos moderados. Olhando de modo audaz por sobre eles e ousado para Deus lá no alto, Guise, em armadura prateada se comportava como se o assalto ao poder devesse começar imediatamente, e seus soldados armados brandiram as espadas. [...]10 (tradução própria)

A personagem histórica do duque Henri de Guise (1550-1588) aparece nessa passagem do romance como o “Führer” (“líder”), anunciado por Boucher-Goebbels. Guise fundara em 1576 a “Heilige Liga” (“Liga Sagrada”), a Liga Católica, cujo objetivo era a aniquilação dos huguenotes, tendo participado, anos antes, ativamente da Noite de São Bartolomeu, em 14 de agosto de 1572.

---

<sup>10</sup> MANN. *Die Jugend des Königs Henri Quatre*, p. 254:

Boucher machte ihnen klar, das ganze System des Staates wäre zwar verbrecherisch, aber Gott hätte ihnen einen Führer gesandt! Dort steht er! Alle knieten denn auch hin, besonders die im Verdacht der Mäßigung standen. Kühn über sie fort und dreist zu Gott hinan blickte Guise – in silberner Rüstung, als sollte der Sturm auf die Macht gleich losgehen, und seine Bewaffneten rasselten mit Eisen. [...]

O cavaleiro em armadura prateada também remete a Hitler na aparência, que gostava de ser retratado em pinturas como cavaleiro medieval trajando armadura, como na pintura de Hubert Lanziger, intitulada *Der Bannenträger* (“O portador do estandarte”), de 1934.

Além disso, a crítica à República de Weimar é aludida no fragmento através do termo *System* (“sistema”), expressão usada em sentido pejorativo pelos partidos de direita para designar a política da Social-Democracia.<sup>11</sup> O termo “*Sturm*” (“assalto”, “tempestade”), também parece ser uma alusão à organização paramilitar do partido nazista, criada no início dos anos 1920, que se tornaria um dos principais instrumentos de repressão e do terror no “Terceiro Reich”.<sup>12</sup>

Se a primeira parte de *Henri Quatre* é marcada pela violência desenfreada e pela impotência do rei diante dos acontecimentos, a segunda parte, *Die Vollendung des Königs Henri Quatre* (A perfeição do rei Henrique IV), publicada em 1938, como o próprio título já indica, apresenta um rei que havia amadurecido no poder, acompanhando, assim, a própria figura histórica de Henrique IV. Pois a guerra religiosa na França conheceria seu fim através de seu empenho ao promulgar o “Edito de Tolerância de Nantes” em 1598, que punha termo aos conflitos entre católicos e protestantes, quando já haviam se passado dez anos desde a sua coroação.

É justamente a partir desse ato de Henrique IV que Heinrich Mann constrói uma mensagem literária para o presente do exílio, resgatando o legado humanista do rei francês. O romance se encerra com um “pronunciamento” do rei assassinado, que enviaria, do além, suas palavras aos franceses:

*Pronunciamento de Henrique IV  
Rei da França e de Navarra*

*Do alto de uma nuvem, que o torna visível pela duração de um raio, e que, em seguida, se cerra sobre ele.*

---

<sup>11</sup> Cf. SALEWSKI. *Das Trauma von Versailles*, p. 94.

<sup>12</sup> Cf. KAMMER; BARTSCH. *Nationalsozialismus. Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft 1933-1945*, p. 187-189.

[...] Preservem todos vós vossa coragem, em meio a uma terrível peleja, na qual vos ameaçam muitos inimigos tão poderosos assim. Há sempre aqueles que querem subjugar o povo; na minha época, eu já não os amava; menos por que eles trocavam de roupa, mas, de modo algum, de rosto. Odiei o rei da Espanha, que é conhecido por vós com outros nomes. Ele ainda está longe de pensar em renunciar a sua ousadia de seduzir a Europa, e em primeiro lugar a França, meu reino. Então, essa França, que era a minha, guarda isto na memória; ela continua sendo o posto avançado das liberdades humanas, que lá existem: a liberdade de consciência e a liberdade de se fartar. É singular, a seu modo, esse povo que, de acordo com sua natureza, sabe falar tão bem quanto lutar. É, tudo num conjunto, a terra em que vive a bondade maior. O mundo só pode ser salvo através do amor. Numa era da fraqueza toma-se a ação violenta por firmeza. Apenas e tão somente os fortes podem se permitir a amar-vos, quando vós também lhes tornais a vida suficientemente difícil.

Amei muito. Lutei, e encontrei as palavras que causam impacto. A língua francesa é a língua que elegi: Mesmo aos estrangeiros quero apelar para a memória de que a humanidade não foi criada para fracassar em seus sonhos, que são apenas, insuficientemente, realidades conhecidas. A felicidade, de fato, existe. Justiça e bem-estar são passíveis de ser alcançados por todos. E não se pode assassinar os povos. Não temeis diante das facas que são erguidas contra vós. Eu as temi sem razão. Fazeis melhor do que eu. Eu esperei tempo demais. As revoluções não vêm sempre a propósito. Por isso, dediquem-se a elas até o fim, e isto com toda a força. Eu hesitei, por assim dizer, por fraqueza humana e porque eu vos olhava lá de cima, alto demais, vós seres humanos, vós, meus amigos.

Eu lamento unicamente o meu começo, quando me defrontava, ainda sem saber de tudo o que, na sequência, deveria competir a mim: grandeza e majestade, mais tarde a amarga traição e, ainda antes de minha morte, a extinção das raízes de meu coração, que nunca mais baterá. Se, neste caso, não me falha a memória, falei, pois, a vós somente de estrépitos das armas e de sinos, que fazem um estrondo maravilhoso, quando, por toda parte, eles dobravam conclamando ao ataque e as vozes gritavam sem cessar: "Atacar! Atacar!" e "Abaixo com eles! Abaixo com eles!" Eu teria quase, por volta de trinta vezes, morrido nesse prostíbulo. Deus apresentou-se diante de mim.

E, agora, vedes o velho homem, que não ficou aborrecido por aparecer a vós, ao ser solicitado por alguém.

*Como uma cortina a nuvem dourada cerra-se novamente sobre o rei.*<sup>13</sup> (tradução própria; grifos no original)

---

<sup>13</sup> MANN, Heinrich. *Die Vollendung des Königs Henri Quatre*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1985, p. 562-563:

*Ansprache Heinrichs des Vierten*

---

*Königs von Frankreich und von Navarren*

*von der Höhe einer Wolke herab, die ihn für die Dauer eines Blitzstrahls sichtbar macht, dann sich wieder über ihm schließt.*

[...] Bewahrt euch all euren Mut, mitten im fürchterlichen Handgemenge, in dem so viele mächtige Feinde euch bedrohen. Es gibt immer Unterdrücker des Volkes, die habe ich schon zu meiner Zeit nicht geliebt; kaum, daß sie ihr Kleid gewechselt haben, keineswegs aber ihr Gesicht. Ich habe den König von Spanien gehaßt, der euch unter anderen Namen bekannt ist. Er denkt noch lange nicht daran, zu verzichten auf seine Anmaßung, Europa zu verführen, und zuallererst mein Königreich Frankreich. Nun, dieses Frankreich, das das meine war, behält das im Gedächtnis; es ist immer noch der Vorposten der menschlichen Freiheiten, die da sind: die Gewissensfreiheit und die Freiheit, sich satt zu essen. Es ist einzig in seiner Art, dieses Volk, das seiner Natur nach ebenso gut zu sprechen wie zu kämpfen weiß. Es ist, alles in allem, das Land, in dem die meiste Güte lebt. Die Welt kann nur durch die Liebe gerettet werden. In einem Zeitalter der Schwachheit hält man Gewalttätigkeit für Festigkeit. Einzig die Starken können es sich herausnehmen, euch zu lieben, wenn ihr es ihnen auch schwer genug macht.

Ich habe viel geliebt. Ich habe gekämpft, und ich habe die Worte gefunden, die packen. Die französische Sprache ist die Sprache meiner Wahl: selbst den Fremden will ich ins Gedächtnis zurückrufen, daß die Menschheit nicht dazu geschaffen ist, ihren Träumen zu entsagen, die nur ungenügend bekannte Wirklichkeiten sind. Das Glück ist wirklich da. Gerechtigkeit und Wohlstand sind für jeden erreichbar. Und man kann die Völker nicht umbringen. Fürchtet euch nicht vor den Messern, die man gegen euch zückt. Ich habe sie grundlos gefürchtet. Macht es besser als ich. Ich habe zu lange gewartet. Die Revolutionen kommen nicht immer wie gerufen; darum heißt es, ihnen bis zu Ende nachgehen, und das mit aller Kraft. Ich habe gezaudert, sosehr, wohl aus menschlicher Schwäche wie deshalb, weil ich euch schon von zu hoch oben her sah, euch Menschen, euch, meine Freunde.

Ich bedaure einzig meinen Anfang, als ich mich herumschlug, noch ohne zu wissen, was alles mir in der Folge zukommen sollte: Größe und Majestät, hernach bitterer Verrat und, noch vor meinem Sterben, das Absterben der Wurzel meines Herzens, die nie wieder ausschlagen wird. Wenn ich mir recht darin trauen darf, sprach ich zu euch ja wohl nur von Waffengeklirr und von Glocken, die ein wundersames Getöse machen, als sie überall zum Sturme läuteten und die Stimmen dazwischen unaufhörlich schrien: „Drauf und dran! Drauf und dran!“ und „Nieder mit ihnen! Nieder mit ihnen!“ ich wäre beinahe, an die dreißig Male, umgekommen in diesem Hurenhaus. Gott hat sich vor mich gestellt.

Und nun seht den alten Mann, dem es nicht sauer geworden ist, euch zu erscheinen, da mich jemand gerufen hat.

Wie ein Vorhang schließt sich die goldene Wolke wieder über dem König.



São vários os aspectos presentes na referida passagem de *Die Vollendung des Königs Henri Quatre*, que demonstram a admiração que Heinrich Mann nutria pela França como berço das ideias revolucionárias fundamentadas pelo Iluminismo. Isto nos faz lembrar, por exemplo, da crise que se instaurou entre os irmãos Mann quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Enquanto Thomas Mann falava de “Geist” (“espírito”) como atributo da Alemanha e de “Zivilisation” (“civilização”) como expressão da França, Heinrich Mann acreditava justamente no caráter internacionalista que emanaria da França revolucionária como uma resposta aos nacionalismos dos diversos Estados europeus. Não é por acaso que encontramos na passagem do romance a expressão “der Vorposten der menschlichen Freiheiten” (“o posto avançado das liberdades humanas”), um lugar onde “Gerechtigkeit und Wohlstand sind für jeden erreichbar” (“[j]ustiza e bem-estar são passíveis de ser alcançados por todos”).

Além disso, temos de considerar também a própria situação de Heinrich Mann enquanto exilado em Paris, na época em que escreveu o romance. *Henri Quatre* significa um apelo a uma atitude revolucionária que pudesse pôr fim aos desmandos políticos que assolavam a Alemanha. É uma conclamação à revolução para derrubar os “Unterdrücker des Volkes” (“aqueles que querem subjugar o povo”). Em suma, Heinrich Mann demonstra uma coerência entre sua postura política engajada durante o período de exílio e aquela defendida nas décadas anteriores. Não obstante essa imagem criada ao final do romance, na qual o rei surge como um mensageiro do além, ele acaba por ocupar a posição divina, enquanto rei esclarecido, que volta a se dirigir ao povo, por ter sido “gerufen” (“chamado”, “convocado”) por “jemand” (“alguém”). Esse “alguém” pode ser tomado como o próprio autor que busca no passado histórico uma mensagem de humanismo e de luta revolucionária para o presente.

## Heinrich Mann e o engajamento em tempos sombrios – à guisa de conclusão

Heinrich Mann figura, certamente, no panteão da literatura de língua alemã da primeira metade do século XX. Suas obras sempre foram marcadas por uma abordagem social. Desde o início, buscava não no Império de Guilherme II e no domínio da Prússia, mas sim na vizinha França referências e valores que acreditava serem forças para transformações sociais profundas. Sua proeminência no cenário literário alemão é atestada pela participação em círculos expressionistas e também na renomada Academia Prussiana das Artes, na seção Arte Poética, a qual presidiu até deixar a Alemanha, em fevereiro de 1933.

No período de exílio, Heinrich Mann manteve sua postura de crítica social, desta feita em situação apartada de seu público leitor. Ao publicar seu romance em duas partes pela Querido Verlag, de Amsterdã, uma das editoras que publicavam obras de autores alemães exilados, Heinrich Mann sabia que, dificilmente, por questões de censura, o romance chegaria às mãos de um leitor na Alemanha nazista. Não obstante tal fato, conforme pudemos constatar a partir da análise de alguns excertos das duas partes de *Henri IV*, o escritor recorreu a um tema histórico que possibilitasse um diálogo crítico com o cenário político alemão sob o jugo nazista. Para isso, valeu-se de recursos discursivos para construir as personagens, colocando em suas bocas termos e expressões oriundas não do século XVI, mas sim do século XX e, em especial, do discurso nazista. Procedendo dessa maneira, Heinrich Mann teria visado ao “leitor histórico”, conforme bem postula Frederico Moreira Guimarães ao refletir sobre engajamento na filosofia de Jean Paul Sartre: “Ao optar pelo leitor histórico, o escritor adquire também o recurso da historicidade, que é a bagagem cultural legada ao leitor pelo seu tempo”.<sup>14</sup> Assim, o engajamento de

---

<sup>14</sup> GUIMARÃES, Frederico Moreira. *Literatura e engajamento em Sartre: um estudo de ‘Que é literatura?’* São Paulo: PUC-SP, 2010, p. 78.

Heinrich Mann no combate ao nazismo durante o exílio, em termos estéticos, passa por essa projeção de um “leitor histórico” a partir de estratégias discursivas que possibilitem a ponte entre o passado e o presente, para que haja, como diria Benjamin, aquele “lampejo” diante de um momento de iminente perigo.

## Referências

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras Escolhidas, vol. I, trad. Sergio Paulo Rouanet, 7a. ed, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 165-196.

BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras Escolhidas, vol. I, trad. Sergio Paulo Rouanet, 7a. ed, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

BRECHT, Bertolt. Über die Bezeichnung Emigranten (1937). In: BRECHT, Bertolt. *Gesammelte Werke*. v. 8: Svenborger Gedichte. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1967, p. 718.

GUIMARÃES, Frederico Moreira. *Literatura e engajamento em Sartre: um estudo de ‘Que é literatura?’* São Paulo: PUC-SP, 2010.

KAMMER, Hilde; BARTSCH, Elisabet. *Nationalsozialismus. Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft 1933-1945*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1992.

MANN, Heinrich. *Die Jugend des Königs Henri Quatre*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1985.

MANN, Heinrich. *Die Vollendung des Königs Henri Quatre*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1985.

SALEWSKI, Michael. Das Trauma von Versailles. In: WINKLER, Heinrich August; CAMMANN, Alexander (orgs.). *Weimar. Ein Lesebuch zur deutschen Geschichte 1918-1933*, München: Beck, 1997, p. 88-94.

SCHNEIDER, Tobias. Bestseller im Dritten Reich. Ermittlung und Analyse der meistverkauften Romane in Deutschland 1933-1944. *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*. Ano 52, n. 1, p. 77-97, 2004.

SELIG, Wolfram. Röhmputsch. In: BENZ, Wolfgang (org.). *Legenden, Lügen, Vorurteile. Ein Wörterbuch zur Zeitgeschichte*. 6a. ed., München: dtv, 1994, p. 179-182.



# Ficções Impuras. Literatura mexicana e História: uma relação indecida

Víctor Lemus<sup>1</sup>

## Literatura, História e Sistema literário

Atualmente, nas literaturas hispânicas, observa-se uma frequente produção de textos ficcionais que têm como tema de reflexão a história recente; não apenas para fazer emergir aspectos insuficientemente abordados pela historiografia, mas para construir e disputar seu sentido – o que faz delas “leituras em competição” com o chamado “discurso oficial”.

O que esses textos literários têm em comum é o fato de abordarem momentos históricos que permanecem até hoje como traumas sociais, eventos que ainda marcam de maneira decisiva o presente dos seus respectivos países. Aqui, o adágio sobre a reflexão sobre a história se cumpre: a pesquisa sobre o passado tem sempre como objetivo elucidar perguntas sobre o presente.

Embora nos países hispânicos a relação entre literatura e história seja um dado frequente, a inflexão que acontece de maneira mais acentuada a partir dos anos 70 merece reflexão, dados os motivos políticos, sociais, filosóficos e estéticos envolvidos.

Não se trata de romances históricos *avant la lettre*, de acordo como Georg Lukács os definiu em *O romance histórico* (1936-1937): diferente da epopeia, em que o passado e os heróis habitam um tempo fechado que só pode ser cantado com reverência, o romance é o gênero de um presente sempre atual onde fatos e

---

<sup>1</sup> FL/UFRJ. E-mail: victormlemus@letras.ufrj.br

personagens permanecem abertos à reflexão e ao debate. Para Lukács, condição imprescindível à configuração do romance histórico a partir de Walter Scott é a necessidade de que a especificidade histórica do tempo da ação condicione de maneira decisiva o modo de agir dos personagens. Mais do que relatar novamente, ou em nova versão, os fatos históricos, interessa ao gênero colocar em primeiro plano os seres humanos que viveram aqueles acontecimentos, configurar poeticamente as paixões e o modo em que eles agiram, e por quê o fizeram precisamente dessa maneira. O efeito se consegue da melhor maneira colocando os personagens históricos em segundo plano enquanto a história é centrada em personagens secundários ou ficcionais.

Diz o teórico húngaro:

Do que se trata no romance histórico é *demonstrar* com meios *poéticos* a existência, o “ser assim” das circunstâncias históricas e seus personagens. [...] O já discutido problema da composição, de que as grandes figuras históricas, os dirigentes das classes e dos partidos em pugna não são mais do que personagens secundários dentro da fábula, se coloca assim em nova luz. [...] O grande personagem histórico, apresentado como figura secundária, pode viver uma vida humana plena e desenvolver livremente na ação todas suas qualidades humanas, tanto as sobressalientes como as mesquinhas; mas está incluído na ação de tal maneira que só nas situações históricas de importância chega a agir e manifestar sua personalidade. [...] No mundo do romance histórico... [o] “indivíduo histórico universal” é aqui, inclusive no aspecto social, *um partido*, representante de *uma* das muitas classes e estratos em pugna (LUKÁCS, 1977, pp. 46 – 50).<sup>2</sup>

Da mesma forma que não é esse o fenômeno que aqui se aborda, também não se trata daquilo que foi teorizado pelo crítico anglo-americano Seymour Menton, que em *La nueva novela histórica latinoamericana* caracterizou os romances históricos produzidos a partir de 1949 (peça inaugural seria *El reino de este mundo*, de Alejo Carpentier) não mais moldados na teoria do

---

<sup>2</sup> A partir deste momento, todas as traduções dos fragmentos do espanhol para o português são da minha autoria, salvo as que se indiquem nas **referências bibliográficas** – VL.

reflexo estético, mas numa deliberada consciência ficcional. Eis aqui os seis elementos que do seu ponto de vista fazem com que um romance, na nova versão, seja histórico:

1) a subordinação da reprodução mimética de determinado período histórico à apresentação de algumas ideias filosóficas [...] [como] a impossibilidade de conhecer a verdade histórica ou realidade; o caráter cíclico da história e, paradoxalmente, o caráter imprevisível desta, ou seja, que os sucessos mais inesperados e mais assombrosos podem acontecer; 2) a distorção consciente da história através de omissões, exagerações e anacronismos; 3) a ficcionalização de personagens históricos, diferente da fórmula de Walter Scott — aprovada por Lukács — de protagonistas fictícios; 4) a metaficção ou os comentários do narrador sobre o processo de criação; 5) a intertextualidade; 6) os conceitos bakhtinianos do dialógico, do carnavalesco, da paródia e da heteroglosia (MENTON, 1993, p. 42).

O que a seguir se pretende abordar são romances *literários* — essa forma que surge na modernidade e, derivada da separação do *ético*, do *estético* e do *cognitivo* enquanto esferas diferenciadas do saber, se caracteriza por tentar dizer algo a um leitor que, mais do que interessado em conhecimentos históricos ou em lições de moral, procura uma fruição primordialmente estética.

É preciso dizer, no entanto, que esse fenômeno nas literaturas hispânicas coincide com mudanças significativas no campo da historiografia, ocorridas mais ou menos no mesmo período.

Em 1973, Hayden White publicou seu célebre *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX*, texto em que postulou que a escrita da história, mais do que estar baseada na correspondência direta e fiel com os fatos, depende de gêneros e formas para construir sentido — o que a aproxima da literatura. É preciso dizer que a reflexão é muito mais complexa do que sugerem autores pós-modernos que, sob a influência do *linguistic turn*, da crise da *filosofia do ego cogito* e da *teoria da representação*, reduzem toda cognição a discurso, a linguagem, e nessa excessiva ênfase no poder do momento do sujeito no processo cognitivo (como se o objeto se entregasse de maneira passiva à consciência), erodem-se as pretensões da historiografia a ter acesso à objetividade. Mesmo



que sua pretensão não seja a de apagar as diferenças entre Literatura e História, Hayden White admite aproximá-las até chegar a torná-las quase indistinguíveis:

Meus comentários estão destinados a abordar a questão da historiografia como relato. Se parecem sugerir que, na medida em que um discurso histórico se apresenta como narração, é indiscernível das “ficções” literárias tais como a épica, o romance, as novelas, as *nouvelles* e incluso os “mitos”, devo confessar que essa é a maneira em que eu vejo a questão (WHITE, 1992, p. 65).

Em *Aquí América Latina. Una especulación* (2010), a crítica literária argentina Josefina Ludmer, situando-se no apocalíptico ano de 2000 que trouxe tantas ficções com temas históricos, afirma que os textos literários desse momento se encontram na indecibilidade entre realidade e ficção – que ela junta no *twist* verbal de “realidadeficção” (LUDMER, 2010, p. 12). A partir disso, afirma que as obras, hoje, têm um caráter público inédito no passado e apelam para a “imaginação pública”, quer dizer, desfazem a diferenciação institucional e epistemológica que fazia delas “literatura”, o que as torna muito mais adequadas para refletir sobre a sociedade do que o eram as obras da modernidade.

Esse jogo especulativo se completa na afirmação de que as obras não obedecem mais aos postulados e “às regras” de nenhum sistema literário nacional. A afirmação de que se trata de “literaturas pós-autônomas”, portanto, baseia-se na ideia de que a literatura, hoje, não possui uma especificidade epistemológica, institucional, nem de um sistema literário nacional. Porém, a “especulação” (que na verdade parece mais uma convicção) não pode esquivar as severas contradições que rodeia cada uma de suas formulações:

...o processo de encerramento da literatura autônoma, aberta por Kant e a modernidade. O fim de uma era em que a literatura teve uma lógica interna e um poder crucial. O poder de definir-se e ser regida por suas próprias leis, com instituições próprias (crítica, ensino, academias) que debatiam publicamente sua função, seu valor e seu sentido. Debatiam,

também, a relação da literatura, ou a arte, com as outras esferas: a política, a economia, e também sua relação com a realidade histórica. Autonomia, para a literatura, foi especificidade e auto-referencialidade, e o poder de nomear-se e referir-se a si mesma. E também o modo de ler-se e mudar-se a si própria (LUDMER, 2010, p. 153).

Observa-se, portanto, que a autora pressupõe que na América Latina se dá o que em *As regras da arte* Pierre Bourdieu parecia pressupor para um sistema literário como o francês<sup>3</sup> – o que contradiz boa parte de suas reflexões sobre o assunto. Porém, mais adiante diz desta nova fase: “hoje se diluem os campos *relativamente autônomos* (ou se dilui o pensamento em esferas mais ou menos delimitadas) do político, o económico, o cultural” (LUDMER, 2010, p. 153 – destaque meu, VL). Quer dizer, afirma que o que quase nem se formou, e não atingiu sua autonomia absoluta, está se desintegrando. O que nunca teve forma definida deixou de ter forma definida. Quer dizer que quando se falava em “literatura”, falava-se de um ideal.

Vista dessa maneira, a formulação de “literaturas pós-autônomas” parece, como mínimo, enigmática.

Para além destas contradições, o fenômeno que se tenta apreender é a expansão do “literário” visto apenas como sinônimo de “ficção”, incluindo textos de caráter jornalístico, histórico, cronístico ou ensaístico. Neles, há uma indecibilidade epistemológica – quer dizer, utilizam construções verbais que é possível encontrar, também, em textos que não se postulam como ficções, mas como gêneros que pretendem registrar a realidade exterior à consciência. A “instituição literária” não é completamente autônoma na medida em que muitas vezes recebe apoios, incentivos e intervenções oriundas

---

<sup>3</sup> “A construção social de campos de produção autônomos vai de par com a construção de princípios específicos de percepção e de apreciação do mundo natural e social (e das representações literárias e artísticas desse mundo), ou seja, com a elaboração de um mundo de percepção propriamente estético que situa o princípio da “criação” na representação e não na coisa representada e que jamais se afirma tão plenamente quanto na capacidade de construir esteticamente os objetos baixos ou vulgares do mundo moderno” (BOURDIEU, 1996, p. 153).

de outras instituições, e seus autores não somente são “artistas”, mas figuras decisivas no amplo campo intelectual e muitas vezes administrativo e do poder – circunstâncias que intervêm na “literatura”. E, em suas formas, seus gêneros e repertórios, as “literaturas nacionais” muitas vezes recebem decisiva influência dos sistemas literários de outros países.

No entanto, como as anteriores reflexões tentaram sugerir até o momento: esse fenômeno é tão recente assim?

Trata-se, portanto, de um tema polêmico, mas de extrema atualidade, já que graças a ele é possível questionar a “biblioteca”, os limites do “literário”, e principalmente a ideia de “formação” do sistema literário nacional, que atendeu ao projeto liberal do século XIX.

As páginas a seguir pretendem refletir sobre essas questões a partir da literatura mexicana.

## **História e literatura mexicana**

Em um seminário sobre o romance histórico no México, ministrado na *Cátedra Alfonso Reyes* no Instituto Tecnológico de Monterrey em abril de 2010, o escritor Pedro Ángel Palou afirmou:

A tradição central do romance em nosso país é histórica. O grande romance mexicano... tem a ver com a história [...] O gênero tem, no México, sempre, curiosamente, elementos de jornalismo e de quadros de costumes. O romance histórico no México, desde seu nascimento, é um romance de cruzamento de discursos (PALOU, 2010, 48<sup>o</sup>52<sup>o</sup>).

Observa-se, portanto, que a produção ficcional acolhida no sistema literário no México apresenta uma predileção por temas de caráter histórico: dos romances policiais e sua vertente do narcotráfico, passando pelas crônicas e reportagens, até a reedição do romance histórico, parece haver uma urgência em escrever sobre eventos traumáticos que marcam a atualidade do país.

Enquanto *constructo*, o sistema denominado *literatura mexicana* escolhe como *corpus* fundacional textos em que

Literatura e História trocam seus sentidos. Mitos, cartas, crônicas, *Histórias* e incluso epopeias que funcionam como documentos históricos e literários ao mesmo tempo.

Já da época prévia à formação da *literatura mexicana*, daquilo que se denomina *literatura novohispana*, seja do mistos da tradição indígena como o *Popol Vuh*, ou da intervenção religiosa espanhola como a *Historia de las cosas de la Nueva España* de Frei Bernardino de Sahagún, até as *Cartas de Relación* de Hernán Cortés e a *Historia verdadera de la Conquista* de Bernal Díaz del Castillo, trata-se de textos que podem ser considerados “documentos” valiosos para entender o passado e não peças com valor puramente *estético*.

É preciso, no entanto, tecer algumas breves considerações para entender a especificidade do fenômeno para a literatura mexicana.

Previamente, e a fim de não cansar o leitor brasileiro com um inventário pouco elucidativo e nada minucioso, coloco de antemão, como apêndice, um brevíssimo e parcial conjunto de obras e autores que estruturam o cânone da narrativa *literária* no México, separadas por períodos.<sup>4</sup> Trata-se de um corpus de obras

---

<sup>4</sup> E este fenômeno marca a continuidade do romance *literário* (não necessariamente *histórico*) no México. Para o leitor não iniciado nessa literatura, farei um breve inventário de obras em que é possível rastrear a presença da dimensão histórica. No *neoclassicismo* e no *romantismo*: *El periquillo sarniento*, de José Joaquín Fernández de Lizardi, e *Astucia*, de Luis G. Inclán. No período do *nacionalismo*: *Clemencia*, *El Zarco* e *La navidad en las montañas*, de Ignacio Manuel Altamirano. Na *primeira modernidade*: *Santa*, de Federico Gamboa, *La parcela*, de José López Portillo y Rojas, e *La calandria*, de Rafael Delgado. Na época do *nacionalismo pós-revolucionário*, encontra-se na tradição de “la novela de la revolución” (dentre elas, *Los de abajo* de Mariano Azuela, *La sombra del caudillo*, de Martín Luis Guzmán, *Cartucho* de Nellie Campobello), *Al filo del agua* de Agustín Yáñez, *Pedro Páramo* de Juan Rulfo, assim como no “romance proletário” de José Revueltas (*El luto humano*, *Los días terrenales*) e outros. Ele também se encontra nos autores da *Generación del Medio Siglo*: *Las batallas en el desierto*, de José Emilio Pacheco, *Los relámpagos de agosto*, de Jorge Ibargüengoitia, *Balún Canán* e *Oficio de tinieblas* de Rosario Castellanos, *La muerte de Artemio Cruz* e *La región más transparente* de Carlos Fuentes, *Los recuerdos del porvenir* de Elena Garro, os contos de *La señal*, de Inés Arredondo, *El desfile del amor* de Sergio Pitol. A partir da entrada da *contracultura* no México, autores como José Agustín (*De perfil*, *Ciudades desiertas*, *Se está haciendo tarde (final en Laguna)*), Luis Zapata (*El vampiro de la colonia Roma*),

de ficção, de intenção literária, que não são propriamente romances históricos, nos quais se encontram imbricados ambos elementos. Ficam aqui como guia de pesquisa para quem se interessar vivamente no assunto.

### **Nascimento da prosa de ficção no México: Literatura? História?**

De acordo com a crítica literária, *El periquillo sarniento* (1816) é o primeiro romance que se publica no México e na América Latina. Construído com uma mistura de literatura moral, pedagógica e didática, nele são visíveis a influência das *Confissões* e o *Emílio* de Rousseau, assim como dos moralistas do neoclassicismo espanhol. No entanto, no nome do protagonista, assim como na estrutura episódica de aventuras, também está a influência do romance picaresco. Além disso, as frequentes menções ao longo do romance e o fato de ter publicado um texto intitulado *La Quijotita y su prima: historia muy cierta con apariencias de novela* (1818) permitem perceber que seu autor tinha lido atentamente o célebre romance de Miguel de Cervantes Saavedra. Na época de sua escrita, os grandes realistas europeus que posteriormente iriam se tornar os mestres que influenciaram os escritores latino-americanos ainda não tinham surgido em cena. Porém, e apesar de que já se encontra o germe do fantasma que posteriormente iria se tornar dominante na narrativa do século XIX e iria assombrar os críticos contemporâneos, o fantasma do realismo, na tentativa que o romance de Lizardi faz por registrar

---

Parménides García Saldaña (*El rey criollo*) ou Gustavo Sainz (*Gazapo*) produziram obras em que é possível refletir sobre o momento histórico em que foram escritas e publicadas. De maneira mais recente Juan Villoro (*El testigo, Arrecife*), Enrique Serna, Pedro Ángel Palou, Jorge Volpi, Antonio Ortuño, assim como os vários romances-reportagem de Fabrizio Mejía Madrid dão continuidade ao esforço de pensar a história através da ficção literária. Isso, para não mencionar os romances de Ángeles Mastretta (*Arráncame la vida*), Laura Esquivel (*Como agua para chocolate*) ou Ana García Bergua (*Isla de bobos e El umbral*).

costumes, hábitos e lugares do México de sua época, isso também o aproxima da História como disciplina.

A partir desse momento, História e Literatura irão trocar suas cartas na literatura mexicana, já que muito cedo se consolida no discurso crítico para os escritores a *missão* de servir de suporte para registrar o que acontece com a nação que está tentando surgir. Isso pode ser constatado no texto de Luis de la Rosa, “Utilidad de la literatura em México” (1844) em que alerta para a necessidade de que a literatura contribua na construção do país que se encontra em frangalhos por guerras intestinas e invasões do exterior. E não é à toa: por aqueles anos o México perde metade do seu território graças à invasão anglo-americana.

Por essa época também começa seu labor José María Luis Mora, pai fundador da historiografia mexicana moderna com seu texto *México y sus Revoluciones* (1836), e que convivera com os membros de *La Academia de Letrán*, primeira associação mexicana de literatura.

E são também os anos em que o jovem talentosíssimo Juan Díaz Covarrubias (fuzilado aos 22 anos de idade numa escaramuça) escreve seu romance *Gil Gómez el insurgente o La hija del médico* (1858), que é o primeiro romance histórico escrito no México.

Esses três elementos (missão pública, nascimento da escola historiográfica, surgimento do primeiro romance histórico praticamente na mesma época dos primeiros romances *literários*) constata a proximidade entre Literatura e História já desde a formação da narrativa no México. Essa constante irá se consolidar ao longo do século XIX nos romances de autores como Luis G. Inclán, (*Astucia*), Ignacio Manuel Altamirano (*Clemencia*, *La navidad em las montañas* e *El Zarco*) ou *Los bandidos de Río Frío*, de Manuel Payno. Esses exemplos servem de amostra para constatar um fenômeno que prosseguirá ao longo do século XIX, e que deriva, como já foi apontado, da ideia de *missão* da literatura.

Do ponto de vista *epistemológico*, esse fenômeno se constata no predomínio do realismo de matrizes da filosofia do *ego cogito* e da *teoria da representação*, em que se acredita firmemente na capacidade que a consciência do sujeito tem de representar o que

lhe é exterior. De acordo com Ian Watt, o romance é fruto de uma *atitude realista* que surge na modernidade, que “parte do princípio de que o indivíduo pode descobrir a verdade a través dos sentidos” (WATT, 2010, p. 12), e se caracteriza por rejeitar os *universais* em favor dos *particulares sensíveis*, situar as narrações dentro de um tempo e um espaço histórico verificável, e individualiza os personagens. (WATT, 2010, pp. 9 – 36 passim)

O século XIX, para a literatura, é a época de sua redução, de encolhimento, embora sua definição continue incerta. *Literatura* era o termo genérico dado a praticamente qualquer manifestação escrita desde que não incluísse saberes oriundos ou relacionados com a matemática. Contemplava formas do conhecimento que ao longo do século se estabeleceram como áreas independentes, com suas regras constitutivas, e, o mais importante, a procura por sua *autonomia*. História, Sociologia (que só se constituiu como saber independente e diferenciado a partir da obra de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber), Antropologia, Psicologia se encontravam incluídas mais ou menos (porque elas ainda não haviam encontrado sua especificidade – daí as injustificadas objeções de hoje a Leopold von Ranke e sua pretensão a uma história objetiva) no verbete. O século XIX foi o período do encolhimento do conceito até depurar tudo que não se subordinasse à *ficção*.

Além disso, do ponto de vista institucional, Literatura e História se encontravam na indefinição na medida em que aqueles que as praticavam, fomentavam e protegiam praticamente eram as mesmas figuras – ocupando, aliás, cargos no alto escalão da política que os gabaritavam para fazer de ambas um bem público.

São esses, portanto, alguns elementos que explicam a estreita relação entre Literatura e História no sistema literário mexicano.

Esse fenômeno se consolida nos primeiros anos do século XX, após o fim da luta armada que se conhece como a *Revolução mexicana*.

Na querela revolucionária que se constata entre 1924 e 1925, e que inaugura a *cultura revolucionária* com que o México é conhecido no exterior e que definiu praticamente todo seu século XX (cuja

carta de apresentação é o *Muralismo* de Rivera, Orozco e Siqueiros, o *romance da revolução*, a música de Silvestre Revueltas e seu panteão de figuras políticas e culturais, que incluem, de maneira indiferenciada, de Zapata e Villa a Frida Kahlo) até consolidar essa dissonância cognitiva de ter na liderança desse processo um partido que se apresenta, ao mesmo tempo, como revolucionário e institucional, se defende ainda uma literatura que tenha um forte caráter político e histórico – quer dizer, público:

A literatura da revolução deve ser consoante com a revolução: deve agradar ao povo, expressar sua sinceridade, suas aspirações, seus sentimentos [...]; deve ser simples sem ouropel, sem condecorações *porfiristas* e sem culturas indigestas; não deve estar cheia disso que vocês [os afeminados] chamam de emoção estética, pois a emoção estética do povo não está desligada [...] de sua vida de carne e osso, porque o povo canta o que sente, e sente o que vive [...] os poetas da revolução [...] são esses que cantam para o povo, para o operário, para o camponês... (GUTIÉRREZ CRUZ apud DÍAZ ARCINIEGA, 2010, p. 115)

Esse processo obriga estas reflexões a seguir duas vias. Uma é a de indagar esta relação a partir do *romance da revolução* e ver algumas das diversas e ricas reflexões que ele suscita. A outra é apontar obras que, escapando a esse tema e se colocando como ficções, mesmo assim permitem ler a história.

### **O romance da revolução**

Embora o romance da *revolução mexicana* tenha nascido oficialmente em 1916, com a publicação em forma de folhetim de *Los ade abajo* de Mariano Azuela, o clima político que o tornou possível é anterior, e produziu dois textos cujo tema os inclui.

Em *Tomóchic* (publicada por entregas entre 1893 e 1895, e em livro em 1906), Heriberto Frías, em técnica semelhante à d'Os *sertões*, de Euclides da Cunha, relata o massacre do vilarejo Tomochi (Chihuahua, 1892) em que o exército mexicano dizimou uma rebelião de índios e mestiços que protestava contra o desapossamento de suas terras. Mistura de reportagem, crônica e



ficção, este texto, precocemente (pois na atualidade esse é um valor apreciado pela e crítica e pelos leitores), fica na indizibilidade de gênero.

Por sua parte, em *La bola* (1887), Emilio Rabasa (primeiro romance plenamente realista mexicano na opinião de Alfonso Reyes) constrói uma metáfora do clima político de sua época. De maneira precoce, nomeia-se “bola” (bagunça, balbúrdia, rebuliço) a todo movimento de rebelião armada carente de um fim teleológico, emancipatório ou revolucionário, em que a violência e a depredação parecem se esgotar em si próprios. Posteriormente, muitos historiadores se perguntarão se a luta armada no México entre 1910 e 1920 merece o nome de *revolução*, ou se não foi apenas uma *bola*.

Já entrando plenamente no *corpus* dos romances que compõem este ciclo, e que não se postulam como romances históricos, *Los de abajo* (1916), de Mariano Azuela, é quiçá a primeira expressão do gênero. Para o autor, o romance pode cumprir funções como as da História: embora não figure no relato fatos, ações e indivíduos especificamente concretos, pode propor uma interpretação do processo histórico.

No seu caso, chama a atenção o fato de que o romance está centrado na reflexão sobre as massas que participam da luta armada. Estas aparecem como as responsáveis pelo teor do movimento: carentes de todo programa, de fins teleológicos, de objetivos revolucionários, os indivíduos se incorporam ao vendaval de saques e depredação sem pensar no amanhã.

— Meu nome é Luis Cervantes, sou estudante de medicina e jornalista. Por ter dito algo em favor dos revolucionários, me perseguiram, me capturaram, e fui parar num quartel...

A relação que de sua aventura foi expondo com detalhe causou hilaridade em Pancrácio e no Manteiga

— Tenho tentado explicar, convencer vocês, que sou um verdadeiro correligionário.

— Corre... que? — perguntou Demétrio, tentando ouvir melhor.

— Correligionário, meu chefe... quer dizer, que persigo os mesmos ideais e defendo a mesma causa que vocês defendem.

Demétrio sorriu.

—Mas qual é a causa que nós defendemos?

Luis Cervantes, desconcertado, não soube o que responder (AZUELA, 1996, p. 19).

Em 1929, na Espanha, Martín Luis Guzmán publica *La sombra del caudillo*. Membro da geração do *Ateneo de México* e das elites políticas, neste *roman à lá clef* em que muitos personagens podem ser reconhecidos em figuras concretas embora haja outros ficcionais e o enredo esteja construído a partir de dois episódios concretos da política mexicana, não obstante, a ideia deste escritor não é a de discutir especificamente nenhum episódio, mas a de construir um debate.

Em sua interpretação do processo histórico, encontramos duas conclusões. A primeira, que o México pós-revolucionário está governado por elites que trocaram a farda e o cavalo pelo terno e o Cadillac, mas que continuam a ser os bandos irreconciliáveis que se matam entre si justificando suas ações no discurso de uma missão revolucionária.

—E teus deveres com o país? [pergunta Hilário Jiménez a Ignacio Aguirre, seu opositor nas eleições]

[...]

—Estamos falando com o coração na mão, Hilário, não com frases boas para enganar para enganar as pessoas. Nem a você nem a mim nos precisa o país. Nos precisam (deixando de lado três ou quatro tolos e três ou quatro iludidos) os grupos de gananciosos à procura de um cabide para lucrar; quer dizer, três ou quatro bandos de politiquinhos... Deveres com o país! Ora! (GUZMÁN, 2002, p. 141)

A segunda, que a política no México é a ação das elites, e as massas, o são apenas de manobra. A série de episódios relatados no romance constata que o elemento que vai conciliar os bandos será um partido – como de fato acontecerá.

Contemporâneo do livro de Martín Luis Guzmán, *Cartucho* (1931), de Nellie Campobello, é uma coleção de breves relatos sobre a revolução mexicana no estado de Chihuahua a partir do olhar de uma menina.

De acordo com a ideia de que crianças podem perceber e registrar fatos, mas não os compreender, a perspectiva da menina observa ações de extrema violência, mas sem interpretá-las, tarefa que transfere para o leitor:

Kirili estava tomando banho no rio; alguém lhe disse que o inimigo vinha, mas ele não acreditou e não saiu da água. Chegaram e o mataram ali mesmo, dentro do rio.

Chagua [sua noiva] vestiu luto, e pouco tempo depois se tornou mulher da rua. Dona Magdalena, que já não tem dentes e coloca óculos para ler, chora por ele todos os dias nos cantos de sua casa, em Chihuahua. Mas Karilí ficou dentro d'água esfriando seu corpo e apertando, entre os tecidos de sua carne porosa, umas balas que o queimaram (CAMPOBELLO, 2000, p. 50).

Mal compreendido durante muitos anos em que se acreditava que obras literárias bem executadas tinham que ter uma estrutura orgânica, o fragmentarismo deste texto desconcertava a crítica.

Caso curioso é o do clássico *Pedro Páramo*, de Juan Rulfo. Neste romance alegórico, diversos debates sobre a cultura mexicana vigentes até os anos quarenta do século XIX – como o do *ser do mexicano*, que tanta vigência teve durante esse período do *nacionalismo pós-revolucionário* – se cruzam para marcar os limites do relato.

Embora esse mundo de vivos mortos possa dar a aparência de alegoria, o núcleo do romance está balizado por dois momentos fundamentais na história do México: a *revolução mexicana* (1910 – 1920) e a *guerra cristera* (1926 – 1929).

Ambos episódios aparecem nomeados no romance e dão contorno material ao relato. Quanto ao primeiro, este é cooptado pelo cacique quando suborna os bandos revolucionários que fazem escaramuças na sua região para capitalizar os frutos da luta armada em seu benefício:

— QUEM VOCÊ ACHA que é o chefe desses aí? — perguntou mais tarde ao Tilcuate.

— Pois eu acho que era aquele barrigudão que estava no meio e que nem ergueu os olhos...

— Não, Damasio, o chefe é você.

[...]

E voltando ao nosso assunto, procure não se afastar muito de meus terrenos, porque assim, se vierem outros, vão ver o campo já ocupado. E venha me ver assim que puder ou quando tiver alguma novidade.

— Nos veremos então, patrão (RULFO, 1997, p. 277).

Com isso, muito precocemente, contribui aos questionamentos dos resultados da luta armada.

Quanto às guerras de religião acontecidas no centro do país, em que se lutava contra a constituição do Estado laico, o fato de a história acontecer entre mortos muito pobres (um personagem expressa sua indignação quando nem pede dinheiro, comida, roupa ou algum bem tangível, mas “algo de algo” – RULFO, 1997, p. 20), e de que se trata de almas que estão no limbo esperando que alguém as redima pois estão à margem da história, constituem um veredito devastador sobre o papel da religião na cultura mexicana e sua influência perniciosa no movimento armado.

Outra forma de dicção do romance *literário* que aborda a história o constitui *La muerte de Artemio Cruz* (1962), de Carlos Fuentes. Incorporando as reflexões sobre a *nova narrativa latino-americana*, com o uso das técnicas literárias mais vanguardistas que caracterizam na história literária o *Boom*, este romance coloca diversos debates sobre a narração, o fragmentarismo e o modo de composição.

O uso de três pessoas gramaticais na narração (eu, tu, ele), equacionadas a cada tempo histórico, torna mais complexo o debate sobre a apropriação dos ideais revolucionários e sobre o poder da classe política que saiu vencedora da contenda armada.

Todo um muro do teu escritório estará coberto por esse quadro que indica a extensão de, e as relações entre, os negócios: o jornal, os investimentos em bens raízes... os domos de enxofre em Jaltípan, as minas de Hidalgo, as concessões de exploração de madeira na serra Tarahumara, a participação em redes hoteleiras, a fabricação de canos de aço, o comércio de peixe, as financeiras das financeiras, a rede de operações na bolsa, as representações legais de companhias norte-americanas, a administração do empréstimo para a construção da ferrovia, os cargos de conselheiro em instituições fiduciárias, as ações em empresas estrangeiras... e um dado que não

aparece no quadro: quinze milhões de dólares depositados em bancos de Zurique, Londres e Nova Iorque (FUENTES, 1977, p. 16).

Nos romances elencados até o momento, *a revolução mexicana* ainda aparece como o evento histórico fundamental que explica não apenas o estado atual do país, mas também as tarefas e as funções da literatura.

Porém, a partir dos anos 60, com a época da *substituição de importações*, a maciça urbanização do país e a progressiva internacionalização de sua cultura e suas relações econômicas, outros elementos entram em cena colocando em segundo plano a revolução enquanto marco histórico fundacional. Contribuiu decisivamente ao fim da centralidade da revolução mexicana, a cubana, de 1959. De acordo com diversos intelectuais, o debate entre *revolução* e *reformismo* ganhou vulto, deslocando a segundo plano o *nacionalismo pós-revolucionário* e a cultura que ele trazia no seu bojo.

Nesse clima político surge *Los relámpagos de agosto* (1964), de Jorge Ibargüengoitia, romance que a través da paródia e do aproveitamento de materiais oriundos da literatura, do jornalismo e das memórias, constrói um texto em que 40 anos de domínio das elites que compunham o PRI são criticadas com ironia feroz. A partir do recurso ao gênero *picaresco*, de longa tradição na cultura hispânica, o livro abre mão da crítica nos moldes do sério e da severidade, e se vale do humor, da ironia, para demonstrar a venalidade de boa parte da classe política enquistada no poder.

...porém, quero deixar bem claro que não nasci numa esteira de palma, como disse o Artajo, nem minha mãe foi prostituta, como alguns já insinuaram, e nem é verdade que jamais tenha pisado na escola, pois terminei o ensino fundamental até com elogios dos professores. Quanto ao cargo de Secretário Particular na Presidência da República, ofereceram para mim em consideração aos meus méritos pessoais, entre os quais estão minha refinada educação, que sempre causa admiração e inveja, minha honradez a toda prova, que em ocasiões chegou até me provocar problemas com a Polícia, minha inteligência desperta e, sobretudo, minha simpatia pessoal, que para muitas pessoas invejosas resulta insuportável (IBARGÜENGOITIA, 2018, p. 11).

Essa foi uma breve amostra de algumas narrações (a lista ainda é longa e merece um estudo com detalhe e rigor) que tomam como tema a *revolução mexicana*. Observa-se, portanto, a variedade e riqueza de dicções que pode convocar um momento histórico, e se transformar em literatura.

### **Eventos históricos e tratamento literário**

Além das formas vistas até aqui, outros eventos históricos de relevância para o México receberam tratamentos literários distintos dos apresentados até o momento.

De acordo com o escritor e ensaísta Pedro Ángel Palou, o principal romance que mexicano sobre a história é *Noticias del Imperio*, de Fernando del Paso, que explora a polifonia bakhtiniana e recupera a diversidade de formas e tratamentos que poderiam se apresentar a quem quisesse escrever a história.

Aqui, o período histórico abordado é o *Segundo Império mexicano* (1864 - 1867). Trata-se do momento em que, após perder a metade do território para os Estados Unidos em 1848, o México não é mais o vice-reinado da Nueva España e surge como nação quando, após as invasões lideradas pela França de Napoleão III poderia se balcanizar em pequenos territórios, como aconteceu com os países da América central.

Nesse momento histórico em que dois projetos de nação estavam em luta (com a conseqüente vitória liberal), Juárez restaura a república e Maximiliano de Habsburgo – liberal amado de maneira equivocada pelos conservadores mexicanos que, com a pontualidade do atraso, pretendiam um imperador em uma época em que o poder colonial declinava e surgiam as repúblicas burguesas – é finalmente fuzilado em el Cerro de las Campanas.

O quadro de equívocos, contradições, perspectivas, suposições (até então, esse era um período pouco explorado pela historiografia) e hipóteses era enorme. Diante dessa dificuldade, del Paso responde com um romance poliédrico em que uma rica variedade de textualidades e pontos de vista são mobilizados.

Estruturado em dois blocos, o primeiro é o célebre monólogo de Carlota de Bélgica (cujo retrato aparece sempre em todas as edições da capa do livro, o que cria já uma perspectiva do ponto de vista para o leitor), que em 1927, no Castelo de Bouchout, aos 97 anos de idade, louca e solitária, monologa interminavelmente sobre o efêmero império mexicano. Saturado de poesia, este longuíssimo monólogo (ele ocupa a metade de um romance cujas edições ultrapassam as 700 páginas), a partir do caráter afetivo, equívoco, pessoal, experiencial, parcial, redundante da memória, transita pela história pública da geopolítica do século XIX e do México, e aborda os aspectos mais íntimos da vida desta personagem.

Hoje veio o mensageiro com notícias do Império. Veio, carregado de lembranças e de sonhos, em uma caravela cujas velas encheu um sopro de vento luminoso prenhe de papagaios. Me trouxe um punhado de areia da Ilha de Sacrifícios, umas luvas de pele de veado e um enorme barril de madeiras preciosas transbordante de chocolate ardente e espumoso onde vou tomar banho todos os dias de minha vida até que minha pele de princesa borbona, até que minha pele de louca octogenária, até que minha pele de renda de Alençon e de Bruxelas, minha pele nevada como as magnólias dos Jardins de Miramar, até que minha pele, Maximiliano, minha pele quebrada pelos séculos e as tempestades e os desmoronamentos das dinastias, minha pele branca de anjo de Memling e de noiva de Béguinage caia em pedaços e uma nova pele escura e perfumada, escura como o cacau do Soconusco e perfumada como a baunilha de Papantla me cubra inteira, Maximiliano, desde minha frente escura até a ponta dos meus pés descalços e perfumados de índia mexicana, de virgem morena, de Imperatriz da América (PASO, 2001, p. 10).

Em contrapartida, nos capítulos pares se ensaiam vários tipos de historiografia: linear, progressiva, dramatizações e literaturização de episódios da história nacional, o discurso crítico do ensaísta que lê a história e a comenta – quiçá a contribuição epocal e pós-moderna do discurso historiográfico que busca tomar distância dele e o questiona, mas sem se questionar a si próprio. Na divisão desse bloco, é ensaiado o discurso da história oficial; a dramatização literária de episódios históricos, as vozes do popular dos indivíduos anônimos que teriam participado na

guerra, assim como uma espécie de consciência por trás da montagem do livro que se posiciona perante os materiais que o compõem. Festa da linguagem e compendio de estilos, *Noticias del Imperio* ocupa um lugar central em uma literatura que se caracteriza por pretender ser indagação histórica e aventura do pensamento, sem abdicar do voo literário.

Qualquer forma de escrever a história, mesmo que seja desde a literatura e a ficção, sempre coloca, para o escritor, o problema de que qualquer eleição formal faz dele um *intellectual*. Evidentemente, ao ato de escrita implica tomar partido, mas para o escritor de ficções, pela natureza elusiva desta forma de escritura, isto não deixa de ser problemático, já que flerta com seu apagamento. Se aquele que escreve a história se compromete com um corpo social que não tem possibilidade de fazer circular suas representações no seio de um sistema em que uma minoritária classe detém o monopólio da divulgação do seu ponto de vista, que é o que garante a ele que o escreve realmente faz justiça a todos aqueles pelos quais, de maneira incerta, pretende fazer justiça com seu ato de escrita?

Publicado em 1971, quase três anos depois do acontecimento dos fatos, em um momento em que as autoridades ainda negavam que houvessem acontecido, Elena Poniatowska publica *La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral*, texto em que registra uma pluralidade de vozes e pontos de vista sobre o massacre que os manifestantes (estudantes em sua maioria, mas não somente) sofreram na Plaza de las tres culturas do bairro de Tlatelolco, na Cidade do México, em 2 de outubro de 1968.

Entanto jornalista, Elena Poniatowska sabia que os fatos estavam aí, eles não podiam ser forçados ou omitidos. Mas a proximidade fazia com que seu sentido escapasse. Ao perceber o alcance do que se apresentava diante ela, fez uma aposta baseada em colocar muitas das vozes envolvidas. Por isso, seus testemunhos dizem mais, muito mais: testemunham das forças, dos processos, dos sujeitos, das energias, dos desejos, das ilusões, das ambições que estavam em jogo *La noche de Tlatelolco*: “NÃO QUEREMOS



OLIMPIADA! QUEREMOS REVOLUÇÃO! – Exortação estudantil em algumas marchas” (PONIATOWSKA, 2012, p. 44).

A crítica à pretensão de certeza do discurso historiográfico e a admissão das dúvidas do potencial restaurador da literatura somente poderia ter sido feita por um escritor como Sergio Pitol. Em *El desfile del amor*, em 1973, o historiador mexicano Miguel del Solar volta ao país após muitos anos de lecionar na Universidade de Bristol, para publicar seu livro de história, *El año 1914*, texto em que aborda esse ano crucial para a *Revolução mexicana* pelo que representa da fragmentação do movimento, da articulação das elites que resultariam vencedoras, e pelo combate que elas fizeram contra a opção popular que Villa e Zapata representavam. Enquanto se empenha em publicar esse texto, outro livro *se ofrece* a ele. Graças aos recortes de jornal que recebe de uma amiga, pode empreender o que potencialmente seria “*El año 1943*”.

A história proposta aí se enquadra nos anos da segunda guerra mundial, no governo da *Unidad Nacional* proposta pelo presidente Manuel Ávila Camacho, que tentava unificar o país após os anos da revolução e da *guerra cristera*. No edifício Minerva da cidade do México, onde muitos exilados alemães do nazismo moravam, ocorre o assassinato do jovem austríaco Erich Maria Pistauer. Com a possibilidade de trabalhar com materiais a princípio mais confiáveis do que a pura documentação, os testemunhos, del Solar se dedica a entrevistar alguns sobreviventes aos fatos da época com a esperança de ter os elementos adequados para escrever sobre o assassinato de Pistauer, e por tabelinha, entender esse México que parece soterrado.

Aproveitando tanto a polifonia como a carnavalização do discurso presente nas análises de Mikhail Bakhtin, que Pitol conhecia muito bem (junto com *La vida conyugal* e *Domar a la divina garza*, *El desfile del amor* faz parte do que o próprio Pitol batizou como “La trilogia del Carnaval”), del Solar se enfrenta a uma *troupe* de maldizentes e ressentidos com o passado que, mais do que ajudá-lo, vão confundir-lo mais e farão com que até desconfie do estatuto de certeza e credibilidade da sua profissão.

Del Solar não tinha carro esse dia. Enquanto caminhava, teve a certeza de que já possuía todos os dados que permitiam resolver o enigma do Minerva. A conversação com Delfina vinha corroborar essa convicção. Mas seu olhar não conseguia penetrar o véu. [...] Teria que decidir nos próximos dias, e em caso de optar por esse ano, começar de imediato a consultar as fontes objetivas, preparar as fichas, entrevistar os funcionários da época. Estabeleceria um sumário básico. Só a informação de caráter internacional dava material para um volume imenso: a declaração de guerra, suas consequências, as pressões diretas e indiretas, o petróleo, os investimentos estrangeiros, Roosevelt e o New Deal. [...] Todo mundo tinha falado para ele com repugnância, com temor, com sarcasmo, de Martínez, o corista de ouro. Todos, além disso, pareciam esconjurados para não mencionar seu fim. Essa etapa tinha concluído (PITOL, 2006, pp. 229 – 230).

O que é que resta para a literatura? Ser ela própria, propor visões, *postular a realidade* (não *representá-la*) como queria Borges, experimentar potencialidades e propor figuras do pensamento que problematizem a realidade e a história.

Os anos 70 são vistos frequentemente como a guinada da *contracultura* dos anos sessenta e das utopias dos jovens de classe média. A partir dessa década, emerge com força a cultura de massas e as ditaduras para conter uma sociedade que se organiza. Entre os anos 60 e 70, na América latina, o *gênero policial* substitui em propósitos ao *romance social* que se popularizou entre as décadas de 30 e 50, e consolidou uma maneira de escrever narrativa: realismo, compromisso, escritor-intelectual, textualidade séria, solene, de crítica social e política.

O que já era na literatura norte-americana com Raymond Chandler, Dashiell Hammet, a *série noir* de Gallimard que dá nome a esta tendência do policial, e na América latina os melhores relatos de Jorge Luis Borges e Adolfo Bioy Casares, se consolida com atraso no México, com a publicação de *El complot mongol* de Rafael Bernal em 1969.

Nos 70, quando ainda se olhava com menosprezo a cultura de massas – característico elitismo em uma cultura letrada feita por e para as classes médias – Paco Ignacio Taibo II abraça o

gênero policial ao longo de nove romances na saga protagonizada pelo detetive Héctor Belascoarán Shayne, que transita pelo México dos violentíssimos anos 70-80. Como ele lembra, naquela época, seus livros eram vistos com menosprezo, já que não se considerava que o policial fosse “literatura”.

Os anos 70 no México são os da “guerra suja”. Após “o 68”, a sociedade se politiza significativamente, consolidam-se movimentos de esquerda, cresce o movimento universitário, e o governo responde a isso com repressão e a criação de diversos grupos paramilitares, dentre eles “los Halcones”, tema central de *No habrá final feliz*, cujo o capítulo VIII é praticamente um dossier desse grupo. (TAIBO II, 2010, pp, 439 – 442)

A partir do uso do gênero *noir*, configura-se um mundo distópico, do fim da promessa de um mundo que o *príismo*, apresentado como a realização da revolução mexicana, prometia estruturar. O gênero é o veículo adequado à representação da corrupção, da crise, do deterioro social, e o faz desde uma ótica afetiva condizente com um momento de tentativa de reconstrução dos sujeitos de resistência: as massas, o baixo clero, e não mais uma vanguarda.

## Balanco parcial

“A la realidad le gustan las simetrías y los leves anacronismos”, disse o narrador de “El Sur”, conto de Jorge Luis Borges.

Pensar na relação entre Literatura e História nas manifestações atuais, e extrair do fenômeno mudanças significativas de ordem *epistemológica* (exclusividade do discurso e da forma literária) ou *institucional* (independência absoluta de outras esferas sociais) com relação ao passado, requer uma consideração sobre a formação e transformações do *sistema literário*. Somente assim será possível perceber e distinguir constantes e transformações dentro dele. A despeito de parecer anacrônicos, poderíamos dizer que o sistema literário no México admite para sua prosa narrativa de ficção uma

proximidade com outras esferas do conhecimento, como a História e as ciências sociais.

Com seu ativo papel até hoje, o Estado financia escritores a través de bolsas, incentivos, apoia jornais, revistas, publicação de livros, oferece emprego em suas estruturas aos escritores. Esse sistema, que não é sem contrapartidas, existe desde o século XIX.

Regras específicas para pertencer ao campo? Sim, *ma non troppo*.

Mais do que *pós-autônoma*, a literatura confirma sua *autonomia relativa* epistemológica e institucional.

Nisso, confirma seu caráter público, com a imaginação e com a reflexão sobre o presente – o que exige compreendê-lo enquanto História.

## Referências

AZUELA, Mariano. *Los de abajo*. Edición crítica de Jorge Ruffinelli (coordinador). 2ª ed. México: Archivos, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lucia Machado. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CAMPOBELLO, Nellie. *Cartucho*. México: ERA, 2000.

DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. *Querrela por la cultura “revolucionaria” (1925)*. Prólogo de Álvaro Matute. 2ª ed. México: FCE, 2010.

FUENTES, Carlos. *La muerte de Artemio Cruz*. México: FCE, 1977.

GUZMÁN, Martín Luis. *La sombra del caudillo*. Ed. de Antonio Lorente Medina. Madrid: Castalia, 2002.

IBARGÜENGOITIA, Jorge. *Los relámpagos de agosto*. 3ª reimpressão. México: Booket, 2018.

LUDMER, Josefina. *Aquí América latina. Una especulación*. 1ª ed. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2010.

LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. Trad. Jasmin Reuter. 3ª ed. en español. México: ERA, 1977.

MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de América Latina 1979-1992*. México: FCE, 1993.

- PALOU, Pedro Ángel. “Novela Histórica” (3ª Sesión), 28 de abril de 2010. Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=XfCCtYWkuXk>. Última consulta: 19 de julho de 2018.
- PASO, Fernando del. *Noticias del Imperio*. 1ª ed. Barcelona: Muchnik Editores, 2001.
- PITOL, Sergio. *El desfile del amor*. 3ª reimpresión. México: ERA, 2006.
- PONIATOWSKA, Elena. *La noche de Tlatelolco*. 1ª reimpresión. México: ERA, 2012.
- RULFO, Juan. *Pedro Páramo*. In *Toda la obra*. Edición crítica de Claude Fell. 1ª reimp. México: Archivos, 1997.
- TAIBO II, Paco Ignacio. *No habrá final feliz*. In: *Todo Belascoarán*. México: Planeta, 2010, pp. 381 – 480.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance. Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. Hildegard Fiest. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- WHITE, Hayden. *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. Trad. Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

## **Engajamento na instituição escolar**



# Bertoleza, Val e empregadas domésticas: o relato de uma experiência na aula de língua portuguesa

Elke Beatriz Felix Pena<sup>1</sup>

## Introdução

A sala de aula é um espaço em que diversos discursos se encontram, e assim deve ser esse cotidiano. Uma diversidade de sujeitos com suas histórias, suas experiências de vida se encontram naquele espaço em que passam boa parte de seu dia. Para alguns, a escola pode ser o espaço de maior socialização e a principal, se não única, fonte de informação e reflexão. Dessa maneira, não é raridade uma situação em que alunos passem a perceber violências vividas ou questões de injustiça social somente neste contato com a escola, quando essa lhe proporciona um espaço de debate e construção partilhado de conhecimento.

Conjugar a função da escola de fazer essa formação para a cidadania ao mesmo tempo em que ensina um determinado conteúdo escolar, talvez seja um dos nossos grandes desafios. Aos falarmos em educação, não estamos falando de uma mesma coisa sempre, há perspectivas e nuances sobre o que é educar e, assim, sobre qual o papel da escola. Nossa perspectiva é de que a educação deve fazer com que o aluno se sinta sujeito da construção de seu conhecimento, sendo esse tanto ligado aos conteúdos das disciplinas cursadas quanto às questões sociais que atravessam sua formação e fazem parte de seu contexto de vida.

---

<sup>1</sup> IFMG. E-mail: elke.pena@ifmg.edu.br



A pergunta “educar para quê?” deve ser uma interpelação constante na prática docente, para que tenhamos certeza de qual caminho e com quais instrumentos devemos seguir. Não é um exercício fácil. Nós, que lidamos diretamente com esse processo, sabemos que é um percurso muitas vezes cheio de incertezas e com alguns obstáculos. Um caminho em que, vez por outra, é necessário voltar alguns passos ou até mesmo ao início dele. Mas o importante é que o enfrentemos com alguns princípios bem definidos para sabermos onde queremos chegar. Ao mesmo tempo, é um caminho que não é feito sozinho, pois exige diálogo, interação, reflexões e compartilhamento. É nesse sentido que apresento este relato de uma experiência de ensino que me deu bastante prazer em vivê-la e me apresentou bons resultados em forma de proveitosas reflexões e produtos que nos mostraram que ali havia sido construído um conhecimento crítico e envolvido com a realidade dos participantes dessa construção. O objetivo é fazer uma troca para que possamos ver boas possibilidades no fazer docente no ensino de língua portuguesa.

Essa experiência é em uma escola técnica da rede federal que oferece formação profissional integrada ao ensino propedêutico para o ensino médio. A atividade foi desenvolvida em turmas do segundo ano, quando estudávamos o naturalismo brasileiro. Farei, nesse texto, um percurso em que, primeiramente, apresentarei minha perspectiva de educação e tentarei responder à pergunta que anteriormente coloquei aqui: “educar para quê?”. Falarei sobre a escola como um poder disciplinar constituído sócio-historicamente e, então, na possibilidade (e desejo) de passar de uma pedagogia do silenciamento para uma pedagogia barulhenta e libertadora, parafraseando Ferrarezi (2014). Trarei para essa finalidade os autores Michel Foucault, Ferrarezi Jr, Paulo Freire e bell hooks. Em seguida, relatarei a atividade desenvolvida, fazendo apontamentos sobre seu desenvolvimento e seus resultados.

## **1. Corpos dóceis e silenciamento – a instituição escolar e o ensino de língua portuguesa**

O modelo escolar que temos hoje ainda é bastante parecido com aquele criado a partir do século XVII, tendo como base os modelos religioso e militar, com sua distribuição em salas e filas, sob um olhar classificador do professor. Foucault (2014) nos mostra que o espaço serial proporciona uma economia do tempo de aprendizagem, em que “Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (p. 144). Ao classificar alunos e separá-los em grandes grupos, formando classes, o professor poderia ensinar ao mesmo tempo para um número grande de pessoas.

Para isso, era preciso criar mecanismos de organização e disciplina para mantê-los atentos e produtivos. Ou seja, era necessário transformar esses corpos em corpos dóceis, fabricados pela disciplina, submissos e exercitados. Com isso, fez-se também necessário o trabalho com o controle do tempo em relação com uma maior produtividade, criando-se, assim, normas temporais que visassem acelerar o processo de aprendizagem. Para isso, a rapidez passa a ser ensinada como uma virtude no espaço escolar, efetivando-se mais um critério de classificação dos corpos, a partir da observação de um progresso que acarreta novas formas de poder e nova forma de gerir o tempo e torná-lo útil.

Para que essa análise do progresso se fizesse possível, foi necessário impor tarefas repetitivas, deferentes e graduadas, impostas aos corpos para que houvesse uma caracterização do indivíduo, a partir de uma vigilância hierárquica sobre esses corpos escolares e exames que pudessem aferir individualmente esse progresso.

Além disso, com a inserção dos corpos em um conjunto, foi necessário colocá-los em um “pequeno mundo de sinais” (p.163), levando-os a um treinamento em que houvesse uma obediência cega, sem murmúrios, apenas respondendo de forma pronta e organizada a esses sinais convencionados.

O treinamento dos escolares deve ser feito da mesma maneira [que o dos militares]: poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que só seria interrompido por sinais – sinos, palmas, gestos, simples olhar do mestre, ou ainda aquele pequeno aparelho de madeira que os Irmãos das Escolas Cristãs usavam; eram chamados por excelência o “Sinal” e devia significar em sua brevidade maquinal ao mesmo tempo a técnica do comando e a moral da obediência.” (FOUCAULT, 2014, p.163)

Com essas práticas, passa-se de uma violência física, como castigos, palmatórias, ajoelhar no milho, palmadas, para uma violência simbólica, como o olhar hierárquico permanente, a sanção normalizadora e o exame que classifica e promove (ou não). O poder disciplinar torna-se, então, invisível, se constituindo através de práticas de silenciamento e treinamento dos corpos.

No Brasil, como nos mostra Ferrarezi (2014), nosso sistema de ensino foi herdado da educação dos jesuítas portugueses, século XVI, em que era ensinada primordialmente a catequese, com princípios disciplinares religiosos, a fim do salvamento dos povos nativos e negros escravizados para o salvamento das suas almas. Mais tarde, no período do governo militar no país, século XX, implementando disciplinas como a moral e cívica, era mantido o silenciamento dos alunos em nome da ordem e da disciplina. Qualquer forma de contestação era reprimida e punida, ou seja, ainda se mantinha a disciplina dos corpos dos alunos para torná-los – e mantê-los – dóceis. Note-se que, nesse país, são mantidos os modelos religioso e militar, apontados por Foucault.

Ainda hoje, no século XXI, podemos ver traços dessa herança quando nas escolas o espaço para que o aluno se coloque e reflita sobre suas questões e questões que lhe rodeiam ainda é muito pequeno ou quase inexistente. Ferrarezi (2014) aponta que um dos fatores que leva a esse silenciamento e também a um insucesso escolar nas aulas de língua portuguesa é o currículo, pois se apresenta conteudista e com uma quantidade exorbitante de informações para cada série. Com a obrigatoriedade de cumprir toda essa demanda, os professores acabam excluindo, parcial ou totalmente, de suas aulas o espaço para discordância, discussão de

questões sociais do universo de seus alunos, impedindo, assim, uma “aprendizagem consciente” (p.45).

Embora saibamos de todo esse histórico da educação no ocidente, também sabemos que sempre houve ações que tentassem romper com práticas que não levassem a uma formação mais efetiva dos alunos. Há escolas e até mesmo grupos de alguns professores que vêm pensando e realizando uma educação que seja libertadora, em que os corpos possam de fato expressar sua existência.

## **2. De uma pedagogia do silenciamento para uma pedagogia barulhenta e libertadora**

Diante de uma herança e uma estrutura que nos levam a uma prática escolar silenciadora, perdida em um excesso de conteúdos muitas vezes sem correspondência com a realidade e necessidade dos alunos, percebemos a construção de novos olhares para a educação tanto no campo teórico quanto no prático. É sobre esses olhares que falarei agora, pois são eles que nos motivam a pensar possibilidades para inserir o aluno de forma eficaz no processo de ensino-aprendizagem. Sigo o posicionamento de bel hooks (2017) ao tomar a sala de aula como lugar de entusiasmo, em que deve haver a valorização da presença de cada um dos sujeitos, alunos e professores, “nossa capacidade de gerar entusiasmo é profundamente afetada pelo nosso interesse uns pelos outros, por reconhecer a presença uns dos outros.” (p.17). A sala de aula deve ser vista como um espaço comunitário, lugar de espaço de fala, de existência dos corpos. Desse modo, a voz do professor não pode ser a única, alunos e professores devem estar abertos a correr riscos, como corpos que existem, se colocam, se posicionam e se mostram.

Numa perspectiva freireana, como professores, precisamos fazer com que os currículos sirvam para questionar e não reforçar os sistemas de repressão existentes. Penso com esses autores que é fundamental que tentemos levar nossos alunos a refletir sobre o mundo, a fim de modificá-lo, fazendo com que a escola ofereça a possibilidade de reflexão do que é o mundo, como se constitui e

como podemos viver nele. Uma forma de se fazer isso pode ser apresentando aos alunos realidades sociais que eles experienciam ou que, mesmo que não sejam a sua realidade, que se afetem numa relação de empatia e de responsabilidade em relação a sua resposta a elas. Daí, acredito ser um grande objetivo da escola oportunizar que o aluno faça a passagem da transitividade ingênua para a transitividade crítica, como nos afirma Freire (2018). Não há como mudar a sociedade, se não mudamos aqueles que a constituem, e a escola tem um papel fundamental em criar essas possibilidades, principalmente quando pensamos nas aulas de língua materna em que estamos trabalhando diretamente com linguagem, discursos e produção de sentido.

Quando se trabalha questões sociais em sala, são afetados aqueles que se identificam às questões propostas, mas também aqueles que se distanciam dela, mas que devem reconhecer sua responsabilidade em relação a elas. Para que não seja uma educação silenciosa e silenciadora, precisamos concebê-la como “uma tentativa constante de mudança de atitude” (FREIRE, 2018. p.123), fazendo com que os corpos falem de forma crítica e consciente de que ter privilégios não é somente ter direitos, mas deveres em relação à sociedade em que vive.

Buscando esse caminho, podemos sair daquela educação que vigia, avalia e pune para uma educação da fala, do posicionamento e da mudança. Foi tentando experienciar isso em minhas aulas, que desenvolvi as atividades que aqui partilho. É importante dizer que elas são somente parte de um caminho que de forma alguma é linear e com somente resultados positivos, mas uma trajetória que percorri e percebi que possibilitou reflexão e mudanças naqueles que estavam envolvidos nele.

### **3. Bertoleza e Val: dois tempos, duas histórias que se aproximam**

Na escola, trabalhamos, nas turmas de segundo ano, o livro “O Cortiço” (1890), de Aluísio de Azevedo, e sempre percebia que existia uma atenção dos alunos pela personagem Bertoleza. Era

comum nas discussões a presença marcante dessa personagem e, principalmente, da sua relação de trabalho na história. Muitos entendiam que a existência dessa prática se deve ao fato da história se passar próximo ao período da escravização de negros africanos no Brasil e, de fato, a personagem representava isso no romance. No entanto, percebi uma necessidade de confrontarmos a história daquela mulher com o nosso presente, dado o interesse das turmas por essa questão. Se ainda existem, quem seriam e onde estariam as Bertolezas do nosso tempo?

A atividade iniciou com a leitura e estudo do romance, cuja temática trata da formação dos cortiços, onde moravam pessoas pobres, entre elas migrantes, imigrantes e ex-escravizados. Ali, era possível ver a formação de uma sociedade. Neste trabalho, apresentarei apenas a etapa em que fizemos um estudo comparativo entre o livro e o filme “Que horas ela volta” (2015), de Anna Muylaert, pois é o que, para mim, representou momentos em que os alunos mais se envolveram e se posicionaram, construindo o que poderia ser identificado como o resultado da educação como tentativa de mudança que apresento neste texto.

Antes de voltar às aulas, é preciso falar do contexto em que esse trabalho surge. Este trabalho não surge de forma acidental ou desconecta de um planejamento mais geral. No campus onde trabalho, a coordenadoria de língua portuguesa possui um grupo de estudo chamado GEALI (Grupo de Estudos sobre Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa) em que, anualmente, selecionamos um determinado tema que será estudado no decorrer daquele ano. O tema escolhido deve estar relacionado à nossa prática docente e deve também versar sobre alguma questão que nos inquieta ou sobre a qual temos limitações em relação ao ensino. Nos anos de 2016 a 2019, nos dedicamos a estudar questões relacionadas ao ensino de literatura afro-brasileira. Como desdobramentos desses estudos, abordamos nesse período questões relacionadas a identidade e interseccionalidade de raça, gênero e classe. A partir disso, fomos reformulando nossos currículos e programas de curso e, assim, nossas disciplinas,

buscando apresentar abordagens que pensassem a questão das minorias sociais em perspectivas literárias e discursivas. Foi nesse momento que desenvolvemos esse trabalho.

Como já apontado, o foco que quero dar aqui é sobre a atividade que transcorreu depois da análise literária da obra. Em sequência, assistimos ao filme que conta a história de Val, uma empregada doméstica e sua relação com os patrões e com a filha. Nele, é retratada a história de personagem que saiu do nordeste do país para buscar melhores condições de vida em São Paulo e começa a trabalhar na casa de uma família rica, onde permanece durante muitos anos. O filme apresenta a relação de poder, hierarquia e subalternação, revestida de um efeito de pertencimento da empregada à família dos patrões. No filme, a filha de Val, Jéssica, vai encontrá-la em São Paulo, porque pretende fazer o vestibular nessa cidade. A filha se mostra como o contraponto da mãe e é quem coloca em questão as relações existentes naquela casa.

O objetivo era que comparássemos a história da Bertoleza com a da Val. Depois de uma discussão sobre o filme, focamos o trabalho em perceber semelhanças e diferenças entre as duas personagens, o que gerou muitas reflexões. Com isso, chegamos ao trabalho doméstico, que virou tema da avaliação final do trimestre. Isso se deu, porque os alunos foram percebendo a relação existente entre o trabalho escravo e o trabalho das empregadas domésticas, considerando os patrões, o local de trabalho e o lugar social que essas trabalhadoras – em sua maioria mulheres – e esse tipo de trabalho ocupam.

Interessante foi perceber que, mesmo alguns tendo familiares próximos, como mãe e avó, empregadas domésticas, muitos alunos nunca tinham visto o ofício como uma profissão. Uma aluna comentou que era a primeira vez que ela estava vendo o trabalho doméstico ser caracterizado dessa forma. Não que eles não soubessem que era um emprego, mas estava tão à margem que nunca era lembrado quando o assunto é profissão.

Propus, a partir dessas “descobertas” que conhecêssemos melhor essa profissão que sempre foi silenciada, mesmo sabendo que convivemos com inúmeras dessas mulheres no nosso cotidiano, algumas, inclusive, dentro da nossa própria casa. Foi então que os orientei a fazer uma webreportagem, em grupo, sobre a profissão de doméstica.

A realização do trabalho foi dividido em dois momentos: um seria em sala de aula, outro, em casa, seguindo as seguintes orientações:

#### **EM SALA**

Relacionar as personagens Bertoleza e Val.

- 1 O que elas têm em comum?
- 2 O que as liga historicamente?
- 3 Faça um perfil de Bertoleza e um de Val.
- 4 Quais outros personagens podem ser relacionados nestas duas obras?

#### **EM CASA**

1 Pesquisa sobre a profissão de trabalhadora doméstica.

- 1 Como surgiu?
  - 2 Qual o perfil dessas trabalhadoras: classe social, etnia, escolaridade.
  - 3 Qual a regulamentação dessa profissão: salário, direitos trabalhistas, funções.
- 2 Estabeleça uma relação entre o espaço físico onde vivem Bertoleza e Val e sua condição social.
3. Procure o grupo “Ela é só a babá”. Escolha alguns depoimentos e os relacionem ao filme “Que horas ela volta” e com “O cortiço”

Trabalhamos os gêneros discursivos roteiro, entrevista e webreportagem. A partir de um roteiro, os alunos começaram a sua pesquisa. Nesse processo, uma vez por semana, fazíamos uma roda de conversa para discutirmos o andamento do trabalho, como se fosse a redação de um jornal, e havia o momento em que os grupos se dividiam para fazer sua reunião. Os alunos tiveram que se organizar em funções para que o trabalho fosse bem desenvolvido, havia o coordenador, os repórteres, roteiristas,



diretor e cinegrafista. Era interessante observar como eles encaravam com seriedade e comprometimento as funções.

Houve momentos marcantes. Durante o processo, foi significativo observar como as discussões em relação aos direitos trabalhistas e questões relacionadas à interseccionalidade gênero, raça e classe eram apontadas e problematizadas por eles. Perceberam que era uma profissão exercida em sua maioria por mulheres, negras, pobres, com baixíssimo ou nenhum nível de escolaridade e que o índice de assédio sofrido por elas, no local de trabalho, era muito significativo. Num determinado momento, foi discutida a meritocracia, pois viam nas entrevistas que não era uma profissão seguida a partir de uma escolha, mas de uma necessidade que se impunha. Junto a isso, foram percebendo que era uma função passada por gerações e que, somente recentemente, estávamos no ano de 2018, as famílias estavam conseguindo romper esse ciclo, pois os filhos estavam estudando e alguns se formando na universidade, o que mudava a história daquela família.

Percebiam a vulnerabilidade em que viviam essas profissionais, muitas vezes trabalhando anos na mesma casa, mas sem direitos trabalhistas, como carteira de trabalho assinada, respeitados. Aliás, se assustaram ao saber que a profissão havia sido regularizada muito recentemente e como muitas dessas profissionais haviam iniciado o trabalho doméstico ainda na infância.

Identificaram a relação da profissão com a nossa cultura escravocrata, principalmente, quando, através das entrevistas, ouviram que algumas já haviam trabalhado em troca de pagamentos que não salários. Também com o objetivo de ouvirem a história contada por essas profissionais, buscaram por sites ou perfis nas redes sociais de empregadas domésticas que trazem relatos sobre esse trabalho.

Então, ao trazerem todos esses dados e relatos, começamos a discutir se, como uma profissão, existia alguma organização como categoria ou grupo social. Foi muito interessante perceber como eles foram descobrindo que os poucos e tardios direitos alcançados por

essas profissionais eram fruto de lutas de grupos de ativistas, militantes que culminaram não somente em leis que regulamentaram a profissão, mas também em políticas públicas criadas para corrigir erros históricos de injustiças e preconceitos, como as que lhes proporcionavam acesso à formação educacional, por exemplo. Então, discutimos a importância da nossa responsabilidade social para mudar aquilo que achamos não estar certo ou justo na sociedade.

O resultado da pesquisa foi apresentado em forma de uma webreportagem com duração de 10 a 15 minutos, compartilhada com a turma e, após acertos, vinculada em uma plataforma digital. Além do vídeo, cada grupo entregou um trabalho escrito, contendo título, resumo, roteiro e ficha técnica do programa com descrição da atividade realizada por cada aluno. Foi ressaltado que o trabalho deveria estar relacionado às nossas discussões a respeito do livro e do filme estudados.

As webreportagens foram exibidas e, juntos, avaliamos o trabalho de acordo com os critérios que previamente foram discutidos, que foram: Grupo: organização e divisão das tarefas no grupo; conteúdo de acordo com as instruções; textos oral e escrito na modalidade formal da língua (exceto entrevistas que devem respeitar a variedade do/a entrevistado/a; dados confiáveis, retirados de fontes seguras e comprovadas; qualidade do produto final: som, imagem, boa dicção, roteiro da reportagem, estratégias para atrair e manter o público, criatividade e trabalho escrito.

### **Considerações finais**

Pude perceber como os alunos se envolveram e como aquilo em que estavam investindo trouxe um aprendizado para eles, tanto no processo quanto no resultado final apresentado em forma de webreportagem. A forma como se colocaram, analisando e problematizando as informações encontradas, foi o principal balizador dessa avaliação. Avaliei que esse percurso

junto aos alunos atingiu em grande medida o que Freire (2018) preconiza ser fundamental, que é levar os alunos a uma educação para a decisão, responsabilidade social e política, mantendo o permanente diálogo com o outro.

[Daí a necessidade] de uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A da pesquisa em vez da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida. A educação do “eu me maravilho” e não apenas do “eu fabrico”. (FREIRE, 2018, p.122)

Certamente, não penso que somente com base em uma atividade teria alcançado totalmente essa transitividade para uma pedagogia libertadora, pois isso se dá em um processo longo e, às vezes, errático. Mas o importante é que o professor se conscientize desse processo e tome posse dele. Essa pedagogia de que nos falam tantos autores, como os que trouxemos aqui, é libertadora não somente para os alunos, mas também para nós, professores, porque o ensino-aprendizado se dá de forma dialógica.

Saindo de uma violência simbólica, praticada por meio do olhar hierárquico que nos levou a um sistema escolar silenciador, através de um poder disciplinar dos corpos para a busca por um espaço da sala de aula que seja um lugar de muitas vozes, nos aproximamos de uma educação crítica e criticizadora, em que o currículo tenha algum sentido na sua interação com questões sociais e seja possível, contendo o que realmente é necessário para uma formação que “liga a vontade de saber à vontade de vir a ser”, falada por hooks (2017, p. 32). Alunos e alunas, principalmente as alunas negras, se viram próximos e pertencentes àquelas discussões, através de uma identificação com questões ali motivadas por aquelas personagens fictícias, relacionadas à história das mulheres de suas famílias e a sua própria história. Então o trabalho com a língua em seus conteúdos curriculares – dados aqui em relação ao trabalho com diferentes gêneros textuais, discursos,

linguagens, registros e modalidades – passou a fazer mais sentido para os que estão envolvidos na aprendizagem.

Com isso, acredito chegar a uma resposta possível para a pergunta “ensinar para quê?”. Ensinar para que haja a oportunidade dos sujeitos se tornarem mais conscientes da sua existência e do seu papel social, se sentindo capazes de se posicionarem diante do mundo e de se tornarem quem queiram ser.

A formação do professor e suas condições de trabalho são fundamentais para se criar essa consciência e esse pensar e exercer o ensino como prática de mudança.

O que apresentei neste texto é somente uma experiência que avaliei como positiva neste processo de buscar uma educação mais “barulhenta e libertadora”, para usar as palavras de Ferrarezi (2014), pois acredito que nós, professores, precisamos partilhar nosso trabalho e nossas reflexões para que ganhemos força e possamos crescer em conjunto para essa transformação. Numa sociedade em que a exposição dos erros e fracassos escolares é muito mais divulgada, na manutenção do discurso de que a escola, principalmente a pública, é algo já “falido” e de que nossos professores são “incompetentes”, se torna urgente que falemos dos nossos acertos e vitórias na prática docente.

## Referências

- AZEVEDO, Aluísio, *O cortiço*, São Paulo, Panda Books, 2017.
- FERRAREZI Jr., Celso, *Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna*, São Paulo, Parábola Editorial, 2014.
- FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, 42 ed, Petrópolis, RJ, Vozes, 2014.
- FREIRE, Paulo, *Educação como prática libertadora*, 44 ed, Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2018.
- hooks, bell, *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, 2 ed, São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2017.

QUE horas ela volta?. Direção de Anna Muylaert, Rio de Janeiro:  
África Filmes e Globo Filmes, 2015. 1 DVD (114 min.)

# Uma escola Necessária

## A Literatura em uma escola pública

José Adriano Alves

Dedicatória: ao Professor Luiz Barros Montez, pela sua parceria e generosidade; por tentar sair dos muros da Universidade e levar seus saberes e de seus pares para as escolas de ensino médio público.

Professor de literatura da Fundação de Apoio às Escolas Técnicas do Rio de Janeiro (FAETEC) há mais de 20 anos, em janeiro de 2013 fui eleito e assumi a direção da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch por dois mandatos consecutivos, totalizando cinco anos à frente dessa Unidade de ensino. A ETEAB é uma escola técnica estadual e faz parte da rede de escolas técnicas FAETEC, que teve seu início no governo Marcelo Alencar (PSDB) como um projeto piloto de ensino médio técnico integral (com seu tanto de caráter eleitoreiro evidentemente) ainda com o nome de Centro de Educação Integral (CEI) e composta de poucos cursos técnicos na sua origem. Durante outros governos do Rio de Janeiro, o CEI passou a se chamar FAETEC e aumentou substancialmente a oferta de cursos técnicos e o número de escolas no Estado do Rio de Janeiro. No início, eram poucas escolas técnicas de ensino médio/técnico porém a FAETEC passou a oferecer juntamente com as escolas regulares cursos de formação técnica de curta duração e ampliou sua malha, cobrindo todo o Estado do Rio e atendendo a uma demanda reprimida de formação técnica no Estado do Rio de Janeiro. Conforme sinalizamos, na sua origem passou a ser usada também como uma forma de obter capital político nas cidades do interior, o que fez com que a Fundação crescesse e tivesse mais

importância no cenário da educação do Rio de Janeiro, devido a sua rede de capilaridade no Estado. Desta forma, vemos que a FAETEC tem, por assim dizer, duas vertentes que se entrelaçam desde o seu surgimento. De um lado, tem um importante papel social de ofertar ensino médio técnico para uma população carente de formação técnica; de outro lado, há um viés político eleitoreiro que, em geral, dificulta o aprimoramento acadêmico da rede como uma instituição séria e responsável pela formação técnica do Estado do Rio de Janeiro.

A despeito desse viés político, a rede FAETEC através de suas escolas técnicas regulares (em que seus alunos entram por concurso, o que de certa forma elitiza um pouco o corpo discente em detrimento das classes menos favorecidas mas que alavanca o nível do alunado) foi em boa parte responsável diretamente pela elevação da nota do Estado Rio de Janeiro no IDEB, o que fez com que o Estado saltasse do décimo quinto lugar para o terceiro no *ranking* nacional em 2013 graças, conforme ressaltamos, em grande parte ao bom desempenho das escolas técnicas regulares nesse modelo de avaliação. Por outro lado, a FAETEC passou também a atender a várias comunidades da cidade e do estado do Rio de Janeiro, ofertando cursos técnicos de curta duração, além dos já citados das escolas regulares de ensino médio/técnico, criando unidades deslocadas do ensino médio e direcionadas especificamente para esses cursos de curta duração de acordo com as demandas efetivas das comunidades nos seus arranjos locais e a fatores políticos conforme já ressaltamos.

A Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch, especificamente, é uma escola pública de ensino médio/técnico integrado, localizada em São Cristóvão num prédio de seis andares e atende a quase de mil alunos anualmente, com cursos de Dança, Publicidade, Eventos, Turismo (Hospedagem e Guiamento), Produção em Áudio e Vídeo e Administração com duração de três anos. Esta escola se insere no que podemos denominar de Economia Criativa, atendendo a um público de toda a cidade do Rio de Janeiro e cidades adjacentes que vem em busca de seus cursos

específicos, como por exemplo o curso de Dança que é o primeiro curso nesse formato da América Latina.

Há dois momentos importantes na minha vida profissional nessa Unidade de ensino e que de certa forma podem suscitar em algum grau uma pequena contribuição para pensarmos o papel do engajamento social/acadêmico na educação pública brasileira.

Em princípio, destaco o período em que estive à frente como diretor desta Unidade de ensino por cinco anos. Fui diretor justamente no final do período do primeiro mandato presidencial da presidente Dilma Roussef. Desta forma, a gestão se deu em sua maior parte durante o segundo e curto mandato da presidente. Isso se torna relevante posto que todo o cenário caótico e de crise que se instaurou no país evidentemente influenciou na gestão escolar e na dinâmica pedagógica. Falaremos disso mais à frente. Por enquanto foquemos na gestão em si e no seu significado para aprimorar o ensino público.

Auxiliado competentemente por três diretores adjuntos (infelizmente não remunerados e o próprio diretor com remuneração muito baixa para a função, o que é um quesito bastante desencorajador devido ao alto grau de responsabilidade que as funções exigem), iniciamos a gestão procurando já na própria configuração da equipe administrativa integrar professores de formação técnica específica e professores do ensino médio. A importância disso se dá porque o ensino médio/técnico de uma forma geral se configura por uma fratura, por uma cisão entre professores de formação técnica e os de formação do ensino médio propriamente dito. Por isso mesmo se torna importante uma reflexão e atitudes que possibilitem que esses dois segmentos de professores possam pensar práticas integradas e integralizadoras, uma vez que os estudantes enfrentam um cenário curricular de ter em média 20 disciplinas por ano (o curso tem a duração de três anos conforme já citamos). Mas essa realidade de cisão entre o ensino médio e técnico é complicada e esbarra na própria estrutura formativa da grade de cursos da escola, posto que os profissionais do ensino médio não podem se dedicar a um curso



específico e têm que fazer seus planejamentos de conteúdo para séries diferentes e para vários cursos ao mesmo tempo, o que impossibilita uma maior integração entre os profissionais.

Por outro lado, encontramos uma escola sucateada e com vários problemas que iam desde a falta de papel higiênico nos banheiros, acúmulo de lixo em volta da escola, áreas degradadas até janelas e galhos de árvores caindo, pondo em risco a vida da comunidade escolar. De imediato, procuramos resolver os problemas de infraestrutura. Fizemos parceria com a companhia de limpeza urbana (COMLURB) para limpeza das áreas em volta da escola e revitalizamos os espaços degradados com projetos internos. Verificamos, ainda, contratos de fornecimento de insumos e cobramos o cumprimento da entrega de todo material licitado por parte da empresa responsável. Além disso, cobramos da empresa responsável por reformas na escola que trocasse as esquadrias de alumínio de todas as janelas do prédio, uma vez que verificamos que o alumínio usado nas esquadrias era inferior ao contratado e isso era o causador das quedas dos vidros das janelas. Além da poda de todas as árvores que ofereciam perigo iminente, fizemos um importante projeto envolvendo a cantina escolar para beneficiar os estudantes. Nesse projeto de educação alimentar, normatizamos que a cantina não poderia vender mais refrigerantes de mais de 600 ml e que deveria fornecer sucos de frutas e acabar com as frituras nos salgados. Paralelo a isso, convidamos uma nutricionista para dar palestras e fazer um plano de reeducação alimentar para os estudantes. Com o intuito de melhorar a qualidade de vida no ambiente escolar, fizemos valer a lei que veta cigarro nas escolas e proibimos o cigarro nas dependências da unidade. Por outro lado, procuramos otimizar espaços e reequipar as salas dentro das possibilidades que tínhamos. Assim, mudamos a cor da pintura da escola, deixando o tom bege e marrom de lado, que era o padrão, para usar cores variadas e mais alegres numa parceria com professores de artes da escola. Todos os ambientes foram pintados e cada setor escolheu uma cor que melhor se adequasse ao seu propósito.

Também procuramos fazer um projeto ambiental para a unidade, renovando os jardins com novas plantas floríferas e revitalizando espaços, o que incentivou professores, alunos e funcionários a cuidarem dos espaços livres e a começarem a cultivar hortas em volta da escola, bem como retomamos de forma mais sistemática o projeto de reciclagem do lixo na escola e ainda criamos um curso extra curricular de educação ambiental.

No plano pedagógico, procuramos incentivar uma escola plural e fomentar a formação de instâncias participativas da gestão escolar como o Grêmio Estudantil e o Conselho Escolar. Além disso, fizemos um projeto de formação continuada para capacitar e incentivar todos os profissionais da escola, estabelecendo um dia específico sem aulas regulares para os alunos, ofertando cursos e atividades tais como o curso de manipulação de alimentos para os profissionais da cozinha, atividades de bem estar para todos os profissionais, palestra de educação financeira e aulas de informática para todos. Também fomentamos parcerias com Universidades, destacando-se a parceria com a Universidade Federal Fluminense/FAPERJ, com o projeto Matemática Discreta e Aplicações da professora Doutora Telma Pará, que possibilitou a inserção de alunos como bolsistas, trazendo profissionais para palestras e mostras participativas na Unidade, o que resultou na renovação do laboratório de informática da escola e na criação de um laboratório com quatro computadores de última geração da *Apple* através de um projeto FAPERJ. Outra parceria que merece destaque especial foi a parceria com a UFRJ, através do professor doutor Luiz Montez, o qual levou o projeto de ensino de Alemão gratuito para estudantes de ensino médio da rede pública para a ETEAB. Esse projeto mobilizou a comunidade e gerou bons frutos durante sua vigência. Foi tão importante que o *Goethe Institut* do Rio de Janeiro, reconhecendo sua importância, doou livros didáticos de alemão para os estudantes da escola.

Não obstante nossos esforços para transformação da escola, nem tudo são flores na administração escolar. Abro esse ponto

citando a bíblia, não que eu seja muito religioso, porém as escrituras me interessam mais que a muitos cristãos nesses tempos modernos brasileiros como diria Jorge Luís Borges. Em *Eclesiastes 7:16*, lemos o seguinte provérbio: *"Não sejas demasiadamente justo, nem demasiadamente sábio; por que te destruirias a ti mesmo?"*. Essas palavras são de uma sabedoria milenar e ilustram bem a minha passagem de cinco anos pela gestão da ETEAB. No afã de transformar a escola, não fui capaz de entender (por um tanto de ingenuidade, ressalte-se) que nem todos querem melhorias ou têm interesse numa escola pública de qualidade. Some-se a isso o corporativismo que vai contra mudanças ao mexer com profissionais que não querem abrir mão de privilégios ou comodidades em nome de um projeto pedagógico que vise o coletivo. Nesse sentido, alguns profissionais simplesmente embarreiraram a construção do Projeto Político Pedagógico da escola. Aqui, por outro lado, é importante retomar o início do texto em que mencionei a conjuntura política do Governo Dilma Rousseff. Com as manifestações que eclodiram no país a partir do segundo mandato da presidente, é importante frisar que o rescaldo de insatisfação pelo qual passava o país, conduzido habilmente pela mídia e setores conservadores da sociedade, influenciou diretamente no cotidiano escolar, fomentando grupos mais radicais a criarem um ambiente de assembleísmo contra a política do Governo do Rio de Janeiro e, por tabela, contra a presidência da FAETEC, o que acabou por prejudicar a administração da escola, culminando com a "ocupação da escola" por alunos em 2016 (com o auxílio de alguns profissionais da Unidade). Esse fato, aliado a crise que havia se instaurado no estado do Rio de Janeiro a partir de 2014 (com a demissão de funcionários terceirizados, atrasos de mais de três meses no pagamento de salários e suspensão de serviços básicos), foi determinante e prejudicou sobremaneira a escola e quase todas as conquistas foram perdidas, com a evidente precarização das estruturas da Unidade e do ambiente escolar. Se a "ocupação da escola" tinha como objetivo a luta pelo ensino e mostrava uma

postura de protagonismo dos estudantes, o que é salutar, na verdade esse fato da ocupação resultou em uma efetiva deterioração da Unidade e a iniciativa acabou por se mostrar falha e prejudicial à ETEAB, agravando ainda mais os problemas da unidade.

Após sair da direção da escola, tive tempo suficiente para repensar minha prática como gestor público e voltei a lecionar literatura para os alunos dos variados cursos da escola. É nesse sentido que passo a abordar o segundo momento de minha vida profissional na unidade.

Antes, contudo, ressaltemos que as escolas da rede FAETEC são uma espécie de ilha no cenário do ensino de Literatura e ainda a mantém como disciplina autônoma em todas as suas matrizes curriculares, o que infelizmente já não mais acontece na rede estadual do Rio de Janeiro, que transformou a Literatura em um mero adendo, um apêndice da disciplina de Língua Portuguesa. E isso fez com que a Literatura fosse relegada a um segundo plano na rede estadual ou que fosse completamente obliterada, uma vez que muitos professores de Língua Portuguesa não têm tempo para trabalhar o seu próprio conteúdo linguístico ou, poderíamos mesmo dizer, pela falta de interesse pelo conteúdo literário, tendo em vista o apertado calendário escolar, que mal possibilita espaço para trabalhar os conceitos fundamentais da língua materna. Nesse sentido, a rede FAETEC contribui com primazia para a continuidade do ensino da Literatura e é justamente com esse intuito (sem falsa modéstia) que sempre procurei desenvolver práticas pedagógicas que incentivam a leitura nas escolas da rede FAETEC por que passei e na qual trabalho atualmente, transformando os alunos em verdadeiros leitores de livros e de mundo, tornando-os atores de uma vivência social, o que representa um aporte político por natureza, na medida em que os jovens passam a ler os interstícios da literatura e da *pólis* que habitam. Assim, é através de uma prática pelo e no texto literário que busco levar o estudante ao prazer do texto e ao exercício salutar e necessário de pensar a sociedade em que está inserido. Praticar com os alunos essa escavação da linguagem, essa

escavação da literatura, procurando as pérolas nessa mina infindável que é a linguagem. É assim que procuro levar o alunado a entender que a literatura não se revela por inteiro num primeiro momento, mas nas frestas, por isso muitas vezes só uma palavra, verso ou parágrafo podem definir um texto, transformando-o numa apoteose da linguagem.

A propósito, segundo o Instituto Pró-Livro (IPL) em pesquisa de 2016, pesquisadores salientavam que para uma pessoa ser considerada um leitor ela teria que ler um livro a cada três meses. É nesse cenário que tenho por meta que os alunos da escola leiam ao menos um livro por trimestre, o que os aproximaria bastante dessa conceituação do IPL. E tenho conseguido fazer isso com sucesso, dando a oportunidade para que os alunos leiam de verdade e que experimentem a leitura em seus variados matizes, propiciando que leiam desde uma tragédia grega (*Édipo rei*), quanto clássicos da Literatura Brasileira como *Um certo capitão Rodrigo* (Érico Veríssimo), *Feliz ano novo* (Rubem Fonseca) entre outros. Utilizando uma prática metodológica que faz com que os alunos possam debater sobre os livros lidos (sigo o critério de livros que são vendidos a baixo custo e que tenham qualidade), tenho obtido excelentes resultados conforme os depoimentos dos alunos podem comprovar e de acordo com os resultados que eles produzem a partir da leitura dos textos selecionados. Algo digno de destaque é que eles em geral gostam de ler e exteriorizam que nunca tinham lido um livro até aquele contato efetivo de prática de leitura. Portanto, a prática literária efetiva de leitura dos livros possibilita uma mudança de visão de mundo e de comportamento. Como Roland Barthes menciona em seus escritos, transgredir através dos desvios da língua. Portanto, dar acesso ao universo da linguagem literária em seus variados matizes representa fornecer uma ferramenta para que os adolescentes possam intensificar sua leitura cultural e sobretudo ampliar a leitura de mundo, pois só através da literatura **o leitor pode ser um outro sendo ele mesmo**. Talvez resida justamente nesse processo de **alteridade** que a literatura rompa com o *status*

*quo* mais radicalmente. E nesse sentido citamos Barthes em dois trechos fundamentais do seu livro *Aula*:

Entendo por literatura não um corpo ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever. Nela visto portanto, essencialmente, o texto, isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo das palavras de que ela é o teatro. Posso portanto dizer, indiferentemente: literatura, escritura ou texto. As forças de liberdade que residem na literatura não dependem da pessoa civil, do engajamento político do escritor que, afinal, é apenas um senhor entre outros, nem mesmo do conteúdo doutrinal de sua obra, mas do trabalho de deslocamento que ele exerce sobre a língua: desse ponto de vista, Céline é tão importante quanto Hugo, Chateaubriand tanto quanto Zola. O que tento visar aqui é uma responsabilidade da forma: mas essa responsabilidade não pode ser avaliada em termos ideológicos e por isso as ciências da ideologia sempre tiveram tão pouco domínio sobre ela. (pg. 16)

Mais especificamente nós que trabalhamos com Literatura e com esse rico material que é o ser humano em busca de conhecimento devemos ficar sempre atentos a nossa prática pedagógica, fugindo dos estereótipos redutores e procurando dar ferramentas e meios para que os estudantes possam desenvolver o prazer pelo texto e desenvolver sobretudo o seu raciocínio crítico e protagonismo intelectual. Conforme Barthes, ainda, devemos procurar ser os trapaceadores salutareis da revolução silenciosa operada pela linguagem:

Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura. (pg. 15)

A prática dessa trapaça salutar de levar os estudantes a compreender a linguagem e a agirem a partir dela faz com que tenhamos um pouco de esperança em dias melhores, pois são

esses jovens que entrarão nas faculdades e procurarão construir um país menos desigual e consciente de suas peculiaridades. Por isso mesmo termino esse texto com Cecília Meireles, uma educadora e poetisa da mais alta qualidade que sempre trapaceou a língua, expondo ao vento esse sentimento libertário presente no seu fazer poético:

Através de grossas portas,  
sentem-se luzes acesas,  
— e há indagações minuciosas  
dentro das casas fronteiras.  
“Que estão fazendo, tão tarde?  
Que escrevem, conversam, pensam?  
Mostram livros proibidos?  
Leem notícias nas Gazetas?  
Terão recebido cartas  
de potências estrangeiras?”  
(Antiguidades de Nimes  
em Vila Rica suspensas!  
Cavalo de La Fayette  
saltando vastas fronteiras!  
Ó vitórias, festas, flores  
das lutas da Independência!  
Liberdade – essa palavra,  
que o sonho humano alimenta:  
que não há ninguém que explique,  
e ninguém que não entenda!)  
E a vizinhança não dorme:  
murmura, imagina, inventa.  
Não fica bandeira escrita,  
mas fica escrita a sentença.  
(Romanceiro da Inconfidência, pgs. 108-109)

## Referências

- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.  
LÜCK, Heloísa et al. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*.  
Petrópolis RJ: Vozes, 2005.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

PARO, Vítor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. 17 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.





# Engajamento na instituição escolar: aparelhos ideológicos de estado, discurso pedagógico, neoliberalismo, ruptura

Edmundo Narracci Gasparini<sup>1</sup>

## Introdução

Para que seja possível discutir o tema *Engajamento e discursos na instituição escolar*, debatido em mesa redonda da *Jornada Engajamento em foco: língua, discursos históricos e representações sociais*<sup>2</sup>, retomarei a discussão feita por Louis Althusser sobre a escola em *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Abordarei também o conceito de discurso pedagógico, elaborado por Eni Orlandi em *A linguagem e seu funcionamento*. Em seguida, buscarei nas elaborações de Paula Sibilia (em *Redes ou paredes – a escola em tempos de dispersão*) e de Dany-Robert Dufour (em *A arte de reduzir as cabeças – sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*) elementos que possibilitem refletir sobre a escola em tempos do novo capitalismo do fim do século XX / início do século XXI. A retomada das elaborações dos autores permitirá delinear o que entendo ser uma forma possível de engajamento na instituição escolar hoje.

## 1. A escola como Aparelho Ideológico de Estado

Em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser (1998) retoma a discussão feita sobre o Estado no âmbito do marxismo clássico. O

---

<sup>1</sup> UFSJ. E-mail: gaspar@ufsj.edu.br

<sup>2</sup> Embora eu tenha sido convidado a compor a mesa e preparado minha fala, não pude apresentar o trabalho. O presente texto foi elaborado a partir das notas que seriam utilizadas na apresentação.

Estado é aí entendido como “uma ‘máquina’ de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à ‘classe’ dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista)” (ALTHUSSER, 1998, p. 62). O Estado é, nessa perspectiva, um Estado de classe, um aparelho repressivo que funciona reproduzindo uma dominação de classe. Sob a evidência ideológica de um Estado perante o qual todos são iguais, igualmente portadores de direitos e deveres, desponta a “sutil dominação cotidiana aonde se evidencia [...] o que Lênin chamou depois de Marx de ditadura da burguesia” (ALTHUSSER, 1998, p. 64).

À teoria marxista do Estado como aparelho repressivo, Althusser (1998) acrescenta os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Estes não se confundem com o aparelho repressivo – o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões. Antes, apresentam-se sob a forma de instituições distintas e especializadas tais como o AIE religioso, o AIE escolar, o AIE familiar, entre outras. Em sua pluralidade – contrapondo-se, portanto, ao Aparelho Repressivo de Estado, que se configura como um todo organizado cujos componentes encontram-se centralizados por uma unidade de direção –, os distintos Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam predominantemente através da ideologia, ao passo que o Aparelho Repressivo funciona predominantemente através da repressão. O que unifica os AIE é seu funcionamento: “a ideologia na qual funcionam está de fato sempre unificada, apesar de sua diversidade e contradições, sob a ideologia dominante, que é a ideologia da ‘classe dominante’” (ALTHUSSER, 1998, p. 71). Segundo Althusser, nenhuma classe ou aliança de classes poderia deter o poder de estado sem, simultaneamente, exercer sua hegemonia nos Aparelhos Ideológicos de Estado. Permanece, portanto, a ideia de que o Estado é um estado de classe, funcionando no sentido de manter uma dominação de classe. Tal funcionamento, contudo, desdobra-se no âmbito do Estado não apenas como

aparelho repressivo, mas no espaço dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Entre eles, a escola.

As elaborações de Althusser (1998) partem do pressuposto de que uma formação social, para poder produzir de acordo com um modo de produção específico, deve reproduzir suas condições de produção – isto é, deve reproduzir as forças produtivas (meios de produção + força de trabalho) e as relações de produção. Tal reprodução é, em grande parte, assegurada através de uma “ação de retorno” exercida pela superestrutura jurídica, política e ideológica (instância onde se situam os Aparelhos Ideológicos de Estado) sobre a base / infraestrutura econômica (instância onde se inserem as forças produtivas e as relações de produção). Se, de acordo com o marxismo clássico, a infraestrutura / base econômica é o determinante em última instância da superestrutura jurídica, política e ideológica, Althusser nos convida a abordar a “ação de retorno” exercida pela superestrutura sobre a base econômica, ação esta que, em grande parte, sustenta a reprodução das condições de produção no âmbito de uma formação social.

Vale retomar a discussão feita por Althusser (1998) acerca da reprodução da força de trabalho. O filósofo afirma que não basta assegurar a ela um salário, pois a força de trabalho deve ser qualificada. Esta qualificação se faz justamente através do aparelho escolar e de outras instâncias e instituições. Althusser pergunta: o que se aprende na escola? Técnicas (ler, escrever, contar...) e conhecimentos (elementos da “cultura científica” e “literária”, por exemplo) utilizáveis nos diferentes postos da produção, responde o filósofo. Aprende-se o *know-how*: “uma instrução para os operários, uma outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma última para os quadros superiores” (ALTHUSSER, 1998, p. 58). Contudo, a escola ensina também regras de bom comportamento, a serem observadas em consonância com o posto que se esteja destinado a ocupar. Tais regras referem-se, de acordo com Althusser, a “regras de moral e de consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras

de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, *regras da ordem estabelecida pela dominação de classe*” (ALTHUSSER, 1998, p. 58, destaque meu). O ponto central da argumentação do autor é que a reprodução da força de trabalho, garantida em grande parte pelo Aparelho Ideológico Escolar, exige não apenas a aprendizagem de técnicas e conhecimentos, mas mais fundamentalmente a “reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente” (ALTHUSSER, 1998, p. 58), isto é, “a reprodução de sua submissão à ideologia dominante” (ALTHUSSER, 1998, p. 59).

De acordo com Althusser, a escola desempenha no modo de produção capitalista um papel essencial. Se no modo de produção servil ou feudal o AIE religioso é dominante, no modo de produção capitalista o par escola-família substitui o par igreja-família:

Acreditamos portanto ter boas razões para afirmar que, por trás dos jogos de seu Aparelho Ideológico de Estado político, que ocupava o primeiro plano do palco, a burguesia estabeleceu como seu aparelho ideológico de Estado n.º 1, e portanto dominante, o aparelho escolar, que, na realidade, substitui o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, a Igreja, em suas funções. Podemos acrescentar: o par Escola-Família substitui o par Igreja-Família. (ALTHUSSER, 1998, p. 78)

O filósofo pergunta: por que o Aparelho Ideológico Escolar seria o aparelho dominante nas formações sociais capitalistas? Althusser indica que a escola se encarrega das crianças de todas as classes, desde o Maternal, e durante anos lhes *inculca* não apenas os saberes e técnicas necessários ao modo de produção capitalista, mas também “a ideologia dominante em estado puro” (ALTHUSSER, 1998, p. 79), conforme indicamos acima. Segundo o filósofo, nenhum outro AIE dispõe da audiência obrigatória, por período tão considerável de tempo, das crianças das formações sociais capitalistas. Althusser indica que a escola produz para o regime capitalista um “resultado vital”:

Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da

ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (uma vez que é leiga), aonde os professores, respeitosos da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são confiadas (com toda confiança) pelos “pais” (que por sua vez são também livres, isto é, proprietários de seus filhos), conduzem-nas à liberdade, à moralidade, à responsabilidade adulta pelo seu exemplo, conhecimentos, literatura e virtudes “libertárias” (ALTHUSSER, 1998, p. 80).

Um ponto das elaborações do autor deve, contudo, ser destacado. Embora as considerações de Althusser deem destaque à função reprodutora que a escola cumpre, não devemos desprezar as contradições que atravessam os AIE. O ponto fundamental a esse respeito refere-se a que “os Aparelhos Ideológicos do Estado podem não apenas ser os meios mas também o lugar da luta de classes, e frequentemente de formas encarniçadas da luta de classes. A classe (ou aliança de classes) no poder não dita tão facilmente a lei nos AIE como no aparelho (repressivo) do Estado” (ALTHUSSER, 1998, p. 71).

Este ponto da argumentação de Althusser (1998) – frequentemente ignorado pela crítica – é fundamental, uma vez que indica que a escola – em sua condição de Aparelho Ideológico de Estado – é lugar da luta de classes e das contradições que advêm dessa luta: “Não há a luta de classes sem classes antagônicas. Quem diz luta de classe da classe dominante diz resistência, revolta e luta de classe da classe dominada” (ALTHUSSER, 1998, p. 106). Tal indicação permite que abordemos a escola não apenas como espaço de reprodução (das forças produtivas e das relações de produção), mas também como espaço marcado por antagonismo social, o que permite que consideremos, para além da reprodução, a transformação. É nessa direção que vislumbro a possibilidade de um engajamento na instituição escolar. Na medida em que a escola é lugar de antagonismo e contradições, advém a possibilidade de um engajamento com potencial transformador, para além da reprodução.

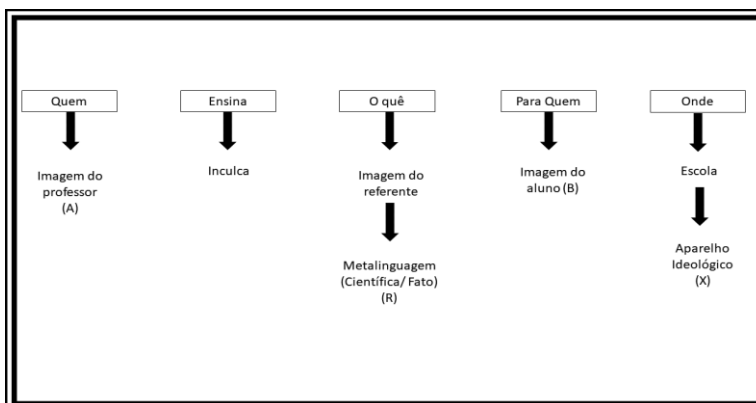
De maneira a delinear uma forma possível de engajamento na instituição escolar, a partir da qual seria possível contribuir

para a transformação no âmbito da escola e das relações sociais, retomo na próxima seção as elaborações de Eni Orlandi sobre o discurso pedagógico.

## 2. Discurso pedagógico e aparelho escolar

De acordo com Orlandi (1996), o discurso pedagógico mantém uma relação de circularidade com a escola. É o fato do discurso pedagógico estar vinculado à instituição escolar – concebida pela autora como Aparelho Ideológico de Estado – que faz de tal discurso o que ele é: um discurso autoritário, como teremos a oportunidade de discutir. Por outro lado, é em sua relação com o discurso pedagógico que a escola se sustenta. Entre o discurso pedagógico e o aparelho ideológico escolar há, portanto, uma relação de interdependência.

Na tipologia sugerida por Orlandi (1996), há três tipos de discurso: lúdico, polêmico e autoritário. A autora sugere que no discurso autoritário não há interlocução de fato, mas sim um agente exclusivo. O referente está ausente, oculto pelo dizer. E a polissemia encontra-se contida. Para que seja possível discutir o discurso pedagógico como discurso autoritário, vale retomar o esquema apresentado por Orlandi (1996):



Segundo Orlandi, o esquema do discurso pedagógico pode ser representado assim:

A ensina (inculca) R a B em X (aparelho ideológico)

Nota-se que, no esquema, os interlocutores aparecem como imagens, imagem do professor e imagem do aluno. Trata-se, segundo Orlandi, de imagens socialmente cristalizadas de acordo com as quais “O aluno é idealmente B, isto é, a imagem social do aluno (o que não sabe e está na escola para aprender), e o professor é idealmente A, isto é, a imagem social do professor (aquele que possui o saber e está na escola para ensinar)” (ORLANDI, 1996, p. 21). É nessa perspectiva que, no discurso pedagógico como discurso autoritário, não há interlocução de fato, mas um agente exclusivo. A ausência de interlocução articula-se ao fato de que no jogo de imagens delineado pela autora, há um agente que sabe, e que ensina, e um aluno que não sabe, que aprende a partir do que o agente transmite.

A imagem que deveria ser dominante no discurso pedagógico, segundo Orlandi (1996), é IB (R), isto é, a imagem que o aluno tem do referente, do objeto de ensino e aprendizagem. Contudo, conforme indicamos acima, o referente encontra-se ausente, oculto pelo dizer. É nessa perspectiva que, segundo a autora, o discurso pedagógico é marcado por definições rígidas e conclusões exclusivas / dirigidas. Ao invés de uma reflexão em torno do referente, desponta o “é porque é”: “A apresentação de razões em torno do referente reduz-se ao ‘é porque é’. E o que se explica é a razão do ‘é porque é’ e não a razão do objeto de estudo” (ORLANDI, 1996, p. 19). É nessa perspectiva que podemos entender a indicação, presente no esquema apresentado acima, de que o ensino assume a forma de uma “inculcação”. O discurso pedagógico opera, de acordo com a autora, um “esmagamento do outro” (ORLANDI, 1996, p. 17).

Orlandi aborda a distinção entre os três tipos de discurso (lúdico, polêmico e autoritário) através de uma discussão acerca



da paráfrase e da polissemia. O processo parafrástico engendra “um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado” (ORLANDI, 1996, p. 27), ao passo que a polissemia refere-se à “força na linguagem que desloca o mesmo, o garantido e o sedimentado” (ORLANDI, 1996, p. 27), apontando para a ruptura e a diferença. No discurso autoritário, a polissemia encontra-se contida, uma vez que há um estancamento em torno da paráfrase, do retorno constante ao mesmo. Tal consideração se articula à ideia de que, no discurso pedagógico, não há reflexão em torno do referente, este se encontra oculto pelo dizer, pelas definições rígidas e conclusões exclusivas / dirigidas.

De acordo com Orlandi (1996), é possível intervir no caráter autoritário do discurso pedagógico tornando-o um discurso polêmico. Se o discurso autoritário caracteriza-se por uma ausência de interlocução, o discurso polêmico é marcado por uma “dinâmica de papéis” (ORLANDI, 1996, p. 34). A proposta feita pela autora concerne tanto professores quanto alunos:

Do ponto de vista do autor (professor) uma maneira de se colocar de forma polêmica é construir seu texto, seu discurso, de maneira a expor-se a efeitos de sentidos possíveis, é deixar um espaço para a existência do ouvinte como “sujeito”. Isto é, deixar vago um espaço para o outro (o ouvinte) dentro do discurso e construir a própria possibilidade de ele mesmo (locutor) se colocar como ouvinte. É saber ser ouvinte do próprio texto e do outro.

Da parte do aluno, uma maneira de instaurar o polêmico é o exercer sua capacidade de discordância, isto é, não aceitar aquilo que o texto propõe e o garante em seu valor social: é a capacidade do aluno de se constituir ouvinte e se construir como autor na dinâmica da interlocução, recusando tanto a fixidez do dito como a fixação do seu lugar como ouvinte. Ou seja, é próprio do discurso autoritário fixar o ouvinte na posição de ouvinte e o locutor na posição de locutor. Negar isso não é negar a possibilidade de ser ouvinte, é não aceitar a estagnação nesse papel, nessa posição. (ORLANDI, 1996, p. 32-33)

Face à fixidez do dito, propõe-se a exposição a efeitos de sentido possíveis e o exercício da discordância pelos alunos. Face à fixação dos lugares de locutor e ouvinte, propõe-se uma dinâmica de papéis. Se o discurso pedagógico exerce uma função tranquilizante, uma vez que nele não há espaço para “sustos,

dúvidas ou questões sem resposta” (ORLANDI, 1996, p. 30), o movimento em direção ao discurso polêmico possibilitaria recuperar o objeto de reflexão, com uma produção de conhecimento mais conflituosa.

Levar em conta a relação de interdependência entre discurso pedagógico e escola (ORLANDI, 1996) permite conjecturar que o aspecto reprodutor do Aparelho Ideológico Escolar (ALTHUSSER, 1998) vincula-se ao caráter autoritário do discurso pedagógico e ao ensino configurado como inculcação. Em nossa leitura, a proposta encaminhada por Orlandi (1996) no sentido de tornar o discurso pedagógico um discurso polêmico articula-se à possibilidade de um engajamento com potencial transformador no aparelho escolar. Nessa perspectiva, uma forma possível de engajamento na escola refere-se à promoção de rupturas – pequenas que sejam – em relação ao caráter autoritário do discurso pedagógico, em relação à inculcação – seja de saberes e técnicas, seja da ideologia em estado puro (ALTHUSSER, 1998) – que se opera na escola em sua condição de Aparelho Ideológico de Estado: da parte do professor, “expor-se a efeitos de sentidos possíveis, [...] deixar um espaço para a existência do ouvinte como ‘sujeito’” (ORLANDI, 1996, p. 32); no que se refere ao aluno, exercer a capacidade de discordância, “se construir como autor na dinâmica da interlocução” (ORLANDI, 1996, p. 33).

Resta, contudo, acrescentar um elemento fundamental, talvez surpreendente: a crítica ao caráter autoritário da relação professor-aluno – crítica amplamente estabelecida no âmbito da teorização sobre os processos de ensino e aprendizagem, diga-se de passagem – pode se colocar em plena sintonia com o novo espírito do capitalismo do final do século XX / início do século XXI. Para discutir este ponto e continuar delineando uma forma possível de engajamento na escola, retomo na próxima seção as considerações de Dufour (2005) e Sibilia (2016).

### 3. Escola e neoliberalismo

Em *A arte de reduzir as cabeças – sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*, Dany-Robert Dufour discute o neoliberalismo e a fabricação do “novo homem” que a “virada neoliberal do capitalismo” (DUFOUR, 2005, p. 9) demanda. De acordo com o autor, um elemento fundamental no neoliberalismo é o imperativo de circulação de mercadorias, com suas consequências sobre os processos de subjetivação constitutivos do novo capitalismo.

Segundo Dufour (2005), a troca mercadológica opera uma dessimbolização do mundo. Para que as mercadorias possam circular livremente, é preciso que elas sejam destituídas de seu valor simbólico, assumindo assim sua condição plena de mercadoria. O autor menciona o exemplo dos barcos britânicos, que deixaram de ser do gênero feminino, substituindo-se o “she” pelo “it” na denominação dos navios. Trata-se, de acordo com Dufour (2005), de aliviar o navio de um excesso de sentido, qualificando-o como simples mercadoria. O valor simbólico é desmantelado em proveito do simples e neutro valor monetário, de modo que não se entrave a circulação das mercadorias:

Que importa o antigo costume de decorar a proa dos navios com estátuas de deusas e que importa a mágica ligação dos marinheiros com seus barcos, com frequência comparados a uma esposa, a uma mãe, a uma amante! A partir do momento em que o barco se torna “um produto como qualquer outro”, isto é, uma mercadoria que pode ser trocada em seu valor de mercadoria por outras mercadorias, ele perde o essencial de seu valor simbólico. Ele se encontra, *ipso facto*, aliviado do excesso de sentido que o impedia de figurar como simples produto no ciclo neutro e expandido da troca (DUFOUR, 2005, p. 13)

Segundo Dufour, portanto, “é preciso não apenas 'menos Estado', mas menos de tudo o que poderia enterrar a circulação de mercadorias” (DUFOUR, 2005, p. 197). Fundamentado em suas considerações sobre a dessimbolização do mundo e sobre o

advento de uma nova forma sujeito – precário, acrítico, “aberto a todas as flutuações identitárias e, conseqüentemente, pronto para todas as conexões mercadológicas” (DUFOUR, 2005, p. 21-22) –, o autor faz uma afirmação capital: “o triunfo do neoliberalismo traz consigo uma alteração do simbólico” (DUFOUR, 2005, p. 14).

Se tal alteração articula-se à dessimbolização do mundo discutida acima, não menos importante é vislumbrar, nessa alteração, os efeitos do neoliberalismo sobre a própria relação do sujeito com a ordem simbólica. Para que abordemos esse ponto, devemos antes compreender, junto a Dufour, que é a partir dessa relação que o sujeito se constitui como falante de uma língua, é a partir desse laço com o simbólico que o sujeito pode entrar no fio de um discurso que distribui a cada um seu lugar: um lugar de fala e um lugar de escuta. Essa distribuição de lugares, de acordo com o autor, indica que a palavra possui uma *autoridade*, que está implicada pelo acesso à função simbólica, acesso que sustenta a assunção da fala e, ao mesmo tempo, a sujeição do falante à linguagem.

A nos guiarmos por Dufour (2005), o neoliberalismo exerce efeitos no laço constitutivo com a ordem simbólica, precarizando o acesso a essa ordem e dificultando a integração do sujeito ao circuito discursivo que organiza os lugares de fala e de escuta. Sobre esse ponto, as considerações de Dufour (2005) sobre a escola, o aluno e o professor são fundamentais. O autor refere-se à dificuldade dos alunos – com referências simbólicas mal fixadas – em se integrar no fio do discurso que distribui os lugares de fala e de escuta. Mal instalados na função simbólica, os alunos não falam mais segundo a autoridade da palavra, de acordo com o autor: “Como, nessas condições, eles poderiam entrar no fio do discurso que, na escola, permite a um (o professor) formular proposições fundadas na razão (ou seja, um saber múltiplo acumulado pelas gerações anteriores e constantemente atualizado) e a outro (o aluno) discuti-las tanto quanto precise?” (DUFOUR, 2005, p. 135).

De acordo com Dufour, uma vez que os alunos são impedidos de se tornarem alunos, os professores, da mesma

forma, encontram-se cada vez mais impedidos no exercício de seu ofício: “Há trinta anos, de reformas em reformas ditas 'democráticas', os responsáveis políticos e seus conselheiros, os especialistas em pedagogia, não pararam de lhes dizer que eles [os professores] deviam abandonar sua velha pretensão de ensinar” (DUFOUR, 2005, p. 136). O autor faz uma crítica ao que chama de “discurso dos pedagogos pós-modernos”, que coloca em causa a autoridade do professor e afirma a importância da “autonomia da criança”. Para Dufour, o programa da autonomia é importante, mas exige preparação, ao passo que “hoje a tendência é, antes, crer que a liberdade decorre automaticamente da queda dos ídolos” (DUFOUR, 2005, p. 190). Da mesma forma, o autor questiona a perspectiva segundo a qual é necessário “pôr o aluno no centro do sistema educativo” (DUFOUR, 2005, p. 139), pois se esquece que é preciso, primeiramente, instituí-lo como aluno.

A injunção à “autonomia da criança” e à “colocação do aluno no centro do processo educativo” – destaque para o termo injunção – é abordada por Dufour (2005) como elemento integrante de uma “desestruturação simbólica” (DUFOUR, 2005, p. 144) do contemporâneo como efeito da “virada neoliberal do capitalismo” (DUFOUR, 2005, p. 9). Sobre esse ponto, importa retomar as elaborações de Sibilia (2016) acerca das alterações na situação de aprendizagem decorrentes da convivência entre mídia, mercado e escola no contexto do “novo capitalismo”. Vale reproduzir a pergunta elaborada pela autora, que mostra certa relação com as elaborações de Dufour (2005): “o que significaria educar, quando as subjetividades envolvidas nesse processo já não são as do professor e do aluno, mas de consumidores imersos em plena era midiática?” (SIBILIA, 2016, p. 118).

Conforme indica Sibilia (2016), na convivência entre mídia, mercado e escola o sentido da aprendizagem estaria no “aprendiz”, uma figura mais adequada do que o “aluno” no quadro contemporâneo, com ênfase no protagonismo daquele que aprende. Para a autora, tais redefinições articulam-se às estratégias que o ambiente midiático e mercantil demanda do jovem de hoje:

transformar-se num “agente ativo”: “Decididamente, tudo isso tem ressonâncias explícitas de certo discurso neoliberal que enaltece uma figura muito particular: a do indivíduo *empreendedor*” (SIBILIA, 2016, p. 125-126, destaque da autora).

Nessa “nova mitologia”, segundo Sibilía, propaga-se um “culto da *performance* ou do desempenho individual” (SIBILIA, 2016, p. 45), que deve se mostrar mais destacado e eficaz. Trata-se hoje, de acordo com a autora, de promover a diferenciação individual pela *performance*, e isso na concorrência com os outros: “Novas racionalidades e práticas se desenvolveram em função de tais mudanças, reinvidicando valores como a *autonomia*, a flexibilização, a iniciativa e a motivação, a superação e a responsabilidade individuais” (SIBILIA, 2016, p. 126, destaque meu). Num contexto em que se propaga a crença de que cada um deve se capacitar e também administrar sua carreira, “otimizando seus próprios recursos e minimizando a necessidade de intervenção pública” (SIBILIA, 2016, p. 139), os indivíduos são cada vez mais convertidos em “empresários de si mesmos” (SIBILIA, 2016, p. 139), seu “sucesso” estando assim na dependência de sua “capacidade de se autogovernar” (ALFREDO VEIGA NETO apud SIBILIA, 2016, p. 137).

As elaborações de Dufour e (2005) Sibilía (2016) permitem compreender as relações estreitas entre, por um lado, o “novo capitalismo” que configura as formações sociais contemporâneas e, por outro, a injunção à autonomia e ao protagonismo do aprendiz. É nesse sentido que, conforme indicamos acima, a crítica ao caráter autoritário da relação professor-aluno pode se colocar em sintonia com o novo espírito do capitalismo do final do século XX / início do século XXI. Obviamente, não se trata aqui de questionar o valor pedagógico que a promoção da autonomia e do protagonismo do aprendiz pode, de fato, assumir, dependendo das condições particulares de uma situação específica de ensino e aprendizagem. Trata-se, antes, de indicar que a imposição da autonomia e do protagonismo do aprendiz – imposição a partir da qual tais elementos configuram-se como ideais a serem atingidos

em qualquer contexto de ensino e aprendizagem, desconsiderando-se as condições particulares – coloca-se, segundo penso, em consonância com a fabricação de uma subjetividade que interessa ao novo capitalismo contemporâneo. Acredito que é importante resistir a essa injunção. A forma de engajamento que proponho neste texto situa-se nesta perspectiva.

É fundamental enfatizar a distinção entre autoritarismo e relação fundada na autoridade da palavra. Conforme vimos, a autoridade está implicada no acesso à função simbólica, acesso que, segundo Dufour (2005), sofre os efeitos da ampliação do modelo mercadológico. Uma instalação precária na função simbólica compromete a entrada no fio de um discurso que distribui cada um, aluno e professor, em seu lugar. Dufour indica, por contraste, que a autoridade “exclui categoricamente todo uso de meios de coerção (característicos do totalitarismo)” (DUFOUR, 2005, p. 137), configurando-se assim como um “termo terceiro” entre a igualdade e a coerção. Portanto, inserir-se no fio de um discurso que “permite a um (o professor) formular proposições fundadas na razão [...] e a outro (o aluno) discuti-las tanto quanto precise” (DUFOUR, 2005, p. 135) é radicalmente distinto do “esmagamento do outro” (ORLANDI, 1996, p. 17) que é operado no âmbito do discurso pedagógico.

A forma de engajamento na instituição escolar que proponho coloca-se justamente como “termo terceiro” entre a igualdade e a coerção. Trata-se de um engajamento que, conforme indiquei acima, possibilite romper com o caráter autoritário do discurso pedagógico e com a inculcação promovida no aparelho ideológico escolar, mas também com as injunções mercadológicas do novo capitalismo, a partir das quais, conforme indica Sibilia (2016), “as subjetividades envolvidas não são as do professor e do aluno, mas de consumidores imersos em plena era midiática” (SIBILIA, 2016, p. 118). Este engajamento como ruptura talvez possa contribuir para que aluno e professor possam “se integrar no fio de um discurso que distribui alternativamente e imperativamente cada um em seu lugar: aquele que fala e aquele que escuta” (DUFOUR,

2005, p. 134). Trata-se, portanto, de ruptura com o que há de autoritário na relação aluno-professor mas, ao mesmo tempo, de resistência às injunções do “novo capitalismo”, de forma a fazer valer a “autoridade da palavra” de que nos fala Dufour (2005).

### **Considerações finais**

O discurso pedagógico, fundamentando-se em imagens socialmente cristalizadas de professor (aquele que sabe e ensina) e aluno (aquele que nada sabe e está na escola para aprender), opera um “esmagamento do outro” (ORLNADI, 1996, p. 17). O encaminhamento proposto por Orlandi refere-se a intervir no caráter autoritário do discurso pedagógico, tornando-o um discurso polêmico. A forma de engajamento que propus aqui configura-se, assim, como movimento que parte da ausência de interlocução e da fixidez do dito que caracterizam o discurso pedagógico em direção à “dinâmica de papéis” (ORLANDI, 1996, p. 34) que configura o discurso polêmico, com exposição a efeitos de sentido possíveis e ao exercício da discordância pelos alunos.

Vale lembrar que, de acordo com Orlandi (1996), há uma relação de interdependência entre o discurso pedagógico (autoritário) e a instituição escolar. Conforme discutimos a partir de Althusser (1998), a escola – em sua condição de Aparelho Ideológico de Estado – configura-se como peça essencial na engrenagem que sustenta o modo de produção capitalista. O aparelho escolar contribui – de forma decisiva, segundo Althusser (1998) – para a reprodução do capitalismo na medida em que na escola se opera uma inculcação de saberes e técnicas, mas também da ideologia em estado puro (ALTHUSSER, 1998). A forma de engajamento aqui proposta configura-se, assim, como movimento de ruptura em relação à inculcação operada no âmbito da instituição escolar. A proposta fundamenta-se na indicação de Althusser de que a escola, em sua condição de Aparelho Ideológico de Estado, é espaço marcado pela luta de classes e por



contradições: se há dominação, há resistência. Para além da reprodução, a possibilidade da transformação.

As elaborações de Dufour (2005) e Sibilia (2016) possibilitaram uma reflexão acerca dos efeitos possíveis do novo capitalismo no âmbito da escola e da relação professor-aluno. É nesse sentido que, a nos guiarmos pelas elaborações dos autores, a injunção à autonomia do aprendiz e a seu protagonismo articula-se à “virada neoliberal do capitalismo” (DUFOUR, 2005, p. 9), colocando-se em sintonia com a promoção de um empreendedorismo individual, com foco no desempenho do indivíduo na concorrência com os demais (SIBILIA, 2016). De acordo com Dufour (2005), uma vez que o imperativo de circulação de mercadorias precariza o acesso à função simbólica, fica comprometida a distribuição de alunos e professores no fio de um discurso que estabelece um lugar de fala e um lugar de escuta.

A discussão realizada aqui possibilitou propor uma forma de engajamento na instituição escolar que promova ruptura em relação ao caráter autoritário do discurso pedagógico, mas também em relação às injunções mercadológicas do neoliberalismo, a partir das quais “as subjetividades envolvidas não são as do professor e do aluno, mas de consumidores imersos em plena era midiática” (SIBILIA, 2016, p. 118). Foi nessa perspectiva que distinguimos autoritarismo, por um lado, de relação professor-aluno fundada na autoridade da palavra, por outro. Conforme indicamos, trata-se de romper com o que há de autoritário na relação aluno-professor, mas também com as injunções do “novo capitalismo”, de forma a fazer valer a “autoridade da palavra” de que nos fala Dufour (2005).

De forma a concluir, retomo a indicação de Dufour (2005) de que na escola

promove-se ativamente o abandono da relação de sentido, e assim se transforma a escola no que J.-C. Michéa chama de “a *Escola do Capitalismo total*”. Isto é, uma escola que deverá formar para a perda do sentido crítico de maneira a produzir um indivíduo incerto, aberto a todas as pressões consumistas. Nessa escola, que vale para a maioria, “a ignorância deverá

ser ensinada de todas as maneiras concebíveis". Os professores deverão, pois, ser reeducados sob a orientação de especialistas em pedagogia pós-moderna que mostrarão que não é preciso ensinar mais nada, remetendo-se unicamente a seus sentimentos do momento e a sua gestão vencedora" (DUFOR, 2005, p. 146).

A indicação de Dufour de que a escola "deverá formar para a perda do sentido crítico de maneira a produzir um indivíduo incerto, aberto a todas as pressões consumistas" (DUFOR, 2005, p. 146) aponta, segundo penso, para a atualidade do pensamento de Louis Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado e sobre a escola. Conforme vimos, a escola é, segundo o filósofo, peça essencial na engrenagem de sustentação do modo de produção capitalista. Tal indicação, feita ao final dos anos 60, permanece atual na medida em que as transformações que atingem a escola hoje, e que contribuem para a produção de um indivíduo "aberto a todas as pressões consumistas", colaboram para a produção de uma subjetividade que interessa às injunções neoliberais: a escola continua, portanto, contribuindo para a reprodução das relações de produção (e consumo) no âmbito das formações sociais capitalistas. Por outro lado, é também atual a indicação de que, como Aparelho Ideológico de Estado, a escola é espaço de contradições e da luta de classes: se há dominação, advém a possibilidade da resistência. É levando em conta tal possibilidade que propus, neste texto, uma forma possível de engajamento na instituição escolar.

É possível que engajar-se na escola rompendo com o caráter autoritário do discurso pedagógico e, ao mesmo tempo, com as injunções mercadológicas do novo capitalismo não seja tarefa simples. Pois não há fórmula válida para todas as situações. Trata-se, fundamentalmente, de uma forma de engajamento a ser construída em cada situação, em cada caso, a partir das condições particulares de um contexto específico de ensino e aprendizagem.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças – Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1996.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes – A escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

## Sobre as autoras e os autores

**Alex Mourão Terzi** é Professor do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (São João del-Rei). Mestre em Letras (UFSJ), Doutor em Linguística (PUC-MG) e Pós-Doutor em Mindfulness e Estudos da Linguagem (UNIFESP/UFOP), é também Pós-Doutorando em Psicologia (UFSJ). Instrutor de Mindfulness e Kindfulness, é coautor do livro *Mindfulness para profissionais de Educação* (2020), publicado pela Editora Senac SP.

**Cláudio Márcio do Carmo** é professor Associado de Linguística e Língua Portuguesa (UFSJ). Graduado em Letras pela FUNREI (atual UFSJ), Mestre em Linguística e Doutor em Linguística Aplicada pela UFMG. Pós-Doutor em Antropologia pela USP e em Linguística Aplicada pela UGA (EUA). É pesquisador do CNPq. Dentre suas publicações, destacam-se a coletânea *Textos e práticas de representação*, organizada em 2011, e os livros *O lugar da cultura nas teorias de base Linguística Sistêmico-Funcional* (2014), *Uma análise crítica dos discursos sobre o sincretismo em mídia impressa* (2018) e *Português como língua estrangeira* (2020).

**Daniele Gallindo Gonçalves** é graduada em Letras Português-Alemão e Mestre em História Comparada pela UFRJ. Doutora em Germanistik/Ältere Deutsche Literatur pela Otto-Friedrich-Universität Bamberg, Alemanha. Professora Associada do Departamento de História da UFPel.

**Edmundo Narracci Gasparini** é graduado em Psicologia pela UFMG. Mestre em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Estrangeiras pelo IEL/UNICAMP. Doutor em Linguística pelo IEL/UNICAMP. Professor do Departamento de Letras, Artes e Cultura e do Programa de Pós-Graduação em Letras da

Universidade Federal de São João del-Rei. Áreas de interesse: Análise do Discurso, ensino de língua inglesa, formação de professores de língua estrangeira.

**Elcio Loureiro Cornelsen** é doutor em Estudos Germanísticos pela Freie Universität Berlin, na Alemanha, com pós-doutorado em Estudos Organizacionais pela FGV, em Teoria e História Literária pela Unicamp, e em História Comparada pela UFRJ. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Professor Titular (Classe E) da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais. Entre outras obras, coorganizou os livros *Literatura e Guerra* (2010), *Imagem e Memória* (2012), *Literatura e Cinema de Resistência: novos olhares sobre a memória* (2013), *Em torno da imagem e da memória* (2016), *Memórias da Segunda Guerra Mundial: imagens, testemunhos, ficções* (2018), e *1939: o ano que não acabou* (2020). É membro do Grupo Integrado de Pesquisa Literatura e Autoritarismo, da Universidade Federal de Santa Maria-RS, e do Núcleo de Estudos de Guerra e Literatura, da UFMG.

**Elke Beatriz Felix Pena** é doutora e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde desenvolveu estudo sobre Semântica da enunciação e ensino de língua materna. Professora de Linguística e Língua Portuguesa no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – campus Ouro Preto. Atua em trabalhos sobre ensino de língua materna, formação de professores e, mais recentemente, gênero e discurso.

**Flávio Henrique Calheiros Casimiro** é doutor em História Social, pela Universidade Federal Fluminense, UFF (2016). Professor de História Econômica e Economia Política no Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Campus Poços de Caldas. É um dos autores do livro *“O Ódio como Política: a reinvenção das Direitas no Brasil”*, publicado pela editora Boitempo, (2018). Autor dos livros: *“A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo”* pela Expressão Popular (2018); e *“A Tragédia e a Farsa: ascensão das*

direitas no Brasil Contemporâneo”, publicado pela editora Expressão Popular e Fundação Rosa Luxemburgo (2020).

**José Adriano da Silva Alves** é poeta, doutor em Literatura-UFRJ (2005), ex-diretor da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch/FAETEC por 5 anos, pós-graduado em Gestão Pública, colaborador/pesquisador do grupo de pesquisa da UFRJ Linguagem e Discursos da História (LIEDH) e professor de literatura brasileira da FAETEC atualmente.

**Luís Edmundo de Souza Moraes** é graduado em História pela UFRJ (1992), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ (1996) e Doutor em História pelo Centro de Pesquisas sobre o Antissemitismo da Universidade Técnica de Berlim (2002). Atualmente é Professor Associado de História Contemporânea da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e membro do Núcleo de Estudos da Política e de História Social da UFRRJ (NEPHS/UFRRJ). É autor, dentre outros, "História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial" (São Paulo: Editora Contexto, 2017), Coorganizador das coletâneas, "Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs". (São Paulo: Alameda, 2017).

**Luiz Barros Montez** é professor titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com Especialização em Língua e Literatura na Universidade de Freiburg (Alemanha), Mestrado em Língua e Literatura Alemã na UFRJ, Doutorado em Língua e Literatura Alemã na Universidade de São Paulo, realizou estágios de Pós-Doutorado na Universidade de Viena e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É coordenador do grupo de pesquisa Linguagem e Discursos da História (LIEDH) e autor do livro *Relatos de viajantes alemães no Brasil oitocentista: um estudo interdisciplinar*, no prelo, a ser publicado pela Editora 7Letras.

**Luiz Francisco Dias** é professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É fundador e coordenador do Núcleo de Estudos da Enunciação (ENUNCIAR) e do GT de Semântica e Estudos Enunciativos da ANPOLL. Possui doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós-doutorado pela Universidad de Buenos Aires, Argentina. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Semântica, atuando principalmente nos seguintes temas: relação semântica e sintaxe; enunciação e gramática; ensino do português e história das ideias linguísticas. Orientou 24 dissertações de mestrado e 12 teses de doutorado. Publicou cerca de 80 textos, entre artigos em periódicos, livros e capítulos de livros. É autor dos livros "Os Sentidos do Idioma Nacional" e "Enunciação e Relações Linguísticas".

**Miriam de Paiva Vieira** é professora adjunta do Departamento de Letras, Artes e Cultura e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei. Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada (com mobilidade na Universidade de Lund, Suécia) pela UFMG, onde fez também pós-doutorado (PDJ/CNP). Vice-coordenadora do GT da Anpoll Intermidialidade: Literaturas, artes e mídias, é membro do Grupo de Pesquisa Intermídia (CNPq/UFMG) e credenciada nas associações IAWIS: International Association of Word and Image Studies, International Society for Intermedial Studies e CRIalt: Centre de recherches intermédiales sur les arts, les lettres et les techniques. Entre suas publicações, destacam-se a organização de *Escrita, som, imagem: perspectivas contemporâneas* (2019) e *Escrita, som, imagem: leituras ampliadas* (2020).

**Mônica Graciela Zoppi Fontana** é professora Livre-Docente do Departamento de Linguística, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, atua nos cursos de graduação e pós-graduação. É pesquisadora associada

do Laboratório de Estudos Urbanos (LABEURB), NUDECRI/UNICAMP e participa do quadro docente do Mestrado Multidisciplinar em Jornalismo Científico e Cultural, IEL/LABJOR, UNICAMP. É pesquisadora associada do laboratório PLEIADE-Université de Paris 13. É editora do blog #LINGUÍSTICA e das redes sociais a ele associadas, destinado à divulgação dos estudos linguísticos. Sua pesquisa aborda as temáticas da enunciação e da Análise de Discurso, com ênfase nos processos de designação e de identificação/subjetivação, em particular relacionados às questões de gênero; também se dedica ao estudo de políticas linguísticas e da argumentação.

**Nadia Dolores Fernandes Biavati** é mestre, doutora e pós-doutoranda em Linguística e professora da Universidade Federal de São João del-Rei. Participa do ENUNCIAR – Núcleo de Estudos da Enunciação e é supervisionada pelo Professor Luiz Francisco Dias em seus estudos pós-doutorais. É professora do PROMEL— Programa de Mestrado em Letras da UFSJ. Tem vários artigos e capítulos publicados, participou da organização de dossiê e do livro “Interfaces do linguístico: Enunciação e práticas discursivas”. Privilegia estudos voltados para identidade de trabalhadores, regularidades e regramentos no Ensino e a partir dele. Dedicase, atualmente, a estudos semânticos sobre temporalidades e temporalizações e o modo como esses se projetam em gêneros que circulam nas instituições, a partir do viés semântico-enunciativo.

**Víctor Lemus** é Professor Associado III do setor de Letras Espanholas do Departamento de Letras Neolatinas da Faculdade de Letras da UFRJ, assim como do Programa de Pós-graduação em Letras Neolatinas. Tem publicações sobre diversos autores hispano-americanos, espanhóis e brasileiros. Atualmente desenvolve a pesquisa Missão cumprida. Institucionalidade e discurso estético na prosa narrativa de ficção na literatura mexicana (1850 – 1950).



Engajamentos constituem-se como atos políticos. No universo das ciências humanas, nas quais os autores da presente coletânea atuam, tais atos consubstanciam-se nas pesquisas como gestos de resistência. Pesquisas que põem em perspectiva social e histórica os indivíduos como sujeitos múltiplos, isto é, que os desconstroem como existências passivas, submissas e resignadas a forças “superiores” do destino. Além disso, tais pesquisas são atos de resistência porque lutam incessantemente contra a tentativa sistemática de esfacelamento de seu campo. E atos de resistência como atos de compreensão, pois buscam o entendimento de camadas mais profundas da vida social, particularmente através do exame de suas manifestações na/pela linguagem.



Universidade Federal  
de São João del-Rei

LIEDH

Linguagem e Discursos da História



C A P E S

Promel

Programa de Mestrado em Letras



ISBN 978-65-5869-835-7



9 786558 698357 >